

A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA NA GESTÃO DA PECUÁRIA

THE CONTRIBUTION OF TECHNOLOGY IN LIVESTOCK MANAGEMENT

MORAIS, Andreia Nascimento de¹; SANTOS, Liene Pereira Vasco dos²; COSTA, Marilza Brito³; COSTA, Rhynaldo Ribeiro da⁴; JÚNIOR, Byl Farney Rodrigues da Cunha; CATHARIN, Caroline Winter; ZUNIGA, Lucas de Oliveira.

RESUMO

O presente trabalho estudou a utilização das novas tecnologias na gestão em um dos ramos produtivos do agronegócio, partiu do princípio de que os avanços tecnológicos podem proporcionar o aumento da produtividade e obtenção de novos ganhos nas unidades produtivas do ramo agrícola ou da pecuária. Assim, com o objetivo de apresentar a contribuição do uso das novas tecnologias na gestão no ramo pecuário, foi construído o referencial teórico abordando agronegócio, pecuária, gestão e tecnologias na pecuária. Os fundamentos metodológicos foram estudados para bem direcionar os processos na realização da pesquisa. Nesse sentido, uma pesquisa quantitativa foi realizada através da aplicação de um questionário elaborado no google forms, com 14 questões objetivas em unidades produtivas do ramo pecuário. Os resultados alcançados apontaram que a maioria dos entrevistados (86,3%) acreditam que os principais desafios enfrentados na utilização de novas tecnologias na pecuária é o custo para implantação de equipamentos digitais e a falta de capacitação para uso das novas tecnologias. Contudo, 90,1% dos produtores responderam que com a utilização dos novos mecanismos tecnológicos na fazenda, é possível atender todas as fases do ciclo produtivo do rebanho obtendo diversos benefícios, bem como acompanhar todo trabalho no campo, tornando a gestão mais eficiente e lucrativa. Os resultados demonstram que a utilização das novas tecnologias contribui na gestão da pecuária.

Palavras-chaves: Agronegócio. Pecuária. Gestão. Tecnologia. Produtividade.

ABSTRACT

The present work studied the use of new technologies in management in one of the productive branches of agribusiness, based on the principle that technological advances can provide increased productivity and obtain new gains in productive units in the agricultural or livestock sector. Thus, with the objective of presenting the contribution of the use of new technologies in the management in the livestock sector, the theoretical framework was built addressing agribusiness, livestock, management and technologies in livestock. The methodological foundations were studied to direct the processes in carrying out the research. In this sense, a quantitative research was carried out through the application of a questionnaire elaborated in google forms, with 14 objective questions in productive units of the livestock sector. The results achieved showed that the majority of respondents (86.3%) believe that the main challenges faced in the use of new technologies in livestock is the cost of implementing digital equipment and the lack of training to use new technologies. However, 90.1% of the producers responded that with the use of new technological mechanisms on the farm, it is possible to attend all phases of the herd's production cycle, obtaining several benefits, as well as monitoring all work in the field, making management more efficient and profitable. The results show that the use of new technologies contributes to livestock management.

Keywords: Agribusiness. livestock. Management. Technology. Productivity.

¹ Graduanda em Administração pela Faculdade Unida de Campinas - andreia.ndm@gmail.com

² Graduanda em Administração pela Faculdade Unida de Campinas- lienevasco@gmail.com

³ Graduanda em Administração pela Faculdade Unida de Campinas - britomarilza@gmail.com

⁴ Mestre em Administração e docente na Faculdade Unida de Campinas – profrhynaldo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordou o uso da tecnologia na gestão da pecuária e teve como perspectiva demonstrar a contribuição dessa ferramenta no gerenciamento das atividades da pecuária. Para construir os fundamentos teóricos para a pesquisa, estudou agronegócio (SILVA, 2018; GERMANO, 2013), pecuária (ADAS, 1987; BUAINAIN, 2007). Para estruturar o caminho metodológico, foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa. O desenvolvimento do trabalho e seus respectivos resultados serão apresentados a partir do parágrafo a seguir.

Assim como a modernidade aumenta e chega diretamente e indiretamente nos setores do comércio capital, o setor da pecuária também se desenvolve e cada vez mais, diversos avanços têm sido constantemente utilizados na gestão da pecuária para medir todos os índices de desempenho do rebanho, controlar pesos e acompanhar o processo do planejamento sanitário para produzir com segurança.

Nas últimas décadas, as inovações tecnológicas nas áreas de melhoramento genético, pesagem eletrônica, identificação de animais, monitoramento, rastreabilidade, colocaram informações de gestão inteligente e útil nas mãos dos produtores, que ajudam na tomada de decisões em sua produção, possibilitaram a obtenção de bovinos altamente produtivos tanto para o leite quanto para o corte, proporcionando aumentos nos ganhos de produtividade e assertividade, facilitando a gestão em cada etapa e diminuindo diversos custos (OLVEIRA FILHO, 2015).

A pecuária bovina brasileira, vem sendo marcado pelo grande crescimento nos últimos anos, se tornando o líder global em exportações, de acordo a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), apontaram o Brasil, como o segundo maior produtor mundial de carne bovina, com o maior efetivo de bovinos do mundo. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o agronegócio corresponde a quase 24,31% do PIB (Produto Interno Bruto), com uma produção leite recorde de 35,4 bilhões de litros, crescendo 1,5% em 2020, em relação a 2019.

Com isso a tecnologia vem sendo aplicada cada vez mais na cadeia produtiva,

possibilitando a realização de vários processos de maneira mais rápida e eficiente, resultando crescimento da demanda e os altos padrões de qualidade estabelecidos pelo comércio, que requer níveis elevados de profissionalismo, o produtor que anseia manter seu empreendimento firme e estável em um mercado vez mais exigente, precisa estar antenado a todas as tecnologias que possam auxiliar o aumento de produtividade no campo. Desse modo, ter uma gestão competente é o que vai garantir o sucesso do seu negócio (SCHMIDT *et al.* 2018).

Com base neste contexto, o problema de pesquisa deste artigo refere-se à seguinte indagação: O uso de novas tecnologias mudou a realidade da Pecuária, tem contribuído para gestão da produção e trouxe aumento na produtividade?

Diante do exposto, o estudo tem o objetivo geral apresentar a contribuição do uso de novas tecnologias na gestão da pecuária, e como objetivos específicos: identificar como a gestão das novas tecnologias na pecuária vêm sendo implementadas para incrementar a produtividade. Assim, como também, mostrar quais são os benefícios das novas tecnologias para os produtores, analisando então, os impactos das novas tecnologias em campo.

Justifica-se este estudo pela importância da tecnologia na pecuária, gerando aumento na produtividade, facilitando a gestão e diminuindo diversos custos. Pois, do mesmo modo que as empresas, os homens do campo se beneficiam das novas tecnologias, muitas empresas se renovam e investem em novos produtos de alta qualidade para o crescimento de ambas as partes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agronegócio

O agronegócio é hoje considerado um sistema complexo, totalmente integrado à economia nacional, e não mais uma atividade rural isolada, segundo Fava Neves (2014), o agronegócio é considerada uma grande organização de tecnologia, onde tem a tecnologia e Administração, como em qualquer outro negócio, se transformando em uma grande organização tecnológica.

O agronegócio tem aumentado muito nos últimos anos em no Brasil, tem acompanhado essa evolução, sendo considerado um sistema complexo, envolvendo interativamente uma série de processos. Ele é um setor de extrema importância na sociedade, pois envolve uma interligação entre diversos setores, como a agricultura, pecuária, a indústria e o comércio, todos eles contribuindo com a força econômica do país. Segundo Silva (2018), o agronegócio desenvolve uma interação em uma série de processos, produção nas unidades agrícolas, distribuição, transportes e infraestrutura de armazenagem, produção de insumos, processamento e transformação. Por ser complexo e fazer parte das diversas cadeias de produção o agronegócio é dividido em três setores da economia: primário, secundário e terciário.

O setor primário diz respeito à produção rural, tanto pecuária quanto a agrícola. Já o segundo setor são as agroindústrias, está relacionado às grandes fazendas onde planta e já conseguem fazer armazenamento, ou processamento, como engarrafamento da sua produção. E por fim, o terceiro e último setor, que é o comércio, que é onde os produtos oriundos dos dois setores anteriores, chegam para serem distribuídos e comercializados até chegar aos consumidores. Porém, vale lembrar que o comércio não é agronegócio, ele apenas contribui com esse crescimento por estar envolvido nessa cadeia produtiva (MATIAS, 2021).

Com o advento da tecnologia, surgiu em 1957, o termo agronegócio, que nada mais é que a integração dos diversos setores primários, secundários e terciários, já citado anteriormente. Contribuindo de forma significativa para o melhoramento da qualidade de produção, gerando empregos e alimentos, e conseqüentemente mudando o olhar do produtor para novos avanços, que são de suma importância para atender a demanda.

A Food and Agriculture Organization (FAO) estima que a produção anual de alimentos deve ser ampliada em 70% até o ano de 2050, em função do crescimento da população. O número de pessoas a serem alimentadas, no ano em questão, em relação ao número atual, deverá ser superior em 2,3 bilhões de pessoas (GERMANO; GERMANO, 2013).

De acordo com os dados do IBGE (2020), o agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia, com um grande crescimento do PIB do nosso país, o rebanho bovino do Brasil, cresceu pelo segundo ano consecutivo, atingindo a marca 218.150.298 cabeças de gados, mais de 1.502.482 Bubalinos, 5.962.126 equinos e totalizando 41.124.233 em Suínos.

Sabe-se que atualmente esse número vem crescendo em grande escala, principalmente devido aos avanços tecnológicos, que tem atingidos esses três setores que estão em pleno desenvolvimento, é o uso de tecnologia na gestão do campo para diminuir custos e aumentar a produção de maneira sustentável, isso se faz necessário para atender a demanda.

2.2 A Pecuária

Para que se tenha um ponto de partida comum e possa-se caminhar junto no desenvolvimento desse conteúdo, em primeiro lugar, deve-se definir o termo pecuária, o Mundo Educação, define como —atividade econômica praticada nas áreas rurais e muito importante para o consumo e o desenvolvimento do ser humano. É uma atividade muito praticada no Brasil, tendo como objetivo a criação de animais, como bovinos e suínos em áreas rurais, para o abate e obtenção de outros produtos oriundos dos animais. A história da pecuária está ligada à época do período Neolítico do planeta, quando os seres humanos domesticaram os animais principalmente para facilitar a obtenção de alimentos e insumos (MUNDO EDUCAÇÃO, 2021).

A pecuária é um dos pilares econômicos do país. Esta tem contribuído muito com a atividade econômica desde tempos remotos, isto é, ainda no período colonial foram trazidas as primeiras crias de animais. Esses animais não foram trazidos pelos colonizadores com o objetivo atual, mas como forças motrizes principalmente nos engenhos.

Os primeiros bovinos foram introduzidos na Capitania de São Vicente (São Paulo) em 1534, enviados de Portugal por Dona Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa. Em 1535, Duarte Coelho introduziu os bovinos em Pernambuco; posteriormente outros donatários fizeram o mesmo (ADAS, 1983, p. 240).

Mas com o passar dos anos isso foi mudando, a pecuária foi ganhando espaço principalmente com a produção de couro para a exportação. E com o esgotamento agrícola de muitas regiões, ela foi avançando para outras áreas do litoral, até o nordeste, o que contribuiu para a ocupação e exploração de outras áreas. Com as mudanças tecnológicas que chegaram ao campo, contribuindo com o melhoramento das pastagens por exemplo, e conseqüentemente dos rebanhos, trazendo assim, melhora nas produções de leite, que vem ganhando espaço no cenário estadual (DE CARVALHO, 2017).

A região central do país, principalmente o Cerrado, tem ganhado destaque na produção

bovina, isso devido aos fortes investimentos como linhas de créditos, oferecidos pelos governos especificamente para o campo, bem como, os seguros de benfeitorias que se destinam a cobrir perdas e avarias de bens relacionados à atividade agropecuária que não sejam utilizados como garantia. Seguro Buainain e Filho (2007, p. 317),

a atividade agropecuária é sujeita a um elevado grau de risco e incerteza. Daí a necessidade de um mecanismo especial de proteção. Enquanto os programas de preços mínimos estão orientados para reduzir os riscos econômicos, os programas de seguro têm como principal objetivo a redução dos efeitos negativos decorrentes de condições climáticas e ambientais desfavoráveis. No Brasil, o seguro agropecuário vem sendo proporcionado por meio do Proagro. Trata-se de um seguro que, em caso de perda total ou parcial da produção decorrente de problemas climáticos, cobre apenas o financiamento tomado pelo produtor para o custeio da safra.

Dessa forma, tem se aumentado cada vez mais os grandes investimentos na pecuária. Ainda segundo Barreto *et al.* (2008), o governo brasileiro tem escolhido o setor para ser um dos pilares das exportações do país, subsidiando a consolidação e modernização de empresas processadoras e exportadoras de carne, aumenta o controle da febre aftosa. Dessa maneira, a agropecuária tem demonstrado sua importância econômica no Brasil, ocupa grandes áreas do território nacional.

Com o auxílio das tecnologias, junto com outros fatores na gestão da produção, vem se observando um aumento significativo em todas as regiões do país, da carne bovina. Favoreceu para a um aumento significativo da produção de bovinos abatidos, que passou de 217 mil toneladas em 1970, para 7,25 milhões de toneladas no 4º trimestre de 2020, conforme dados do IBGE, consolidando o Brasil, como o maior exportador mundial do produto (IBGE, 2020).

2.3 Gestão de Custos na Pecuária

Ao observar o significado de gestão pode-se observar que este significa ato de gerir; administração. Dessa forma, é possível perceber que ele se relaciona de fato a forma de organização dos diversos setores. Sendo assim, pode-se entender gestão como um conjunto de atividades, burocráticas ou não, que levam pessoas a um objetivo estabelecido. A utilização de gestão está normalmente ligada a finalidade de crescimento, aperfeiçoamento de processo e

de mentalidade,

pretendendo, melhorar resultados. Por esse motivo, dentro de uma empresa ou fazenda, buscar eficiência e eficácia no cuidado com a produção, com o solo, gestão de pessoas, financeira e estratégica. É constante de todos que queiram resultados positivos (CROZATTI, 1998).

O planejamento e a construção das atividades de gestão são baseados em três aspectos: técnico, econômico e financeiro. Em termos econômicos, são observados seus custos e resultados, juntamente com o custo de cada produção e suas variações. E o aspecto financeiro analisa as possibilidades de investimento possíveis, obtendo fontes monetárias e um equilíbrio financeiro. A contabilidade de custos foi desenvolvida para ajudar e padronizar a compreensão de uma série de custos. Nas atividades rurais, os custos de produção incluem o total de todos os custos incorridos para obter a safra produzida (VALLE, 1987).

Os custos das atividades rurais podem ser representados da mesma forma utilizada nas atividades industriais. Eles podem ser classificados em custos diretos e custos indiretos. Os custos diretos podem estar diretamente relacionados à quantidade produzida. Por exemplo, insumos e mão de obra direta. No caso de custos específicos ou custos indiretos, os respectivos produtos devem ser pagos. Custos indiretos são aqueles que variam com a quantidade. Na prática, esses custos dependem de uma análise ou estimativa para se adequar a um determinado produto. Exemplos de custos indiretos podem ser o aluguel de pastos, conservação e manutenção de equipamentos, e outros (CREPALDI, 2012). Na gestão de custos, podem ser classificados como custos fixos e variáveis. Os custos variáveis mudam de acordo com o que é produzido, já o fixo não varia. Exemplos de custos variáveis são equipamentos, horas trabalhadas, e outros.

De acordo com Melz (2013), na área rural, assim como em uma empresa urbana, na implantação de controle de custos, é preciso seguir alguns passos, como por exemplo, a separação de gastos em despesas e custos de produção, o que pode ser difícil, visto que, os conceitos abordados anteriormente como custo indireto e direto, não é aplicado da forma comum. Sendo assim, para fazer a gestão de custos na pecuária, é preciso conhecer os conceitos da atividade, considerando que podem ser dados vários enfoques e metodologias, e cada método produz um resultado diferente que pode mostrar um gasto maior ou menor por unidade produtiva.

conhecimentos para lidar com os riscos e incertezas próprias do setor (clima, política, economia, legislação, etc.), a instabilidade da renda em razão da produtividade e preços internos e externos, as características de oligopólio e oligopsonia no comércio e indústria que se relacionam com a agricultura, as variações de preços e as dificuldades de comercialização na safra, o crédito muitas vezes problemáticos, a perecibilidade dos produtos agrícolas, além da própria complexidade da produção agrícola (local, tempo, espaço, clima, meio ambiente, solo, etc.) (CONAB, 2010).

Na rentabilidade do gado de corte, os autores Silveira, Soares e Silva (2012), indicaram que na fase de recria verifica-se o retorno do investimento em pastagens rotacionadas em piquetes e extensivas, através da Simulação de Monte Carlo. O estudo mostrou que, ao utilizar ferramentas que realizam projeções, o pecuarista considera as variáveis, simula os possíveis resultados e avalia o desempenho e rentabilidade, o que possibilita a tomada de decisões baseada em dados e não dedução, o que evita a atividade se tornar inviável.

Mas apesar de sua importância, o uso da gestão de custo é baixo em propriedades rurais. Alguns pontos a serem observados são as consequências que a falta de gestão causa, ou sua necessidade. Para a gestão ocorrer na prática, é preciso utilizar ferramentas administrativas adequadas e tomar decisões que possibilitam o alcance dos resultados esperados (GODINHO, 2015).

2.4 Tecnologia

A globalização só é possível por meio da criação e popularização de certas tecnologias. Essas tecnologias têm um efeito fundamental no desenvolvimento da economia mundial e de uma sociedade cada vez mais dependente da tecnologia. O avanço da tecnologia trouxe inúmeros benefícios para a humanidade, principalmente, para tornar o trabalho mais fácil e eficiente (KOHN; MORAES, 2007).

Os conceitos de tecnologias são bastante variados, podendo terem maior ou menor abrangência, principalmente dependendo da sua aplicação. Nesse sentido, (CORREIA, 1999 p. 250), abordam que a tecnologia pode ser compreendida como —um conjunto de conhecimentos e informações organizados, provenientes de fontes diversas como descobertas científicas e invenções, obtidos através de diferentes métodos e utilizados na produção de bens e serviços.

Nesse sentido, Longo (1984, p.3) definiu a tecnologia como —o conjunto de

conhecimentos científicos ou empíricos empregados na produção e comercialização de bens e serviços. O autor ainda reforça que, a tecnologia tem por princípio o domínio do conjunto de conhecimentos específicos, permitindo a elaboração de diversas atividades necessárias que constituem a produção de bens e de serviços. As inovações tecnológicas devem ter como possibilidade de reduzir o esforço humano. Ainda segundo Côrtes (2015, p.19)

A palavra tecnologia, do grego *tekhne*, —relativo à arte, aos trabalhos de artesão, derivou, posteriormente, para *tekhne* mais logos, —estudo, tratado, palavra. É certo que bem antes de essa palavra ter surgido na língua grega, o homem de Neandertal, em cerca de setenta mil anos da era cristã, já utilizava elementos que o auxiliavam em sua sobrevivência. Alguns autores acreditam que o maior salto na evolução da tecnologia esbarra na descoberta dos meios energéticos.

Dessa forma, ao analisar as diferentes atividades desenvolvidas ao longo dos tempos, observa-se que as coisas foram evoluindo e as inovações tecnológicas sempre foram constantes na evolução humana. Porém, conforme Jung (2009), o conceito de tecnologia não se define somente em artefatos ou invenções materiais. Ou seja, a definição de tecnologia deve permitir distinguir entre o uso de tecnologia em sociedades pré-industriais e industriais, e entre sociedades industriais e pós-industriais em termos de fatores como maleabilidade e rigor ou sua difusão na vida social.

Cabe salientar que é importante analisar as relações entre a tecnologia e a sociedade, uma vez que a tecnologia pode ser vista como um conjunto de objetos físicos, projetados e construídos pelo homem. Assim, o uso da tecnologia tem trazido avanços significativos nos diversos setores da sociedade, pois, possibilita conexão entre os diferentes setores com mais rapidez e eficiência. As novas tecnologias estão sendo incorporadas e vem beneficiando o setor (SILVA, 2018).

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2012), pode-se dizer que, nas últimas décadas, as tecnologias mudaram a forma do trabalho humano e o impacto da tecnologia no agronegócio exigiu um novo comportamento profissional. Compreende-se que na pecuária, as tecnologias foram incorporadas nas fazendas como meio para melhorar a gestão tendo como objetivo apoiar os produtores no processo de produção no campo, despertar maior interesse nesse setor produtivo e melhorar o controle em toda fase produtiva, conforme será abordado a seguir.

2.4.1 Tecnologia na Pecuária

Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2017), a implementação de tecnologias voltadas à produção do campo, vem sendo aplicada cada vez mais no Brasil, permitindo conectar diferentes setores produtivos de forma mais rápida e eficiente. As novas tecnologias estão gradualmente sendo integradas neste campo, cerca de 67% das propriedades rurais utilizam algum tipo de tecnologia, seja nas atividades de cultivo da produção ou na área de gestão dos negócios.

A utilização de tecnologias no campo, de acordo com Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 1989), se deu com o aumento da população mundial e a saída do homem do campo em busca de melhores condições de vida, tal realidade fez aumentar a demanda por alimentos e outros recursos gerando a necessidade de se buscar novas tecnologias no campo para aumentar a oferta e suprir às necessidades da sociedade. Perante esse acontecimento, houve a necessidade da informatização no campo, com o uso das tecnologias que favorecem o autoconhecimento, que visam aumentar a produção e lucros, nas tomadas de decisões, otimizando os custos no manejo dos bovinos para aumentar o retorno sobre o investimento na tecnologia aplicada ao manejo.

Segundo Abbri (2019, p. 02):

Há alguns anos, o uso da tecnologia nas propriedades rurais limitava-se à captação dos dados para realizar análises e relatórios. Porém, hoje, sua aplicação vai muito além. Atualmente, os softwares, aplicativos e programas são todos automatizados, interligados e funcionam em tempo real. Tudo isso está revolucionando a realidade da pecuária, seja no manejo dos animais, na forma de controlar as despesas da fazenda, como também na maneira de se relacionar com os colaboradores ou na busca por uma propriedade mais eficiente e lucrativa.

A pecuária voltada para corte e leite, apresentou uma certa evolução nos últimos anos, apesar dos desafios ainda enfrentados, os produtores rurais também têm investido mais em tecnologias, segundo Oliveira *et al.*, (2006), o sistema de produção e criação de bovinos de corte deve ser visto como um negócio, que deve ser rigorosamente administrada, no intuito de apresentar resultados eficientes do ponto de vista zootécnico e principalmente econômico.

A utilização de sistemas de informação com inclusão por computadores, é considerada uma importante ferramenta de monitoramento do gado, onde produção e eficiência são fatores inter-relacionados, e os resultados refletem diretamente a rentabilidade da propriedade.

Tecnologias e ferramentas estão disponíveis, bastando entendê-las e usá-las para o maior sucesso da produção fazenda bovina (OLIVEIRA *et al.* 2006).

A tecnologia tem grande impacto na área de melhoramento genético, oferecendo programas de acasalamento dirigido nas centrais de inseminação artificial. Esse processo tem por objetivo evitar os efeitos infestos da consanguinidade, além de encontrar o reprodutor ideal nas opções escolhidas pelo criador. As comunicações *online* estão aprimorando as associações de criadores, agilizando documentos. Outra área importante com foco tecnológico é a rastreabilidade (FORTES, 2004).

Para Rodrigues (1999), a tecnologia pode ser utilizada na troca de informações entre associações e cooperativas, o que ajuda e facilita o trabalho do criador. Também integra a comercialização, distribuição, transformação, produção e fornecedores.

2.4.2 Vantagens e Desvantagens do Uso da Tecnologia na Pecuária

Tecnologia de base é a tecnologia para a qual, sem seu domínio, não é possível produzir um determinado bem ou insumo, é amplamente dominada por concorrentes e não oferece uma vantagem competitiva. E a tecnologia-chave é a tecnologia que uma empresa possui que pode dar a ela uma vantagem competitiva real, aumentando a eficiência, produtividade e qualidade, enquanto na tecnologia emergente, seu campo pode causar mudanças radicais em processos e produtos, permitindo que a matriz adquira posições de liderança (WAACK; TERRERAN; CORNELSEN, 1996).

Nas áreas rurais, a tecnologia da informação ajuda a compensar uma série de desvantagens econômicas, reduzindo as barreiras de tempo e as distâncias aos principais mercados. Portanto, a TI tem sido vista como um importante agente de reestruturação do ambiente e das funções dentro e fora da organização, pois conecta pessoas, processos e negócios. Na área administrativa, os fabricantes têm feito mudanças, contratando pessoal mais qualificado, controlando os custos de produção, alocando recursos de forma mais racional, padronizando processos e estabelecendo uma linha de produção sazonal para colher melhores

lucros,

melhorando a qualidade dos produtos (FIGUEIRA *et al.* 2004).

As percepções dos benefícios da adoção de TI são semelhantes em ambos os casos, com ênfase na velocidade de coleta de informações, economia de tempo e precisão dos dados. A partir daí a tomada de decisões, as reações do mercado e os investimentos foram as consequências da melhoria observada. Em alguns casos, o tempo de manuseio e pesagem dos animais podem ser reduzidos em mais de uma hora e dados mais precisos permitem decisões mais completas no local (MACHADO, 2002).

Com a ajuda da TI, as empresas começaram a controlar cotações, contabilidade comercial e informações de mercado com mais frequência. No setor manufatureiro, os dados controlados cobrem a reprodução, ganho de peso e controle de natalidade, desde o nascimento até o abate. No caso de propriedade que participa do Programa de Melhoramento Genético, será mais preciso controlar as informações de produção, como peso individual, avaliação corporal e identificação de bezerros com aparência ruim, número da mãe tatuada na orelha, entre outros (LUIZ, 2013).

Para Machado (2002), na pecuária, a vantagem do uso da tecnologia da informação é que o armazenamento da informação proporcionará um *software* de gerenciamento do fluxo de dados, enquanto na comercialização, a vantagem surge na forma de um produto diferenciado para atender aos interesses da indústria e dos consumidores. Outra contribuição muito importante da TI para empreendimentos rurais voltados para a produção de carne bovina, é o controle das propriedades higiênicas da carne, principalmente para garantir a participação do produtor nacional no mercado externo. A primeira etapa é a identificação do animal, processo que fornece informações precisas sobre o processo de produção, com o objetivo de registrar a história do animal no computador e identificar riscos de doenças, se necessário.

A desvantagem de usar algumas ferramentas de tecnologia é que elas exigem uma fonte de alimentação, cabos e —plugs para se conectar e exigem treinamento mínimo do operador. O uso do computador como mecanismo de decisão traz vantagens em termos de confiabilidade dos dados, velocidade da informação e facilidade de comunicação, dentro e fora do ativo. Entre as desvantagens estão o alto custo e a falta de mão de obra qualificada. Outro fator relevante no processo de adoção de TI é a percepção, de fato, das vantagens e desvantagens do uso das tecnologias já implantadas. Essa percepção pode ser observada a partir de resultados parciais,

quando da realização de testes preliminares. Anteriormente, não havia incentivo para a adoção da tecnologia, porém essa situação mudou. No estado do Paraná, o registro do SISBOV, oferece uma vantagem na obtenção de crédito, levando os fabricantes a pesquisar novas tecnologias para obter essa vantagem (FIGUEIRA *et al.*2004).

Conforme Alhadad (2016), com o passar do tempo, as vantagens da modernização das empresas agrícolas para a população, tornaram-se cada vez mais decisivas para melhorar a sua rentabilidade, para planejar o futuro do bem-estar das sociedades rurais e urbanas. E vale salientar a importância de todos se engajarem nesses novos aspectos tecnológicos, pois, tudo muda rapidamente e o campo, assim como os outros setores, precisam acompanhar essas mudanças, como vem acontecendo ao longo dos anos, com consciência e responsabilidade sem degradar o meio ambiente.

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada para a elaboração deste artigo, de acordo com o objetivo do mesmo, qualifica-se como exploratória para obter maior conhecimento sobre a importância da tecnologia na gestão no campo. No que diz respeito aos métodos empregados na pesquisa são de natureza quantitativa. Quanto à pesquisa de campo, a modalidade utilizada foi o levantamento, sendo o instrumento de pesquisa um questionário com Produtor Rural.

Este trabalho foi desenvolvido com enfoque na Tecnologia na pecuária, através de pesquisa em campo de modo quantitativo, a fim de obter resultados para comprovação da questão no tema imposto. Segundo a abordagem de Gil (2008), o mesmo define a pesquisa como —um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.

Para a desenvoltura da pesquisa e coleta de dados, serão aplicadas perguntas que engajam o dia a dia da produção no campo, com questões distintas sobre a implementação, uso, desafios e ganhos com o uso da tecnologia. Ainda de acordo com Gil (2008), o elemento mais significativo da fase de planejamento é a coleta de dados. Podendo aproveitar várias ferramentas para a coletar as informações desejadas.

Mediante os resultados da pesquisa quantitativa e qualitativa, avaliou-se se os

produtores foram —beneficiados ou sofreram atraso no quesito avanço tecnológico, já que 68% dos produtores entrevistados no estado afirmaram que aproveitam as tecnologias disponíveis no mercado, mesmo não recebendo ajuda de custo ou incentivo por parte do governo, como mostra o resultado no Gráfico 9.

O propósito do estudo foi analisar de forma quantitativa, onde, disse Zanella (2013, p. 35), —[...] pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis.

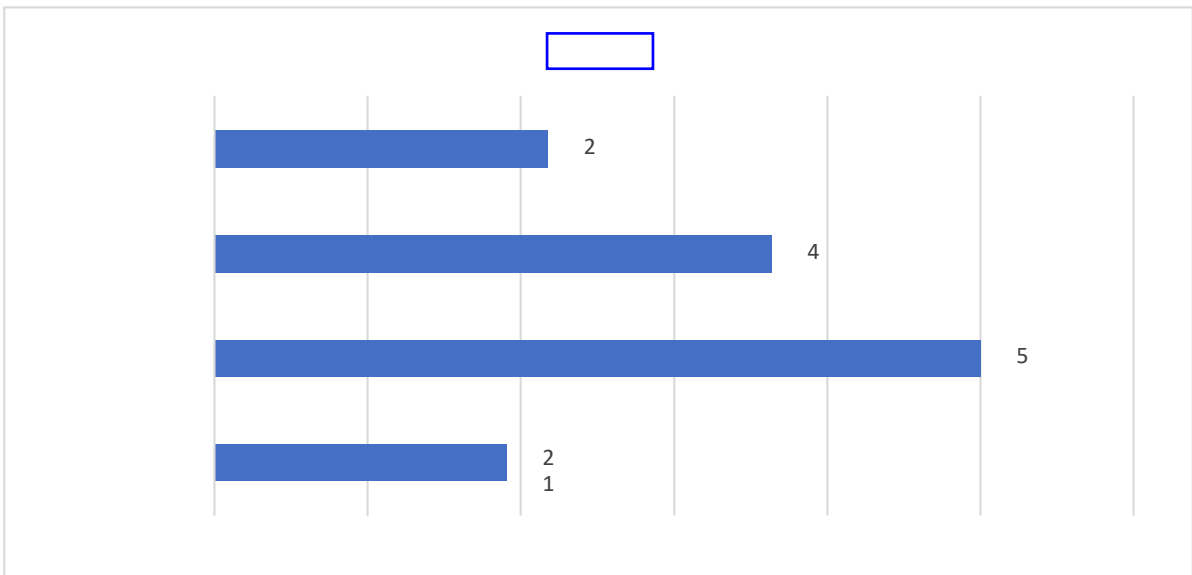
Para o levantamento da pesquisa, foi elaborado um questionário através do Google Forms, com 14 questões objetivas. A coleta de dados foi realizada no período de 03 de novembro de 2021 a 19 de novembro de 2021. O questionário foi enviado para 215 produtores, extraído de uma base de uma carteira de clientes de uma empresa no segmento agropecuário, pelo aplicativo WhatsApp, obtendo o retorno de 110 questionários respondidos por produtores rurais.

O resultado das questões serão apresentados com gráficos e parte dissertativa no Resultados e Discussões. Os dados observados no estudo dão indicativos de que as novas tecnologias digitais são de suma importância aos produtores para a fiscalização sobre o processo de criação e gestão do rebanho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Respostas dos produtores

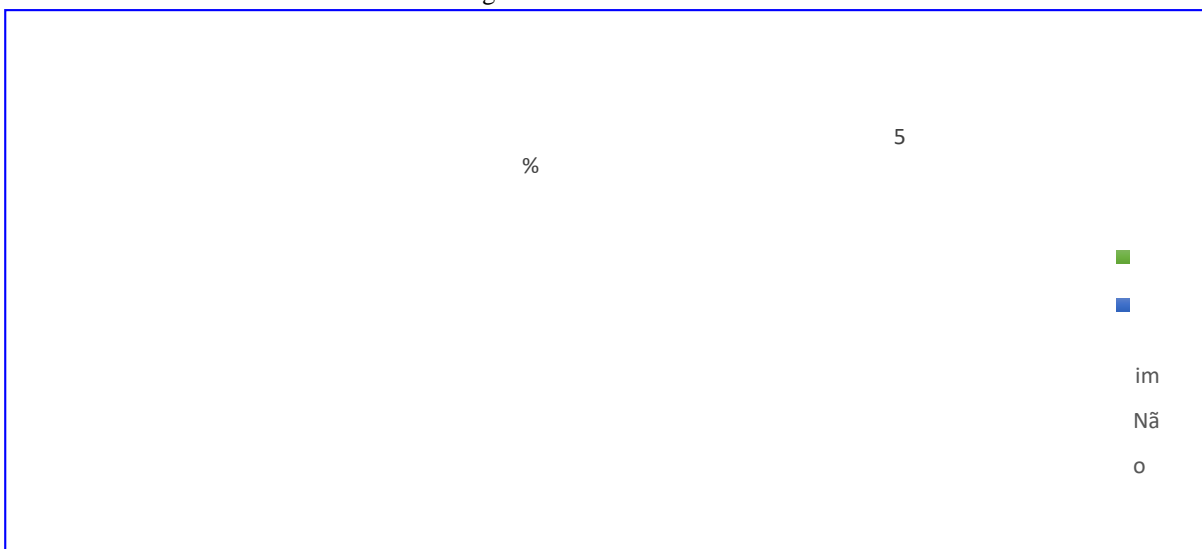
Os resultados apresentados a seguir sobre as novas tecnologias digitais, estão associados à pecuária de corte e pecuária leiteira. Em virtude do resultado da pesquisa, é perceptível que uma gestão eficiente, somada às novas tecnologias, proporciona grande sucesso na pecuária, tornando essa, cada vez mais eficiente e lucrativa.**Gráfico 1:** Área de atuação? (Assinale mais de uma alternativa se for o caso)



Fonte: Primária (2021)

A questão 1 perguntou sobre a área de atuação dos produtores. O resultado, conforme o Gráfico 1, demonstra que 50% são da Pecuária de corte, 36,4% Pecuária leiteira, 21,8 % Agropecuária e 19,1% Agricultura. Conforme o resultado, pode-se afirmar que a maioria dos produtores entrevistados atuam na Pecuária de corte ou na Pecuária leiteira.

Gráfico 2: Você vê sua fazenda como um negócio?

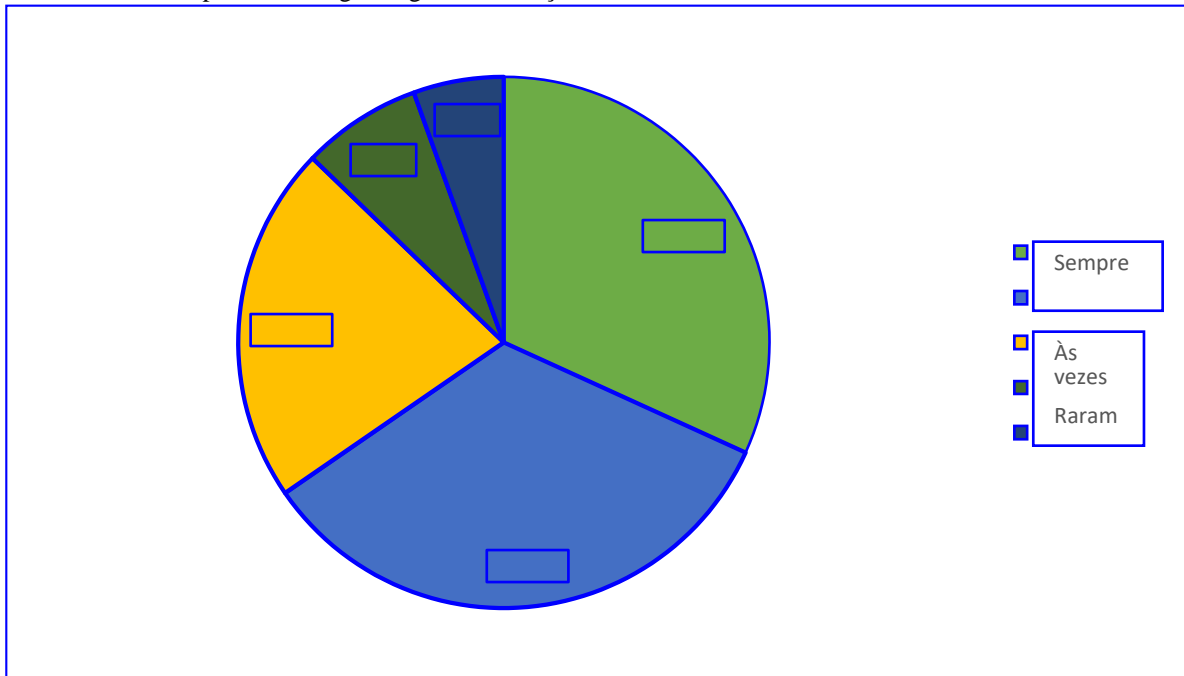


Fonte: Primária (2021)

A questão 2 perguntou se os entrevistados veem a fazenda como um Negócio, o resultado obtido no Gráfico 2, demonstrou que entre os produtores rurais pesquisados, que a maioria, 95% declararam que sim, vê sua fazenda como um negócio e 5% não. O resultado está de acordo com a abordagem de Oliveira (2006), quando defendeu que a fazenda deve ser vista

como um negócio, com o intuito de apresentar resultados, com essa visão dos produtores rurais favorecem o potencial das atividades que é desenvolvida na sua terra, demonstrando um papel de grande importância da pecuária no cenário brasileiro.

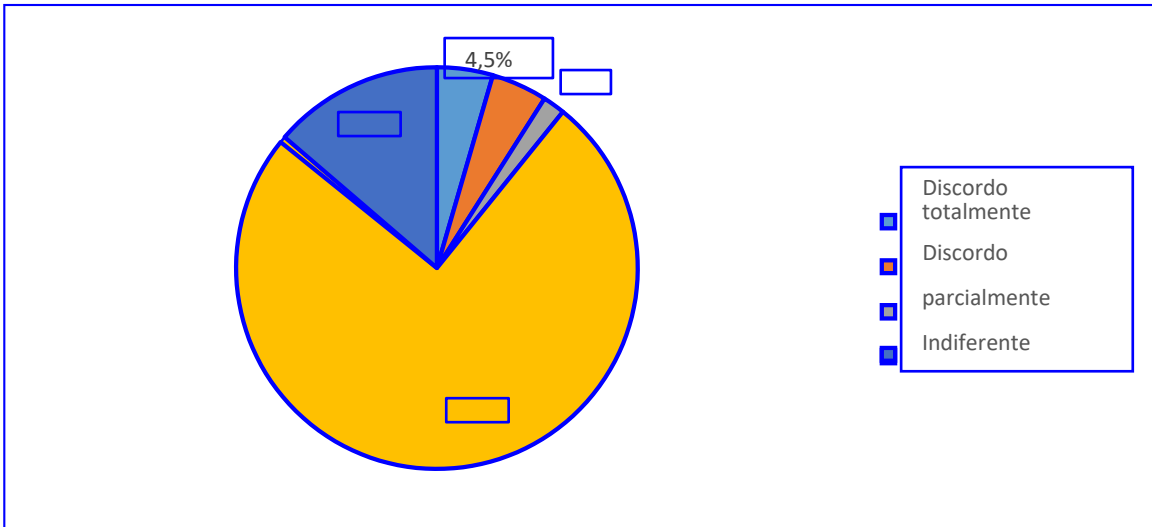
Gráfico 3: Você aplica tecnologias digitais na criação de animais de corte e leiteira na sua fazenda?



Fonte: Primária (2021)

A questão 3 perguntou se os produtores aplicam tecnologias digitais na criação de animais de corte /leiteira na fazenda. O resultado, conforme o Gráfico 3, demonstra 33,6%, muitas vezes, 31,8% sempre, 21,8% as vezes, 7,3% sim, raramente e 5,5% nunca. O resultado aponta que a maior parte dos produtores (87,2%) afirmou que sempre, muitas vezes ou as vezes utilizam tecnologias digitais na criação de animais. O resultado demonstrado, concorda com Brasil (2017), quando afirma que cerca de 67% das propriedades rurais utilizam algum tipo de tecnologia, seja nas atividades de criação ou na gestão dos negócios.

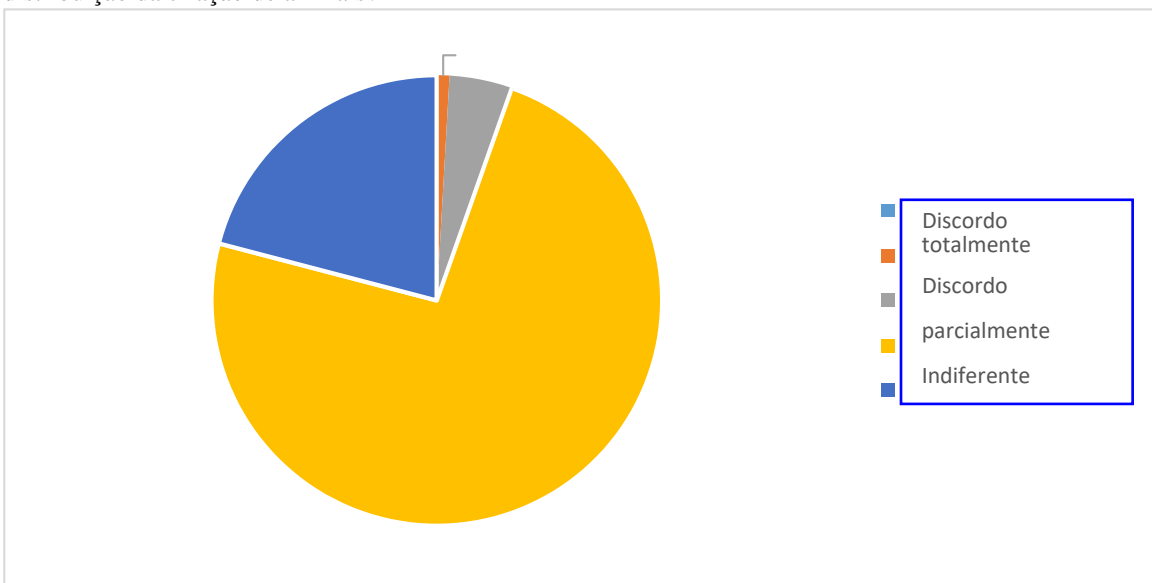
Gráfico 4: Para você, as inovações tecnológicas no campo causaram algum impacto na pecuária leiteira e na produção de carne?



Fonte: Primária (2021)

A questão 4 perguntou se as inovações tecnológicas no campo causaram algum impacto na pecuária leiteira e na produção de carne. O resultado, conforme o Gráfico 4, demonstra que 75,5% dos entrevistados concordam totalmente, 13,7% concordam parcialmente, 4,5% discordam totalmente, 4,5% discordam parcialmente e 1,8% ficaram indiferentes sobre o que foi perguntado. Desta forma, compreende-se que para a maioria dos produtores (89,2%) concordam que as inovações tecnológicas no campo estão causando impacto na pecuária.

Gráfico 5: Você concorda que os métodos tecnológicos permitem total fiscalização sobre o processo e a distribuição da criação de animais?

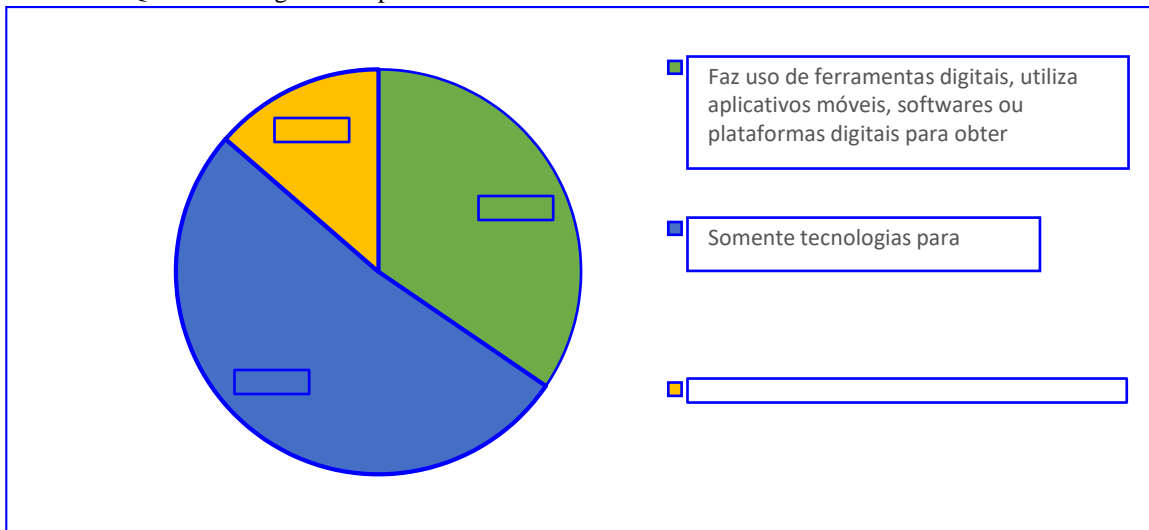


Fonte: Primária (2021)

A questão 5 procurou saber se e os métodos tecnológicos permitem total fiscalização

sobre o processo e a distribuição da criação de animais. O resultado, conforme o Gráfico 5, demonstra que 73,7% dos entrevistados concordam totalmente, 20,9% concordam parcialmente, 4,5% ficaram indiferentes sobre o que foi perguntado, 0,9% discordam parcialmente e 0% discordam totalmente, desta forma, compreende-se que, para a maioria dos produtores, 94,6% concordam que a tecnológica permite total fiscalização sobre o processo e a distribuição da criação de animais. Nesse sentido, pode-se afirmar, conforme Alhadad (2016), que o uso das tecnologias torna-se cada vez mais decisiva para melhorar a produtividade, apresentando uma maior rentabilidade na criação do rebanho.

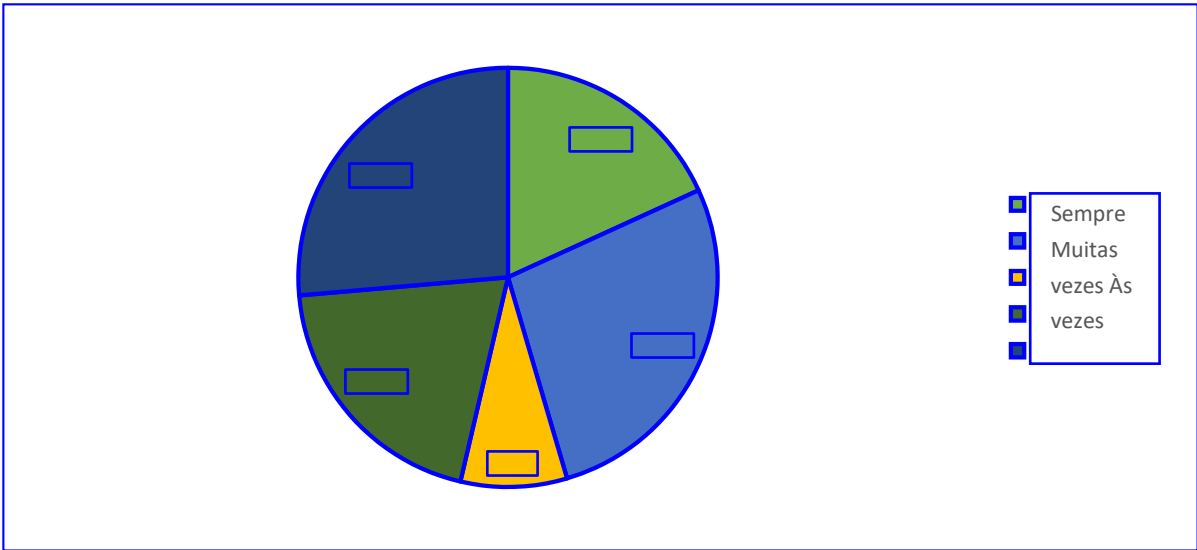
Gráfico 6: Quais tecnologias são aplicadas na sua fazenda?



Fonte: Primária (2021)

A questão 6 procurou investigar quais tecnologias são aplicadas na sua fazenda. O resultado, conforme o Gráfico 6, demonstra que 51,85% somente usa tecnologias para manejo e rastreabilidade da produção, 34,53% faz uso de ferramentas digitais, utiliza aplicativos móveis, *softwares* ou plataformas digitais para obterem informações e apoiar a administração da propriedade e 13,61% não faz uso de nenhuma ferramenta digital. Pode-se concluir que, nesta questão demonstra uma aceitação grande (86,4%), em relação as novas tecnologias aplicadas na pecuária.

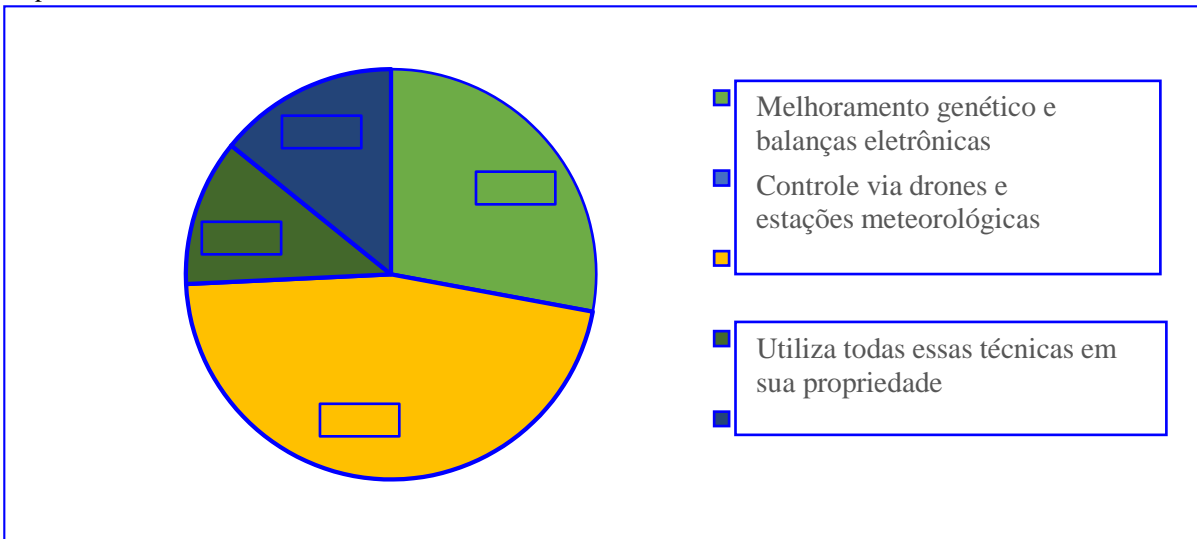
Gráfico 7: Você utiliza sensores com comandos automáticos para coleta de dados sobre qualidade do solo para cultivo de pastagens para a criação do rebanho?



Fonte: Primária (2021)

A questão 7 perguntou se os produtores utilizam sensores com comandos automáticos para coleta de dados sobre qualidade do solo para cultivo de pastagens para a criação do rebanho. O resultado, conforme o Gráfico 5, demonstra que 27,3% muitas vezes, 26,4% nunca usou, 20% raramente, 18,2% sempre e 8,2% às vezes. Com base nos dados apresentados, nota-se que a maioria (45,5%), utilizam sempre ou muitas vezes sensores para testar a qualidade do solo para cultivo de pastagem para a criação do rebanho.

Gráfico 8: Quais tecnologias são utilizadas no seu rebanho para proporcionar acréscimo na produção e aumento da produtividade?



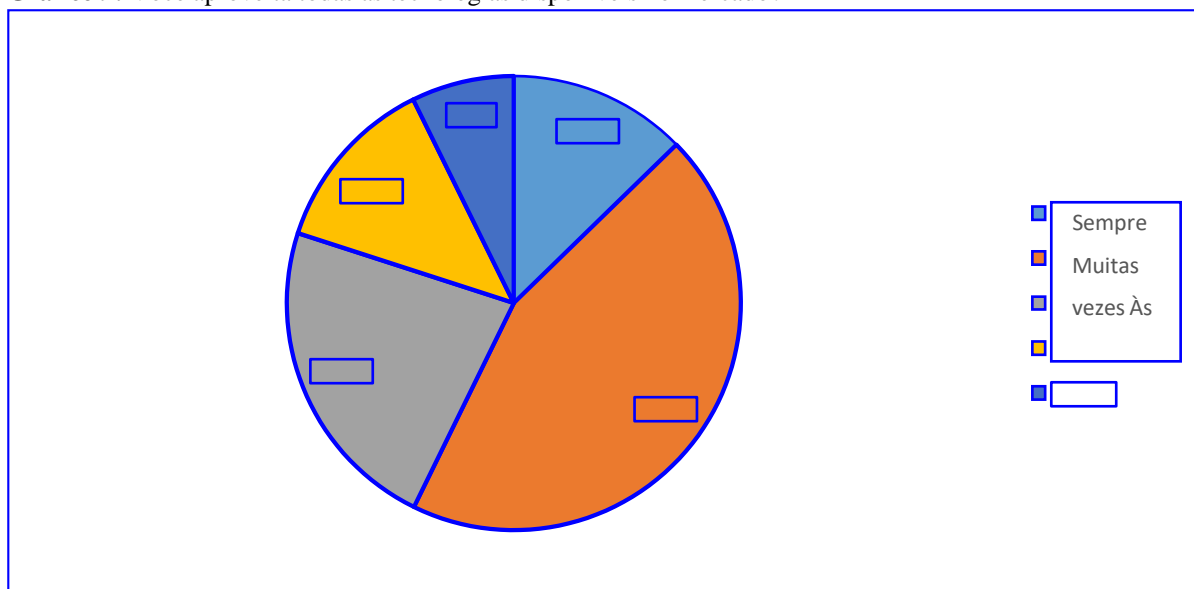
Fonte: Primária (2021)

A questão 8 perguntou sobre quais tecnologias são utilizadas no rebanho para proporcionar acréscimo na produção e aumento da produtividade. O resultado, conforme o Gráfico 8, demonstra que 46,3% brincos, coleiras e chips eletrônicos, 27,9% melhoramento

balanças

eletrônicas, 14,2% utiliza todas essas técnicas em sua propriedade e 11,6% não utilizam nenhuma dessas técnicas e não houve respostas afirmativa sobre o controle via drones e estações meteorológicas. Com base nos dados apresentados, nota-se que a utilização da tecnologia nas atividades rurais otimiza o aumento da produção e alavanca a produtividade.

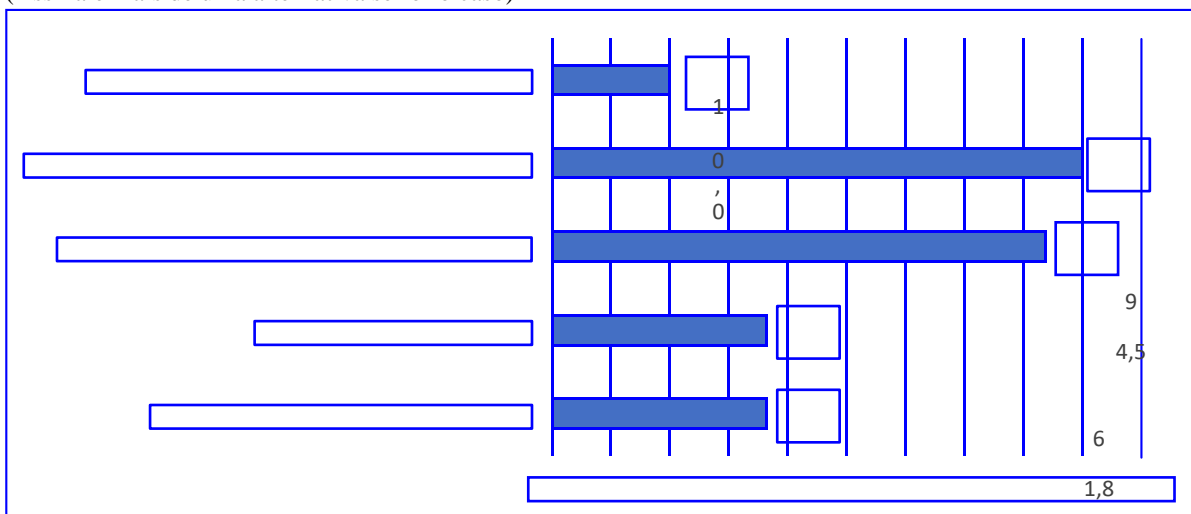
Gráfico 9: Você aproveita todas as tecnologias disponíveis no mercado?



Fonte: Primária (2021)

A questão 9 perguntou se o produtor aproveita todas as tecnologias disponíveis no mercado. Conforme pode ser observado no Gráfico 9, demonstra que 44,5% muitas vezes, 22,7% às vezes, 12,7% raramente, 12,7% sempre e 7,3% nunca. Neste sentido, foi identificado que a maioria (79,9%), muitas vezes, às vezes ou sempre aproveitam as tecnologias disponíveis no mercado. O resultado indicou que a maioria dos produtores estão de acordo com Oliveira (2006), quando enfatiza que, mesmo enfrentando desafios, os produtores têm investido mais em tecnologia.

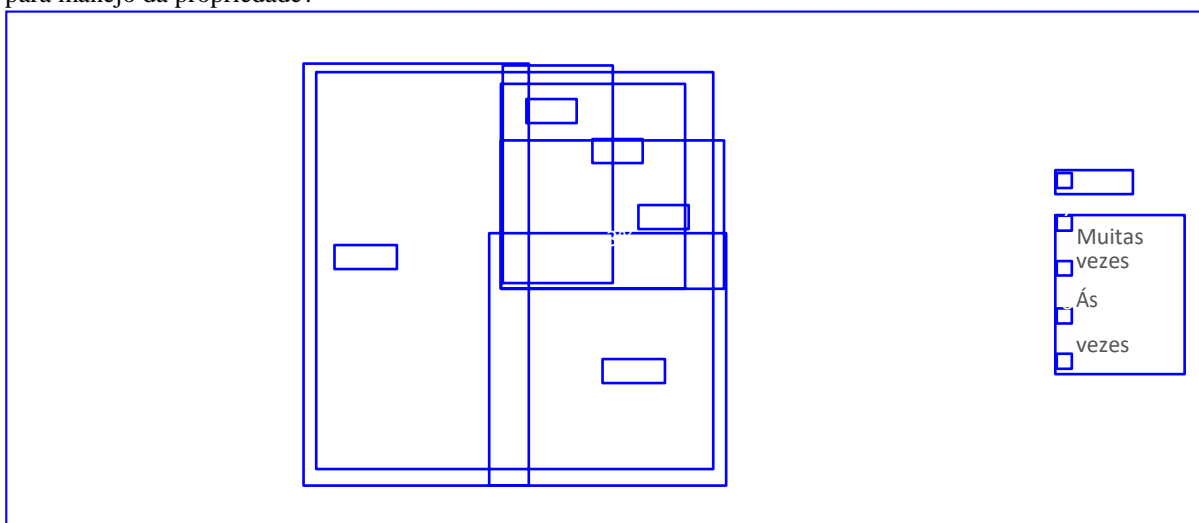
Gráfico 10: Quais os principais desafios enfrentados para inserir as tecnologias digitais na sua propriedade?
(Assinale mais de uma alternativa se for o caso)



Fonte: Primária (2021)

A questão 10 perguntou sobre quais os principais desafios enfrentados para inserir as tecnologias digitais na sua propriedade. Conforme pode ser observado no Gráfico 10, 44,5% falta de capacitação para uso das novas tecnologias, 41,8% custo de implantação dos equipamentos digitais, 18,2% problemas de conectividade, 18,2% desconhecimento sobre as tecnologias e 10% acesso a crédito para compra das tecnologias. Com base nos dados apresentados, nota-se que a maioria (44,5%) é a falta de capacitação para uso das novas tecnologias.

Gráfico 11: Recebeu algum tipo de incentivo por parte do governo ou cooperativa para aquisição de tecnologia para manejo da propriedade?

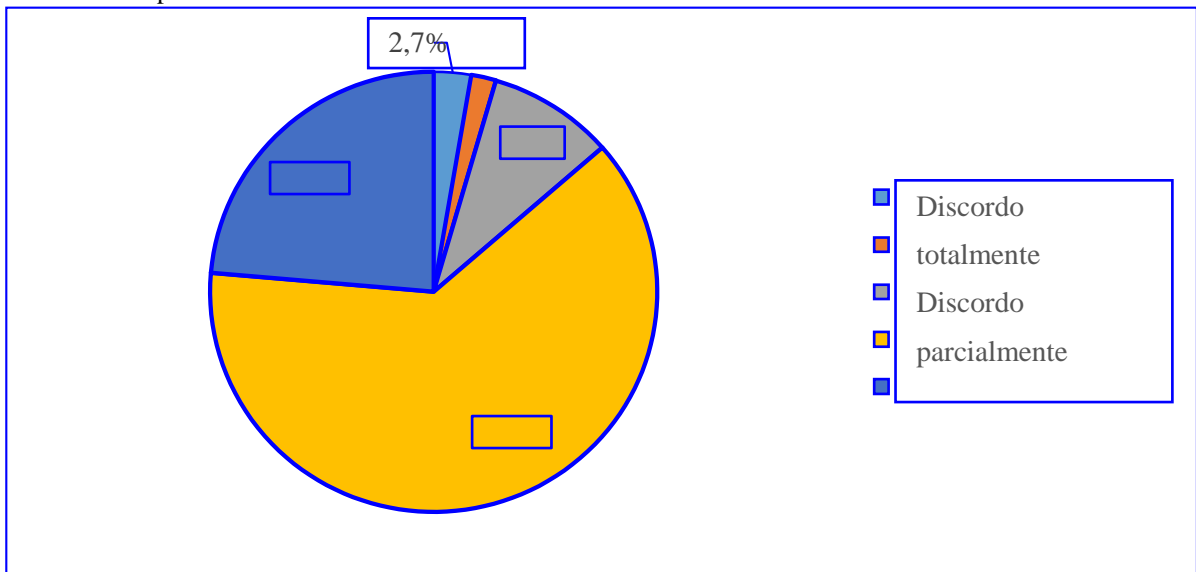


Fonte: Primária (2021)

A questão 11 perguntou se recebeu algum tipo de incentivo por parte do governo ou

para aquisição de tecnologia para manejo da propriedade. Conforme pode ser observado no Gráfico 11, demonstra que 49,1% nunca, 28,2% raramente, 8,2% as vezes, 7,3% sempre e 7,3% muitas vezes. O resultado confirma que, mesmo o governo disponibilizando fortes investimentos no campo, os produtores não utilizam esses benefícios para implantação de tecnologias nas fazendas.

Gráfico 12: A tecnologia digital trouxe agilidade, controle e qualidade nas suas atividades, atendendo a todas as fases do ciclo produtivo do seu rebanho?

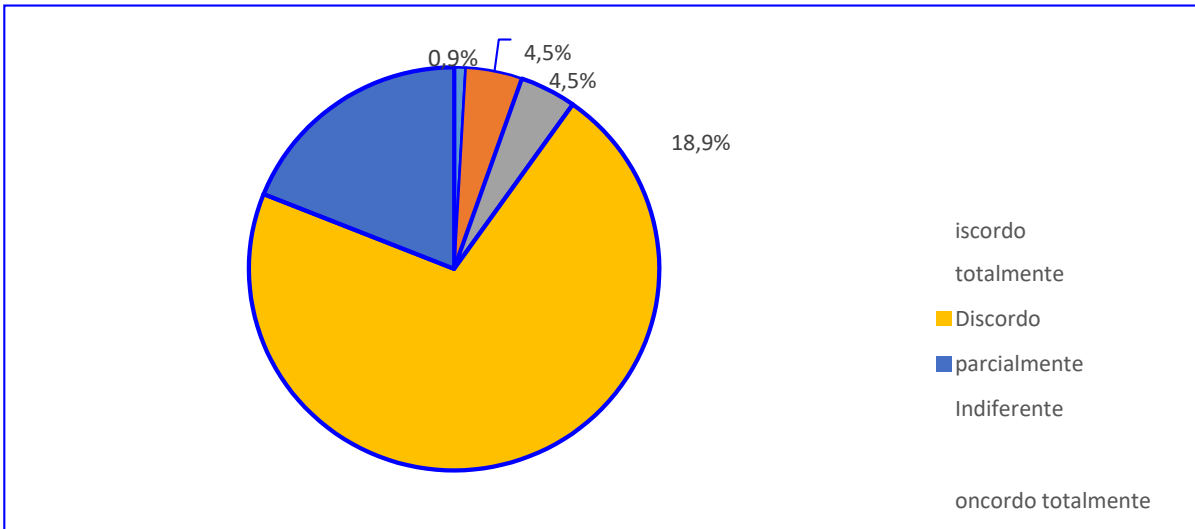


Fonte: Primária (2021)

A questão 12 perguntou se a tecnologia digital trouxe agilidade, controle e qualidade nas suas atividades, atendendo a todas as fases do ciclo produtivo do rebanho. Conforme pode ser observado no Gráfico 12, demonstra que 62,8% concordam totalmente, 23,6% concordam parcialmente, 9,1% indiferente, 2,7% discordam parcialmente 21,8 1% discordam totalmente. Com base nos dados apresentados, percebe-se que a maioria (86,3%) concordam total ou parcialmente que a tecnologia digital trouxe agilidade, controle e qualidade nas atividades que envolvem todo o ciclo produtivo do rebanho.

Gráfico 13: A tecnologia digital permite ao gestor acompanhar e monitorar todo o Trabalho no campo, tornando a gestão eficiente e lucrativa?

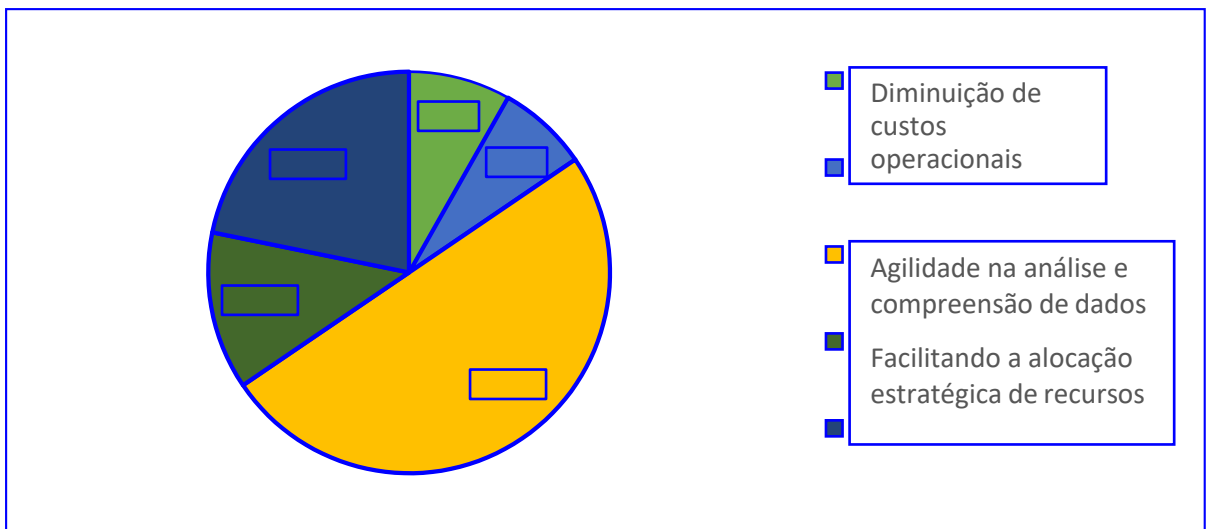




Fonte: Primária (2021)

A questão 13 perguntou se a tecnologia digital permite ao gestor acompanhar e monitorar, todo o trabalho no campo, tornando a gestão eficiente e lucrativa. Conforme pode ser observado no Gráfico 13, 71,2% concordam totalmente, 18,9% concordam parcialmente, 4,5% indiferente, 4,5 discordam parcialmente e 0,9% discorda totalmente. Com base nos dados apresentados, nota-se que a maioria (90,1%) concordam total ou parcialmente, o resultado está de acordo com o Ministério da Educação e Cultura, que enfatiza que o uso da tecnologia no campo promove uma gestão mais efetiva, apoiando os fazendeiros na implementação do manejo e controle

Gráfico 14: Quais as vantagens tecnológicas e o que elas têm proporcionado na alavancagem da produtividade no rebanho?



Fonte: Primária (2021)

A questão 14 perguntou sobre as vantagens tecnológicas e o que elas têm proporcionado na alavancagem da produtividade no rebanho. Conforme pode ser observado no Gráfico 14, 50% agilidade na análise e compreensão de dados, 21,8% lucratividade nos negócios, 12,7% diminuição de custos operacionais, 8,2% facilitando a alocação estratégica de recursos, e 7,3% redução de riscos. Com base nos dados apresentados, nota-se que a maioria (50%) agilidade na análise e compreensão de dados. O resultado demonstrado, concorda com Alhadad (2016), que aborda as vantagens das tecnologias para melhorar a produtividade das propriedades rurais e rentabilidade dos negócios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, em vista dos argumentos apresentados, a pergunta problema foi respondida, pois, em virtude dos fatos mencionados foi possível concluir que a constante adoção de novas tecnologias na pecuária brasileira, proporcionou um aumento na produção de maneira mais positiva e eficaz. O objetivo geral do estudo foi alcançado, pois, apresentou e mostrou através de confirmação da pesquisa, que os grandes e pequenos produtores do campo obtiveram retorno positivo com a contribuição do uso de novas tecnologias na gestão da pecuária.

Com a intenção de alcançar o objetivo, identifica-se esta pesquisa de forma quantitativa, com a finalidade de obter resultados significativos. Levando-se em consideração que parte do resultado, uma parcela de 13,6% das pessoas entrevistadas não aderiu ao uso da tecnologia, por um outro lado, foi possível observar que a gestão e o avanço tecnológico podem desempenhar mudanças, e proporcionaram na pecuária brasileira, a modernização do setor com o incremento da produção e da produtividade.

No entanto, observou-se que na pecuária, os impactos sofridos diante à implementação da tecnologia, mesmo com os desafios, foram efeitos positivos, pois, percebe-se que para o maior número de produtores, a modernização do setor resultou de uma consolidação agregada da inovação tecnológica. Inovações estas, que acrescentam valores econômicos e possibilitam o crescimento do negócio na área da pecuária, expandindo o campo no setor de atuação, sejam de corte ou pecuária leiteira.

Sendo assim, após a pesquisa, o grupo entende que o êxito da pecuária está associado à potência da boa gestão através da administração. Pois, entende-se que, em uma posse bem gerida, todos os investimentos para crescimento, sucesso do negócio e manejo dos animais, são exercidos de forma mais adequada e rentável possível. Portanto, conclui-se que no setor da pecuária não é diferente, já que é uma tarefa em constante crescimento, onde os desafios do uso da tecnologia na gestão da pecuária, serão contínuos, uma vez que, está em constante evolução, a tecnologia estará em todos os estágios da cadeia produtiva. Faz-se necessário mais estudos na área para melhor explanação do assunto que é pouco explorado.

6 REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1983.

ABBRI, F. **Conheça 6 avanços tecnológicos que revolucionaram a pecuária brasileira**. 2021. Disponível em: <https://pastoextraordinario.com.br/conheca-6-avancos-tecnologicos-que-revolucionaram-a-pecuaria-brasileira/>. Acesso em: 07 out 2021.

ALHADAS, Elisabete. **A importância de aplicar técnicas de gestão na propriedade rural**. Blog Next, 19 de set. de 2016. Disponível em: <https://next.pecege.com/blog/2016/09/19/aimportancia-de-aplicar-tecnicas-de-gestao-na-propriedade-rural/>. Acesso em: 19 out. 2021.

BARRETO, P.; PEREIRA, R.; ARIMA, E. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas**. In Recursos Naturais e o Crescimento Econômico. (Ed.) Universidade Federal de Viçosa. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Tecnologia já é usada em cerca de 67% das propriedades rurais do país**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/tecnologia-ja-e-usada-em-cerca-de-67-das-propriedades-rurais-do-pais-1>. Acesso em: 26 nov. 2021

BUAINAIN, Antônio Márcio; FILHO, Hildo Meirelles de Souza. **A política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos**. In: BATALHA, Mário Otávio. Gestão Agroindustrial : GEPAl: Grupo de estudo e pesquisas agroindustriais. 4. ed. – 2.reimpr., São Paulo: Atlas, 2007.

CORTÊS, Rogério Peregrino Braga. O uso de recursos audiovisuais na implantação de projetos no CEMNB 01. 2015. 98 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Coordenação Pedagógica)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CORREIA, Maíra Baumgarten. Tecnologia. In. CATTANI, Antônio D. (org.). Trabalho

tecnologia:

dicionário

crítico. Petrópolis, RJ: Vozes: Ed. Da Universidade/UFRS, 1999.

CNF. Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF. **Pecuária do país avança em todas as frentes**. Disponível em: <https://cnf.org.br/pecuaria-do-pais-avanca-em-todas-as-frentes/>. Acesso em: 20 out. 2021.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Custos de produção agrícola**: a metodologia da Conab. Brasília: Conab, 2010. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/custos.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisória. 82 p.- 7. ed. Revista atualizada e ampliada- São Paulo: Atlas, 2012.

CROZATTI, Jaime. **Modelo de gestão e cultura organizacional**: conceitos e interações.

Caderno de Estudos [online]. 1998, n. 18 [Acessado 13 Novembro 2021] , pp. 01-20.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004>>. Epub 05 Out 2011.

ISSN 2316-8943. <https://doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004>.

DE CARVALHO, Thiago Bernardino; DE ZEN, Sérgio. **A cadeia de Pecuária de Corte no Brasil**: evolução e tendências. **Revista iPecege**, v. 3, n. 1, p. 85-99, 2017.

EMBRAPA. Agricultura Sustentabilidade e Tecnologia 2012. Disponível em: [AgriculturaSustentabilidadeeTecnologia.pdf](#). Acesso em: 26 nov. 2021.

FIGUEIRA, A. S. *et al.* **Impactos da tecnologia da informação na dimensão competitiva de agentes da cadeia produtiva do leite**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, SOBER, 2004.

FORTES, G. Como aproveitar melhor a informática na pecuária. **Revista DBO Rural**, v.23, n.288, outubro de 2004, p.98-106, 2004.

GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. **Sistema de Gestão**: qualidade e segurança dos alimentos. São Paulo: Manole, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GODINHO, Ricardo Ferreira. **A gestão de empresas rurais**. Milkpoint, São Paulo, jun./2015. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/radar-tecnico/gerenciamento/a-gestao-de-empresas-rurais-95522n.aspx>. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Pecuária Municipal** - PPM. Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib> . Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Pecuária**

Municipal -

PPM.

Disponível em: sidra. file:///C:/Users/J%20Modesto/Downloads/efetivo-de-rebanhos-por-tipo-cabe%C3%A7as-2020.pdf . Acesso em: 20 out. 2021.

IICA (1989) - Os desafios da agricultura brasileira nos anos 90, da crise macroeconômica ao crescimento setorial auto-sustentado. Escritório do IICA no Brasil – Brasília, Brasil: IICA, 1989.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia Científica e Tecnológica: Módulo 5 – Tecnologia**, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3208481-Metodologia-cientifica-e-tecnologica.html>. Acesso em: 03 out. 2021.

KOHN, Karen; MORAES, CH de. **O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital**. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2007. p. 1-13.

LONGO, W. P. **Tecnologia e soberania nacional**. São Paulo: Ed. Nobel, 1984.

LUIZ, Cristiane Rodrigues. **A tecnologia no agronegócio. Fundação Educacional no município de ASSIS**, 2013.

MACHADO, J.G.C.F. **A adoção da identificação eletrônica de animais na gestão do empreendimento rural: um estudo multicaso na pecuária de corte**. São Carlos: UFSCar, 2002. 129 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos. 2002.

MATIAS, Átila. "Agronegócio"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/agronegocio.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2021.

MELZ, L. J. Custos de produção de gado bovino: revisão sob o enfoque da contabilidade de custos. **Custos e @gronegócio**, v. 9, n. 1, p. 119-136, jan./mar. 2013.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Pecuária**. 2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/pecuaria.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

NEVES, Marcos Fava **Caminhos da Cana** - Sertãozinho, SP: Canaeste, 2014. -- (Caminhos da Cana ; 1)

OLIVEIRA, R.L. BARBOSA, M.A.F. LADEIRA, M.M; SILVA, M.M.P; ZIVIANI, A.C; BAGALDO A.R. Nutrição e manejo de bovinos de corte na fase de cria. **Rev. Bras.Saúde Prod. An.**, v.7, n.1, p. 57-86, 2006. Disponível em: <https://acrimat.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/05/livro-producao-e-manejo-de-gado-de-corte.pdf>.: Acesso em: 26 nov. 2021.

OLIVEIRA FILHO, Amado de (org.). **Produção e Manejo de Bovinos de Corte**./ Amado de Oliveira Filho (organizador). Cuiabá-MT: KCM Editora, 2015.

RODRIGUES,

J.A.

Importância e aplicação dos sistemas de informação no agribusiness. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFORMÁTICA APLICADA À AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA (2), **Anais...** 6p. 1999.

SCHMIDT, Nádia Solange e Silva, Christian Luiz da. **Pesquisa e Desenvolvimento na Cadeia Produtiva de Frangos de Corte no Brasil.** - Convênio 336/2014. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2018, v. 56, n. 3.

SILVA, José Renato da. **A tecnologia no campo e a gestão efetiva do agronegócio.** 2018. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Automação e Controle de Processos Industriais) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2018.

SILVEIRA, L. G.; SOARES, M. A.; SILVA, M. A. Rentabilidade do gado de corte na fase de recria: uso da simulação de Monte Carlo para planejamento e controle empresarial. In: Congresso Brasileiro de Custos, 19, 2012, Bento Gonçalves, **Anais...** Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/353>.

VALLE, F. **Manual de contabilidade agrária.** São Paulo: Atlas 1987.

WAACK, R.S., CORNELSEN, S.C. **Identification of critical technological needs:** na approach for vaccine production. In: Meeting on Identification of Critical Technological Needs, Vienna, UNIDO, 16p., 1996.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa.** 2. ed. Florianópolis: Copyright, 2013.

NEXO 1

QUESTIONÁRIO

1) Área de atuação? (Assinale mais de uma alternativa se for o caso)	<input type="checkbox"/> Agropecuária <input type="checkbox"/> Pecuária leiteira <input type="checkbox"/> Pecuária de corte <input type="checkbox"/> Agricultura
2) Você vê sua fazenda como um negócio?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3) Você aplica tecnologias digitais na criação de animais de corte e leiteira na sua fazenda?	<input type="checkbox"/> Sempre <input type="checkbox"/> Muitas vezes <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca
4) Para você, as inovações tecnológicas no campo causaram algum impacto na pecuária leiteira e na produção de carne?	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente
5) Você concorda que os métodos tecnológicos permitem total fiscalização sobre o processo e a distribuição da criação de animais?	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente
6) Quais tecnologias são aplicadas na sua fazenda?	<input type="checkbox"/> Faz uso de ferramentas digitais, utiliza aplicativos móveis, softwares ou plataformas digitais para obter informações e apoiar a administração da propriedade <input type="checkbox"/> Somente tecnologias para manejo e rastreabilidade da produção <input type="checkbox"/> Não faço uso de nenhuma ferramenta digital

<p>7) Você utiliza sensores com comandos automáticos para coleta de dados sobre qualidade do solo para cultivo de pastagens para a criação do rebanho?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sempre <input type="checkbox"/> Muitas vezes <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca</p>
<p>8) Quais tecnologias são utilizadas no seu rebanho para proporcionar acréscimo na produção e aumento da produtividade?</p>	<p><input type="checkbox"/> Melhoramento genético e balanças eletrônicas <input type="checkbox"/> Controle via drones e estações meteorológicas <input type="checkbox"/> Brincos, coleiras e chips eletrônicos <input type="checkbox"/> Utiliza todas essas técnicas em sua propriedade <input type="checkbox"/> Não utiliza nenhuma dessas técnicas</p>
<p>9) Você aproveita todas as tecnologias disponíveis no mercado?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sempre <input type="checkbox"/> Muitas vezes <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca</p>
<p>10) Quais os principais desafios enfrentados para inserir as tecnologias digitais na sua propriedade? (Assinale mais de uma alternativa se for o caso)</p>	<p><input type="checkbox"/> Desconhecimento sobre as tecnologias <input type="checkbox"/> Problemas de conectividade <input type="checkbox"/> Custo de implantação dos equipamentos digitais <input type="checkbox"/> Falta de capacitação para uso das novas tecnologias <input type="checkbox"/> Acesso a crédito para compra das tecnologias</p>
<p>11) Recebeu algum tipo de incentivo por parte do governo ou cooperativa para aquisição de tecnologia para o manejo da propriedade?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sempre <input type="checkbox"/> Muitas vezes <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca</p>

<p>12) A tecnologia digital trouxe agilidade, controle e qualidade nas suas atividades, atendendo a todas as fases do ciclo produtivo do seu rebanho?</p>	<p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
	<p><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente</p>
<p>13) A tecnologia digital permite ao gestor acompanhar e monitorar todo o trabalho no campo, tornando a gestão eficiente e lucrativa?</p>	<p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente</p>
<p>14) Quais vantagens as inovações tecnológicas têm proporcionado na alavancagem da produtividade do seu rebanho?</p>	<p><input type="checkbox"/> Diminuição de custos operacionais <input type="checkbox"/> Redução de riscos <input type="checkbox"/> Agilidade na análise e compreensão de dados <input type="checkbox"/> Facilitando a alocação estratégica de recursos <input type="checkbox"/> Lucratividade nos negócios</p>

A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NA LEI MARIA DA PENHA

THE APPLICATION OF PROTECTIVE MEASURES OF URGENCY IN THE MARIA DA PENHA LAW

FEITOSA, Antony Lima¹; FLEURY, Gabriel Coelho Couto²; SANTOS, Gabriel Silva³; SILVA, Geovana Moreira⁴; SILVA, Victor Gabriel Lopes da⁵; LIMA JUNIOR, Geraldo Lopes de⁶; DUTRA, Alessandro Regal⁷; SOUSA, Mateus Milhomem de⁸; CARVALHO, Natalia Oliveira de⁹.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral apresentar e esclarecer alguns dos principais aspectos que comprometem a eficiência da aplicação das Medidas Protetivas de Urgência na lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, visando levar conhecimento à sociedade e auxiliar o Poder Público na possível criação de novos mecanismos capazes de coibir as adversidades enfrentadas. A respeito da metodologia utilizada no artigo, dispõem-se, no referido, o método de pesquisa indutivo, pelo qual foram abordados casos particulares, visando levá-los à uma visão geral. No que concerne o método de realização da pesquisa, foi utilizado o método teórico, pelo qual os dados apresentados foram adquiridos via internet, verificando-se doutrinas, artigos e casos que auxiliaram na abordagem sobre o tema. Em relação ao tipo de pesquisa, foi empregada a pesquisa qualitativa, apresentando uma conclusão que visa esclarecer os fatos indagados. Diante da pesquisa realizada, concluiu-se que o Estado de Goiás tem apresentado importante atuação no que diz respeito à criação de políticas públicas que visam coibir os casos de violência contra as mulheres, entretanto, no que tange às medidas protetivas de urgência, verificou-se que há problemas na efetivação desses mecanismos, o que resulta na necessidade do contínuo aprimoramento por parte do referido acerca das ferramentas responsáveis pela fiscalização e execução de tais medidas, de forma que alcance seu principal objetivo.

Palavras-chave: Medidas Protetivas de Urgência; Lei Maria da Penha; Ineficiência.

¹ Graduando em direito – e-mail: antony.vk12@gmail.com

² Graduando em direito – e-mail: gabrielfleury13@gmail.com

³ Graduando em direito – e-mail: gabrielsilvaemp18@gmail.com

⁴ Graduando em direito – e-mail: geovanamoreira697@gmail.com

⁵ Graduando em direito – e-mail: victorgls2017@gmail.com

⁶ Orientador – e-mail: geraldo.junior@facunicamps.edu.br

⁷ Coorientador

⁸ Coorientador

⁹ Coorientador

ABSTRACT

The general purpose of this article is to present and clarify certain aspects that compromise the efficiency of the application of Urgent Protective Measures of the law 11.340/06, known as “Maria da Penha Law”, aiming at taking knowledge to the society and assisting the government in creating new mechanisms capable of preventing the encountered adversities. Regarding the methodology, in the making of this article, the inductive research was used, which approaches specific cases, leading them to an overview. Regarding the method of conducting the research, the theoretical method was used, by which the presented data was found on the internet, verifying doctrines, articles and cases that helped to approach the subject. Regarding the type of research, the qualitative research was used, presenting a conclusion that aims at clarifying the questioned facts. Given the research conducted, it is concluded that the state of Goiás has shown an important performance regarding the creation of public policies that seek to prevent cases of violence against women, however, regarding the urgent protective measures, it was verified that there are problems in the effectiveness of these mechanisms, resulting in the need of constant enhancement by that state concerning the tools responsible for supervising and running such measures, in a way that it can achieve its main goal.

Keywords: *Urgent Protective Measures; Maria da Penha Law; inefficiency*

1. INTRODUÇÃO

Problemas de violência doméstica contra a mulher é uma realidade historicamente perpetrada no Brasil. Durante muitos anos, este cenário tem sido fixado como normal no país, o que impulsionou a necessidade de serem levantados estudos, até mesmo em âmbito internacional, sobre o referido assunto. Devido à grandiosidade do problema abordado, o Estado Brasileiro tem se dedicado à criação de ferramentas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Como exemplo de mecanismo encarregado de coibir esses ocorridos destaca-se a Lei 11.340 de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, a qual impõe sanções aos agressores, além de fornecer segurança às vítimas. Vale ressaltar, também, que essa lei é considerada como a principal ferramenta de combate a violência doméstica no Brasil.

O mecanismo supracitado será abordado de forma mais aprofundada neste artigo, em especial, a análise das medidas protetivas elencadas na referida lei, as quais buscam fornecer às vítimas de agressão, a possibilidade de usufruir de seus direitos de maneira livre e segura.

É válido ressaltar as políticas públicas, que são essencialmente necessárias para a prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres, contudo, as mesmas ainda não apresentam total eficácia em sua execução, pois, embora a lei tenha sido um avanço inquestionável e a implementação de algumas políticas públicas ainda estejam em

andamento, há falhas na sua efetivação, em especial de maior rigor e celeridade na aplicação da legislação penal, de controle e fiscalização judicial e policial na aplicação das medidas protetivas e uma melhor estrutura judiciária para atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

A justificativa deste artigo se dá pela necessidade de compreender quais fatores comprometem a garantia da integridade da vítima de violência doméstica sob medidas protetivas de urgência, observando os aspectos ligados à determinada realidade.

Mediante o exposto, surge-se o seguinte questionamento: quais aspectos comprometem a garantia à integridade da vítima sob as medidas protetivas de urgência?

Para que o objetivo geral deste artigo alcançado, foram traçados os seguintes objetivos específicos: analisar a Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, buscando compreender sua tamanha importância para combater o cenário de violência doméstica; apresentar as características das medidas protetivas de urgência presentes na referida lei, além da sua forma de aplicação; apresentar casos que evidenciaram a falta de efetividade na aplicação dessas medidas protetivas e analisar quais as adversidades responsáveis pela ineficácia desses mecanismos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Lei Maria da Penha

A lei 11.340, promulgada em 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada como meio de promover equidade na aplicação da justiça no Brasil, observando as diferenças e desigualdades entre os gêneros. Dessa maneira, a lei abordada introduziu no ordenamento jurídico brasileiro um sistema de prevenção e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. De acordo com Cecília Roxo Bruno, essa lei apresenta importantes instrumentos de proteção:

A lei trata da criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e representa uma resposta aos movimentos internacionais em defesa dos direitos femininos, tendo em vista uma realidade cultural e histórica de desigualdade de gênero. (BRUNO, 2016, p. 20).

Nessa mesma linha de pensamento, Jéssica Mara Bento Quintão (2018) afirma que a lei em comento traz mecanismos importantes no combate aos atos violentos historicamente cometidos contra mulheres no ambiente doméstico e familiar:

Partindo-se da compreensão de que a violência doméstica é caracterizada como uma problemática histórica, baseada principalmente na desigualdade existente entre os gêneros, é possível afirmar que a Lei Maria da Penha, é um mecanismo normativo de suma importância para o ordenamento, voltado ao combate das condutas violentas perpetradas contra mulheres, de maneira que todo o comportamento de aceitação relativo a essas condutas passa a ser fortemente confrontado. (QUINTÃO, 2018, p. 9).

A Lei Maria da Penha, em seu parágrafo 5º, apresenta o ambiente em que se configura violência doméstica e familiar, além de caracterizar e elencar os tipos de violência contra a mulher nesses ambientes, sendo qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Vale destacar que as formas de violência contra a mulher encontram-se descritos no artigo 7º da referida lei. Ademais, além do abordado anteriormente, a lei 11.340/06 traz consigo propostas de medidas de proteção e de assistência às vítimas de violência doméstica, a fim de promover maior efetividade na legislação.

A respeito do surgimento da Lei Maria da Penha, a lei foi criada em meio a um cenário de forte intervenção de caráter internacional, visando combater as violações ocorridas contra os direitos humanos, em especial, o direito das mulheres (SANTOS, 2008).

Nesse contexto, Cecília Roxo Bruno expõe que um grande passo para o combate às violações aos direitos femininos no Brasil se deu em um importante movimento promovido pela Organização das Nações Unidas:

A Conferência dos Direitos Humanos, promovida pela ONU em 1993, trouxe reconhecimento à nível internacional da violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos, proporcionando, naquele mesmo ano, a aprovação pela Assembléia Geral da ONU da Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. O documento visava reforçar o processo de superação da violência contra a mulher, reconhecendo a desigualdade histórica das relações de poder entre homens e mulheres e determinando o posicionamento preventivo e punitivo dos Estados no sentido de eliminar a violência, independente de costumes, tradições e fundamentos religiosos (artigo 4º da Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres). (BRUNO, 2016, p. 22).

No ano de 1994, a Organização dos Estados Americanos promoveu a Convenção para a Eliminação, Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher, que ficou mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, a qual definiu a violência contra a mulher

como violação aos direitos humanos, visando levar orientação aos Estados-membros, para que estes criassem meios de punição e prevenção às condutas violentas (BRUNO, 2016).

Cecília Roxo Bruno (2016) destaca que essa abertura para a discussão sobre violência contra a mulher durante a década de 1990, fez com que fossem enviados dois casos brasileiros à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sendo o caso de Maria Lepoldi, assassinada pelo ex-namorado (1996); e o caso de Maria da Penha Maia Fernandes, a qual sofreu dupla tentativa de homicídio por parte do marido (1998).

Diante da avaliação de ambos os casos, evidenciou-se a necessidade de transformar o sistema jurídico e criminal brasileiro, além da necessidade da criação de mecanismos de prevenção contra a violência doméstica, visto que o atual cenário jurisdicional brasileiro estava marcado pela morosidade no trâmite de processos relacionados a violência contra mulheres. (SANTOS, 2008).

O segundo caso, que envolve Maria da Penha Maia Fernandes, foi o que recebeu maior destaque, tanto que a Lei 11.340/06 foi honrosamente batizada com seu nome. Como dito anteriormente, Maria da Penha sofreu dupla tentativa de homicídio por parte do marido, Marco Antônio Viveros, no ano de 1983. A primeira tentativa ocorreu quando o referido disparou com uma arma de fogo contra Maria da Penha, enquanto esta dormia. Este ocorrido resultou em deixá-la paraplégica de forma irreversível, além de outros traumas físicos e psicológicos. A segunda tentativa se deu duas semanas após a vítima receber alta do hospital, quando seu marido tentou eletrocutá-la enquanto ela tomava banho. Nesse ponto, ela decidiu separar-se judicialmente do acusado. Ambos os atentados foram previamente planejados por Marco Antônio Viveros, pois este tentou convencer a vítima a assinar um documento de seguro de vida, além de tentar obrigá-la a assinar um documento de venda de um bem da referida, sem que estivesse revelado o nome do comprador no documento (CIDH, 2001).

Analisando os fatos apresentados, de acordo com QUINTÃO (2018), a jurisdição brasileira somente cumpriu as decisões, relativamente brandos, devido à pressão sofrida por órgãos internacionais.

Sobre o fato narrado, Cecília Macdowell Santos destaca algumas características desse processo:

No primeiro julgamento, ocorrido nove anos depois do crime, Viveros foi condenado a uma pena de 15 anos de reclusão, reduzida a 10 anos por se tratar de

réu primário. Em 1996, a decisão do júri foi anulada e o réu, sendo submetido a novo julgamento, foi condenado a 10 anos e 6 meses de reclusão. Recorrendo da sentença diversas vezes e valendo-se, inclusive, de práticas de corrupção, Viveros permaneceu em liberdade por dezenove anos, sendo preso em outubro de 2002, pouco antes de o crime prescrever. Pode-se afirmar que a conclusão do processo judicial e a prisão do réu só ocorreram graças às pressões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que recebeu o caso em 1998. (SANTOS, 2008, p. 24).

Mesmo após todos os danos provenientes desses fatos, o Estado Brasileiro não havia criado medidas efetivas para o combate à violência contra a mulher no ambiente doméstico e familiar. Acerca disso, Cecília Roxo Bruno discorre:

Somente 3 anos depois da publicação do relatório, em 2004, o governo iniciou o cumprimento das recomendações, elaborando um projeto de lei que introduzia mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica contra mulheres (Decreto 5.030, de 31 de março de 2004). Assim, em 07 de agosto de 2006 nasceu a Lei 11.340, denominada intencionalmente de "Lei Maria da Penha" com o objetivo de reparar de forma simbólica Maria da Penha Fernandes pelas agressões sofridas por seu ex-marido e pela inércia do judiciário brasileiro (BRUNO, 2016, p. 20).

A Lei 11.340 de 2006 veio a consagrar de maneira clara o princípio da dignidade humana, além do princípio da igualdade entre os gêneros, no que diz respeito a tutela jurisdicional. Embora ambos os princípios estarem previstos na Constituição Federal de 1988, os mesmos, antes da Lei Maria da Penha, não eram tratados de maneira especificada, muito menos abordada de forma detalhada em outras leis. Assim, após a criação da referida lei, a sociedade passou a vivenciar um novo cenário, onde se fortaleceu a não aceitação da violência contra a mulher no ambiente doméstico, visto que esse tipo de conduta tornou-se alvo do Estado no que diz respeito a políticas públicas, que visam criar instrumentos de combate e prevenção às condutas violentas no ambiente doméstico (QUINTÃO, 2018).

2.2 Medidas Protetivas De Urgência

As medidas protetivas de urgência, transcritas na lei 11.340 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, são medidas dadas pelo poder judiciário, que visam afastar o suposto agressor do domicílio ou de lugar de convivência com a vítima quando verificada a existência de risco à vida ou à integridade da mulher, a fim de garantir a plenitude física e psicológica da mulher que teria ou terá sofrido violência doméstica. Diante disso, Cecilia

Roxo Bruno (2016) estipula sobre as medidas protetivas de urgência e sua grande importância:

As medidas protetivas, um dos pontos mais importantes deste trabalho, são amplamente reconhecidas pela doutrina como um grande acerto da Lei Maria da Penha. Isto porque tais medidas atuam nos casos de risco eminente e são capazes de resguardar a integridade da mulher desde seu primeiro contato junto à delegacia. Os artigos 18 a 21 da lei determinam o procedimento que deverá ser utilizado pelo juiz na aplicação das medidas protetivas, observando-se que cabe ao magistrado se atentar aos critérios de celeridade e simplicidade, tendo em vista que o texto legal não estabelece rito específico de processamento (BRUNO, 2016, p. 32).

As medidas protetivas de urgência têm como principal objetivo proteger a integridade ou a vida de uma vítima em situação de risco, perigo ou vulnerabilidade, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, assegurando que toda mulher goze dos direitos fundamentais e tenha oportunidades e facilidades para viver com segurança e liberdade, garantindo a preservação de sua saúde física e mental, bem como seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (DIAS, 2013).

Ressalta-se ainda que o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, declarou constitucionais dispositivos da Lei Maria da Penha que autorizam autoridade policial (delegados e policiais) a afastar o suposto agressor do domicílio ou de lugar de convivência com a vítima quando verificada a existência de risco à vida ou à integridade da mulher. Conforme descrito no artigo 12-C da Lei Maria da Penha:

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

Ademais, a lei abrange nas medidas protetivas de urgência: obrigar o agressor podendo ser por meio de impedir aproximação com a vítima (artigo 22, Lei Maria Da Penha),

além das leis que visam à proteção da vítima, buscando a melhor forma de resguardar os familiares da vítima, seu trabalho e seu patrimônio (artigo 23 a 24, Lei Maria Da Penha).

Vale ressaltar que não há uma definição clara quanto à natureza jurídica das medidas protetivas, já que estas podem ser de ordem civil e criminal. Entretanto, tem prevalecido o entendimento de que essas medidas carecem de uma interpretação de uma maneira que possa se ampliar para que obtenha-se uma maior proteção e garantia dos direitos fundamentais das mulheres que as solicitarem (ÁVILA, 2007).

A Lei Maria da Penha possui destaque devido uma característica única, sendo uma inovação no que concerne às medidas protetivas, pois, como apresentado anteriormente, diferentemente de outros mecanismos, essa lei não dispõe apenas de medidas que obrigam o agressor, mas, também, de medidas que protegem a ofendida. As medidas que obrigam o agressor são apresentadas no artigo 22 do normativo abordado, as quais possibilitam a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, afastamento do lar ou do local de convivência, a proibição de contato com a ofendida ou seus familiares, restrição ou suspensão da visitação aos menores e prestação de alimentos provisionais ou provisórios (QUINTÃO, 2018).

Quanto às características das medidas de urgência elencadas na Lei Maria da Penha, BELLOQUE (2011) faz os seguintes comentários:

O elenco das medidas que obrigam o agressor foi elaborado pelo legislador a partir do conhecimento das atitudes comumente empregadas pelo autor da violência doméstica e familiar que paralisam a vítima ou dificultam em demasia a sua ação diante do cenário que se apresenta nesta forma de violência. Como a violência doméstica e familiar contra a mulher ocorre principalmente no interior do lar onde residem autor, vítima e demais integrantes da família, em especial crianças, é muito comum que o agressor se aproveite deste contexto de convivência e dos laços familiares para atemorizar a mulher, impedindo-a de noticiar a violência sofrida às autoridades. Este quadro contribui sobremaneira para a reiteração e a naturalização da violência, sentindo-se a mulher sem meios para interromper esta relação, aceitando muitas vezes o papel de vítima de violência doméstica para manter seu lar e seus filhos. (BELLOQUE, 2011, p. 308).

No mesmo sentido, as medidas que são aplicadas de maneira direta à mulher estão previstas no artigo 23 da lei supracitada, e concernem em medidas como o encaminhamento da ofendida e seus familiares a programa de proteção, determinar recondução ao domicílio após o afastamento do agressor, a possibilidade de afastar a ofendida do lar, sem prejuízo de seus direitos relativos aos bens, guarda dos filhos e alimentos, determinar separação de

corpos, além da possibilidade de determinar a matrícula dos dependentes da vítima em instituição de educação básica mais próxima ao seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vagas (BRASIL, 2006).

Por fim, a lei 11.340/2006, em seu artigo 24, ainda prevê a possibilidade de aplicação de medidas que tangem a proteção do patrimônio da ofendida, como a restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor, a proibição temporária para a realização de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, exceto quando houver expresse autorização judicial, a suspensão das procurações conferidas pela vítima ao agressor, e a prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar (CAVALCANTE, 2014).

Além das medidas abordadas, que estão previstas no código da Lei 11.340/06, o juiz detém o poder de aplicar outras medidas protetivas que ultrapassam a letra da referida lei. É importante ressaltar que essas medidas protetivas não possuem caráter taxativo, o que possibilita o juiz utilizar diversas medidas, que não precisam estar necessariamente elencadas no diploma legal. Entretanto, para que determinado fato ocorra, é necessário que o caso concreto demande de tal atuação, direcionando a atividade do magistrado em prol da segurança da vítima, de seus familiares e de seu patrimônio. Ademais, ressalta-se também que essas medidas protetivas podem ser aplicadas de maneira cumulativa, contudo, deve sempre atender-se à proporcionalidade (BRUNO, 2016).

É importante salientar que foi sancionada, no ano de 2018, a lei nº 13.641 que modificou a Lei Maria da Penha, passando a considerar como crime o ato de descumprir medidas protetivas de urgência. Com a mencionada alteração na legislação, o ofensor que desrespeita medida a ele imposta, comete o crime tipificado no artigo 24-A da Lei Maria da Penha, e está sujeito à pena de 3 (três) meses à 2 (dois) anos de detenção:

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018).

2.3 Atuação Do Estado De Goiás Na Criação De Mecanismos De Proteção À Mulher Vítima De Violência Doméstica

Neste ponto da pesquisa, faz-se necessário ressaltar a atuação do Estado de Goiás no combate à violência doméstica, diretamente ligada à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. De acordo com um estudo realizado pelo SENADO FEDERAL (2011), a referida rede de combate à violência doméstica concerne na atuação de órgãos governamentais e não governamentais que, recebendo apoio da comunidade, busca desenvolver ferramentas de proteção e garantia aos direitos das mulheres, com foco na assistência às vítimas de violência doméstica.

No que tange o desenvolvimento de meios de combate à violência contra mulheres, o estado de Goiás demonstrou importante atuação perante tal cenário, fato este que pode ser evidenciado pela prestação de serviços especializados fornecidos pelo estado, como as assistências prestadas pelas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAM) e o Centro de Atendimento à Mulher (CEAM). Nesse sentido, verifica-se, detalhadamente, alguns dos serviços especializados fornecidos no estado de Goiás, de acordo com SEMIRA (2012, p. 15):

No que tange aos serviços especializados, a rede de atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas de Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos Casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfego de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Além dos mecanismos apresentados, pode-se destacar outro exemplo da atuação do Estado de Goiás no combate à violência doméstica, sendo esse o ato legislativo que levou ao sancionamento da Lei 20.868/20, o qual foi efetuado pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado. A seguinte lei levou à criação do Batalhão de Polícia Militar –Maria da Penhall, o

qual possui o encargo de prestar assistência às vítimas de violência doméstica, além de atuar na fiscalização das medidas protetivas de urgência advindas da Lei Maria da Penha (CASA CIVIL, 2020).

Diante das características supracitadas da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no estado de Goiás, é importante ressaltar o quadro de composição dos agentes encarregados de atuar nesses mecanismos, sendo os referidos, segundo MOREIRA (2018), prestadores de serviços do governo, além da atuação de agentes não governamentais, sendo ambos responsáveis pela formulação, fiscalização e execução dos mecanismos de combate à violência doméstica a serem aderidos pelo Estado, os quais estão relacionados com as políticas públicas e sociais criadas pelo mesmo.

2.4 Vítima

De acordo com a Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 — popularmente conhecida como Lei Maria da Penha —, mais precisamente em seu artigo 5º, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão, baseada no gênero, que venha lhe causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

Aduz ainda o parágrafo único do mesmo artigo que as relações pessoais ali enunciadas, independem de orientação sexual, ou seja, quando se trata de violência doméstica e familiar contra a mulher (principal objeto da lei), o foco principal será sempre a mulher na posição de vítima, não importando sobre ela, sua orientação sexual.

Nesse sentido, afirma SILVIO JÚNIOR (2006) que, a mulher que tiver orientação sexual diferente da –tradicional não perde a proteção da lei, além do fato que o homem não pode invocar sua opção sexual para tentar se eximir dos preceitos da referida lei.

É importante ressaltar, que não é qualquer mulher e nem qualquer homem que podem ser sujeitos dos crimes previstos na Lei Maria da Penha. Entre eles deve existir uma relação pessoal, ou seja, de afetividade ou doméstica (art. 5º, I e III), que tanto pode decorrer do parentesco, do relacionamento amoroso e da convivência ou ex-convivência no lar. Sobre a aplicação da referida lei nas relações de parentesco, BAZZO; LACERCA; DALTOÉ (2017):

Outra celeuma se instaura, contudo, quando há um conflito que envolve a violência masculina contra mulher com quem o agressor possui relação familiar ou de parentesco, diverso do conjugal (afetivo), tal como relações entre irmãos, tios, pais, sobrinhos, etc. Nesse caso, surgem duas tendências jurisprudenciais e doutrinárias: a que considera que, para a aplicação da Lei n. 11.340/2006, há necessidade de demonstração da situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência da mulher, numa perspectiva de gênero e a que entende que a vulnerabilidade, hipossuficiência ou fragilidade da mulher têm-se como presumidas nas circunstâncias descritas na Lei n. 11.340/2006. (BAZZO; LACERCA; DALTOÉ, 2017, p. 584).

Dessa forma, se um homem agredir uma mulher na rua para roubar sua bolsa, por exemplo, o mesmo não será processado e julgado de acordo com os termos da Lei Maria da Penha, mas sim pela suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, além do julgamento perante mecanismos de procedência penal.

3. METODOLOGIA

Segundo PRODANOV e FREITAS (2013), a metodologia consiste no rito, ou operações mentais que devem ser empregadas para que se almeje um resultado. No mesmo sentido, afirmam os autores Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos:

Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 82).

O presente artigo buscou, por meio da análise de casos onde a aplicação das medidas protetivas não ocorreu de forma totalmente eficaz, apontar as possíveis adversidades que comprometem o objetivo de tais medidas, utilizando-se do método de pesquisa indutivo, além do método teórico como método de realização da mesma.

Segundo BENEDICTO; BENEDICTO; STIEG e ANDRADE (2012), o método indutivo leva o estudo de casos específicos para o geral, buscando o resultado desejado, ou seja, uma conclusão mais ampla das contidas anteriormente nas premissas, onde estas devem ser autoevidentes para melhor percepção. A indução experimental (indutivo) procura ampliar o alcance dos conhecimentos diferente das demais posturas metodológicas.

Na mesma linha de pensamento, Célia Regina Diniz e Iolanda Barbosa Silva discorrem:

Esse método prevê que pela indução experimental o pesquisador pode chegar a uma lei geral por meio da observação de certos casos particulares sobre o objeto (fenômeno/fato) observado. Nesse sentido, o pesquisador sai das constatações particulares sobre os fenômenos observados até as leis e teorias gerais. Pode-se concluir que a trajetória do pensamento vai de casos particulares a leis gerais sobre os fenômenos investigados. (DINIZ; SILVA, 2008, p.3).

A respeito do método de realização da pesquisa, utilizou-se o método teórico, o qual, segundo Beatriz Coelho (2019), é a metodologia que visa reconstruir teorias, conceitos e ideias para construir fundamentações teóricas, elaborada a partir de materiais, como livros, artigos científicos e revistas, que não envolva nenhuma parte prática.

Alberto Efendy Maldonado (2011) destaca a importância de ler diferentes pontos de vista, ou até os que se assemelham com o seu próprio pensamento, porém é necessário sempre problematizá-los. Como este trecho explica:

A pesquisa teórica não pode ser reduzida a mera revisão literária para ser editada em resenhas rápidas repetitivas; pelo contrário, exige a problematização constante das ideias e dos raciocínios as questões e os aspectos do problema/objeto em fabricação. (MALDONADO, 2011, p. 294-295).

A presente pesquisa foi realizada mediante a análise de dois casos em que houve problemas na aplicação e na eficácia das medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha. Os casos abordados neste estudo ocorreram na região metropolitana de Goiânia, entre os anos 2021 e 2022.

Os resultados foram expostos mediante a estrutura de uma pesquisa qualitativa, apresentando alguns dos fatores que impossibilitam a total efetividade na aplicação das medidas abordadas no presente artigo, de forma que a ilação da análise dos dados seja descrita de maneira esclarecedora.

4. ANÁLISE DE DADOS

Foram abordados dois casos em que a aplicação das medidas protetivas de urgência não ocorreu de forma eficaz, correspondentes ao estado de Goiás, pelos quais será feita a análise dos aspectos que levaram à falha dos referidos mecanismos de proteção.

Caso 1: O caso de Larissa Darck Cavalcante¹⁰, a qual possuía medida protetiva contra o ex-companheiro, Elias de Andrade Silva, de 35 anos. No dia 10 de abril de 2022, após ser convidado por Larissa para uma –confraternização, Elias, durante uma discussão, desferiu ameaças à Larissa que, após acionar o –botão do pânico, utilizou uma faca para coibir as atitudes do agressor, o que resultou na morte do mesmo. Em depoimento, Larissa Darck relatou que o ex-companheiro constantemente fazia ameaças à ela, descumprindo a medida concedida.

Caso 2: Ocorrido no município de Goiânia, em dezembro de 2021, os sujeitos do presente caso não tiveram suas identidades reveladas. Após o término do relacionamento, uma mulher passou a ser ameaçada de morte pelo ex-namorado, de 22 anos, o que levou à concessão de medida protetiva para a vítima, no início do mês de dezembro de 2021. Apesar da ordem judicial, o homem continuou praticando ameaças, até que no dia 27 de dezembro, o mesmo, sob efeito de drogas, tornou a quebrar a medida de proteção, dirigindo-se até a vítima, que estava na casa de seu pai, onde o agressor desferiu mais ameaças, além de agredir o pai da jovem. Após as denúncias, policiais militares fizeram buscas pelas regiões onde o agressor foi visto, até que encontraram-no e efetuaram sua prisão.

Mediante os dados expostos no caso 1, analisa-se um dos aspectos responsáveis pela falha na medida protetiva concedida é referente à fiscalização do Estado sobre os atos do agressor. Como deposto pela vítima Larissa Darck Cavalcante, a concessão da medida de proteção não foi suficiente para garantia de sua integridade, visto que o agressor continuou praticando ameaças à ofendida. Ademais, nota-se que a utilização do –botão do pânico não causou efeito sobre os atos do agressor, pois, enquanto as autoridades estavam à caminho, o mesmo continuou ameaçando a vítima, o que levou esta à usar uma faca para se defender das agressões. Ademais, outro aspecto relevante no caso apresentado é o fato de que, se o agressor estivesse sob a fiscalização devida, o mesmo não teria adentrado no mesmo ambiente que a vítima, mesmo que tenha sido convidado por ela.

Além do mencionado anteriormente, faz-se importante o destaque da influência da vítima no que concerne a responsabilidade pela quebra de tal mecanismo de proteção por parte

¹ <https://diariodoestado.com.br/justica-arquiva-inquerito-de-mulher-que-matou-ex-companheiro-por-nao-aguentar-mais-ser-agredida-176852/?amp>

² <https://www.maisgoias.com.br/homem-ignora-medida-protetiva-ameaca-ex-namorada-e-bate-no-pai-dela- em-goiania/>

do agressor. Ao convidá-lo para sua residência, a vítima se submeteu a um cenário de risco, mantendo-se no mesmo ambiente que o ex-companheiro, o que levou ao resultado apresentado.

Em relação ao caso 2, nota-se que o aspecto determinante para a quebra da medida protetiva refere-se à fiscalização das autoridades sobre as atitudes do acusado. Como destacado anteriormente, o referido continuou desferindo ameaças à vítima, mesmo após a concessão da medida protetiva, fato que deveria ser suficiente para trazer maior atenção sobre os atos do agressor. Entretanto, a atuação das autoridades responsáveis se demonstrou omissa durante o ocorrido no dia 27 de dezembro de 2021, o que é evidenciado pelo fato de que o homem teve contato com sua ex-namorada, a qual ficou vulnerável aos atos violentos do ex-companheiro, que agrediu o pai da vítima, além de desferir mais ameaças para a mesma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento da presente pesquisa foram enfatizadas características que compõem o cenário de violência contra mulheres perpetrado no Brasil, abordando, de forma resumida, o processo de luta pela garantia dos direitos femininos para as vítimas de violência doméstica, o que trouxe ótimos resultados, como, por exemplo, a criação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, no ano de 2006.

Foi realizada uma abordagem que demonstrou a importância da Lei Maria da Penha e suas ferramentas no que tange o combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo esta considerada o principal mecanismo de garantia dos direitos das mesmas. Ademais, no decorrer do presente trabalho, foram ressaltadas as principais características das medidas protetivas de urgência, elencadas no texto da Lei Maria da Penha, abrangendo aspectos inerentes aos seus meios de aplicação.

Em seguida, discorreu-se sobre importante papel do Poder Público de Goiás no que diz respeito à formulação de mecanismos que visem combater o cenário de violência doméstica no estado, apresentando alguns dos principais exemplos em que o referido demonstrou grandiosa atuação no que se refere a aplicação da Lei 11.340/06, expondo aspectos sobre a criação de ferramentas que prestam assistência às vítimas de violência, e destacando a aplicação das medidas protetivas da referida lei. Além disso, foi efetuado o levantamento de dois casos,

ocorridos em Goiás, em que não houve eficácia no ato de aplicação dessas medidas protetivas, com o objetivo de analisar e entender quais aspectos influenciaram no determinado resultado.

Por fim, mediante todos os dados expostos na pesquisa, concluiu-se que, embora o Estado de Goiás tenha demonstrado valiosa atuação na criação de instituições que prestam assistência às mulheres ao longo dos anos, juntamente à elaboração de políticas públicas que objetivam coibir as práticas de violência contra as mesmas, o mesmo não apresenta total eficácia na garantia da integridade das vítimas sob medidas protetivas de urgência, fato este decorrente de aspectos inerentes à fiscalização por parte do referido. Dessa maneira, evidenciou-se que: a estruturação atual do Poder Público de Goiás no que tange a aplicação das medidas protetivas, não é suficiente para assegurar a proteção das vítimas de violência doméstica, pois não há garantia de que o agressor cumprirá a medida protetiva imposta; o fato das autoridades responsáveis pela fiscalização ignorarem os indícios e ameaças, agindo somente após o agressor praticar outro ato de violência contra a vítima sob medida de proteção, afeta diretamente a eficácia das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha, fazendo com que estas não alcancem sua principal finalidade.

Mediante a grandiosa importância do tema, verifica-se que o Estado necessita continuar aperfeiçoando o sistema de aplicação das medidas protetivas de urgência no Estado de Goiás, de modo que as mulheres vítimas de agressão no âmbito doméstico consigam exercer seus direitos de maneira livre e segura, alcançando o propósito das medidas protetivas apresentadas pela lei abordada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. **Lei Maria da Penha**. Uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres. Projeto BuscaLegis 2007. Disponível em: <://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13477-13478-1-PB.pdf>, 2007.

BAZZO, Mariana Seifert; LACERCA, Susana Broglia Feitosa de; DALTOÉ, Camila Mafioletty. **Aplicação da Lei Maria da Penha em relações de parentesco e a presunção da vulnerabilidade da vítima mulher no contexto de desigualdade de gênero**. Revista Jurídica do MP-PR, 6º Edição, p. 573-593, 2017.

BELLOQUE, Juliana Garcia. **Das medidas protetivas que obrigam o agressor – artigos 22.**

In: CAMPOS, C. H. (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídicofeminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 307-314.

BENEDICTO, Samuel Carvalho de; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; STIEG, Carlos Maciel; ANDRADE, Gustavo Henrique Nogueira de. **POSTURA METODOLÓGICA INDUTIVA E DEDUTIVA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE DE SUAS LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES**. *Revista Economia & Gestão* –v. 12, n. 30, set./dez. 2012. Disponível em:<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2012v12n30p4/4705>. Acessado em: 16 de maio de 2022.

BRASIL. **LEI 11/340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acessado em 5 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei 13.641, de 3 de abril de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113641.htm. Acessado em: 5 de maio de 2022.

BRUNO, Cecília Roxo. **Lei Maria da Penha: um estudo sobre os mecanismos de proteção à mulher em situação de violência**. – Niterói, 2016. 56 f. *Trabalhos de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)* – Universidade Federal Fluminense, 2016.

CASA CIVIL (ONLINE). **Governador Ronaldo Caiado sanciona lei que cria o Batalhão de Polícia Militar “Maria da Penha” em Goiânia**, 2020. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://casacivil.go.gov.br/noticias/9148-governador-ronaldo-caiado-sanciona-lei-que-cria-o-batalh%25C3%25A3o-de-pol%25C3%25ADcia-militar-%25E2%2580%259Cmaria-da-penha%25E2%2580%259D-em-go%25C3%25A2nia.html&ved=2ahUKEwiDk4e30pb4AhVWs5UCHQ8UDIMQFnoECAyQAQ&usg=AOvVaw3_A5zWQxDn29ojLi2GNnv. Acessado em: 28 de maio de 2022.

CAVALCANTE, Eliane Cristina Monteiro. **Apontamentos sobre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha**. *Cadernos Jurídicos*, São Paulo, ano 15, n° 38, p. 113-132, 2014.

COELHO, Beatriz (ONLINE). **O que é e como fazer uma pesquisa teórica?**, 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-teorica/>. Acessado em: 18 de maio de 2022.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório Anual 2000*. Relatório nº 54/01, Caso 12.01, Maria da Penha Fernandes. Brasil. 4 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acessado em: 04 de maio de 2022.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Tipos de método e sua aplicação**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/30094621/C%C3%A9lia_Regina_Diniz. Acesso em 16 de maio

de 2022.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica.** In: MALDONADO, A. E. Metodologias de Pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2011.p. 279-303.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5º edição. São Paulo, Atlas, 2003.

MOREIRA, Cristina Alves. **O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO ESTADO DE GOIÁS.** 2018.

8. Trabalhos de Conclusão de curso – TCC's. Disponível em:

<<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1195/1/CRISTINA%20ALVES%20MOREIRA.pdf>>.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2º edição. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.

QUINTÃO, Jéssica Mara Bento. **A INEFICIÊNCIA PRÁTICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA: Um estudo sobre a eficácia dessas na proteção das mulheres vítimas de violência.** Guarapari, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade Doctum de Guarapari, 2018.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil.** Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008.

SEMIRA. Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. **Normas técnicas de padronização e funcionamento: Serviços Especializados de Atendimento à Mulher.** 2012. Disponível em:

<<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-05/normas-tecnicas.pdf>>. Acessado em: 28 de maio de 2022.

SENADO FEDERAL. **REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.** 2011. Disponível em:

<<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres&ved=2ahUKEwjfk6nM0JT4AhUHiJUCHQECA-QQFnoECBUQAQ&usg=AOvVaw32F9k5UJhXT1wa1iuW7yfq>>. Acessado em: 27 de maio de 2022.

SILVA JUNIOR, Edison Miguel da. **Sujeitos do crime de gênero na Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha.** 2006. Disponível em:

<<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6567/Sujeitos-do-crime-de-genero-na-Lei-11340-06-Lei-Maria-da-Penha>>. Acessado em: 15 de maio de 2022.

CRÍPTOCRIME: ESTUDO DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA PELOS CRIMES COMETIDOS COM CRÍPTOMOEDAS

CRYPTOCRIME: STUDY OF THE DECISIONS OF THE COURTS OF JUSTICE FOR CRIMES COMMITTED WITH CRYPTOCURRENCIES

MOREIRA, Zanone Menezes¹; OLIVEIRA, Hélio Carlos Silva de²; ALCANTARA, Andressa Medeiros de³; SILVA, Leticia Rodrigues da⁴; SANTOS, Tiago Tolentino⁵; GUIMARÃES, Felipe Silva; LIMA JUNIOR, Geraldo Lopes de; DUTRA, Alessandro Regal; SOUSA, Mateus Milhomem de; CARVALHO, Natalia Oliveira de; QUEIROZ, Lenison Alves de; CARVALHO, Jacqueline Campos Borba de; ROSA, Helda Núbia.

RESUMO

O presente artigo tem como propósito apresentar uma das novas tecnologias no mundo de investimento, as criptomoedas e discutir os julgamentos dos tribunais de justiça no Brasil frente aos crimes cometidos com a sua utilização, partindo do estudo e análise das sentenças que foram tomadas. O objetivo central é sistematizar quais direções têm e aprimorar-se na jurisprudência para tipificação dessa conduta. Compreender as criptomoedas e as novas tecnologias que essa inovação traz pode ser difícil visto seu caráter inovador e a velocidade com que a tecnologia populariza recursos, e uma vez que abarca vários campos da ciência: direito, economia e tecnologia. Entender que a falta de normatização está abrindo brechas para o cometimento de delitos, quais são os impactos da omissão da lei sobre essa matéria que vem lesando a segurança jurídica do país. Espera-se que tais discussões colaborem para a regulamentação das criptomoedas no Brasil, tendo em consideração que a matéria conduz antagonismo para o Estado.

Palavras-chave: Criptomoedas, Crimes, Jurisprudência, Legislação, Regulamentação.

ABSTRACT

The present article aims to introduce the new technologies in the world of investment, the cryptocurrencies, and discuss the judgments of Brazil's justice trials against the crimes committed with its use, starting from the study and analysis of the sentence that was taken. The central objective is to systematize which directions there are and improve the jurisprudence to typify this conduct. Comprehending the cryptocurrencies and the new technologies that this innovation brings may be hard seeing your innovative character and the speed with which technology popularizes resources, and since it encompasses several science fields: law, economy, and technology. improve the jurisprudence to typify this conduct. Comprehending the cryptocurrencies and the new technologies that this innovation brings may be hard seeing your innovative character and the speed with which technology popularizes resources, and since it encompasses several science fields: law, economy, and technology. Understand that the lack of standardization is opening loopholes for committing crimes, which are impacts of law's omission about this matter which has been harming the legal security of the country. It is expected that such discussions will contribute to the regulation of cryptocurrencies in Brazil, taking into account that the matter leads to antagonism for the State.

¹ Graduando em direito - zanonemoreira17@gmail.com.

² Graduando em direito – helinhoz@gmail.com.

³ Graduanda em direito - andressamedeiros.AM69@gmail.com.

⁴ Graduanda em direito - leticia20.30@icloud.com.

⁵ Graduando em direito - guimaraesfelipe1@gmail.com.

Keywords: Cryptocurrencies, Crimes, Jurisprudence, Legislation, Regulation.

1. INTRODUÇÃO

O bitcoin é a moeda pioneira dessa tendência de dinheiro virtual, tem inúmeros atrativos e vantagens, sua valorização e perspectiva de crescimento exponencial de uso futuro, levanta e alimenta altos investimentos e também o interesse em seu potencial econômico. Com tantas oportunidades, criminosos são desafiados e inspirados de diversas maneiras a lucrar, aproveitando da falta de legislação para cometer crimes sem receber uma condenação cabível ao ato ilícito praticado.

Diante desse fato que acomete nossa sociedade, este artigo traz a importância da regulamentação das criptomoedas, a partir do estudo e análise da amostra da infinidade de crimes cometidos. Com o intuito de levar esse conhecimento a fim de alcançar a segurança jurídica, beneficiar a economia do país, a transparência e a segurança dos consumidores e investidores de criptomoedas. Tal legislação é fundamental para a veracidade e inovações da circulação de moedas virtuais na economia e no livre mercado.

Em razão de entender, esclarecer e contribuir pro debate da sociedade sobre o tema, acelerar nosso método em definir novas legislações frente à velocidade dos avanços da tecnologia global e acrescentar a segurança jurídica da sociedade, tendo como princípio a transparência, a legalidade, e a prevenção de crimes com criptomoedas.

Partindo desse pressuposto, vamos primeiramente analisar a noção histórica do dinheiro até chegar às criptomoedas, entendendo o seu surgimento, as suas principais moedas, vantagens, e sua utilização nos negócios jurídicos.

Em sequência será realizado estudo do conceito de crime ilustrando-o em seus aspectos formais, materiais até o analítico tripartido. Em sequência abordaremos quais são as principais características dos crimes cometidos com a utilização de criptomoedas, sua incidência e as vantagens para cometimento de ato ilícito.

Analisando esses conceitos iniciais vamos adentrar nos aspectos dos tribunais de justiça com uma breve explicação sobre o que são como os casos de criptomoedas estão sendo tratado,

Averiguar existência da formação de uma jurisprudência para esses crimes, se há analogia, o que acarreta falta de legislação, e se há segurança jurídica.

Após trazer essas perspectivas vamos tratar sobre quais são os caminhos que podem ser tomados para o amparo jurídico sobre os casos, quais direções que vem sendo tomadas para o Brasil legislar sobre esse assunto, e os benefícios para uma regulamentação dessa moeda no país.

A Metodologia utilizada para este trabalho foi pelo método indutivo com a análise das decisões dos tribunais com objetivo de espelhar para um todo, e na realização utilizamos o método documental a partir da investigação de jurisprudências e artigos como forma de elaborar uma análise qualitativa, para entender quais caminhos estão sendo tomados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Criptomoedas: Conceito e Funcionamento

2.1.1 História do Dinheiro

O homem sempre foi limitado pelas circunstâncias e suas necessidades, fome, frio, a busca por frutos, caça e abrigo foram motivadores de uma vida prática e confortável desde os primórdios, evoluímos para o sistema de trocas, que tinha uma desvantagem logística, e conflito de interesses já que nem toda troca é favorável ao detentor da demanda, como solução para esses fatores, foi criada a primeira moeda no século VII a.C., era sempre em metais nobres, cunhada com um martelo pesado nos materiais ouro ou prata os signos monetários impressos desta forma refletiam o poder da cultura de seu país ou de famílias nobres.

Eram fáceis de carregar e usar , mas difíceis de guardar em segurança, essa nova necessidade deu surgimento aos bancos, os negociantes de ouro e prata tinham cofres e guardas a seus serviços, passaram a aceitar a responsabilidade de cuidar do dinheiro de seus clientes e a dar recibos escritos das quantias guardadas, esse recibo conhecido como goldsmith' s note passaram com o tempo a servir como meio de pagamento aos seus

possuidores por serem mais seguros de portar do que moedas de ouro e prata, assim surgindo às primeiras cédulas de papelmoeda como maneira prática e segura, devido sua complexidade nas impressões e qualidade do papel, dificilmente seriam falsificadas.

Em 1983 na Escócia foram criados os primeiros serviços bancários eletrônicos, se tornou uma tendência mundial, e com o tempo a confiança em contas virtuais sem taxas, aplicativos em dispositivos, cartões de plástico físicos e virtuais e saldos em telas, nesse cenário constante de construção de novas necessidades nossa espécie deu mais um passo ao novo prático e confortável, uma nova série de moedas globais descentralizadas totalmente virtuais, as criptomoedas.

2.2 Criptomoedas

A primeira criptomoeda nasceu precisamente pós-crise financeira de 2008, uma crise desencadeada a partir de setembro desse ano com a falência do Lehman Brothers e que revelou um setor construído em cima de especulação, um conjunto de pessoas começa a pensar numa forma alternativa de trocar bens e serviços, sem os intermediários tradicionais que são os bancos e as empresas financeiras, tais criadores se escondem sob o pseudônimo de Satoshi Nakamoto.

Criptomoeda refere-se a qualquer forma de moeda que existe digital e usa criptografia como meio de transação. As criptomoedas possuem características únicas, pois usam um sistema descentralizado, ao contrário das moedas convencionais, que possui um ente central, o Estado, e esse ente regula a emissão da moeda. Destarte, a criptomoeda não depende de bancos para confirmar as transações, as operações são registradas em um livro contábil público, e são armazenadas em carteiras digitais.

O registro contábil público é chamado de blockchain, onde reúne todas as transações atualizadas e mantidas pelos detentores das moedas. As moedas virtuais são criadas por meio de um processo chamado mineração, que envolve o uso de domínio de computação para resolver problemas matemáticos difíceis que geram moedas.

2.3 Vantagens

Em face do cenário atual, o aumento da procura por criptomoeda, tem como consequência suas vantagens, sendo 04 as principais: Descentralização, segurança, volatilidade e baixas taxas de movimentação.

Sabe-se que inflação é o aumento generalizado de preços de bens e serviços. Porém, a criptomoeda tem como objetivo a deflação, exemplo, o Banco Central pode emitir dinheiro quantas vezes a regulação permitir, mas o bitcoin (espécie de criptomoedas) tem um limite possível de rede de 21 milhões de unidades, por ser um ativo limitado, é entendido como a criptomoeda de "deflacionária". Em outras palavras, o poder de compra aumenta com o passar dos tempos, a partir do momento em que o último bitcoin for lançado na rede, esse processo é chamado como a lei de oferta e demanda, reforçando a característica deflacionária desse ativo.

Transparência é o marco inicial para segurança jurídica, ou seja, segurança de informação, um dos principais diferenciais da moeda, mais especificamente se tratando bitcoin, pois todas as transações realizadas no sistema fica disponível para o público (Blockchain), e também garante o anonimato, isto significa que as carteiras digitais não incluem informações pessoais de seus proprietários. A tecnologia blockchain, como dito anteriormente, garante segurança extra, fazendo com que a maioria das brechas sejam aniquiladas.

A volatilidade é definida pelo Dicionário Michaelis como “medida da estabilidade de um índice econômico ou do preço de uma ação, título ou mercadoria”. Um sinônimo dessa palavra seria oscilação. Essa variação de preço chama atenção dos investidores, por ter inúmeras possibilidades de ganho rápido, sendo um atrativo para investidores arrojados.

Além disso, as taxas de movimentação são baixas, quase irrisórias, as transações Bitcoin geralmente custam entre 1% e zero, e muitos usam dessa vantagem para transacionar dinheiro no exterior.

2.4 Estatística de Crescimento

Fernando Ulrich, autor do livro Bitcoin: A moeda na era digital faz uma analogia bem simples: “O que o e-mail fez com a informação, o Bitcoin fará com o dinheiro”. Antes da internet, as pessoas dependiam dos correios para enviar uma mensagem a quem estivesse em outro lugar. Era preciso um intermediário para entregá-la fisicamente – inimaginável para quem tem acesso a e-mail e outros serviços de mensageria.

Essa mesma inovação do e-mail, que trouxe uma revolução nos meios de comunicação, e a mesma sensação de revolução que a criptomoeda traz para o mercado, a sua taxa de crescimento é impressionante, hoje no Brasil dez milhões de brasileiros já investem em criptomoedas, ficando atrás da Índia, EUA, Rússia e Nigéria, colocando o Brasil como o quinto maior mercado mundial. Os dados foram obtidos por um estudo feito da TripleA e Binance, corretora que tem no Brasil um de seus principais mercados no mundo.

Empresas como Visa, Mastercard e PayPal, que são líderes em pagamentos no mundo todo, já estão aceitando Bitcoin e criptomoedas como meio de pagamento. A Amazon está criando uma cédula para pagamentos em criptoativos e está contratando profissionais para esta empreitada. “Sem dúvidas, está começando uma corrida para aceitar Bitcoin como alternativa a cartões de crédito, que levam uma boa fatia por esta intermediação”, avalia o fundador e CEO do Grupo BitNada.

O País El Salvador se tornou o primeiro a adotar e regulamentar a moeda bitcoin, em 2021. No Brasil, no entanto, não é ilegal, porém não há lei específica. Em 2021, a Receita Federal criou códigos próprios para utilizar na Declaração de Imposto de Renda, estabelecendo distinções entre bitcoin e altcoins (moedas virtuais).

Paralelamente, o Senado brasileiro aprovou dia 26/04/2022, o Projeto de Lei (PL) 3.825/2019, que regulamenta o uso de criptomoedas no Brasil. O projeto, do senador Flavio Arns, tem como objetivo combater a prática de crimes com criptoativos e proteger os investidores, além disso, visa incentivar a redução do impacto ambiental da mineração de ativos digitais, tal incentivo fica sob responsabilidade do Banco Central.

"A aprovação da lei será muito positiva e pode significar um grande avanço do setor no País, que poderá se tornar um hub mundial para a indústria cripto devido à uma maior clareza regulatória. Além disso, a definição das regras do jogo e dos responsáveis pela

fiscalização das corretoras de criptoativos irão trazer mais segurança para o investidor, o que pode aumentar a aderência dos brasileiros às criptomoedas",

Comentou André Portilho, head de Digital Assets do banco BTG Pactual.

2.5 Crimes: Atos ilícitos praticados com a utilização de Criptomoedas

2.5.1 Crime

Ao introduzir sobre os crimes praticados com criptomoedas, é de grande relevância tratar sobre o conceito crime. Este fato não está presente somente em nossa sociedade ou unicamente nesse tempo, mas sim de um dos acontecimentos que constantemente acompanhou as civilizações. A ideia de crime de maneira simples, é tudo aquilo que infringe a lei que rege determinado povo. Essa concepção ao decorrer da história passou por mudanças, como também atos ilícitos cometidos, que se aperfeiçoaram e evoluíram.

Porém, o conceito de crime se torna muito superficial tratando como uma conduta que descumpra uma lei, ou regulamento. O artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal traz a seguinte definição:

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.”(BRASIL, decreto-lei n. 2.848, 7 de dezembro de 1940).

Conquanto, apesar de especificar o que é crime, não traz uma definição. Visto isso, doutrinadores desenvolveram aspectos para o desenvolvimento de tal, sendo um dos principais a concepção formal e material.

De modo formal, consiste na violação de uma lei penal incriminadora. Porém chegamos a um impasse, então crime é crime? Tal definição se torna superficial e conduz a dúvidas e incertezas, trazendo situações em que a própria lei penal defronta-se, como o crime de lesão corporal, que é tipificado no Código Penal, porém, um indivíduo que o pratica possui uma doença mental, por acreditar que está acossado e venha agredir alguém na rua, este se torna inimputável de seu delito.

Já no aspecto material, segundo Edgard Magalhães Noronha afirma que crime é “ a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal” (1983, p.410). Ao realizar um estudo não só de Edgard, como também de outros doutrinadores que defendem essa linha de pensamento, percebe-se a preocupação de trazer e definir sociologicamente este conceito, onde a lei nada mais é do que um ato de repressão por parte de uma camada da sociedade que detém o poder, como forma de inibir a prática de condutas ilícitas, protegendo acima de tudo, o bem jurídico. Porém devido a sua instabilidade e fragilidade, torna-se inconsistente como conceito para crime, em razão de sua dimensão, sendo impreciso.

Ambas as teorias não explicam o conceito preciso do que é o crime. Dessa forma, o conceito que a doutrina brasileira vem adotando predominantemente é o analítico, pela teoria tripartite, que traduz no resultado de um ato ilícito mediante a uma ação ou omissão típica, ilícita e culpável. Onde o fato típico possui quatro elementos sendo ele uma conduta dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva, que apresenta um resultado, nexos causal material ou normativo e a tipicidade formal ou conglobante. Já a ilicitude vem a ser o ato que não possui excludente de ilicitude, ou seja, são os que afastam a ilegalidade da conduta. É o último vem a ser a culpabilidade, ou seja, a motivação que levou o indivíduo a praticar algo ilegal, analisando os elementos de imputabilidade, consciência de que o ato é ilícito, e a exigibilidade de conduta adversa.

2.6 Crime e as Criptomoedas

Dentre as vantagens de ser portador de criptomoedas, está na alta valorização, que só vem crescendo desde sua criação, como exemplo o bitcoin, chegou a render 1.281% em 5 anos. Porém esses atrativos não chamam atenção somente de investidores ou pessoas que enxergam oportunidades de negócios, mas ao crime organizado que aproveitam das características únicas dessa moeda, como não serem emitidas ou reguladas por qualquer governo, baixo custo nas transações e o anonimato. Esses pontos os encorajam e tornam viáveis a prática de diversos tipos de crimes.

Conforme apresentado, a descentralização dessa moeda contribui como meio de lavar dinheiro, sendo algo fácil, seguro e lucrativo devido sua alta rentabilidade. Esse modelo já vem

sendo

utilizado pelo tráfico de drogas, que aproveita das brechas desse sistema monetário e investem altas quantias sem levantar suspeitas devido a não existir qualquer tipo de controle nas transações. Como exemplo, podemos citar o Primeiro Comando da Capital (PCC), um dos grupos que controlam o tráfico no Brasil. Estes, por meio da compra e investimento de criptomoedas conseguem limpar o seu dinheiro, escondendo a forma ilícita de como foi adquirido aquele capital, assim mostra as investigações do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) em São Paulo.

Outra importante característica é a sua globalização, onde os negociantes podem realizar investimentos, pagamentos, transferências de qualquer lugar do mundo, o que dificulta a realização de investigações. Mesmo não sendo um meio anônimo, elas garantem privacidade e segurança para seus aplicadores, que podem não só ter um endereço de bitcoin, como exemplo, mas vários, o que aumenta a proteção do usuário. Essa particularidade vêm tornando viável a venda de materiais ilícitos de forma online, mais precisamente a Deep Web parte mais profunda e de difícil acesso da internet, onde o comércio de drogas, armas, produtos ilegais, conteúdos proibidos são vendidos com a utilização de bitcoins, onde, na maioria das vezes, não ocorre punições ao seus usuários.

Vale citar os crimes de pirâmide financeira envolvendo o investimento em criptomoedas, onde agentes utilizam de plataformas, aplicativos, sites manipulando pessoas por meio de falsas promessas de alto retorno, chegando a levantar milhões de reais em dinheiro para este esquema. Após conseguirem arrendar uma grande quantia, os responsáveis por estas plataformas desaparecem com todo o dinheiro das vítimas, que por sua vez, não conseguem recuperar os valores investidos. Ricardo Kassin, advogado especializado em Direito Eletrônico e atua em casos de criptomoedas, recomenda ter uma atenção redobrada para promessas de investimento com retorno fixo e alto demais.

Os crimes relacionados a criptomoedas não ficam somente nos citados acima, devido às suas características únicas e por se tratar de uma moeda digital abrem um leque de possibilidade para o cometimento de atos ilícitos. Essa situação é fomentada pela falta de uma regulamentação, que abre brechas e espaços para o cometimento de crimes dessa natureza, trazendo insegurança para eventuais negócios jurídicos e um atrativo para organizações criminosas.

2.7 A incidência de crimes cometidos com a utilização de Criptomoedas

O homem ao longo da história, buscou tornar sua existência o mais simples possível, ou seja, a maior parte das atividades que nossos avós passaram para locomover, trabalhar, comunicar e viver são totalmente distintas das experiências que temos hoje em dia. Com o dinheiro não foi diferente, onde carregar cédulas em uma carteira se tornou algo raro, graças às novas tecnologias, basta ter um celular para realizar transações ou pagar a compra de um supermercado.

Seguindo essa linha, as criptomoedas foram elaboradas com o papel de facilitar os pagamentos, cortando o intermédio de bancos, empresas e instituições que cobram taxas por esses serviços. Mesmo sendo uma das inúmeras vantagens de ter como moeda, como por exemplo o bitcoin, caracteriza como excelente ponto para aqueles que desejam cometer um crime. No Brasil não se tornou diferente, como vimos anteriormente, existem inúmeros tipos de atos ilícitos que vêm sendo empregados com a utilização de criptomoedas.

Existem uma gama de crimes que são cometidos que foram apresentados neste trabalho, sendo caracterizados principalmente por estelionato, pirâmide financeira, lavagem de dinheiro, golpes, entre outros. Pesquisas apontam que apenas em 2021, os crimes de criptomoedas somaram 14 bilhões de dólares, um aumento de 79% comparado ao ano anterior, como mostra o Crypto Crime Report 2022 pesquisa realizada pela Chainalysis, uma das maiores plataformas de pesquisa de criptomoedas.

No Brasil não se tornou uma realidade diferente, os crimes cibernéticos aumentaram nos anos de 2018 e 2020 cresceram em 500%, em 2021, nos primeiros 5 meses os crimes aumentaram em 116% como apontam as pesquisas realizadas pela ABINC, Associação Brasileira de Internet das Coisas. Paralelamente, os crimes com criptomoedas alavancaram, e tiveram grande impacto, principalmente na pandemia, que realizava golpes na grande maioria por meio de pirâmides financeiras, enganando as vítimas com promessas de alto retorno financeiro com o investimento em moedas que estavam crescendo no mercado de criptomoedas.

Mesmo com alta incidência dos crimes cometidos com a utilização das criptomoedas, o Brasil não possui uma legislação para regulamentar esse tipo de moeda no

país até o

presente momento. Tal lacuna, vem tornando propício e convidativo a prática desse tipo de ato ilícito, conforme mostrado pelo aumento exponencial dos casos. Em consequência, não temos segurança em negócios jurídicos e desestimulam a entrada de novos investidores neste mercado.

2.7.1 O Poder Judiciário do Brasil

O Brasil é uma república federativa, na qual a população decide pelos seus representantes, que possui Estados com autonomia política, onde um presidente adota a posição de Chefe de Estado e de Governo. Nesse modelo político ocorre a separação dos 3 poderes, sendo o Legislativo, com o papel de elaborar normas, o Executivo com objetivo de administrar e o Judiciário responsável por garantir os direitos e resolver os conflitos existentes.

Ao realizar o estudo sobre os crimes de criptomoedas, é cabível uma introdução sobre o Poder responsável por tutelar e proteger a sociedade das mazelas de eventuais atos ilícitos, sendo resguardado esse poder aos juízes, desembargadores e ministros. A fim de alcançar a justiça de forma cabal, o sistema Judiciário possui uma estrutura esquematizada e completa, que garante o cumprimento da Constituição Federal.

Esse poder começa na Primeira Instância, na qual um juiz a partir de sua interpretação e análise dos fatos decidirá quais as medidas cabíveis a serem tomadas. Porém, essa decisão pode ser submetida a apreciação de uma instância superior, caso as partes conflitantes tenham interesse de recorrer da sua decisão, podendo chegar até órgão máximo do judiciário, o Supremo Tribunal de Justiça (STF).

Para pleno funcionamento, o sistema se organiza através dos tribunais, que se dividem no âmbito estadual e federal. No nível federal se encontra o STF formada por ministros que têm como principal objetivo assegurar e proteger a constituição federal, porém suas funções se estendem em diversas áreas da justiça. Seguido pelo Supremo Tribunal de Justiça, responsável pelos casos infraconstitucionais, como também crimes praticados pelo poder Executivo. Também temos os Tribunais Regionais Federais, que são responsáveis por

julgar

juízes federais e membros do ministro da união. Na justiça federal, possui um quadro para casos especializados, como é o caso do Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho e Superior Tribunal Militar.

No âmbito estadual, temos os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, sendo responsáveis pelas competências da justiça federal ou especializadas. Possuem também os quadros para casos especializados estaduais, sendo eles Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais. Na grande maioria das vezes, os casos iniciam nos Juízes Singulares, responsáveis pela primeira instância tanto para os casos federais, como para os estaduais.

Caso 1 - Criptomoedas x Estelionato

O estelionato, previsto no artigo 171 do Código Penal, descreve a seguinte conduta:

Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. (BRASIL, Constituição 1998).

No meio virtual, indivíduos utilizam dos meios tecnológicos na qual induzem investidores, com promessas de alto retorno, a realizarem aplicações financeiras a fim de adquirir criptomoedas e pela sua intermediação cobram uma comissão. Porém, em muitos casos os corretores aproveitam desse sistema para aplicação de golpes, sumindo com os investimentos da vítima.

Para pontuar esse esquema de crime com a utilização de criptomoedas e qual foi a decisão tomada no processo, utilizaremos do caso que está sendo julgado no Tribunal de Justiça do Paraná, pelo agravante Mirislan Kallei Iaszczak e o agravado Crypto Investments Assessoria Financeira e Negócios Digitais Ltda.

Mirislan realiza um investimento no valor de 10.848,22 (dez mil e oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) em bitcoins, na empresa Crypto Investments Assessoria Financeira e Negócios Digitais Ltda. Esta empresa por meio de promessas de altos ganhos com investimento em criptomoedas, atrai pessoas interessadas em se tornarem investidores. A partir do investimento, os clientes têm acesso ao site da empresa, onde conseguem acompanhar seu capital investido, que foi transformado em bitcoins, que variam

de acordo
com o mercado.

Momentaneamente a empresa bloqueia o acesso ao site, onde os usuários não conseguem entrar e nem movimentar suas contas. Mesmo com a contratação dos usuários com os responsáveis pela empresa, não obtiveram uma resolução para o problema. No contrato estipulado existe uma promessa de retorno de capital investido com juros acrescentados, ou a devolução das moedas investidas, sendo que a retirada poderia ocorrer a qualquer instante, dependendo da vontade do usuário. Porém, mesmo com o contrato firmado, a empresaimpossibilitou esse acesso.

Porém, a partir do momento em que ocorre o impedimento por parte da empresa em retirar o capital investido, ou seja, apropriando do investimento de forma indébita, ocorre o crime de estelionato. Os sócios da empresa não prestaram as contas aos usuários sobre os valores investidos, evadindo da responsabilidade adquirida pelo contrato. Torna-se de conhecimento público de diversos outros casos em regiões diversas do país em consequência de divulgação por parte da mídia expondo a situação.

As partes em favor da vítima solicitaram o bloqueio dos bens e valores da empresa em favor de garantir o ressarcimento lesionado, com a prerrogativa que os fundos obtidos de forma ilícita evidentemente vão desaparecer mediante ao perigo de demora da concessão. Para isso, a defesa utiliza do artigo 300 do Código de Processo Civil, que solicita a tutela de urgência paraos casos que comprovem elementos que provem perigo ou dano ao resultado do processo.

Em continuação, a defesa apresenta a intenção da empresa ao realizar a promessa de altos retornos financeiros comparados aos valores investidos. Garantiam uma rentabilidade de 2% do por dia, o que foge da realidade, já que a moeda investida, bitcoin, possui uma variação diária. Tal situação conclui na falta de congruência da empresa, demonstrando fortemente um esquema fraudulento, apontado que o cliente foi vítima de pirâmide financeira.

O juiz aceitou o recurso da defesa concedendo tutela de urgência do bloqueio de bens e valores para empresa até o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Tal medida torna-se

essencial

para o processo, já que devido o investimento se tratar de forma digital, onde uma das vantagens das criptomoedas citadas neste trabalho, está em torno da facilidade em circulação e camuflar sua origem, através de técnicas empregadas para esse processo.

A falta de legislação contribui para um conflito no caso em julgamento. Devido a lacuna da lei, esse caso possui barreiras que impossibilitam o alcance do direito pleno. Como exemplo, podemos citar que esse tipo de investimento, por não ser regulado por nenhuma organização, ou seja, não é regulamentado pelo Banco Central do Brasil coloca aquelas pessoas que investem em criptomoedas estarão desamparados por quaisquer eventuais perdas ou fraudes. Ou seja, as criptomoedas, como exemplo, o bitcoin não são considerados atualmente um valor mobiliário, já que não possuem legislação.

Importante salientar para os conflitos de competências que ocorrem aos casos julgados, devido a falta de conhecimento pleno do conflito, e a falta de matéria constitucional para regular as criptomoedas, torna-se comum que ações sejam encaminhadas para instâncias maiores, ou tenham conflito de justiça na esfera estadual e federal. Devido a esta questão, o STJ definiu pela resolução 161.123/SP, que é competência de a justiça estadual julgar os casos que envolvam criptomoedas.

Outra prerrogativa de incompatibilidade pela inexatidão da regulamentação das criptomoedas, está na falta de entendimento para classificar o crime cometido, ou seja, como prescrever qual o ato infracional foi produzido. Como exemplo está o choque de matérias em classificar alguns crimes como estelionato ou crime contra economia popular. Devido a essas lacunas existirem, torna o processo difuso e complexo, o que dificulta alcançar a segurança jurídica. Nefi Cordeiro, que foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça, explica no HC 464.608/PE que o crime contra economia pública é o golpe financeiro contra um grupo indeterminado de indivíduos, ao contrário do estelionato, onde aplica a vítimas específicas.

Há falta de legislação torna necessário recorrer a jurisprudências e analogias de leis para alcançar um resultado ao fato cometido. Os tribunais de justiça estão formando caminhos para julgar casos de criptomoedas. Porém, torna eminente que exista a elaboração de um texto normativo a fim de regular, garantir a segurança jurídica dos casos, alcançar o

ato

jurídico perfeito e visando principalmente ter uma normatização penal que transcreva os atos cometidos que defina a natureza jurídica das criptomoedas.

Caso 2 - Criptomoedas x Evasão de Divisas

O tema ou mesmo os crimes cometidos com Criptomoedas não é uma novidade, visto que o seu surgimento foi na década passada, forçando o sistema jurídico a sofrer adaptações frente às limitações hermenêuticas de sua própria constituição. Infelizmente ao falar de regulamentação o Brasil está atrasado, surgindo assim, vários crimes. Os Bitcoins, ou seja, a primeira criptomoeda, vem sendo utilizada no seguimento de crimes econômicos. As Criptomoedas, por ser um meio de pagamento, que pode ser empregado por diversos tipos de transações comerciais, vêm sendo adotadas por algumas casas de câmbio no Brasil (JAKITAS,2019).

Embora esse seja o quadro de sua adesão, é uma moeda virtual ainda não reconhecida pelo Banco Central do Brasil, inexistindo o respectivo lastro, ante a ausência de correspondência a uma existência física em papel moeda equivalente, assim como pela impossibilidade de comprovação do seu efetivo valor, a teor do que consta no Comunicado Bacen n.º 31.379/2011.

Indaga-se se a manutenção de valores superiores a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) em bitcoins configura o delito de evasão de divisas, na modalidade evasão imprópria.

Em relação ao tipo penal de evasão divisas previsto na Lei 7.492/86:

Art. 22. Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País:

Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior, ou nele mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente.

Porém, enquanto o sistema bitcoin não for regulamentado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e/ou pelo BACEN, ficaria inviável cogitar, em tese, uma tipificação como evasão de divisas propriamente dita (primeira parte do parágrafo único do artigo 22

Da 16 LCSF) ou da modalidade evasão imprópria. A prática não poderia ser classificada na condição de depósito, moeda ou divisa, por não estar vinculado a qualquer instituição financeira, e pelo fato de as operações não serem reconhecidas e regulamentadas pelos aludidos entes do sistema financeiro nacional.

Conforme se nota da análise da seguinte ementa de decisão oriunda do Supremo Tribunal de justiça:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. INVESTIGADO QUE ATUAVA COMO TRADER DE CRIPTOMOEDA (BITCOIN), OFERECENDO RENTABILIDADE FIXA AOS INVESTIDORES. INVESTIGAÇÃO INICIADA PARA APURAR OS CRIMES TIPIFICADOS NOS ARTS. 7º, II, DA LEI N. 7.492/1986, 1º DA LEI N. 9.613/1998 E 27-E DA LEI N. 6.385/1976. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL QUE CONCLUIU PELA EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE OUTROS CRIMES FEDERAIS (EVASÃO DE DIVISAS, SONEGAÇÃO FISCAL E MOVIMENTAÇÃO DE RECURSO OU VALOR PARALELAMENTE À CONTABILIDADE EXIGIDA PELA LEGISLAÇÃO). INEXISTÊNCIA. OPERAÇÃO QUE NÃO ESTÁ REGULADA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO. BITCOIN QUE NÃO TEM NATUREZA DE MOEDA NEM VALOR MOBILIÁRIO. INFORMAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB) E DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). INVESTIGAÇÃO QUE DEVE PROSSEGUIR, POR ORA, NA JUSTIÇA ESTADUAL, PARA APURAÇÃO DE OUTROS CRIMES, INCLUSIVE DE ESTELIONATO E CONTRA A ECONOMIA POPULAR. 1. A operação envolvendo compra ou venda de criptomoedas não encontra regulação no ordenamento jurídico pátrio, pois as moedas virtuais não são tidas pelo Banco Central do Brasil (BCB) como moeda, nem são consideradas como valor mobiliário pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não caracterizando sua negociação, por si só, os crimes tipificados nos arts. 7º, II, e 11, ambos da Lei n. 7.492/1986, nem mesmo o delito previsto no art. 27-E da Lei n. 6.385/1976. 2. Não há falar em competência federal decorrente da prática de crime de sonegação de tributo federal se, nos autos, não consta evidência de constituição definitiva do crédito tributário. 3. Em relação ao crime de evasão, é possível, em tese, que a negociação de criptomoeda seja utilizada como meio para a prática desse ilícito, desde que o agente adquira a moeda virtual como forma de efetivar operação de câmbio (conversão de real em moeda estrangeira), não autorizada, com o fim de promover a evasão de divisas do país. No caso, os elementos dos autos, por ora, não indicam tal circunstância, sendo inviável concluir pela prática desse crime apenas com base em uma suposta inclusão de pessoa jurídica estrangeira no quadro societário da empresa investigada. 4. Quanto ao crime de lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei n. 9.613/1998), a competência federal dependeria da prática de crime federal antecedente ou mesmo da conclusão de que a referida conduta teria atentado contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas (art. 2º, III, a e b, da Lei n. 9.613/1998), circunstâncias não verificadas no caso. 5. Inexistindo indícios, por ora, da prática de crime de competência federal, o procedimento inquisitivo deve prosseguir na Justiça estadual, a fim de que se investigue a prática de outros ilícitos, inclusive estelionato e crime contra a economia popular. 6. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Embu das Artes/SP, o suscitado.

(STJ, CC-161123, Rel. Sebastião Reis Junior, 3ª Seção, DJE 05/12/2018).

Pode-se vislumbrar a hipótese na qual o bitcoin seja utilizado como forma de negociação de moeda estrangeira (câmbio ilegal) em desconformidade com as normas do Bacen (Banco Central), especificamente quando for transferido a um doleiro situado no Brasil, e caso o valor correspondente seja recebido no exterior em moeda estrangeira, em conta a ser indicada pelo doleiro, com os valores de compensação ajustados de forma paralela no câmbio irregular. (LEANDRO BASTOS NUNES,2020).

Nesse mesmo sentido, o tribunal da comarca de Porto Alegre, RS, está em processo de julgamento o caso do número 50314872720194047100, que tem o assunto de "crimes contra o sistema nacional". A autoridade policial trouxe a informação de que a InDEAL possuía ativos na forma de Bitcoins custodiados na empresa POLONIEX, plataforma digital (exchange) sediada em Wilmington, Delaware, Estados Unidos da América, que se constitui em corretora de criptomoedas, em valores correspondentes, pelas cotações daquela data, a US\$ 32.267.851,01 (trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um mil dólares americanos e um centavo), Sebastião Reis Jr da 6º Turma do STJ.

Os investigadores, em tese, promoveram o envio aos Estados Unidos da América, por meio alternativo ao sistema financeiro nacional, sem controle por parte do Banco Central ou da Receita Federal, de valores originariamente recolhidos em reais, a situação seria denominada dólar-cabo, essa expressão é utilizada quando nos referimos a operações de remessa ilegal de dinheiro para o exterior - mais comuns em sistemas de importação ou exportação.

O caso está sendo julgado em processo de hermenêutica adaptada, ou seja, analogia cabe ressaltar que a crescente utilização de criptoativos para finalidades ilícitas deve ser objeto de atenção por parte dos intérpretes, visto que é de suma necessidade uma legislação específica,abordando todas essas condutas, em outros termos, lavagem de dinheiro, pirâmide, evasão de divisas, entre outros. Como dito anteriormente, as criptomoedas não tem definição jurídica, ou seja, não é definida como moeda e também não é definida como um ativo financeiro, por não ser regulada pelo Banco Central e CVM, deixando efetivamente de proteger o bem jurídico tutelado pelo direito penal, além do mais, os brasileiros ficam a mercê das condutas fraudulentas de terceiros, por falta de conhecimento da tecnologia.

Caso 3 - Criptomoedas x Pirâmide Financeira

Glaudson Acácio dos Santos, garçom, encontrou uma oportunidade na falta de informação de muitos sobre as criptomoedas e na forma de como investir em bitcoin, criou uma plataforma e prestava consultoria, como na decisão do caso 5160620-47.2022.8.09.0051. em Goiânia.

Em síntese, o autor relata que celebrou um contrato de prestação de serviço para terceirização de trader de criptoativos que o fez depositar todo o valor da reserva familiar, de R\$25.000,00. Ressalta que, todo dia 16 dos meses subsequentes ele iria receber cerca de 10% deste valor, pelo prazo de 36 meses, a título de retorno mensal (clausula segunda do contrato) e ao fim, resgataria o valor investido. Conforme disposto na Cláusula Segunda, alínea 1ª do contrato, o valor investido só poderia ser levantado pelo consumidor ao final do contrato. Ocorre que após receber as parcelas de 05 (cinco) meses, foi surpreendido com a suspensão dos pagamentos.”

Desenvolveu um sistema de pirâmide em cima das bitcoins, e lesou milhares de pessoas, movimentou a máquina judicial com mais de 2.500 processos, responde por estelionato, lavagem de dinheiro, organização criminosa, crimes contra o sistema financeiro, tentativa de homicídio.

A defesa dele no processo afirma que ele está preso por medida cautelar e que as provas é uma compilação de elementos frágeis, que não resistirão quando confrontados com o amplo contraditório.

No Habeas Corpus (HC 213911) de um de seus sócios divulgado a decisão de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal de Justiça o mesmo concluiu:

Com isto, quero dizer que se está potencialmente diante de fatos de gravidade concreta astronômica, com impacto sobre um universo ainda não esclarecido de investidores individuais lesados, bem como diante de verdadeira engrenagem de ocultamento patrimonial a serviço de grupos criminosos possivelmente envolvidos com atividades das mais lesivas e violentas dentre as conhecidas, causando enorme abalo à ordem pública e intranquilidade social. Evidente, assim, o risco à Ordem Pública, à aplicação da Lei Penal e à conveniência da instrução criminal, representado pela manutenção da liberdade ambulatorial dos investigados Glaudson Acácio, Mirelis Yoseline, Felipe José, Kamila Martins, TUNAY PEREIRA, Márcia Pinto e Vicente Gadelha; portanto, divisado o periculum libertatis, atendido se encontra o requisito do art. 312 do CPP. (BRASIL, eDOC 7, 2022, p. 15).

Preso a 9 meses criou um perfil numa rede social, de dentro da cadeia, para atender

Seus clientes e novos investidores, mais recentemente se filiou ao partido DC (Democracia Cristã) e pretende concorrer a deputado federal em breve.

2.8 Regulamentação: Caminhos para garantir o amparo jurídico por meio de uma legislação

2.8.1 A regulamentação de criptomoedas em outros países

O Japão foi o primeiro país no mundo a publicar legislação definindo o que é criptomoeda juridicamente, bem como a exigir o registro de Provedores de Serviço de Exchange (câmbio) de moedas digitais. A legislação criada no país tem como objetivo proteger os consumidores das criptomoedas e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo (PLD-FT).

Outros países também avançaram em definições para as criptomoedas em 2021. A Alemanha, por exemplo, reconheceu em março de 2018 o bitcoin como uma moeda de pagamento. O país também isenta o bitcoin e outras criptomoedas do imposto sobre ganhos de capital. E, caso o investidor troque fundos por moedas fiduciárias ou criptos, também estará isento do pagamento de impostos.

Meses depois, em junho, o país da UE (União Europeia) aprovou uma lei que permitirá que fundos de investimento possam alocar até 20% do patrimônio em bitcoin e ethereum, o que antes era proibido.

No fim de setembro de 2021, o Banco Central da China proibiu qualquer atividade relacionada a criptomoedas, incluindo pagamentos, vendas, mineração e atividades de publicidade. Em comunicado, o banco afirma referir-se aos riscos que acarreta para a estabilidade nacional devido aos riscos de especulação.

2.8.2 Caminhos que estão sendo tomados para a legislação das Criptomoedas no

Brasil

As próprias características que distinguem as criptomoedas das demais ensejam a lacuna normativa que hoje existe, não só no contexto nacional, mas também no cenário legislativo global. Isso porque, os defensores da ausência de uma formalização, alegam que o mercado de moedas virtuais, e somente ele, é capaz de suprir e regular suas demandas e deficiências. Comouma “auto-regulamentação”.

No Brasil, o assunto tem sido discutido legalmente a partir de duas vias principais: o Projeto de Lei 2303 de 2015, e a jurisprudência. De autoria do deputado federal Aureo, a proposta trata dos chamados “arranjos de pagamentos”, nos quais se incluem, pelo projeto de lei, os que aceitam moedas virtuais, sob supervisão do Banco Central;

Da abrangência da fiscalização pelo COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) estendida às operações que envolvem moedas virtuais. Da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor nas relações surgidas a partir dessas transações.

O projeto de Lei ainda encontra-se em andamento na Câmara e é objeto de inúmeras audiências públicas com o escopo de colacionar os malefícios e os impactos que esse novo sistema de pagamento pode gerar na economia do país, nas relações consumeristas e até mesmo, no âmbito criminal, pois podem estar sendo utilizadas para fins de lavagem de dinheiro ou para auxílio nas transações provenientes do tráfico de drogas.

O fato é que o projeto ainda não tomou os rumos de que precisa para se tornar lei, muito mais pela ignorância real e técnica acerca do tema e de seus desdobramentos econômicos, do que por impacto no contexto das transações financeiras modernas.

2.8.3 Benefícios do Direito com a inclusão de uma regulamentação para as criptomoedas

As criptomoedas tiveram um grande aumento nos últimos anos, ao mesmo tempo em que se teve o aumento da evolução tecnológica neste âmbito, também ocorreu um discrepante aumento nos crimes de criptomoedas no país, como pirâmides financeiras, lavagem de dinheiro e empresas fraudulentas etc. Neste contexto a regulamentação dará mais seguridade para os usuários da esfera de criptomoedas.

O que tornaria de positivo para a sociedade neste ambiente de mercado virtual, seria os órgãos públicos poderem ter acesso, quando existirem movimentações e volumes atípicos, para possível investigação, ou até mesmo tributar conforme as taxas da legislação aplicada através das alíquotas no imposto de renda, no qual recolhendo mais impostos, possa ser revertidos e aplicados de maneira célere em benfeitorias, para o aumento da qualidade de vida e bem-estar social

"O substitutivo de Irajá fixa algumas diretrizes: a regulação do mercado de criptomoedas deve promover a livre iniciativa e a concorrência; obrigar o controle e a separação dos recursos dos clientes; definir boas práticas de governança e gestão de riscos; garantir a segurança da informação e a proteção dos dados pessoais; proteger e defender consumidores e usuários e a poupança popular; e garantir a solidez e eficiência das operações. De acordo com o texto, o Poder Executivo deve criar normas alinhadas aos padrões internacionais para prevenir a lavagem de dinheiro e a ocultação de bens, assim como combater a atuação de organizações criminosas, o financiamento do terrorismo e da produção e comércio de armas de destruição em massa. Pelo texto, cabe aos órgãos indicados pelo Poder Executivo autorizar o funcionamento das corretoras e definir quais serão os ativos regulados".

Com a melhorias que estarão acontecendo terá uma mudança muito positiva até na situação econômica do Brasil, usuários de criptomoedas se sentirão mais seguro para fazer os seus investimentos. (agência dosenado).

3. METODOLOGIA

A metodologia se trata das direções utilizadas para alcançar um fim, ou seja, quais foram os rumos tomados no artigo científico para atingir o resultado. A partir da ciência, com objetivo de alcançar novos conhecimentos, a metodologia se preocupa justamente de como chegar nesse conhecimento. Pedro Demo, traz o seguinte conceito:

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia. (DEMO, 1995, p. 19)

Assim, este artigo tem como objetivo pesquisar, analisar e compreender a legislação e as sentenças utilizadas para julgar os crimes envolvendo criptomoedas. Para realizar este estudo, foi utilizado o método de pesquisa indutivo a fim de alcançar dedução geral, e como

método de realização documental a partir da coleta de dados de jurisprudência dos principais Tribunais de Justiça (TJ's)

O método de pesquisa indutivo tem como objetivo chegar a uma conclusão a partir da análise de casos particulares e trazer um resultado para um todo. A partir do estudo de certos julgamentos e processos dos TJ's sobre a prática de ato ilícito com a utilização de criptomoedas, buscamos entender quais eram os entendimentos com intuito de espelhar para um contexto geral, trazendo a importância da regulamentação dessas moedas para segurança jurídica.

Como método de realização, utilizamos o documental. A partir da investigação de jurisprudências e artigos como forma de elaborar uma análise qualitativa, para entender quais caminhos estão sendo tomados nos Tribunais de Justiça em direção a uma possível regulamentação da tipificação dessa conduta. No livro “Fundamentos de metodologia científica” de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, explica o método documental:

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (LAKATOS e MARCONI, 2008, p. 157)

Definido o método, foram realizadas 03 análises de processos, sendo eles; 50314872720194047100, 00387866320218160000, e 51606204720228090051, que permitiu estabelecer os fundamentos da pesquisa, identificando as teorias e conceitos relevantes para o trabalho. O estudo de processos permitiu, também, a definição dos elementos que deveriam ser levantados na pesquisa de casos para investigar as proposições: detectar as lacunas existentes na legislação, o posicionamento do Estado frente às mudanças monetárias.

4. ANÁLISE DE DADOS

Mediante ao conteúdo exposto, apresentando as criptomoedas, os crimes cometidos com a sua utilização, os entendimentos dos Tribunais de Justiça referente a este tipo de

delito e a

regulamentação das criptomoedas, a análise de dados tem como papel, investigar quais foram as respostas encontradas. Diante disso, a partir do estudo e análise da casos apresentados no item “4.2. Quais os entendimentos dos TJs sobre os crimes praticados com uso de criptomoedas”. Para isso, vamos dividir os casos na sequência numérica de 1 à 3.

No caso 1, temos a ocorrência Mirislan, que investiu dez mil e oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) em bitcoins, na Crypto Investments Assessoria Financeira e Negócios Digitais Ltda. Essa empresa prometia um retorno do capital investido com juros acrescentados, onde o usuário poderia acompanhar por meio do site da empresa a variação da moeda. Porém, de maneira momentânea, a empresa bloqueia o acesso ao site, onde a cliente busca contactar os responsáveis para obter um suporte e solução do problema, sendo este ignorado. Os sócios da Crypto Investments não prestam contas referente aos valores investidos e evadem de sua responsabilidade. Descobre, por exposição da mídia, outras ocorrências da mesma situação com outros clientes. Devido aos fatos, Mirislan entra com um processo judicial contra a empresa, pelo crime de estelionato.

Como caso 2, temos o processo de julgamento do caso de evasão de divisas, onde a InDeal possuía ativos de bitcoins no valor de trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um mil dólares americanos e um centavo, na empresa POLONIX, corretora de criptomoedas nos Estados Unidos da América (EUA) onde por meio cambio de capital enviado para os EUA, de maneira alternativa ao sistema nacional, transgredindo com as normas reguladoras do BACEN (Banco Central, órgão responsável pelo volume e credito da economia do Brasil. Essa situação descumpre com o controle da Receita Federal, onde os valores que foram transferidos de maneira ilegal para o exterior, denominam-se esse sistema dedólar-cabo.

Já no caso 3 temos a formação de pirâmide financeira elaborada por Gładison Acácio que enganou milhares de pessoas, dentre políticos, artistas e pessoas influentes. Chegou a movimentar 38 bilhões de reais, e desenvolveu um esquema de investimento de criptomoedas. A partir da promessa de lucros exorbitantes de 10% ao mês pelo capital investido, onde os lucros provinham do dinheiro de outras vítimas que entravam no esquema. Sua empresa GAS Consultoria conseguiu atrair mais de 67 mil vítimas em estados brasileiros, como também em outros países, por meio de negociação de valores

mobiliários de forma fraudulenta. Responde por estelionato, lavagem de dinheiro, organização criminosa, crimes contra o sistema financeiro, tentativa de homicídio, com mais de 2500 processos judiciais.

Diante do exposto e apresentado no Caso 1, bem como exposto no referencial teórico, no ponto “4.2 Caso 1 - Criptomoedas x Estelionato” podemos analisar que a falta de uma legislação afere em uma decisão imprecisa do caso julgado. No caso de Mirislan, a defesa conseguiu provar a má fé por parte da empresa e conseguiu o bloqueio do montante investido pela vítima, a partir da tutela de urgência com a alegação do perigo do desaparecimento, que os fundos obtidos virão a desaparecer, comprovando os elementos do caso. Porém, a falta de legislação e controle por parte do Estado sobre esse tipo de moeda, coloca em risco aqueles que buscam investir no mercado, já que devido não serem regulados por nenhuma instituição financeira, não são considerados um valor mobiliário. Conflitos de competência entre a justiça estadual e federal são recorrentes pela falta de normatização, como observado em casos semelhantes ao caso de Mirislan. Outro ponto, é a imprecisão em definir o ato cometido, esbarrando em atos de crimes contra economia popular e estelionato como exemplo. Essas brechas são pontos chaves para o processo judicial e que não devem ser ignoradas, colocando em risco os direitos do cidadão que devem ser respeitados pelo Estado.

Na análise realizada pelo caso 2, exposto no referencial teórico, no ponto “4.3 Caso 2 - Criptomoedas x Evasão de Divisas”, é notório que a falta da normalização facilita o cometimento do crime de evasão de divisas. Pela falta de regulamentação pelos órgãos públicos responsáveis pelo controle financeiro e por desenvolver a política sobre essas matérias no país, torna-se inviável a tipificação dessa conduta. Não ser caracterizado como valor mobiliário ou moeda, podendo somente tipificar as condutas que foram cometidas, tornando evidente que o Estado entrega o cidadão a uma anarquia, onde uma pessoa que queira investir em criptomoedas fique desprovido de qualquer segurança, deixando a mercê de golpes, esquemas fraudulentos, organizações criminosas, entre diversas situações, ensejadas pela lacuna na lei. Como apresentado no caso, a utilização de criptomoedas, como exemplo o bitcoin para a evasão de divisas, onde existe a facilidade de estar cambiando de maneira irregular e sem controle por quaisquer entidades, chegando a movimentar enormes quantias, como no exemplo o valor de trinta e dois milhões, duzentos

e

sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um mil dólares americanos e um centavo. O controle dos órgãos do Brasil sobre a natureza das criptomoedas torna seu caráter de urgência, já que como evidenciado, sua lacuna torna viável o comento dessecrime.

Ao caso 3, exposto no referencial teórico, no ponto “4.4 Caso 3 - Criptomoedas x Pirâmide Financeira” apresenta um esquema milionário realizado por Gładson que encontrou no mercado de investimento de criptomoedas como forma de enriquecer por meio de um elaborado esquema de pirâmide financeira. Fomentado principalmente pela ignorância das vítimas acerca das moedas, principalmente o bitcoin e com a promessa de elevados ganhos, conseguiu enganar inúmeras pessoas. Novamente esse caso aponta que as lacunas na lei proporcionam um ambiente adequado e propício para que indivíduos cometam delitos de grande magnitude, lesando milhares de vítimas. O caso foi analisado e discutido chegando até o STF devido a gravidade dos fatos, novamente ocasionado também pelo conflito de competência entre os tribunais estaduais e federais. A falta de regulamentação torna falho a proteção jurídica do bem tutelado é garantido pelo Estado, ou seja, aqueles que confiam e abdicam de sua liberdade em troca de direitos consagrados pela Constituição não têm o respaldo necessário da justiça. Em consequência da realização do negócio jurídico na qual o Estado abstém da responsabilidade, não regulamenta por meio de um texto normativo e ameno na tipificação penal torna falho a segurança dos negócios jurídicos firmados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos processos estudados, concluímos que há peculiaridades entre eles, ou seja, no caso 1, conseguimos analisar que o processo está sendo julgado por analogia, ou seja, adaptação hermenêutica, seguidamente, no segundo caso 2, a falta de regulamentação traz a luz a insegurança jurídica, chegando ao ponto de não definir qual esfera o caso será julgado, ou melhorar dizendo, conflito de justiça na esfera estadual e federal, além disso, a falta de tipificação de condutas criminosas cometidas com Criptomoeda impossibilita o alcance ao direito pleno, e por fim, no último caso 3, o processo remete as lesões que brasileiros sofrem frente a falta de legislação, por haver uma lacuna de ordenamento.

David Schau (2017) Data três caminhos para a regulamentação das criptomoedas, liberdade completa e nenhuma regulamentação estatal, Liberdade de propriedade com regulamentação dos serviços intermediação e operação, como normas de fiscalização a exemplo da instrução normativa N°1.888 da receita federal; e proibição total da propriedade como no caso da china que extinguiu essa possibilidade em seu território.

Conforme o autor apresenta em sua pesquisa a proibição total mitiga as possibilidades positivas no setor econômico como o retorno da tributação, além de restringir o acesso do indivíduo a inovação tecnológica e suas oportunidades, o direito à propriedade e livre iniciativa das pessoas conforme Artigo 5º, caput e o Artigo 1º, IV da constituição federal de 1988.

A liberdade completa, conforme especificamos nos estudos de casos mencionados, não previne o mau uso das criptomoedas e o cometimento de ilícitos, demonstra deficiência na proteção específica aos usuários deste setor sobre seu patrimônio o que acaba gerando mais prejuízos do que benefícios ao estado e a coletividade.

A direção coesa que elucida o caminho correto em relação ao dever do Estado em garantir a segurança jurídica dos usuários de criptomoedas equilibrada é a da liberdade de propriedade com a regulamentação, ela pode garantir o direito de propriedade as criptomoedas a quem interessar e combinar com o caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, somando ainda o dever do estado em fiscalizar a utilização desse capital digital através de legislação específica objetivando a proteção legal dos usuários, prevenção de atividades criminosas e prejudiciais aos interesses da coletividade.

6. REFERÊNCIAS

EI INVESTIDOR – Estas São As Penas Para Quem Cometer Golpes E Fraudes Com Criptoativos. Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/criptomoedas/criptoativos-projeto-lei-pena-golpes-fraudes> - Acesso em: 23 abr. 2022.

OLHAR DIGITAL – Estas São As Penas Para Quem Cometer Golpes E Fraudes

Com

Criptoativos. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2022/01/07/tira-duvidas/hackers-em-acao-veja-quais-sao-os-principais-crimes-envolvendo-criptomoedas/> - Acesso em: 23 abr. 2022.

MARELLO – CRIMES E TRIBUTAÇÃO POR TRÁS DO INVESTIMENTO EM BITCOIN

E CRIPTOMOEDAS. Disponível em <https://marello.legal/novidades/crime-bitcoin-criptomoeda-piramide-estelionato-investimento> - Acesso em: 23 abr. 2022.

EI INVESTIDOR – Crimes com criptomoedas somam US\$ 14 bilhões em 2021, diz relatório. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/criptomoedas/crimes-criptomoedas-aumentaram-2021#:~:text=mundo%E2%80%9D%2C%20pontua.-,O%20Crypto%20Crime%20Report%202022%20mostra%20que%2C%20desde%202017%2C%20US,a%205%25%20do%20PIB%20global.> - Acesso em: 23 abr. 2022.

JUSBRASIL – A Natureza Jurídica das Criptomoedas. Disponível em: <https://perfilremovido1638537324151253967.jusbrasil.com.br/artigos/847562109/a-natureza-juridica-das-criptomoedas> . - Acesso em: 23 abr. 2022.

JUSBRASIL – Sistema Judiciário Brasileiro: organização e competências. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/2535347/sistema-judiciario-brasileiro-organizacao-e-competencias> - Acesso em: 24 abr. 2022.

JUSBRASIL – Pirâmide Financeira: Crime contra a economia popular ou estelionato? Disponível em: <https://recapitulandodireito.jusbrasil.com.br/artigos/1468432465/piramide-financeira-crime-contra-a-economia-popular-ou-estelionato>. Acesso em: 24 abr. 2022.

JUSBRASIL – Conceito de Crime no Direito Penal Brasileiro. Disponível em: <https://ghrg00.jusbrasil.com.br/artigos/375839789/conceito-de-crime-no-direito-penal-brasileiro> - Acesso em: 16 abr. 2022.

TJSP – ÓRGÃOS DA JUSTIÇA. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/PoderJudiciario/PoderJudiciario/OrgaosDaJustica> - Acesso em: 16

abr.

2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 157.

DEMO, Pedro. Introdução a Metodologia da Ciência. 2ªed. São Paulo: Atlas, 1985. p. 19

LIVRO “CASA DA MOEDA DO BRASIL: 290 anos de História, 1694/1984”, “<https://www.casamoaeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html>” acesso em 10 de abril de 2022.

PROCESSO 5516225-36.2021.8.09.0051.

<https://www.jusbrasil.com.br/processos/nome/481291192/gas-consultoria-e-tecnologia-ltda-citado>. Acesso em 15 de maio de 2022.

PROCESSO 0733114-82.2021.8.07.0000

<https://www.jusbrasil.com.br/processos/467730075/processo-n-0733114-8220218070000-do-tjdf> 05 de maio de 2022.

HABEAS CORPUS (HC 213911) REDIGIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL

FEDERAL <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6378203> 05 de Maio de 2022.

PROCESSOS 0733114-82.2021.8.07.0000

<https://www.jusbrasil.com.br/processos/nome/35611614/washington-antonio-lima-de-seixas> acesso em 19 de maio de 2022.

NAKAMOTO, Satoshi. Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System. 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em 02 de maio. 2022.

PROCESSO 7.2022.8.09.0051

<https://www.jusbrasil.com.br/processos/541287048/processo-n-5107852-4720228090051-do-tjgo> 15 de maio de 2022

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.> Acesso em 04 de maio de 2022

MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Imposto sobre a renda-pessoa física. Perguntas e Respostas. Exercício de 2022, ano-calendário de 2021. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/interface/cidadao/irpf/2019/perguntao/perguntas-e-respostas-irpf-2022.pdf>.> Acesso 05 maio 2022

ASSAF, Alexandre. O Banco Central e a Constituição Federal: uma análise contemporânea. Mega Jurídico, 20 maio de 2022. Disponível em: < <https://www.megajuridico.com/o-banco-central-e-a-constituicao-federal-uma-analise-contemporanea/> >. Acesso em: 20 maio de 2022.

CHAU, David. Bitcoin One Step Closer To Being Regulated In Australia Under New Antimoney Laundering Laws. 06 maio 2012. Disponível em: <<http://mobile.abc.net.au/news/2017-10-23/bitcoin-one-step-closer-to-being-regulated-in-australia/9058582>>. Acesso em 06 junho 2022

CRÍPTOMOEDA – SIGNIFICADO E DEFINIÇÃO. Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/definitions/what-is-cryptocurrency>. Acesso em: 08 maio. 2019.

COMO FUNCIONA A MINERAÇÃO DE BITCOINS. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/12/como-funciona-a-mineracao-de-bitcoins/>. Acesso em: 25 setembro. 2021.

BITCOIN E CRIPTOMOEDAS: VANTAGENS E DESVANTAGENS. Disponível em: <https://xpeedschool.com.br/blog/criptomoedas-vantagens-desvantagens/>. Acesso em: 21 setembro. 2021.

A UTILIZAÇÃO DO BITCOIN-CABO NA CONDIÇÃO DE MEIO PARA CONFIGURAÇÃO DE CRIME. Disponível em: <https://www.anpr.org.br/imprensa/artigos/24264-a-utilizacao-do-bitcoin-cabo-na-condicao-de-meio-para-configuracao-do-crime-de-evasao-de-divisas>. Acesso em: 03 novembro. 2021.

REGULAMENTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO BRASIL E NO MUNDO.
<https://blconsultoriadigital.com.br/regulacaodascriptomoedas/#:~:text=se%20tornem%20lei>
[Regula%C3%A7%C3%A3o%20das%20Criptomoedas%20no%20Jap%C3%A3o,\(c%C3%A2mbio\)20de%20moedas%20digitais](https://blconsultoriadigital.com.br/regulacaodascriptomoedas/#:~:text=se%20tornem%20lei). Acesso em 08.05.2022.

LEGISLAÇÃO SOBRE CRIPTOMOEDAS NO BRASIL: Ela precisa existir ?
<https://fintech.com.br/blog/criptomoedas/legislacao-sobre-criptomoedas-no-brasil-ela-precisa-existir/> Acesso em 08.05.2022.

ACUSADO DE MATAR CHEFE DO PCC, EMPRESÁRIO CONTA COMO ESCAPOU DA MORTE. <https://www.sbtnews.com.br/noticia/sbt-brasil/197322-acusado-de-matar-chefe-do-pcc-empresario-conta-como-escapou-da-morte> Acesso em: 14.05.2022

INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO -Artigo em publicação periódica 26 de Abril de 2022. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/26/senado-aprova-mercado-de-criptomoedas-com-incentivo-para-energia-renovavel>. Acesso: 25.05.2022.

INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO -Artigo em publicação – Apresentação. 08 de dezembro de de 2021 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/836731-camara->

aprova-

projeto-que-preve-regras-para-negociacao-de-moedas-virtuais/. Acesso: 25.05.2022.

INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO -Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação. 22 de Fevereiro de2022. Disponível em:<https://blog.myprofitweb.com/criptomoedas/criptomoedas-regulamentacao-avanca-no-senado.html>. Acesso: 25.05.2022

A GUARDA COMPARTILHADA COMO EFEITO PARA A INIBIÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

SHARED CUSTODY AS AN EFFECT FOR THE INHIBITION OF PARENTAL ALIENATION

FERNANDES, Gabriela A. Santana¹; SILVA, Laura Santana²; SOUSA, Lucas Nogueira de³; SOUZA, Nathan Guimarães de⁴; STIVAL, Letícia Vieira⁵; LIMA JUNIOR, Geraldo Lopes de⁶; Sara Cristina Rocha dos Santos; Rodrigo Mendes de Araujo; Rejane Michele Silva Souza; QUEIROZ, Lenison Alves de; CARVALHO, Jacqueline Campos Borba de; ROSA, Helda Núbia.

RESUMO

O trabalho em epígrafe tem como objetivo geral trazer os conceitos acerca da alienação parental e verificar se à aplicação da atual modalidade de guarda adotada com regra pelo judiciário, qual seja, guarda compartilhada, é suficiente e eficaz para causar a diminuição e a inibição de tal violência. Através desta verificação buscava-se trazer conscientização para a sociedade e para o judiciário para permanecer ou não aplicando tal modalidade nesses casos. Como metodologia de pesquisa foi adotado o método bibliográfico, por meio de estudos de casos. Após a análise de dois casos jurisprudenciais, julgados nos seguintes tribunais, Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Ao final deste foi possível observar que a guarda compartilhada não possui efeitos para inibir e/ou causar diminuição da ocorrência de alienação parental.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação parental guarda compartilhada, guarda unilateral, violência, poder familiar.

ABSTRACT

The above work has as general objective to bring the concepts about parental alienation and to verify if the application of the current type of custody adopted as a rule by the judiciary, that is, shared custody, is sufficient and effective to cause the reduction and inhibition of such violence. Through this verification, it was sought to bring awareness to society and to the judiciary to remain or not applying this modality in these cases. As a research methodology, the bibliographic method was adopted, through case studies. After analyzing two jurisprudential cases, judged in the following courts, Tribunal de justiça de Goiás, (TJGO) and Tribunal de justiça de Minas Gerais (TJMG). At the end of this it was possible to observe that shared custody has no effects to inhibit and/or cause a decrease in the occurrence of parental alienation.

Keywords: Parental alienation, shared custody, unilateral custody, violence, family power.

¹ Graduanda em direito- gabrielasantnafernandes@gmail.com

² Graduanda em direito- laurasantana2222@gmail.com

³ Graduando em direito- lucaqwe22@gmail.com

⁴ Graduando em direito- nah.sou0272@gmail.com

⁵ Graduanda em direito- leticiastival42@gmail.com

⁶ Professor e Coordenador de Iniciação Científica e da Revista FacUnicamps Ciências- geraldo.junior@facunicamps.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de conscientizar sobre alienação parental, bem como a presença de ambos os genitores é de suma importância no processo de amadurecimento da criança, além de buscar-se trazer um novo parâmetro acerca da aplicação da guarda compartilhada nos casos de ocorrência de tais condutas. Fora do âmbito jurídico, é de comum observância que pouco se é falado sobre alienação parental, causando desconhecimento social acerca do assunto. Nos estudos de direito de família, alguns autores vêm trazendo posicionamentos sobre o tema, ao perceberem a discussão que vem sendo gerada por doutrinadores e pelo judiciário, os presentes autores decidiram desbravar o tema. Ao iniciarem seus estudos, logo foi identificado que alguns do grupo de estudos já foram vítimas de tal abuso, e a partir desse conhecimento decidiram compartilhar e falar sobre o tema, na tentativa de trazer uma solução para que aqueles sofrem ou vierem sofrer, possam encontrar um consolo em algo para se apoiarem a sair da posição de vítima de tal conduta.

Tendo em vista que os presentes perceberam a conduta e a ocorrência de alienação parental durante suas infâncias, notaram que durante a prática da alienação parental a grande maioria desenvolveu repulsa pelo alienado e alguns pelo alienador, tais fatos levaram-nos a ter prejuízos em seus desenvolvimentos físicos e principalmente mental na infância, e agora tais percas influenciam em suas vivências na vida adulta. Dessa forma, os autores deste artigo buscam através de suas pesquisas trazerem conscientização, a fim de tentar minimizar a ocorrência deste tipo de violência.

O ato de alienação parental é praticado por um dos genitores ou por parte da família. Na maior parte dos casos ela se inicia a partir do processo de divórcio litigioso, pois, geralmente nesse tipo de separação matrimonial ocorre o nascimento do desejo de vingança contra o antigo companheiro. Em múltiplas vezes, por conta da falta de conhecimento sobre a alienação parental, o alienador não tem consciência do abuso psicológico que está causando no menor. Do mesmo modo, os familiares, por não terem conhecimento do tema e, portanto, não possuem compreensão clara sobre o peso psicológico que esta violência causa, não se posicionam adequadamente, e de certa maneira deixam os menores serem a moeda para dar o troco. Ou seja, não interferem para retirar o menor dessa balança.

Por mais que a alienação parental é tratada apenas como uma ação que implica no atingir o genitor que não detém a guarda de fato do menor, essa também afeta o menor. Ao

início da alienação parental, causa o afastamento da criança/adolescente com seu genitor, entretanto, a longo prazo, esse afastamento e a violência sofrida desencadeará grandes danos psicológicos, comportamentais e relacionais, que perseguirá aquele que neste instante é apenas uma criança ou adolescente para a vida toda, gerando grande sofrimento, pois infelizmente se desprender de traumas de infância é um caminho longo e regado de aflições.

A vista disso, é de grande importância conceituar e trazer conhecimento a respeito do que é alienação parental, quais as suas consequências e o mais importante, verificar se através da atual modalidade de guarda adotada como regra pelo ordenamento jurídico brasileiro é eficaz para a prevenção de tamanha violência. Trazendo esses conceitos para os familiares, os alienadores, os juristas e a sociedade com um todo, buscamos visualizar a diminuição dessa iniquidade, bem como vislumbrar que nos casos que estão ocorrendo haja justiça em face do menor alienado, vez que esse tem o direito de ter ambos os genitores exercendo o poder familiar de forma igualitária, além de também ter direito de ter sua formação psíquica respeitada, afim de ao chegar vida adulta não sofrer dificuldades e transtornos causados por esta violência.

Para responder a nossa problemática, qual seja, a guarda compartilhada pode ser o caminho para a inibição da alienação parental? E para cumprir o nosso objetivo específico, adotamos como metodologia de pesquisa o método bibliográfico, por meio de estudos de casos. Entretanto para realizarmos a análise de dados fez-se necessário conceituarmos alguns pontos importantes, os quais são o conceito de poder familiar, que será apresentado a seguir deste tópico, o segundo as modalidades de guarda adotadas no Brasil, dando foco maior na guarda compartilhada. E para finalizar, trouxemos os principais conceitos de alienação parental, bem como a forma que essa ocorre e o perfil daquele que exerce a condutada de alienador.

Após percorrer o caminho descrito acima e ao efetuar a análise de casos foi possível verificar-se que a aplicação da modalidade de guarda compartilhada não produzirá no caso concreto efeitos para a inibição da alienação parental, não sendo possível corresponder as expectativas esperadas para responder a presente demanda.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Poder Familiar Segundo os Princípios Constitucionais

Constitui poder familiar o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais pela responsabilidade de cuidado e criação dos filhos menores, incluindo o dever de assistência, amparo, sustento e direção no processo de formação moral e de personalidade dos filhos. Está elencado no Código Civil todo o conteúdo de poder familiar, de forma não taxativa, direitos e deveres que os pais exercem durante o poder. Vejamos:

Art. 1.634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

I - dirigir-lhes a criação e educação;

II - tê-los em sua companhia e guarda;

III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;

IV - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;

V - representá-los, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;

VI - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;

VII - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

Art. 1.689. O pai e a mãe, enquanto no exercício do poder familiar:

I - são usufrutuários dos bens dos filhos;

II - têm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade. Art. 1.693. Excluem-se do usufruto e da administração dos pais:

I - os bens adquiridos pelo filho havido fora do casamento, antes do reconhecimento;

II - os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de atividade profissional e os bens com tais recursos adquiridos;

III - os bens deixados ou doados ao filho, sob a condição de não serem usufruídos, ou administrados, pelos pais;

IV - os bens que aos filhos couberem na herança, quando os pais forem excluídos da sucessão.

Observa-se que, no Código Civil anterior utilizava-se a expressão pátria poder, já que o poder era exercido exclusivamente pelo pai. Com o novo Código Civil de 2002, considerou-se que tal poder deveria ser exercido por ambos os genitores. Tem como principal característica desse poder, a irrenunciabilidade, incompatibilidade com a transação, e ainda indelegável, pois o poder parental faz parte das pessoas, até que os filhos completem 18

(dezoito) anos, se não, vejamos o que dispõe o artigo 22, parágrafo 5º da Constituição Federal Brasileira e o Código Civil no artigo 1.630.

art. 226 família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

Art. 1.630 Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

Verifica-se ainda que, no caso de filhos havidos fora do casamento, só estarão submetidos ao poder familiar depois de legalmente reconhecidos, uma vez que o reconhecimento estabelece juridicamente o parentesco.

2.2 Institutos de Guarda

Os Institutos de Guarda familiar têm o objetivo decidir qual será o tipo de guarda que deverá ser atribuído em cada caso concreto. O ordenamento Jurídico brasileiro, por via regra, tende a priorizar a guarda compartilhada como melhor decisão de relacionamento para a criança, no entanto, a possibilidades onde é preciso incorporar a guarda unilateral para uma das partes.

Segundo o autor Paula Neto (1993), a guarda refere-se um direito consistente na guarda do menor, que pode ser elegível a terceiros, gerando responsabilidade e deveres com a criança resguardada. Isto é, o progenitor goza do dever de proteção, vigilância e segurança do menor. No direito de família, o conceito de guarda define-se como um direito/dever de ambos os pais ou somente um deles tendo a favor dos filhos.

No estatuto da criança e do adolescente, o artigo 33 traz a seguinte composição: “A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.” Destarte, o guardião tem o dever de prestar assistência moral, educacional e material ao menor, analisando o artigo, entende-se, portanto que, a guarda é consequência do poder familiar e dos institutos de tutela, sendo também decorrente da lei.

Durante a união do casal, cabe o dever sobre o filho ambos os progenitores em igualdade de condições, com base conceituada no artigo 1.643 do código Civil, citando que “compete a ambos os pais qualquer que seja a sua posição conjugal o pleno exercício do poder familiar que consiste em, quanto aos filhos”.

Havendo conflitos na sociedade conjugal seguindo de dissolução, o poder familiar, o artigo 21 do estatuto da criança e adolescente, emite: “o poder familiar será exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe, na forma que dispuser a legislação civil é assegurado o que é deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução de divergências”. Sendo assim, nenhuma das partes perderá o poder familiar com a criança, cabendo ao juiz fazer análise do caso e decidir a espécie de guarda que será compilada ao cenário.

O poder familiar só será suspenso judicialmente diante dos fatos não cumpridos do artigo 22, assim como se propõe o artigo 24 que diz “a perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações que alude o artigo 22”.

2.2.1 Guarda Compartilhada

Para Grisard Filho, o intuito da guarda compartilhada é garantir o melhor para o menor, relatando que:

O desejo de ambos os pais de compartilharem a criação e a educação dos filhos e o desses de manterem adequada comunicação com ambos os pais, de forma contínua e simultânea, motivou o surgimento deste novo modelo de guarda e responsabilidade parental. (GRISARD FILHO,2005, p.30)

De acordo com Silvana (2000), a guarda compartilhada é muito além de só a localização onde os menores se encontram, são também cuidados com o filho, nos aspectos escolares, vida social, segurança do menor, dando direito aos dois genitores de monitorar de perto como está sendo formada a personalidade daquele menor e educando-o juntos.

Conforme o artigo 1.583 do Código Civil, a guarda será unilateral ou compartilhada, sendo que compartilhada a responsabilidade será de ambos os genitores, mesmo que no exercício dos direitos e deveres os genitores não vivam sob o mesmo teto.

Com a decisão pela aplicação da guarda compartilhada o menor tem a chance de convivência com ambos os pais. Neste caso será concedida igualdade de direitos, deveres e responsabilização mútua de educar os filhos. A aplicação desta modalidade tem como objetivo a valorização da relação entre as partes, trazendo benefícios aos filhos a fim de equilibrar o poder familiar, além de atender o melhor interesse do menor.

Com a evolução da mentalidade social e tendo em vista que na decisão da modalidade de guarda os interesses a serem atendidos deve ser os do menor, o Código Civil brasileiro estabeleceu a aplicação da guarda compartilhada como via regra, onde no artigo 1.584 parágrafo 2º, diz: “Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho encontra-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor”.

Na audiência de conciliação, caberá ao juiz explicar sobre as modalidades de guarda, dando ênfase na importância da guarda compartilhada no relacionamento dos filhos e na forma com ela implica na formação do menor, obviamente o intuito de se trazer essa explicação previa e fazer com que sempre seja estabelecido o que atende da melhor forma possível os interesses do menor. No parágrafo 3º do artigo 1.584 do Código Civil Brasileiro, instruíse sobre como deve ser o posicionamento do Magistrado.

§ 3º Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob a guarda compartilhada o juiz de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá basear-se em orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar, que deverá avisar a previsão equilibrada do tempo com pai e a mãe.

2.2.2 Guarda Unilateral

A regra do ordenamento jurídico brasileiro é a guarda compartilhada, no entanto, isso não impede a atribuição da modalidade de guarda unilateral, como dito anteriormente, a decisão deve atender o melhor interesse do menor e nesse sentido, deve ser analisado cada caso de forma específica, utilizando-se da equipe multidisciplinar. Nesta modalidade, o poder familiar é exclusivamente concedido a um dos genitores, esse irá ter tutela sobre os direitos e deveres do filho, dando a outra parte apenas o direito a visita e o dever de alimentos, conforme o parágrafo 1º, do artigo 1.583, do Código Civil: “compreende-se por guarda unilateral atribuída a todos os genitores ou alguém que o substitua [...]”.

Contudo, é visto uma desvantagem em relação a esse gênero de guarda, uma vez que, a outra parte tem o direito de visitas, mas não participa ativamente da vida da criança, sendo importante ressaltar a narrativa de Milano (2008), que destaca que na guarda unilateral, o exercício do poder familiar para aquele que não detém a guarda do menor é negligenciado. O genitor que mantém a guarda sobre o menor poderá exercer em total extensão, por ter uma ligação direta sobre os direitos e deveres da criança e/ou adolescente. Consequentemente, a

outra parte sofrerá o enfraquecimento do poder familiar e ligação com o menor. Podendo dizer que nessa realidade, os direitos tornam-se desiguais, evidenciando a privação das prerrogativas do genitor não guardião, a modalidade de guarda compartilhada afasta essa desigualdade, pelo pressuposto de que há efetivamente e continuidade do exercício do poder familiar para ambos os genitores.

2.3 Alienação Parental

A alienação parental foi conceituada inicialmente por Richard Gardner em 1985 e foi trazida como Síndrome da alienação parental (SAP), ele a descreve como a situação em que um dos genitores influencia de forma negativa o menor, com o intuito de que ela e o outro genitor tenham seus laços afetivos rompidos, gerando assim grande ansiedade e temor em relação ao outro genitor. A alienação parental é regulada pela Lei nº 12.318 de 2010, esta diz que à alienação parental é a interferência psicológica de um dos genitores, pelos avós ou pelos que possam obter a guarda na formação psíquica do menor, para que esse crie repúdio pelo outro, estabelecendo assim, prejuízos e/ou perda do vínculo entre o outro e o menor.

Comumente, a alienação ocorre por genitores que recentemente passaram por uma ruptura matrimonial, esta acaba por fomentar ódio em um dos genitores e esse permite que suas emoções interferiram na vida e na relação do menor com o outro genitor. Soares (2017), descreve que é nesse momento que o genitor detentor da guarda de fato se torna alienador, o menor alienado e o genitor não detentor da guarda torna-se alienante. A partir desse momento começa-se a alienação, como uma forma de se vingar do antigo parceiro, nesse momento o alienador deixa de lado o que o menor está sentindo e o utiliza como moeda para dar o troco.

Quando ocorrendo a alienação parental, a perda da relação afetiva entre o menor e o genitor não detentor de parte da guarda não é o único problema. Soares (2017) descreve que devido ao afastamento e a pressão/violência ocorrida, o menor pode apresentar problemas nas suas demais relações, no seu desempenho escolar e principalmente psíquico, desencadeando de forma imediata e/ou a longo prazo transtornos e traumas. Ela também trás o entendimento que, uma vez que em um processo de regulamentação ou modificação de guarda haja a desconfiança de que está ocorrendo alienação parental, é necessário que o magistrado solicite um estudo social, através de uma equipe multidisciplinar.

2.3.1 Características e Condutas de Maior Ocorrência do Alienador

Segundo Podevyn (2010), em muitos casos o alienador surge com um perfil de superprotetor, portanto, não consegue ter conhecimento da raiva que está sentindo e com qual intencionalidade deseja se vingar do outro, no qual passa a manifestar os comportamentos alienadores. Aqui geralmente se acumula todos os problemas compostos pela alienação parental, pois o que reina não é a preocupação do alienador com o alienado, mas sim os seus sentimentos referentes ao outro genitor, esses sentimentos são muitas vezes confundidos pela ideia de proteção, porém mesmos sem o próprio alienador perceber, o que está se passando ali é um sentimento de vingança.

Para Gardner (1985, APUD RAFAELI, 2002), são alguns dos comportamentos de maior ocorrência do alienador, recusar-se a passar as chamadas telefônicas aos filhos, organizar atividades com os filhos durante o período que o outro genitor deve exercer seu direito de visitas, apresentar seu novo cônjuge aos filhos como sua nova mãe ou seu novo pai, desvalorizar ou insultar o outro genitor na presença dos filhos, recusar-se a passar informações ao outro genitor em que os filhos estão envolvidos (quaisquer atividades, sejam, elas escolares, extraescolares ou que envolva a saúde física e mental do menor), tomadas decisões importante a respeito dos filhos sem consultar o outro genitor.

2.3.2 Alienação Parental no Direito Patrio

Deixando as questões de guarda, e agora observando a lei específica de alienação parental, qual seja a Lei nº 12.318. Se faz necessário observar a complexidade da legislação brasileira atual, bem como o grande debate que há sobre a aplicação da lei. Na Lei nº 12.318, art. 2º, de 26 de agosto de 2010, se observa o conceito de alienação parental e suas possíveis formas de ocorrência, sendo descritos como:

Art. 2º. Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único: São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

- I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II - dificultar o exercício da autoridade parental;
- III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Santos (2021) trás que a lei em epigrafe se mostra tratar com seriedade e cautela sobre o tema, ela busca inibir qualquer tipo de comportamento quando se refere a pratica da conduta. Contudo, ela descreve que apesar da lei coibir de forma ativa a conduta, o problema a envolvendo atinge uma esfera maior e se torna um problema instaurado na sociedade. Ao se haver uma participação e a visualização da pratica de tal violência pelo judiciario, ocorre uma melhor inibição, tendo em vista que ao faze-lô os juizos mostrasse que de fato o interesse aser discutido e atendido é o do menor.

2.3.3 Os Problemas Causados pela Alienação Parental

Assim, Brum (2020) descreve que a formação de pensamento é um fator essencial para criar indivíduos com capacidades de se desenvolver, criar ideias, fazer suas escolhas, porém, quando essa liberdade é manipulada por fatores externos, essa capacidade se restringe e a partir dessa restrição origina-se um grande problema para o indivíduo e para a sociedade na qual ele está inserido. É exatamente dentro nesse contexto que entra o objeto de estudo em questão, pois como toda a sociedade é composta por grupos, o qual é denominado de família, fica na responsabilidade do sistema jurídico o dever de mediar os conflitos familiares, afim de manter esse pequeno grupo harmonico entre si e consequentemente, também com o grupo maior queé a sociedade.

A pergunta que fica é de como a falta de harmonia e os conflitos entre a família podem afetar a relação de um indivíduo com a sociedade? Nesse sentido, Brum (2020) explica que alienação parental vai além dos fatores físicos, ela enceja em problemas psicicos e relacionais. Ou seja, a alienação que fora ocorrida na infancia ou adolescencia irá repercurtir e gerar tramaus e sindromes que irão pendurar pela vida toda do menor,

afetando assim o relacionamento desses com seus futuros companheiros, suas amizades, e até mesmo na relação consigo mesmo, esse irá ter grandes dificuldades em gerar relações afetivas solidas, e na grande maioria das vezes, sentimentos como inferioridade e desconfiança sempre farão parte de sua vida e suas relações .

Como dito anteriormente, a formação de pensamento é essencial pois é a partir dela que se torna possível que o indivíduo tenha a capacidade de criar ideias e fazer escolhas, quando ocorre interferências externas negativas essa capacidade estará restrita a forma a qual foi utilizada para gerar tais capacidades, e assim irá comprometer a compreensão que esse indivíduo terá com relação ao mundo exterior (o mundo fora âmbito familiar).

Desse modo, Brum (2020) conclui que na maior parte dos casos, o alienador não tem dimensão das consequências que suas atitudes podem causar tanto juridicamente e psicologicamente. Entretanto, o maior prejudicado será o alienado, haja vista que, seus efeitos da conduta irá pendurar para o resto da vida, muitas vezes gerando problemas com consequência ainda mais graves, portanto, essa preocupação do direito em implementar mecanismos que combatam esse tipo de violência não é simplesmente com intuito de proteger os direitos do alienante, mas também em preservar capacidade psíquica, emocional e principalmente os direitos que o menor possui.

3. METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada, qual seja "a guarda compartilhada pode ser o caminho para a inibição da alienação parental?", será realizada uma análise a partir dos conceitos apresentados por autores que discorre sobre o tema, bem como a análise de casos com aplicação de diferentes modalidades de guardas e a ocorrência da alienação parental através de uma pesquisa dedutiva, qualitativa, a partir dos estudos feitos por Gardner.

Para realizar a pesquisa foi escolhido como método de pesquisa o método bibliográfico, através de um estudo de casos, onde foram selecionados dois casos jurisprudenciais, os quais nomeamos de acordo com o nome das partes do processo sendo o primeiro caso Ana Paula X Helvecino, e o segundo em decorrência do segredo de justiça esse foi nomeado apenas com as abreviaturas dos nomes, assim o caso levou o seguinte

nome, M.P.C e V.M.F, os presentes foram selecionados pelo site Jusbrasil, os casos foram julgados pelos respectivos tribunais: Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Como base de pesquisa foi escolhida um caso onde ocorreu à alienação parental, durante o período de aplicação da modalidade de guarda compartilhada; em seguida foi realizada a análise da ocorrência de alienação parental posterior à aplicação da guarda compartilhada, e a fixação da residência do menor com um dos genitores.

Como mencionado anteriormente, os estudos deste trabalho foram fundamentados em ideias e pressupostos bibliográficos, a partir do estudo de casos que apresentaram significativaimportância na definição e construção dos conceitos a serem discutidos.

O método de pesquisa escolhido favoreceu para uma liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir diversas posições no decorrer do estudo, não obrigando atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto. Dessa forma, apesar se buscar uma solução concreta e definitiva para a problemática apresentada, não foi possível afirmar que a guarda compartilhada é efetiva para a inibição e/ou diminuição da ocorrência da alienação parental.

4. ANÁLISE DE DADOS

Será transcrito análise dos principais tópicos de interesse da pesquisa sobre a guarda compartilhada e alienação parental, das quais será colocado caso 1: Ana Paula X Helvecio, Caso 2: M.P. C X V.M.

4.1 Casos 1- Ana Paula X Helvecio

Comarca de Aparecida de Goiânia

Agravante: Ana Paula Rodrigues da Silva

MouraAgravado: Helvecino Moura da Cunha

Ao analisar os autos do julgado, notou-se que havia um acordo feito entre as partes em um momento anterior, o qual o regime de guarda definido pelas partes era de guarda compartilhada, com fixação de residência do menor se encontrar juntamente com sua

genitora. Assim, fica claro que havia um acordo de facilitação da convivência do genitor com o menor, de igual modo, o poder familiar sobre a criança era disponível a ambos os genitores. Ressalta-se que o Pai (genitor) tinha direito a presença do filho aos finais de semanas alternados, metade das férias escolares, feriados alternados, aniversários em anos alternados.

Contudo, após o acordo entre as partes, a genitora se recusou a entregar o infante ao genitor no período de Natal e início das férias, os quais haviam sido combinados que o mesmo passaria com a criança, razão pela qual motivou a demanda processual. Ao desferir de mandado judicial de busca e apreensão do menor, este não fora encontrado no local. Ao consultar parentela, foi certificado que a genitora teria sido instruída por seus advogados a não dar cumprimento à ordem, tendo a juntamente com o menor evadido o imóvel para um lugar não sabido.

Da mesma forma, durante todo o desenrolar do processo, a genitora usou diversas formas para impedir que a criança fosse entregue ao pai. E diante da conduta exercida pela genitora e a realização de um estudo social e psicológico feito pela equipe multidisciplinar, foi configurado ato de alienação parental, tendo em vista, a Lei 12.318/2010, artigo 2º, inciso II. Igualmente, os Magistrados decidiram pela conversão da guarda compartilhada em guarda unilateral em favor do genitor.

4.2 Caso 2- M.P. C X V.M. F

Comarca de Ipatinga

Apelantes: M.P.C e

V.M.FApelados: OS

MESMOS Segredo de

Justiça

Ajuizada uma ação de divórcio litigioso, de autoria de W.M.F em face de M.P.C. Foi deferida como modalidade de guarda a guarda compartilhada, onde fora fixado que a residência do menor seria juntamente com a genitora. O genitor tinha fácil acesso ao menor e detinha também o poder familiar.

Após, algum tempo a genitora ingressou com uma ação de modificação de guarda, alegando que o genitor havia cometido abuso sexual com menor e dessa forma o mesmo era

incapaz de exercer o poder familiar. O genitor, entretanto, manifestou que tais alegações eram falsas. Haja vista as alegações da genitora fora aberto um inquérito criminal para verificar tais fatos.

Em primeira instância foi provada a alienação parental, e não ocorrência de abuso sexual. Apesar da sentença proferida a genitora insiste ainda em dificultar o convívio do menor com o genitor. Alega a autora que, “embora o abuso não tenha sido provado, sob a ótica do processo criminal também não se provou o contrário”. O inquérito policial após investigações, concluiu pela ausência da materialidade das acusações, determinando o arquivamento do processo de investigação de abuso sexual.

Pela análise do processo criminal e realizado o estudo social e psicológico, não houve indicadores que justifiquem restrição da convivência do pai com o filho. No entanto, é de fato notório que a criança estava sendo influenciada a evitar e repudiar o pai. Em contra partida, quando o menor se encontrava na presença do genitor notava-se o comportamento do menor era de contentamento. Restou assim comprovado a conduta de alienação parental nos moldes da Lei nº 12.318/2010.

Tendo em vista a revelação inverídica do abuso sexual e comprovando-se através do estudo social e psicológico alienação parental por parte da genitora, os Magistrados proferiram o acórdão decidindo pela permanência da guarda compartilhada como forma de construir a responsabilização conjunta e de garantir os direitos e deveres dos genitores. Decidiu ainda pela fixação da residência do menor ser com o genitor, deixando a genitora visitar o menor aos fins de semana acompanhada pelo genitor e/ou assistente social. Com relação à alienação parental a sentença proferida definiu medidas eficazes para eliminar os efeitos nocivos da alienação parental, dentre as quais advertência, multa e acompanhamento psicológico.

4.3 Resultados

Na década de 80, Richard Gardner descreveu que a alienação parental acomete os menores de pais separados, quando um dos genitores, qual seja aquele que detém a guarda de fato e o poder familiar completo ou parcial, esse faz uma campanha de desconstrução da imagem do outro. Tendo esse conceito em mente, em 2010 foi promulgada a Lei nº 12.318 a qual conceitua e descreve a forma de ocorrência de alienação parental.

Conforme vislumbrado nos presentes casos, a partir de uma análise social e psicológicas, ambos os casos ocorreu a configuração de alienação parental, de igual modo ambos os casos o poder familiar era igualitário para os genitores, muito embora a fixação de residência estivesse sob apenas um deles, permitindo assim que a maior convência era do genitor detentor da residência do menor, o que ensejava na ocorrência da alienação parental. No primeiro caso alienação ocorrida está descrita na Lei 12.318/2010, artigo 2º, a genitora exerceu omissão de informações acerca do menor, bem como se negou a entregar o menor.

No caso dois vemos a ideia de Gardner ser efetiva tendo em vista que a genitora gerou na memória do menor um abuso sexual não ocorrido, além de discorrer para essas diversas alegações falsas sobre atitudes do genitor, com o intuito de causar afastamento e repúdio do menor em face do genitor. Mais uma vez configurou-se a Lei 12.318.

Assim, verificou-se que embora o poder familiar esteja nas mãos de ambos genitores, esses podem exercê-lo de forma errônea e contraditória, ensejando assim a alienação parental. Essa ocorrência é facilitada quando a residência é fixada apenas com um dos genitores, haja vista que esse tem um maior tempo disponível com o menor.

5. Considerações finais

Conforme tratado no tópico um do referencial teórico desse trabalho, poder familiar configura-se o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais pela responsabilidade de cuidado e criação dos filhos menores, incluindo o dever de assistência, amparo, sustento e direção no processo de formação moral e de personalidade dos filhos. Assim, como mostrado, esse poder quando ocorrem litígios, principalmente matrimoniais, pode ser aplicado de duas formas, qual seja de guarda compartilhada e guarda unilateral, o primeiro o poder familiar estará disposto de forma igualitária para ambos os genitores e o último se restringirá a apenas um deles.

Ainda tratando sobre o referencial teórico, fora conceituado acerca da alienação parental, a qual se qualifica na lei 12.318/2010 como a interferência psicológica de um dos genitores, pelos avós ou pelos que possam obter a guarda na formação psíquica do menor, para que esse crie repúdio pelo outro, estabelecendo assim prejuízos e/ou perda do vínculo entre o outro e o menor.

Tendo em mente esses conceitos é possível vislumbrar sobre a importância de tal tema, haja vista que muito embora o entendimento jurisprudencial sobre o presente vem crescendo esse ainda é desconhecido por parte dos alienadores, do alienados e da sociedade como um todo. Assim, através da presente demanda buscava-se trazer conscientização e conhecimento simplificado a todos. Além disso, era também meta trazer uma solução para a demanda, e, portanto, foi trago como problemática a seguinte questão: a guarda compartilhada pode ser o caminho para a inibição da alienação parental? O intuito e objetivo era responder de forma satisfatória a presente questão. E para tanto, fora realizado uma pesquisa de campo, dedutiva, qualitativa, bibliográfica através de estudos de casos.

Entretanto, apesar da dedicação e empenho na realização desta, não foi possível chegar-se a uma solução concreta e efetiva, assim, a guarda compartilhada não é um caminho para a inibição da ocorrência de alienação parental. Embora nela o poder familiar ser exercido por ambos os genitores, esses por vezes se utilizam desse poder de maneira errônea se aproveitando e utilizando menor como moeda para dar o troco em seu antigo companheiro. Esse comete uma violência que causa danos para uma vida toda.

Assim, compreendendo que a guarda compartilhada não produz efeitos na inibição da alienação parental, que essa ainda ocorre com frequência e os danos causados por essa, faz-se necessário que a sociedade e o judiciário se unam para buscar uma forma efetiva de interferência nos presentes casos. Ou seja, precisa-se realizar novas pesquisas e conceitos para se alcançar um futuro onde nossos menores impúberes terão independentemente de estarem ou não é uma família tradicional terem direito a uma vida tranquila e uma formação psicológica, comportamental e relacional sem interferências negativas.

Apesar de não possuir uma resposta satisfatória ao principal objetivo, acredita-se que ainda assim com conceitos tratados pelo trabalho em epígrafe será possível ocorrer a conscientização dos alienadores, alienados, familiares e a sociedade acerca do tema alienação parental, e apesar de não ser a for de inibição esse irá gerar uma diminuição da ocorrência de tal violência.

6. REFERÊNCIAS

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE, Código Civil Brasileiro, Planalto,10/01/2002.

Disponível em: [L10406compilada \(planalto.gov.br\)](http://L10406compilada(planalto.gov.br)). Acesso em: 15 de maio de 2022.

GUIMARÃES, Ulysses. Constituição Da República Federativa Do Brasil, Planalto,05/10/1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) Acesso em: 15 de maio de 2022.

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, volume 6: direito de família – 8ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

FRIGATO, Elisa, Poder Familiar - Conceito, característica, conteúdo, causas de extinção e suspensão, DireitoNet, 21/08/2011. Disponível em: < Poder Familiar - Conceito, característica, conteúdo, causas de extinção e suspensão (Família) - Artigo jurídico - DireitoNet>. Acesso em: 15/05/2022.

STRAZZI, Alessandra, Guarda, poder familiar e alienação parental, JusBrasil, há 8 anos. Disponível em: < Guarda, poder familiar e alienação parental (jusbrasil.com.br)>. Acesso em:15/05/2022.

SANTOS NETO. José de Paula. Do pátrio poder. São Paulo. Ed. Re-vista dos Tribunais. 1993.

Brasil, Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em [L8069 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br).

Grisard Filho, Waldyr, Guarda Compartilhada. Um Novo Modelo de Responsabilidade Parental. Revista dos Tribunais; 8ª Edição, 30 agosto 2016.

SILVANA, Maria Carbonera. Guarda de %lhos - Na família Constitu-cionalizada, p. 64.Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.

Silva, Ana Maria Milano. A Lei Sobre Guarda Compartilhada, 2º Edição, Editora: Jh Mizuno-São Paulo, 2008.

Gardner, R. A. (1985a), Recent trends in divorce and custody litigation. *The Academy Forum*,29(2):3-7.

Brasil, Lei nº 12.318. 26 de agosto de 2010, Alienação Parental, Disponível em [L12318\(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br).

Soares, Tainá Kavashima. Junho de 2017, Alienação Parental: Guarda Compartilhada.

Revistado Curso de Direito da Universidade Braz Cubas. São Paulo.

Santos, Jaíne José Dos. Alienação Parental E Complexidades No Direito Brasileiro, Faculdade Evangélica De Goianésia. Trabalho de Conclusão de Curso. Goiás. 2021.

Brum, Bruno de Abreu. Problemas Gerados Pela Alienação Parental No Convívio Familiar. Faculdade Vale Do Cricaré. Trabalho de Conclusão de Curso. Espírito Santo.2020.

Podevin, François. Síndrome de Alienação Parental, Tradução APESE, 2001.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Apelação Cível: AC 5000407-22.2017.8.13.0313 MG (jusbrasil.com.br).

Agravo De Instrumento. Ação De Busca E Apreensão De Menor. Impedimento De Convívio. Descumprimento Dos Termos Da Guarda Compartilhada. Alienação Parental Configurada. Reversão Do Domicílio Justificada. Tribunal De Justiça De Goiás Tj-Go - Agravo De Instrumento (Cpc): Ai 0746214-33.2019.8.09.0000 (Jusbrasil.Com.Br).

IMPACTOS DA COVID-19 NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

IMPACTS OF COVID-19 ON LABOR RELATIONS

NOVAES, Amanda Carla da Silva¹; CAMPOS, Julia Roberta Pereira²; MEDRADO, Maria Aparecida Gomes Cirino³; PEREIRA, Milena Nascimento⁴; CIRQUEIRA, Rafaela da Silva Paixão⁵; LIMA JUNIOR, Geraldo Lopes de⁶; SIQUEIRA, Nayara Milhomens de⁷; SOUZA, Rejane Michele Silva⁸; ARAUJO, Rodrigo Mendes de⁹; ROSA, Helda Núbia; JÚNIOR, Byl Farney Rodrigues da Cunha; KRATZ, Ricardo de Andrade.

RESUMO

Em suma, o presente artigo tem como objetivo verificar a gama devastadora dos impactos causados pela Covid-19, a de se ater nas Relações do Direito do Trabalho, em entender as relações entre empregado e empregador no período pandêmico, tendo em vista que para o direito do trabalho estava posto o grande desafio, em manejar inúmeras decisões. Por conseguinte, o método que foi utilizado é o raciocínio indutivo, as referidas informações foram encontradas por bases bibliográficas, livros afamados por escritores que atuam nas bases de vínculo entre empregador e empregado. Mediante exposto os resultados encontrados consequentemente advêm de pesquisa de campo, foram aplicados questionários em operadores do direito que esteve na linha de frente nas relações de trabalho. O presente trabalho tem como objetivo apresentar quais foram as principais alterações que ocorreram nas relações de trabalho, quais modificações houveram no cotidiano da vida do trabalhador nacional durante a pandemia da COVID-19, que teve seu início no Brasil no começo de 2020. Levando-se em conta o que foi observado, todos os envolvidos de ambas as partes, seja empregado ou empregador e os operadores do direito, nos mostram resultados imparciais. Pois, diante do cenário pandêmico, ambos os direitos precisavam ser protegidos. O cenário jurídico teve impactos que talvez perdurem por um longo período. Mostram os resultados que empregador e empregado, entraram em acordos para solucionar os mais variados problemas que passaram existir advindo da Covid-19, acordos empregatícios, acordos de carga horária, e por fim empresas estão em recuperação judicial.

Palavras-chave: Covid-19. Mercado de Trabalho. CLT. Flexibilização. Economia

ABSTRACT

In short, this article aims to verify the devastating range of impacts caused by Covid-19, to stick to Labor Law Relations, to understand the relationships between employee and employer in the pandemic period, given that for the labor law was set the great challenge, in handling numerous decisions. Therefore, the method that was used is inductive reasoning, the aforementioned information was found by bibliographic databases, books famous by

¹ Graduanda em Direito: amandacarla1609@gmail.com

² Graduanda em Direito: jr9255445@gmail.com

³ Graduanda em Direito: gomesmedrado12@gmail.com

⁴ Graduanda em Direito: milenapereira.nt@gmail.com

⁵ Graduanda em Direito: diretorafaelacirqueira@gmail.com

⁶ Orientador: coordenacaotcc@facunicamps.edu.br

⁷ Coorientador

⁸ Coorientadora

⁹ Coorientadora

writers who work on the basis of the bond between employer and employee. Upon exposed the results found consequently come from field research, questionnaires were applied to legal operators who were on the front line in labor relations. This work aims to present what were the main changes that occurred in labor relations, which changes occurred in the daily life of the national worker during the COVID-19 pandemic, which began in Brazil in early 2020. Taking into account what was observed, everyone involved on both sides, whether employee or employer and the operators of law, show us impartial results. Because, in the face of the pandemic scenario, both rights needed to be protected. The legal scenario had impacts that may last for a long time. The results show that employer and employee entered into agreements to solve the most varied problems that came to exist arising from Covid-19, employment agreements, working hours agreements, and finally companies are in judicial recovery.

Keywords: Covid-19. Job market. CLT. Flexibilization. Economy

1. INTRODUÇÃO

O cenário econômico, antecedente a pandemia, mais especificamente entre 2014 e 2019, vinha passando por uma recessão econômica. Segundo a FGV, entre 2014 e 2016 houve uma queda no PIB Brasileiro, cerca de 9%. Essa crise econômica é o resultado do projeto da Nova Matriz Econômica (MNE), criado em 2012 com o objetivo de estimular a economia, por meio de gastos públicos. Sendo assim, no final de 2014, quando o projeto chegou ao fim, observou-se que no início de 2015 houve a alta de preços dos produtos, elevando a inflação. (BARBOSA FILHO, 2017)

Diante disso, em 2017 e 2018, no governo Temer, foi criada uma PEC com o teto de gastos previdenciário e trabalhista, a fim de diminuir os custos e tentar reerguer a economia. (BARBOSAFILHO, 2017)

A recessão econômica brasileira se agravou em 2020, por consequência da pandemia da COVID-19. Decerto a economia e o mercado de trabalho são concomitantes, logo o impacto econômico durante a pandemia, também, atingiu o mercado de trabalho.

É válido lembrar que com o predomínio do neoliberalismo no final do século XX, o historiador inglês, Perry Anderson, passou a criticar a relação do Estado com o sindicato, afirmando que o Estado deveria romper com o sindicato, a fim de diminuir os gastos públicos. Dessa forma, a ação sindical nos últimos 40 anos foi muito, fragilizada, flexibilizada, e deixando as relações de trabalho precárias, aumentando a insegurança dos trabalhadores. CAMPOS (2020, p. 55).

Nesse sentido, o sindicato entrou em ação e conseguiu agir minimamente, tentando garantir os direitos dos trabalhadores, dentro da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19. Essa intervenção mínima durante a pandemia, foi ocasionada pelo governo brasileiro que tomou medidas, que foram de encontro com a proteção do emprego e da renda. Além disso, dificultou a representação e o diálogo com os sindicatos, impondo limites. POCHMANN (2020, p. 59).

Certamente, foi necessário manter o isolamento social para evitar a contaminação do vírus SARS-COV-2 e não provocar o colapso do sistema de saúde. Com isso, devido a situação emergencial houve a adoção do trabalho remoto ou teletrabalho pelas empresas e instituições, com um método de manter as pessoas empregadas. POCHMANN (2020, p. 173).

Outro caminho adotado por alguns brasileiros para conseguir uma renda, durante a pandemia da COVID-19, foi o trabalho informal. O fato de vários indivíduos ficarem desempregados, tiveram que recorrer ao emprego de motoboy dos aplicativos de delivery, por exemplo a Uber Eats. Esse trabalho ajudou a comercializar produtos e a circular os capitais, movimentando a economia. ABÍLIO (2020, p. 262).

Essa circulação econômica foi mostrada na propaganda de motos da Honda, “O país não parou, está andando sob duas rodas”. Essa propaganda, também, retrata bem a situação do mercado trabalhista no país. Além disso, obteve-se o aumento no número de mortes de motociclistas, porque eles andam em alta velocidade para fazerem a entrega mais rápida. ABÍLIO (2020, p. 262).

Ademais, não foi só a economia e o mercado trabalhista que foram impactados, do mesmo modo, que houve impactos em algumas questões sociais. A problemática do seguinte artigo é discorrer sobre os impactos da COVID-19 e quais os desafios, durante a pandemia, foram encontrados no Direito do Trabalho.

Sendo assim, o propósito do artigo é analisar os casos particulares e a partir deles apontar as principais mudanças na CLT em meio a pandemia da COVID-19.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente trabalho, foi estruturado em cinco tópicos, sendo eles: Covid-19; Impacto Social da Covid-19; A Situação do Mercado de Trabalho às Vésperas da Pandemia; Princípios do Direito do Trabalho; as relações de trabalho no Brasil em meio ao Coronavírus.

2.1 Covid-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, foi notificada sobre vários casos de pneumonia em Wuhan, China. Acontece que se tratava de uma nova cepa do coronavírus, que até o momento não tinham sido identificados em seres humanos. Após uma semana, no dia 7 de janeiro de 2020, autoridades provenientes da China, informaram a descoberta de um novo tipo. “Desde janeiro de 2020, pesquisadores da Rede Zika Ciências Sociais começaram a acompanhar o surgimento de um novo vírus na China que produzia uma síndrome respiratória aguda grave” (FIOCRUZ, 2021, p. 29).

Em 26 de fevereiro do mesmo ano, o primeiro caso foi confirmado no Brasil. Desde então o vírus se propagou por todo o mundo, causando assim uma pandemia. Este vírus possui características únicas, antes desconhecidas por cientistas de todo o mundo. Nas primícias da pandemia da Covid-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou dizendo que tal micro-organismo afetaria mais seriamente pessoas com mais de 60 anos e pessoas que possuíam comorbidades, porém, com o decorrer do surto, nos deparamos com um cenário adverso, o vírus não só afetaria tais indivíduos, como também afetou pessoas que possuíam boa aptidão física.

A COVID-19 avançou por todo o mundo, em diferentes nacionalidades e culturas. Impõe necessidades de contenção e isolamento de comunidades e pessoas para minimizar o crescimento exponencial do número de pessoas infectadas. (CRUZ, 2020), os países precisaram tomar medidas extremas para conter a contaminação em massa deste vírus, tais medidas foram o isolamento social, utilização de máscaras e álcool em gel entre outros.

A pandemia não teve impacto somente na área da saúde, como também teve um impacto significativo nas políticas socioeconômicas de todo o mundo. De acordo com o Conselho Argentino de Relações Exteriores (CARI), a crise global de saúde causada pela pandemia do coronavírus causou uma crise econômica, tornando-se um desafio não apenas para as economias nacionais individuais, mas para toda a economia mundial, desestabilizando a economia global e gerando uma intensa onda de desemprego. Esta grande taxa de crescimento de pessoas desempregadas incidiu altamente no território brasileiro que já vinha sofrendo com um alto índice de desocupação.

2.2 Impacto Social da Covid-19

No decorrer da pandemia, houveram diversos impactos sociais que afetaram a população. Com o isolamento social, desemprego em alta e perdas frequentes, o índice de pessoas com depressão e ansiedade aumentaram. Segundo a OMS, essas doenças aumentaram 25% durante o momento pandêmico, a causa desse aumento está relacionado ao estresse vivenciado com o isolamento social imposto, restringindo a convivência com outras pessoas, o acesso ao trabalho e até mesmo ao apoio familiar. Em virtude do isolamento social, uma parte da população adquiriu comorbidades advindas de consequências da quarentena, como o aumento de peso, maior percepção de estresse e sedentarismo.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Medicina, apontou que 27,5% dos médicos notaram que pacientes com doenças crônicas abandonaram ou postergaram seus tratamentos, devido ao medo de contrair o vírus.

Durante a pandemia, os vícios se potencializaram, uma pesquisa feita em agosto de 2020 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com 44.062 brasileiros, mostra que quase 35% dos entrevistados que já eram fumantes, passaram a consumir mais cigarros por dia desde o início do isolamento social. Entre eles, 6,4% aumentaram em até cinco; 22,8% somaram mais dez por dia e 5,1%, em 20 ou mais.

Várias condições poderiam explicar a maior prevalência, entre os mais jovens, de sintomas de depressão e ansiedade e problemas de sono durante uma pandemia, em contexto de isolamento social. A pandemia de COVID-19 introduziu diversos estressores, incluindo solidão decorrente do isolamento social, medo de contrair a doença, tensão econômica e incerteza sobre o futuro. (Barros, 2020)

De acordo com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) houve uma vulnerabilidade familiar, causada pela Covid-19. Indubitavelmente, vários núcleos familiares encontram-se vulneráveis, porque perderam o esteio familiar. Segundo o Conselho Nacional de Saúde 113 mil crianças perderam os pais para a Covid-19. (Conselho Nacional de Saúde, 2021).

Segundo a ONG, Aldeias Infantis SOS Brasil, em decorrência da pandemia foram suspensas as atividades presenciais dos órgãos responsáveis pela proteção da infância no Brasil. Com isso, muitas crianças não tiveram os processos de adoção encaminhados ao judiciário, desse modo estão estagnados. A maioria das crianças estão com a alimentação precária, o CNDH enviou um relatório ao Fundo de Desenvolvimento Escolar, a fim de ampliar o orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar. “Essas crianças, na maioria dos casos, não irão para adoção. Mas precisam de políticas públicas para ter uma estrutura socioeconômica e emocional, porque, muitas vezes, nem há espaço nas casas dessas famílias para receber novas pessoas” (Conselho Nacional de Saúde, 2021).

2.3 A Situação do Mercado de Trabalho às Vésperas da Pandemia

Nos anos que antecedem a pandemia do Covid-19, já era possível notar que a situação do mercado de trabalho brasileiro não era das melhores, isso se deve às altas taxas de desemprego, que vem aumentando drasticamente desde a década de 80 e início dos anos 90, onde a porcentagem de brasileiros desempregados em idade de trabalho, não passava de 5%. De acordo com Lauro Mattei (2020), o agravamento dessa situação iniciou em 2014 e degradou-se nos primórdios de 2017, superando a marca de 13% de desocupados.

As perspectivas para o ano de 2020, que já não eram promissoras na ausência da pandemia, adquiriram dimensões bem mais graves com a crise sanitária. Previamente à pandemia, o Fundo Monetário Internacional realizou uma pesquisa onde projetava que a taxa de desemprego do Brasil deveria subir para 14,7% em 2020, o que pode ser considerada uma estimativa otimista diante da queda esperada de 5,3% no PIB prevista para o país pela mesma instituição (FMI, 2020). Por outro lado, uma pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas revelava que em apenas 15 dias entre os meses de março e abril de 2020 as micro e pequenas empresas já teriam demitido 9,3 milhões de trabalhadores em todo o Brasil. De acordo com estas estimativas o impacto na área trabalhista seria somente nas micro e pequenas empresas.

Porém, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado. Uma revisão feita pelo IBGE mostra que o número de desempregados ultrapassou os 15,2 milhões no primeiro trimestre de 2020, primeiro ano da pandemia, a taxa de 14,9%, superou os 14,7% divulgados, uma diferença de 452 mil pessoas. E, apesar de o Brasil apresentar recuperação no número de desocupados, os dados estão atrelados a uma maior informalidade e ao aumento de trabalhadores sem carteira assinada, é o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

2.4 Princípios do Direito do Trabalho

É indubitável que durante a pandemia da COVID-19 a qual vem ocorrendo desde 2020, modificou a forma de viver dos cidadãos e trouxe incontáveis dúvidas acerca das relações de trabalho e das obrigações que a empresa e empregador têm para com os seus empregados.

Devido a urgência e relevância com o momento vivenciado, em pouco tempo precisou-se criar várias normas com força de lei, denominadas como Medidas Provisórias, estas foram editadas pelo presidente da República, mudando imprevisivelmente partes da Consolidação das Leis do Trabalho. Além disto, foram criadas diversas portarias, Notas Técnicas, Leis Federais, dentre outros diplomas legais que trouxeram consigo várias dúvidas quanto à legislação

trabalhista.

De acordo com Jeuffer (2020), tais providências tomadas pelo governo tinham como objetivo a permanência do empregado em seu emprego e, desse modo, buscavam alternativas para manter as empresas com capacidade de sobrevivência, apesar de as receitas caírem fatalmente em virtude dos *lockdown* e decretos municipais e estaduais determinando o fechamento das empresas e estabelecimentos comerciais.

A consolidação das Leis de Trabalho impõe regras, determinam os direitos e deveres do empregador e do empregado, definem conceitos das relações de trabalho, sendo ajustados pelos **princípios fundamentais do direito do trabalho**, que nem mesmo a covid pode ignorá-los. (Jeuffer, 2020)

Os princípios detêm de uma força normativa, com isso tem-se a normatização positivada, atuando onde a lei não se faz presente de forma clara, deixando clara interpretação da lei. Evidentemente, princípios servem de base a uma ordem de conhecimento, que traduzem a noção do que é fundamental, formando a consciência da sociedade.

De acordo com Leite (2014, p.65) os princípios possuem três funções no ordenamento jurídico, que são:

- A função informativa a qual é destinada a instruir, nortear o legislador para que ele proponha leis que estejam de acordo com os valores defendidos pelos princípios constitucionais.
- A função interpretativa, a qual auxilia diretamente os aplicadores do direito e a magistratura no momento de tomar decisões em relação aos processos da justiça do trabalho.
- A função normativa, a qual tem uma função integrativa, ou seja, os princípios servem para preencher uma suposta lacuna em situação que não está prevista em lei.

Conforme o professor Turolla (2017), muitas das medidas provisórias durante a pandemia buscavam alternativas para, de alguma forma, promover a manutenção dos trabalhadores em seu emprego, evitando demissões em massa e o aumento significativo de

pessoas desempregadas, tais medidas foram impostas pois a contratação o qual é uma relação de trabalho é um negócio jurídico celebrado entre as partes e, diferente dos pressupostos das relações civis, não existe isonomia nos contratos de trabalho. Portanto, não existe igualdade entre as partes do contrato. O empregado é tratado como parte hipossuficiente da relação.

Nesta ocasião, destaca-se dois princípios do direito do trabalho que sempre devem ser respeitados, independentemente da pandemia. O primeiro que pode-se destacar é o **Princípio da proteção**, pois ele garante proteção à parte hipossuficiente da relação de trabalho, ou seja, ao trabalhador. Para tal, ela se subdivide em outros três subprincípios: (Turolla, 2017)

- Norma mais favorável é no caso de haver mais de uma norma aplicável, deve-se optar por aquela que seja mais favorável, ainda que não seja a que corresponda aos critérios clássicos de hierarquia das normas.
- A condição mais benéfica assegura ao trabalhador a norma que já existente não poderá ser substituída por outra norma que venha ocorrer a supressão de direitos já adquiridos que está previsto no artigo 468 da CLT.
- *In dubio pro misero* é uma forma de garantir o direito dos empregados em casos de dúvida do processo pelo julgador ou juiz, como quando ocorre algum tipo de conflito referente às normas.

O segundo princípio a ser destacado é o **Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos**, o qual corresponde à improbabilidade jurídica do trabalhador não poder negar, renunciar vantagens que é conferida a ele pela lei trabalhista. Em meio a uma pandemia, se estes princípios não existissem, os direitos dos trabalhadores poderiam ser facilmente não respeitados e reduzidos, já que os trabalhadores estariam em uma situação econômica e social menos privilegiada. (Ruy, 2009)

Além destes, pode-se citar mais dois princípios do Direito do Trabalho de suma importância:

Princípio da Continuidade: valoriza a permanência do empregado no mesmo vínculo empregatício, dadas as vantagens que isso representa. A Súmula 212 do TST é um exemplo de

jurisprudência relacionada ao princípio da continuidade da relação de emprego, que diz: “O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado”. (Tosta 2019, p.39)

Com base no princípio da continuidade, a regra é que os contratos trabalhistas sejam firmados com prazo indeterminado.

Princípio da primazia da realidade: é o instrumento capaz de viabilizar o confronto entre aquilo que se encontra disposto no contrato que de fato ocorre no dia a dia laboral. De acordo com o artigo 468 da CLT: “Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia”. (Tosta 2019, p.38)

De acordo com Reale (1993, p. 299), os princípios são “certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem dado campo do saber”.

Conforme Bottone, os princípios do Direito do Trabalho têm como objetivo o trabalhador enquanto indivíduo, é parte integrante de uma coletividade social e econômica. Estes princípios que definem o Direito do Trabalho têm fundamentação em uma série de pressupostos abstratos de âmbito jurídico que demandam validade e eficácia jurídica às normas legais deste assunto constitucional.

A CLT utiliza-se de princípios inerentes ao ordenamento jurídico, que tem o papel de orientar a exata compreensão das normas cujo sentido não é extraído com facilidade.

2.5 As relações de trabalho no Brasil em meio ao Coronavírus

Entre março e abril de 2020, brasileiros dentro e fora do país se viram isolados devido às proibições de viagens, quarentena e fechamento de fronteiras como medidas provisórias de intervenção contra a Covid-19. Apenas os serviços essenciais continuaram com seu

funcionamento, reduzindo a quantidade de funcionários, algumas empresas optaram pelo *home office*, outras, acabaram cortando boa parte de seus contratados, por não conseguirem mantê-los no período da crise sanitária, o que atingiu diretamente na renda familiar destes, influenciando de maneira significativamente negativa, na economia do país no ano de 2020. “Além da crise sanitária, uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego e, portanto, a elevação da informalização do trabalho...” (Costa, 2020). Uma forma de trabalho que já estava se popularizando, proliferou mais rápido ainda, o trabalho informal.

A quantidade de trabalhadores informais é a maior da década, chegando a 48,7% da população ocupada (Valor Econômico, 2021). Isso se deve, não somente à pandemia, como também à vontade de possuir renda imediata e autonomia que os trabalhadores passaram a buscar. Vontade essa, que surgiu em decorrência das altas taxas de desemprego e atrasos em pagamento por consequência do fechamento de empresas em meio ao isolamento social. Mesmo que seja uma forma de garantir uma renda à família, o trabalhador informal encontra outra série de problemas, como o fato de que esse modo de emprego não assegura direitos trabalhistas e previdenciários. Dessa forma, o técnico necessita encontrar saídas para receber o amparo da lei.

Dentro do contexto inserido, o governo se viu obrigado a implantar medidas provisórias e emendas constitucionais com foco em prevenir e diminuir os casos de Covid-19 que estavam se alastrando por todo o território nacional. O art. 166 previsto na CLT, foi de suma importância para os trabalhadores durante a pandemia, pois de acordo com este, a empresa tinha a obrigação de fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. No decorrer da pandemia se também a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, não seria diferente, inúmeras mudanças foram necessárias para a adaptação do trabalhador no presente momento, como exemplo, em meio a emendas constitucionais exigindo o uso de máscaras em locais públicos, a Medida Provisória nº 927, art. 3º, de 22 de março de 2020 (Diário Oficial da União):

“Art. 3º Para enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública e para preservação do emprego e da renda, poderão ser adotadas pelos empregadores, dentre outras, as seguintes medidas:

I - O teletrabalho;

II - A antecipação de férias individuais; III - a concessão de férias coletivas;

IV - O aproveitamento e a antecipação de feriados; V - O banco de horas;

VI - A suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; VII - O direcionamento do trabalhador para qualificação; e

VIII - O diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Tais medidas foram tomadas visando a segurança e o bem-estar dos funcionários e de suas famílias. Nesse período conturbado da história, precisou-se criar várias normas com força de lei, denominadas como Medidas Provisórias, estas Medidas Provisórias (MP) são instrumentos com força normativa estabelecida pelo Presidente da República, nas hipóteses permitidas pela Constituição Federal, em casos de urgência e relevância, como está descrito no Art.62 da C.F/88. A produção dos efeitos jurídicos de uma Medida Provisória se dá de forma imediata, em caráter temporário, podendo ter vigência máxima de cento e vinte dias, dependendo de procedimento legislativo com tramitação própria no Congresso Nacional e posterior sanção do chefe do Poder Executivo para eventual conversão em lei. (Farsoun, 2020).

Durante a pandemia, nos meses de março e abril de 2020, foram editadas inúmeras medidas provisórias e, dentre elas, algumas afetadas por relações laborais, como por exemplo as MP 927, 928, 936, 944, 945/2020. (Diário Oficial da União)

A MP 927/2020 prevê diversas modificações na legislação trabalhista. As principais e aplicáveis à maioria das empresas são: Força maior; Teletrabalho ou *home office*; Antecipação de férias; Férias coletivas; Antecipação de feriados; Banco de horas; Exames médicos ocupacionais; Suspensão do contrato para capacitação; Diferimento do FGTS; Horas extras; Doença ocupacional.

A MP 928/2020 promoveu algumas alterações na Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Algumas dessas alterações têm impacto na atividade correcional. Dentre elas: Suspensão de prazos; Atos que podem continuar a ser realizados; Prorrogação e recondução de processos; Procedimentos investigativos; Prazos prescricionais; Suspensão da prescrição em processos em face de empregados públicos.

A MP 936/2020 institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, estipulando as seguintes medidas: Pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; Redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e Suspensão temporária do contrato de trabalho.

A MP 944/2020 Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados.

A MP 945/2020 estabelece medidas especiais em resposta à pandemia decorrente da covid-19 com o objetivo de garantir a preservação das atividades portuárias, consideradas essenciais e normas sobre a cessão de uso especial de pátios sob administração militar.

3. METODOLOGIA

A metodologia científica é um conjunto de técnicas e processos usados para estudar determinados objetos de pesquisa. É com ela que se pode avaliar qualquer objeto do mundo natural ou teórico. “A metodologia é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com

maior segurança e economia, permite chegar ao objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas" (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.83)

Para o alcance do objetivo proposto neste trabalho, foram realizadas buscas online através das plataformas, como: *Scielo*, *Google Acadêmico*, *Diário Oficial da União*, *IBGE* e *PNAD*. A ideia é dispor sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na CLT.

O método utilizado baseia-se no raciocínio indutivo que parte da análise de casos específicos para criar uma teoria geral.

Foi empregue a pesquisa de campo, para recolher dados que fundamentam a problemática do artigo. Ocorreu por meio de questionário a respeito das alterações nas leis trabalhistas durante a pandemia da COVID-19 e como os intérpretes do Direito estão lidando com o cenário atual.

O tipo de pesquisa realizado foi a Pesquisa Qualitativa.

4. ANÁLISE DE DADOS

Para a análise de dados do presente trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa com advogados da área trabalhista, que atuaram no mercado de trabalho durante a pandemia de covid- 19, tais advogados responderam a um questionário, por meio do Google Forms, com perguntas objetivas e serão enumerados da seguinte forma: 1- Dra. Carla Henriques Fraga; 2- Dra. Raquel Luiza Cardoso; 3- Dra. Mônica Cristina Martins; 4- Henrique e Cintra Advocacia.

1-Como operador do Direito Trabalhista, qual o maior impacto que a pandemia causou a CLT?

1- O maior impacto que a pandemia causou na CLT foi a redução de salários, as aplicações de medidas provisórias, o aumento do trabalho informal e do *home office*. Houve também dificuldade com o acesso à justiça e o atraso de processos.

2- O impacto foi grande em relação aos trabalhadores e CLT. Redução de salários, parcelamento de férias e 13o° salários artigo 503 CLT. Transferência provisória do empregador para prestar serviço em outra empresa até em outro país... A pandemia obrigou a edição de Medidas Provisória, a fim de editar regras para amenizar as exigências da CLT. Levou os trabalhadores a prestarem serviços na modalidade *home office*.

3- Obstáculo ou dificuldade ao acesso à justiça por conta da possibilidade de condenação em honorários advocatícios, periciais e custas processuais pelo reclamante.

4- A CLT teve seus desfechos executados bem como a adaptação do trabalho em *home office* por exemplo, isso trouxe de certa forma um conforto para muitos trabalhadores e empresas pois não precisariam parar seus trabalhos.

2-No início da pandemia, se a empresa optasse pela paralisação provisória de suas atividades, quais as alternativas com relação aos empregados que deixariam de prestar serviços temporariamente?

1- De acordo com a MP 936, poderiam ter a suspensão do contrato.

2- Acordos individuais sem anuência dos sindicatos. Medidas de manutenção de empregos: teletrabalho, antecipação de férias, banco de horas, ainda o trabalhador teve o contrato suspenso, e ele recebeu o valor integral do seguro desemprego de R\$1100,00 a R\$1900,00. E o empregado ficava impedido de prestar serviços a outra empresa.

3- Trabalho como autônomo de forma provisória para se manter no período da paralisação, ou algum programa desenvolvido pelo governo, ou pelo próprio empregador com férias antecipadas e banco de horas.

4- Diante a pandemia os funcionários não sofreram alterações pois a remuneração continuava mesmo sem a atividade em movimento, tivemos as consequências em relação ao fechamento e a dispensa de funcionários por não suportarem os gastos com as portas fechadas.

3-No caso do coronavírus, o artigo 166 da CLT engloba o álcool em gel e similares para que os colaboradores possam se proteger do vírus? Se sim, o não fornecimento pode ensejar o pagamento do adicional de insalubridade?

1- Não engloba. Não enseja o pagamento.

2- As empresas tinham a obrigação de fornecer álcool em gel e todas outras medidas de segurança a fim de evitar a proliferação do vírus. Foram editadas MP, e pelo fato do não fornecimento dos equipamentos não gerou adicional de insalubridade- isso de forma genérica.

3- Sim. Pode sim por conta da falta de fornecimento de EPI 's¹⁰ que eliminam ou diminuem o contato com o agente insalubre. Mas de qualquer forma há que ser realizada uma perícia técnica.

4- Sim, seria uma base legal para defesa de alguma tese, porém não fica distrito só a isso, é necessário analisar o contexto, pois o não fornecimento e o não cumprimento das regras de combateo covid pode trazer consequências piores a empresa.

4-Pode o empregador impor ao empregado o regime de teletrabalho como medida de manutenção das atividades empresariais diante da situação de enfrentamento da emergência de saúde pública? Impactos da Medida Provisória Nº 927/2020

1- Pode.

2- Sim, a medida 927 garantiu às empresas para evitar a paralisação da produção e principalmente para garantir cumprimento das medidas sanitárias de enfrentamento da emergência da saúde pública de importância nacional.

3- Sim.

4- Pode, haja vista, encontrar previsão legal é extremamente interessante inclusive e cabíveis parao momento.

5-Quais os principais aspectos da alteração contratual para o regime de teletrabalho diante da necessidade de isolamento temporário por força da pandemia da COVID-19?

1- Ausência de controle de horário, em virtude do isolamento os empregados ficam desconectados da empresa e mais afastados, empregados com medo de perder o emprego

¹⁰ EPI: equipamento de proteção individual.

trabalham sem parar, produtividade aumenta muito, mas a qualidade de vida não é a mesma.

2- Contratos alterados que migraram do trabalho presencial para o trabalho remoto. Mudança do ambiente do trabalho para a residência do trabalhador alteração na jornada do trabalho de certa forma essa modalidade suprimiu direitos.

3- Melhor satisfação por parte dos empregados que ganharam tempo e qualidade na convivência com seus familiares, maior produtividade, diminuição de estresse. Para os empregadores houve uma significativa diminuição de gastos com o espaço físico da empresa.

4- As responsabilidades como empresa devem estar previstas em cláusulas contratuais, o empregado deve cumprir normalmente seu horário, e se caso o empregador precisar retornar o emprego ao presencial esse só será comunicado e não precisa de concordância do funcionário apenas a comunicação com antecedência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de 2020 a população mundial surpreendeu-se com um novo vírus que posteriormente acarretaria a morte de milhões de pessoas por todo o mundo, sendo mais de 600 mil em território nacional.

A pandemia trouxe enormes impactos para todos os setores de serviços, em especial, a área trabalhista. Diante do isolamento, as normas já conhecidas sofreram alterações para melhor adaptação do trabalhador nesse período de crise sanitária. Com a pandemia, os empregadores precisaram se reinventar com uma nova forma de trabalho, o *home office*. Este modo de trabalho se abrangeu bastante por conta do isolamento, resultado da crise da SARS-COV-2.

Com impacto da pandemia da Covid-19, se fez necessário a criação de inúmeras medidas provisórias, dentre as principais citadas neste artigo: MP 927, 928, 936, 944, 945/2020. A produção deste, ampliou conhecimento dos autores, fornecendo informações importantes sobre as inúmerasmudanças na CLT em meio a pandemia da Covid-19.

De acordo com os resultados obtidos na análise de dados por meio de uma pesquisa qualitativa, o qual obteve embasamento nos conhecimentos de advogadas que atuaram no ápice da pandemia do coronavírus, pode-se reafirmar a MP 927/2020 foi de suma importância para o período de *lockdown* que muitas cidades brasileiras sofreram, fazendo presente um modelo de trabalho até então, não muito utilizado, o *home office* e o teletrabalho. A MP 928/2020 realizou alterações na Lei nº 13.979/2020, dentre elas, estão: suspensão de prazos, procedimentos investigativos, prazos prescricionais, suspensão da prescrição em processos em face de empregados públicos. A MP 936/2020 institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com as seguintes medidas: Pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; Redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e Suspensão temporária do contrato de trabalho. A MP 944/2020 institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados. A MP 945/2020 estabelece medidas especiais em resposta à pandemia decorrente da covid-19 com o objetivo de garantir a preservação das atividades portuárias, consideradas essenciais e normas sobre a cessão de uso especial de pátios sob administração militar. Por fim, foram aplicadas as principais alterações visando manter o trabalhador em seu emprego, garantindo sua saúde e bem estar no seu local de trabalho como também manter o funcionamento das empresas, evitando a demissão em massa e resultando em seu fechamento e possível falência do empregador.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, FERNANDO DE HOLANDA. A CRISE ECONÔMICA DE 2014/2017.

Estudos Avançados [online]. 2017, v. 31, n. 89 [Acessado 28 de Abril de 2022] , pp. 51-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>.

BRASIL ESCOLA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRABALHISTAS E SUA EFICÁCIA NA RELAÇÃO DE EMPREGO. Disponível em:

https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/principios-constitucionais-trabalhistas-sua-eficacia-na-relacao.htm#indice_15. Acesso em: 25 mar. 2022.

CONGRESSO NACIONAL. **Medida Provisória nº 944, de 2020 (Programa Emergencial de Suporte a Empregos)**. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141415>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Órfãos da Covid-19: mais de 113 mil menores de idade perderam os pais na pandemia, denuncia relatório do CNS e CNDH**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2235-orfaos-da-covid-19-mais-de-113-mil-menores-de-idade-perderam-os-pais-na-pandemia-denuncia-relatorio-do-cns-e-cndh#:~:text=Segundo%20estimativas%2C%20mais%20de%20113,para%20130%20mil%20no%20pa%C3%ADs..> Acesso em: 16 mai. 2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FACULDADE BAIANA DE DIREITO. **TELETRABALHO E O CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO**. Disponível em: <http://portal.faculdadebaianadedireito.com.br/portal/monografias/La%C3%ADs%20Brito%20Tosta.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

GARCIA DE OLIVEIRA. **Medida Provisória 927/2020: tudo o que você precisa saber**. Disponível em: <https://garciaoliveira.adv.br/medida-provisoria-927/#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%20927%2F2020%20prev%C3%AA%20a%20possibilidade%20de,a%20regra%20s%C3%B3%20permite%20expressamente%20a%201%C2%AA.%20op%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 12 abr. 2022.

JUS.COM.BR. **PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/91887/principios-do-direito-do-trabalho?msclkid=cbe38035c71111ec88926a21ca6dabe1>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 12. ed. São Paulo: LTr, 2014. P.65.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

JUSBRASIL. **Medida Provisória nº936/2020.** Disponível em:

<https://giovannaprego.jusbrasil.com.br/artigos/833186045/medida-provisoria-n-936-2020#:~:text=Medida%20Provis%C3%B3ria%20936%20%2F2020%3A%20A%20MP%20936%20%2F2020,de%20jornada%20de%20trabalho%20e%20de%20sal%C3%A1rios%3B%20e.>
Acesso em: 12 abr. 2022.

JUSBRASIL. **Princípios que norteiam a relação de trabalho e a pandemia..** Disponível em: <https://jonathanjeuffer.jusbrasil.com.br/artigos/1167245230/principios-que-norteiam-a-relacao-de-trabalho-e-a-pandemia#:~:text=Desta%20feita%2C%20cumpre%20destacar%20dois%20princ%C3%ADpios%20fundamentais%20do,da%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20trabalho%2C%20ou%20seja%2C%20ao%20trabalhador.?msclkid=75d57f>.

Acesso em: 28 abr. 2022.

LEGISWEB. **MP nº 945/2020 estabelece medidas temporárias para o trabalho portuário em virtude da COVID-19.** Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/noticia/?id=23793#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%20n%C2%BA%20945%20de%202020%20estabelece,de%20uso%20especial%20de%20p%C3%A1tios%20sob%20administra%C3%A7%C3%A3o%20militar..>
Acesso em: 17 abr. 2022.

LIBRARY. **O Subprincípio da Norma Mais Favorável 1 Conceito..** Disponível em:

<https://1library.org/article/o-subprinc%C3%ADpio-da-norma-mais-favor%C3%A1vel-conceito.ye9je80q?msclkid=cf5fab2ec72811ec91243a1aa851d608>. Acesso em: 2 abr. 2022.

MATTEI, LAURO e HEINEN, VICENTE LOEBLEIN **Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro.** Brazilian Journal of Political Economy [online]. 2020, v. 40, n.4 [Acessado 11 Maio 2022] , pp. 647-668. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/0101->

31572020-3200>. Epub 16 Out 2020. ISSN 1809-4538. <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMAN, Marcio. **A DEVASTAÇÃO DO TRABALHO: A CLASSE DO LABOR NA CRISE DA PANDEMIA**. 1. ed. BRASÍLIA: Positiva, 2020. p. 1-338.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 5 abr. 2022.

OPAS/BRASIL. **Folha informativa COVID-19** - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 11 de maio de 2022

PORTAL DE CORREGEDORIAS. **Medida Provisória n. 928/2020**. Disponível em: <https://corregedorias.gov.br/noticias/mp-928-2020#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%20n%C2%BA%20928%2F2020%20promoeu%20algumas%20altera%C3%A7%C3%B5es,Algumas%20dessa%20altera%C3%A7%C3%B5es%20t%C3%AAm%20impacto%20na%20atividade%20correcional..> Acesso em: 12 abr.2022.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

REDE JORNAL CONTÁBIL . **Como o trabalhador que não tem carteira assinada pode garantir os benefícios do INSS?**. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/como-o-trabalhador-que-nao-tem-carteira-assinada-pode-garantir-os-beneficios-do-inss/#.YmnObdrMLrd>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SEGS. **Consequências do isolamento social podem gerar ou agravar doenças**. Disponível em: <https://www.segs.com.br/saude/312410-consequencias-do-isolamento-social-podem-gerar-ou-agravar-doencas>. Acesso em: 25 mai. 2022.

LOGÍSTICA NA PANDEMIA: ESTUDO NUMA TRANSPORTADORA EM GOIÂNIA

LOGISTICS IN THE PANDEMIC: A CASE STUDY IN A TRANSPORTATION COMPANY IN GOIÂNIA

Ana Carolina Pereira De Freitas; Ester Pereira Domingos SouzaLeite; Maria Haglaer Rodrigues Feitosa; Talita Silva Pereira Bueno; Yasmin Franco Balsamão; Rhynaldo Ribeiro Da Costa¹; Rodrigo Mendes de Araujo; Sara Cristina Rocha dos Santos; Ricardo de Andrade Kratz; Byl Farney Rodrigues da cunha Júnior; Caroline Winter Catharin.

RESUMO: O presente artigo aborda logística na pandemia no qual se procurou conhecer de que forma a Transtavares, localizada na cidade de Goiânia-Go lidou com esta realidade num momento em que as pessoas foram forçadas a ficarem em isolamento social e a economia retrocedeu. Além de Goiânia, a empresa se faz presente também em São Paulo e Brasília por meio de suas filiais. Conta com agregados que fazem a transferência entre as unidades São Paulo e Goiânia, São Paulo e Brasília. Desse modo, as capitais são 100% atendidas pela Transtavares, sendo que nos estados de Santa Catarina, Mato Grosso e o interior do estado Goiás o atendimento é feito por parceiros (redespacho). Para tratar o tema, foi realizado estudo de caso e para a coleta de dados utilizou-se um questionário semiestruturado com questões abertas as quais foram respondidas via aplicativo *google forms* pelo entrevistado. A análise de dados foi realizada à luz da literatura e os resultados mostraram que a empresa tem visão holística de negócio, uma vez que no ano de 2021 (até outubro) em relação ao mesmo período de 2019 teve um crescimento de 15% e está projetando para 2022 um crescimento de 20%. Tal postura foi fundamental para o enfrentamento da crise, uma vez que novas modalidades surgiram dentro deste segmento como a carga fracionada, o crescimento das compras *online* e a logística 4.0.

Palavras-chave: Pandemia. Logística. Crescimento.

ABSTRACT:

This article addresses logistics in the pandemic, but it is not known how Transtavares, located in the city of Goiânia-Go, dealt with this reality at a time when people were forced into social isolation and the economy set back. In addition to Goiânia, the company is also present in São Paulo and Brasília through its branches. It has aggregated that transfer between the São Paulo and Goiânia, São Paulo and Brasília units. Thus, the capitals are 100% served by Transtavares, and in the states of Santa Catarina, Mato Grosso and the interior of the state of Goiás, the service is provided by partners (re-dispatch). To address the topic, a case study and data collection was carried out, using a semi-structured questionnaire with open questions such as which were answered via the *google forms* application by the respondent. A data analysis was carried out in light of the literature and the essential results that the company has a holistic view of the business, since in the year 2021 (until October) compared to the same period of 2019 it had a growth of 15% and is projecting 20% growth for 2022. This posture was essential to face the crisis, as new modalities emerged within this segment, such as fractional cargo, the growth of online shopping and 4.0 logistics.

Keywords: Pandemic. Logistics. Growth.

¹ Professor orientador, especialista em Administração. Email: rhynaldoc@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A logística é uma subárea da administração que possui uma visão organizacional, com responsabilidade de prover os recursos e informações, monitorando e gerenciando desde compra, entrada de materiais, planejamento de produção, armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos. Origina-se do verbo francês *loger* alojar, colocar, habitar. Termo utilizado com o objetivo de descrever a movimentação, suprimentos e manutenção de forças militares no terreno, assim sendo *logisttkas*. Portanto, a logística e suas finalidades não são recentes. Era usada na Grécia Antiga, Império Romano e Império Bizantino, ou seja, tem anos de existência e com o passar dos tempo passou por modificações, atualizações e um grande crescimento (NOGUEIRA, 2012).

Atualmente muitas empresas de grande porte utilizam, aperfeiçoam e inovam os processos logísticos para chegar a um bom resultado de seus serviços. Essa atividade está ligada a gestão de fluxos e mudou muito quando comparada com o passado, uma vez que anteriormente as empresas incluíam em seus processos logísticos de modo simples, só a entrada de matérias primas e o fluxo de saída de produtos acabados (NOGUEIRA, 2012). Com o desenvolvimento da sociedade, mudanças no cenário econômico e principalmente depois da pandemia Covid 19 iniciada em 2020, as empresas tiveram que se reorganizar, reinventar para manter seus processos ativos e atender os clientes conforme suas necessidades. Uma das grandes preocupações daquelas que atuam com logística foi com o atrasos nas entregas, na compra de mercadorias, paradas inesperadas no trânsito e escassez de mão de obra em todo o mundo. (PIZOLATO *et al.* 2020).

Depois de dezoito meses de período pandêmico no mundo e com grande parte das organizações retornando às atividades, o setor logístico ainda enfrenta desafios, já que a pandemia afetou a cadeia de suprimentos na medida em que existe um enfrentamento de flutuações na oferta e na demanda, surtos intermitentes em distintas partes do mundo, além de especulações acerca de como refazer e reduzir a dependência da China. Silva (2021, p. 8) explica que “várias empresas estão procurando meios para reestruturar suas cadeias de suprimentos, para tentar equilibrar resiliência com eficiência e custos reduzidos”.

A Transtavares atua no segmento de transporte de cargas interestadual e estadual. Sua linha de serviços é voltada para o setor de pequenas cargas, conhecida no segmento como

“fracionadas” ou “encomendas”, que atende a clientes de pessoa física e jurídica de pequenas, médias e grandes empresas. Seus principais clientes são varejistas, distribuidores e indústrias de auto peças, acessórios para veículos, tecidos, pneus, cosméticos e materiais de construção.

A empresa tem três unidades: Brasília situada na CSG 14 LT 12 - Taguatinga Sul Brasília – DF CEP: 720.355-14 (16 funcionários e 1 sócio); Goiânia, localizada na Av Anhanguera 12148 QD23 LT 02 Capuava - Go CEP: 74450-010 (25 funcionários e 3 sócios) e São Paulo situada na Rua Serra do Mar nº. 106 Cumbica – Guarulhos – SP CEP: 07223-010 e conta com 24 funcionários.

Possui uma frota própria de 18 veículos, sendo que as transferências entre unidades são feitas com agregados. Nos três últimos ano o faturamento ficou em 5 e 7 milhões sendo: 2019: R\$ 6 milhões, 2020: R\$ 5,5 milhões e 2021: R\$ 7 milhões.

Para compreender de que forma está acontecendo esta reestruturação, a questão problema que norteia este trabalho é: *De que forma a Transportadora Transtavares está retomando seus negócios depois de um longo período de desafios oriundos da pandemia da Covid 19?*

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral conhecer os desafios enfrentados pela Transtavares durante o período da pandemia e as estratégias utilizadas pela empresa para atender seus clientes e garantir o equilíbrio financeiro da empresa.

Os específicos são: Descrever logística e suas características no referencial teórico disponível; Destacar o papel da cadeia de suprimentos na Transtavares; Apresentar o conceito de logística 4.0 e sua importância na atualidade.

Esta pesquisa se justifica pela importância de se conhecer quais foram as estratégias utilizadas por esta empresa para enfrentar os desafios da pandemia e de que forma ela tem se organizado para inovar neste mercado, tornar-se mais célere e atender bem seus clientes. Inicialmente apresenta-se o referencial teórico que posteriormente auxilia na análise dos dados coletados na transportadora.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Logística

A logística inclui o processo de planejamento, implementação e controle de *commodities* de maneira eficiente e econômica, estoque em processo e fluxo de armazenamento de produtos acabados, além de informações relacionadas do ponto de origem até o ponto de consumo para satisfazer as necessidades do cliente (BALLOU, 2006 citado por PLAT, 2016) Ou seja, afeta diretamente a disponibilidade, pontualidade de entrega e qualidade do produto, determinando principalmente seu sucesso no mercado (BOWERSOX, 2007).

O Brasil historicamente enfrentou desafios significativos em termos de logística. Seu complexo geográfico, a distância dos centros de produção e consumo aos portos, o abandono do transporte ferroviário e fluvial, os problemas de segurança para o transporte de cargas e a corrupção no desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura, entre outros, têm levado a um cenário de alto custos de frete, maior probabilidade de perdas, ineficiências e, portanto, aumento de custos no operações diárias das empresas que operam em todo o país (LÓPEZ FERNANDEZ, 2004).

A definição de logística se expandiu, incluindo todas as formas de movimento de produtos e informações, sendo que os resultados de uma empresa podem ser influenciados por meio dos processos de logística. Caso esse processo seja pouco eficiente tem como consequência, clientes insatisfeitos. A logística tradicional é importante, já a reversa é indispensável para garantir bons resultados desde que esteja sendo aplicada com qualidade, sendo assim merece mais um pouco de atenção para que a empresa não deixe a desejar (NOGUEIRA, 2012).

A logística tradicional é um processo de entregar um produto ao cliente no menor tempo e com os menores custos possíveis. Já logística reversa é o caminho oposto, ou seja, o produto sai do ponto de consumo para o ponto de origem, como por exemplo: caso haja devolução do cliente seja porque tem um defeito ou porque não o agradou de alguma forma (LEITE, 2003).

2.2 Gerenciamento de cadeia de suprimentos

Conforme Fleury et al (2000) o termo mais utilizado e traduzido para o português quer dizer gerenciamento da cadeia de suprimentos ou abastecimento. Este gerenciamento da cadeia de suprimentos pode se dizer que é uma ponte de controle que liga o fabricante, fornecedor e o distribuidor. Ou seja, durante o ciclo de suprimento, o fabricante faz pedidos de componentes aos fornecedores que possam reabastecer seus estoques.

Vários aspectos podem influenciar, de maneira positiva ou negativa, nos resultados da cadeia ou de seus elos. Dentre eles estão: mudanças de preços, ocasionadas por variações cambiais; os custos de produção; a diferença de produto, que representa um importante papel na elaboração de estratégias competitivas; o modelo de mercado; os ganhos de produtividade; a confiança gerada nos prazos das entregas; a qualidade; a disponibilidade dos serviços pós-vendas; a inovação tecnológica; o investimento em capital físico e humano; a influência dos meios institucionais; a infraestrutura entre outros (DURSK, 2003).

Desde o início do ciclo da cadeia de suprimento, o processo logístico tem algumas funções como: desenvolver, especificar e projetar o produto, prever a demanda, planejar as necessidades, desenvolver novas fontes de fornecimento, comprar e manter o controle sobre essas fases do processo (FLEURY et al. 2000).

De acordo com Nogueira (2012) o grupo de pesquisa *Global Supply Chain Fórum (GSCF)* nos EUA reúne-se anualmente com o objetivo de colocar com a teoria e prática em SCM. Este grupo definiu que: SCM é a integração dos processos de negócios desde o usuário final até os fornecedores originais (primários) que providenciam produtos, serviços e informações que adicionam valor para os clientes e *stakeholders*.

O controle da cadeia de suprimentos ou abastecimento e o fluxo de materiais entre fornecedor fabricante e cliente têm dois objetivos, sendo eles melhorar o serviço ao cliente e maximizar os lucros. Observando que o cliente é o único a fornecer um fluxo de caixa positivo e os demais estágios são meros intercâmbios de materiais. E para maximizar o lucro é necessário em toda integração dos estágios, pois deve ser analisado a cadeia de suprimento como um todo, maximizando a lucratividade total e não nos lucros de um estágio isolado (DURSK, 2003).

Conforme Chopra (2003) uma cadeia de suprimento engloba todos os estágios envolvidos, direta ou indiretamente, no atendimento de um pedido de um cliente. Ela não inclui apenas fabricantes e fornecedores, mas também transportadoras, depósitos, varejistas e os próprios clientes. A gestão da cadeia de suprimentos voltava-se tanto em teoria quanto na prática, nas questões associadas a à integração de processos entre parceiros da cadeia, análise de custo-eficiência dos fornecedores da cadeia e serviços aos consumidores. No entanto com o desenvolvimento da discussão ambiental e social relacionada aos questionamentos sobre impactos de produção e consumo, novos interesses despontaram como a logística reversa, gestão ambiental, cadeia de suprimento verde e cadeia de suprimento sustentável (BRITO; BERARDI, 2010).

2.2.1 Vantagens da logística

Existem várias vantagens na logística e como é uma área em crescimento é de grande importância para as empresas, pois é responsável em reduzir custos e fazer com que o produto chegue no prazo. De acordo com Nogueira (2011) as empresas que adquirem ou possuem política liberais de retorno de produtos são mais valorizadas pelos clientes. Com isso acaba sendo mais competitiva. Para o mesmo autor, os fornecedores acreditam que os clientes valorizam as empresas que possuem políticas mais liberais de retorno de produtos.

Essa é uma vantagem percebida onde os fornecedores ou varejistas assumem os riscos pela existência de produtos danificados. Isso envolve, é claro, uma estrutura para recebimento, classificação e expedição de produtos retornados (NOGUEIRA, 2011). A logística tem suas vantagens favorecendo a empresa, mas pode gerar algumas desvantagens, como por exemplo, atraso na entrega, acidentes no transporte que geram certo nível de *stress*. Outra desvantagem é pessoas que não gostam de cálculos, que não são organizadas dificilmente se darão bem nesse ramo (CARLOTO, 2019).

2.2.2 Importância dos transportes nos processos logísticos

O transporte geralmente representa o elemento individual mais importante nos custos de logística e competitividade de um país, pois afeta de forma transversal todas as estratégias desenvolvidas pelos governos (CARLOTO, 2019). Ter um sistema de transporte eficaz permite que os países alcancem níveis significativos de desenvolvimento que impactam diretamente nas metas a serem desenvolvidas pelos governos a qual deve ser uma política de estado e também de segurança nacional (BALLOU, 2006 *apud* PLAT,2015).

Os países desenvolvidos potencializaram sistemas de transporte, enquanto aqueles em desenvolvimento sofrem grandes deficiências em seu transporte, o que se reflete nos elevados custos de movimentação de cargas dos centros de produção para os centros de consumo. Em algumas áreas desses países o transporte, tanto de passageiros quanto de carga, torna-se verdadeiros desafios quando há deficiências na prestação de serviços e um comércio seriamente comprometido por dificuldades de acesso (CHOPRA, 2003).

Atualmente, a sociedade conta com veículos de transporte terrestre, aéreo e marítimo cada vez mais eficazes (BALLOU, 2006 *apud* CARLOTO, 2019). Com esses avanços, praticamente não existe mais nenhum tipo de produto que não possa ser transportado (NOGUEIRA, 2011). Este desenvolvimento também obrigou a sociedade e os governos a redesenhar suas infraestruturas para adaptá-las aos meios de transporte atuais. Nesse sentido, as estradas devem ter especificações mais elevadas de peso, desgaste e largura, como pontes e portos (CARLOTO, 2019).

Por essa razão o planejamento do transporte terrestre no modal rodoviário torna-se uma peça fundamental da logística, na medida em que estabelecerá de forma clara e ordenada qual deve ser o movimento que vai se desenvolver nos tempos, percursos, entre outros (FARIA; COSTA, *apud* Plat, 2015) sendo que a tecnologia assume papel de destaque, pois, torna a logística mais rápida e inteligente.

Nesse cenário os sistemas de informação são entendidos como um conjunto de aplicações das tecnologias de comunicação e informação no domínio dos transportes (CHOPRA, 2003). Eles se tornam um fator fundamental para desenvolver esse planejamento da forma mais eficaz e eficiente possível.

O objetivo dos sistemas de transporte inteligentes é aumentar o desempenho e a produtividade dos veículos, estradas e sistemas de transporte. Além disso, contribuem para o cumprimento da legislação, ao oferecer segurança, mobilidade, acessibilidade, preservação

ambiental, visto que o transporte é entendido como um serviço público monitorado pelo Estado (CARLOTO, 2019).

Ao integrar os canais de informação, comunicação e controle, as tecnologias facilitam administrações, operadores e utilizadores que precisam estar mais bem informados e serem capazes de tomar decisões coordenadas (CHOPRA, 2003). Nesse sentido, a confiabilidade é o conceito-chave que permite fazer previsões sobre a duração da viagem com uma margem de erro mínimo (CIPOLLETA, et al. 2010).

Todos os tipos de logística são importantes e cada um atende a um mercado específico sendo que todas elas devem ser potencializadas e desse modo a 4.0 tem se destacado por suas características e vantagens. Este modelo está gradativamente substituindo a 3.0. Logística 4.0

A logística 4.0 é definida por Glistau e Machado (2018), como uma logística inteligente pautada em sistemas ciber-físicos e IoT. Wang (2016) relata que esse modelo evoluiu atendendo a necessidade do mercado, de forma acoplada com o crescimento da indústria. Na atualidade vivencia-se a migração da logística 3.0 pautada na implantação de *softwares de gestão*, principalmente os de armazenamento (WMS2) e os de transporte (TMS3) para a logística 4.0 baseada em estruturas inteligentes conectadas entre si e embora elas ainda não estejam totalmente integradas, autônomas e auto gerenciáveis, é uma tendência (WANG, 2016).

Entre as características deste tipo de logística estão: identificação automática; localização em tempo real, detecção Inteligente, rede de Internet sem fio, análise de grande quantidade de dados, comércio orientado a serviços. Conforme relatado por Wang (2016) a logística 4.0 diferencia-se das demais em razão de possuir várias características e de requerer elementos que viabilizam esse processo sendo que a conectividade é um dos principais deles.

Ferracioli e Tanaka (2018) afirmam que a internet é uma das principais bases para a logística 4.0, sendo fundamental para garantir a comunicação entre os objetos inteligentes, contudo, os tipos de internet com maior utilização como a Banda Larga e a 4G não foram projetados para suportar a quantidade de dispositivos que tendem a ser inseridos no sistema sem perda de qualidade e a 5G poderá ser uma solução para suprir essas necessidades (FERRACIOLI; TANAKA, 2018).

Viero e Souza (2008) relatam que o acesso à internet pode apresentar um dos entraves

mais importantes no meio rural, devido à falta de infraestrutura, seguido da inclusão digital por haver pouca disponibilidade de conteúdo específico disponível na rede para essa comunidade rural. Esses fatores reduzem o interesse de investidores do setor privado neste segmento, sendo também um obstáculo a ser vencido em relação aos sistemas ciber-físicos no campo. (GALEALE et al. 2016) a Internet das Coisas - IoT é uma inovação tecnológica baseada em artefatos inteligentes e facilita a comunicação a partir de dispositivos inteligentes, no qual cada objeto se torna um nó de comunicação de certa rede conectada à internet (QUICENO et al., 2016).

Conforme Sacomano, Gonçalves e Sátyro (2018, p. 34) existem fatores limitantes da evolução em massa deste tipo de tecnologia que devem ser observados antes de sua implementação, conforme mostra o quadro 1:

Fatores limitantes	Como melhorar
Tecnologia	Os preços dos <i>hardwares</i> devem continuar caindo para possibilitar a aplicação da IoT em massa.
Interoperabilidade	Deve-se definir padrões que permitam que os equipamentos se comuniquem entre si sem problemas, por serem de fabricantes distintos.
Privacidade e Confidencialidade	A proteção dos dados gerados é uma prioridade, que deve evoluir.
Segurança	Os aparelhos conectados na rede se tornam brechas para possíveis acessos não autorizados.
Propriedade Intelectual	Não se tem bem claro de quem serão os dados gerados pela rede.
Organização e Talento	Será necessário um grande esforço para que as organizações se adequem ao novo modelos, bem como os seus colaboradores
Políticas Públicas	Quem será o responsável por prováveis danos, como por exemplo, o causado por carros autônomos.

Quadro 1: Fatores limitantes da evolução em massa da logística inteligente Fonte: Elaborado pelas autoras

Outros elementos fundamentais para a execução da logística inteligente são a computação em nuvem e os sistemas ciber-físico. O primeiro é uma das tecnologias mais utilizadas, por ser flexível e altamente escalável. Definida como um ambiente de rede baseado em compartilhamento de recursos, cuja principal vantagem é a disponibilidade ininterrupta de informação e recursos, a qualquer momento e em qualquer lugar onde se possa conectar à

internet (QUICENO et al., 2016).

Os Sistemas Ciber-Físicos por sua vez são representação do ambiente físico no ambiente virtual com o objetivo de controlar e monitorar as coisas em tempo real (PETRONI; GLÓRIA JÚNIOR; GONÇALVES, 2018) e Wang (2016) entende que a logística 4.0 depende de uma estrutura baseada em Sistema Ciber-Físico –CPS.

Segundo Rossi (2007), a logística 4.0 beneficia a todos os envolvidos na cadeia de suprimentos, uma vez que adota em larga escala tecnologias da informação e comunicação, de modo que os clientes, indústrias, armazéns e transportadores se interliguem para a troca de dados relevantes. A logística 4.0 é a resposta para a necessidade de desenvolver uma cadeia de suprimentos mais eficiente e que atenda integralmente a cada um dos processos nas diferentes etapas

À medida que evolui, novas práticas e estratégias são geradas que aumentam a eficácia e a atuação de cada uma das partes que o compõem para atender a demanda e proporcionar respostas mais rápidas. Esses elementos influenciam na criação e no aprimoramento de cada uma dessas práticas, por exemplo, por meio da Internet das Coisas (IoT) com a otimização transporte por meio da implantação de melhores rotas, levando em consideração o cronograma, o clima, o trânsito, variáveis que permitem redução de custos e monitoramento no tempo real para obter uma rastreabilidade mais completa de todo o processo (SILVA; KAWAKAME, 2019).

Uma transportadora que deseja evoluir na logística 4.0 e que utiliza este mecanismo será capaz de supervisionar de forma mais eficiente suas atividades, obter o *status* de cada um de seus processos, localização de veículos em tempo real, análise de dados da mercadoria que é transportada para saber o tempo que leva para chegar ao distribuidor final e, portanto, tenha uma resposta mais precisa em caso de atraso (BOOTH, 2018).

Na atualidade, a globalização tem sido o motor da melhoria contínua para o mundo de tecnologia e um benefício para nações menos desenvolvidas, uma vez que, como resultado do crescimento da interação entre países, as soluções são conhecidas e obtidas de forma mais acessível que ocorrem no mercado internacional. Um exemplo a mencionar para as transportadoras são os Transportes Inteligentes (ITS), tecnologias usadas pela primeira vez por países europeus com inovações como: cobrança automática de pedágios, tecnologias que permitem saber como está o tempo em tempo real, o estado de estradas, entre outros, tornando

os caminhões 100% conectados à internet, além de ferramentas que permitem, entre outras coisas, chamar bombeiros ou ambulâncias automaticamente em situações arriscadas (SILVA; KAWAKAME, 2019).

A logística 4.0 traz grandes vantagens sobre a tradicional, uma vez que as tecnologias aplicadas disponibilizam todas as informações de diferentes fontes e permite um acesso mais rápido facilitando a tomada de decisões nos processos e melhor produtividade. A implantação de novas tecnologias no transporte terrestre busca gerar uma maior eficiência, sustentabilidade e sistemas mais seguros. Estas tecnologias têm revolucionado este setor, pois traz benefícios como a redução de consumo de combustível, na medida em que os caminhões podem circular conectados em velocidade constante com menos frenagem e aceleração. Do ponto de vista ambiental a emissão de CO₂, poderá otimizar o transporte com um uso mais eficiente das estradas e em caso de congestionamento, facilitará a distribuição de mercadorias sendo possível obter uma maior eficiência na cadeia de abastecimento (CNI, 2016).

Dentre os benefícios deste tipo de logística estão: maior integração entre os participantes da cadeia de suprimento; prazos menores de entrega; otimização de espaços e de custos de armazenagem; melhor aproveitamento das frotas e custos com transporte otimizados; redução de estoques, evitando perdas e desperdícios; maior segurança da cadeia de fornecimento, evitando paradas em linhas de produção; menor burocracia nos processos, elevando a produtividade e competitividade no mercado; capacidade de gerar uma massa impressionante de dados relevantes para apoiar as tomadas de decisão, cada vez mais assertivas e que possibilitam a melhoria contínua (PIZOLATO *et al.* 2020).

2.3 Carga fracionada

A carga fracionada tem como característica o envio de pequenas remessas de produtos/mercadorias que por si só não tem a capacidade de ocupar todo o espaço do compartimento dedicado para realização do transporte. Isto é, ela é capaz de agrupar vários embarques de forma diversificada no mesmo compartimento.

Desse modo, cargas de vários clientes são agregadas e transportadas em conjunto. Esse tipo de serviço geralmente engloba as operações de coleta na origem, de consolidação com

outras cargas de outros clientes para transferência de longa distância, desconsolidação e de entrega no destino (SILVA; CUNHA, 2004).

Novaes (2004) relata que as etapas do serviço de carga fracionada são: a) coleta da mercadoria no depósito do cliente; b) transporte da mercadoria até o centro de distribuição local da transportadora; c) descarregamento, verificação (rotulagem e triagem das mercadorias); d) distribuição local com entrega da mercadoria ao cliente final. Ainda segundo o autor, o serviço de carga fracionada caracteriza-se por ter muitas passagens e operações intermediárias que levam ao aumento dos tempos de viagem e acarreta o não cumprimento do prazo de entrega dos produtos, além de elevar os custos com o transporte desta carga. Reis (2001) afirma que a empresa que for executar este tipo de serviço deve manter filiais organizadas, com terminais estruturados, para processar e redistribuir as cargas para diversos territórios em regiões distintas.

Ao se considerar que esta é uma das operações que compõe o serviço de cargas fracionadas o *cross-docking* é uma prática de distribuição em que é envolvido um armazém ou centro de distribuição (CD) intermediário que antecede a entrega da mercadoria aos clientes finais. De acordo com Lacerda (2000), trata-se de uma operação que se caracteriza por envolver múltiplos fornecedores que atendem clientes em comum. Na Figura 1, nota-se o sistema de distribuição de *cross-docking*.

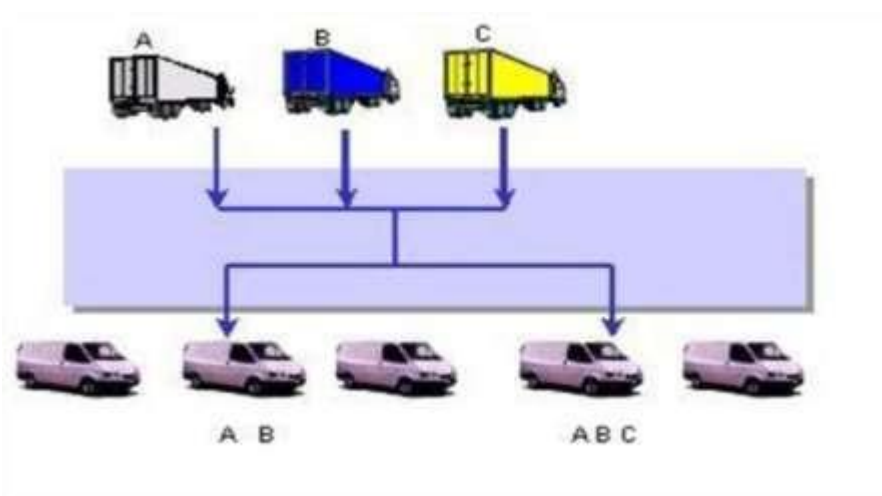


Figura 1: Funcionamento do Cross-DockingFonte: Feldmann et al. 2013

Simchi-Levi *et al.* (2003) e Ballou (2006) ressaltam que nos sistemas que operam com *cross-docking*, as mercadorias, que chegam aos depósitos a partir dos fornecedores, são

transferidas para veículos que efetuam as entregas dentro do menor tempo possível para atender aos varejistas. Esta transferência é geralmente completada em menos de 24 horas.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Este trabalho segue os moldes da pesquisa científica, que conforme Goldenberg (*apud* Gil, 2008) exige criatividade, disciplina organização e modéstia a fim de que a trajetória do pesquisador seja exitosa. Nessa abordagem, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória. Por meio da pesquisa qualitativa o pesquisador tem a oportunidade de coletar os dados e analisá-los de forma coerente, além de contribuir com informações importantes à comunidade acadêmica.

Gil (2008) afirma que a pesquisa qualitativa supõe uma partilha com pessoas, fatos e locais que fazem parte dos objetos de pesquisa, para retirar desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória, pois, busca proporcionar maior familiaridade com o problema explicitando-o por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2008).

Quanto aos procedimentos é um estudo de caso que de acordo com Gil (2008) consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Nesse sentido, a entrevista com o gestor da empresa teve como finalidade conhecer as estratégias utilizadas para melhorar os processos logísticos no período pandêmico.

3.2 Fonte e coleta de dados

Para a coleta de dados utilizou-se pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevista semiestruturada com questionário com questões abertas. Gil (2008) define questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Após a coleta dos dados, estes foram classificados conforme as categorias definidas a priori, de acordo com o interesse dos itens analisados como: impacto da pandemia na rotina da empresa, desafios enfrentados, estratégias para se manter no mercado, pontos positivos que a pandemia agregou para a transportadora, desafios tecnológicos, como a empresa se vê para 2022, investimento em tecnologias e marketing.

O questionário semiestruturado foi elaborado no *google forms* e respondido pelo gestor da transportadora via *link* enviado ao mesmo. Os dados foram analisados numa perspectiva qualitativa tratados e corroborados com a literatura especializada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contar a história da TRANSTAVARES é mais do que contar a história de uma empresa, é contar a história de um homem, um exemplo de espírito empreendedor e de mente inovadora, que tinha como sonho a criação de sua própria empresa de transporte.

O Sr. Vicente José Tavares, após sair de Firminópolis em 1965, veio para Goiânia e começou a trabalhar no transporte coletivo urbano, como motorista. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas não esqueceu seu sonho e, após vários anos de trabalho, e de sacrifícios surgiu à oportunidade de adquirir seu primeiro caminhão, dando início assim a vitoriosa história da TRANSTAVARES. A seriedade, a determinação, a perseverança e o dinamismo, algumas das características pessoais do Sr. Vicente, foram absorvidas pela nova empresa e os progressos rapidamente alcançados.

A cada dia a TRANSTAVARES se projetava mais no mercado e a expansão se tornou inevitável. Assim em 1979 a TRANSTAVARES iniciou seus serviços de transporte de cargas/encomendas com as unidades de São Paulo e Goiânia (GO). Desde então a mesma se preocupou em oferecer qualidade a seus clientes, procurando se adequar às necessidades e

situações do mercado, desenvolvendo soluções para atendê-las, mantendo sempre uma postura honesta para com seus parceiros. No passar dos anos foram abertas filiais Anápolis em 1982 e no ano seguinte em Brasília, atuando em todo o estado de Goiás e Distrito Federal.

No ano de 2007, a empresa passou por uma reestruturação organizacional na gestão, onde 2 de seus filhos assumiram a diretoria, iniciando-se um novo ciclo e também a TRANSTAVARES Para quem tem presa.

Hoje com mais de 40 anos de experiência no ramo de transporte rodoviário, para todo Estado de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, saindo de São Paulo/Santa Catarina e com o intuito de estar em constante melhoria, modernidade e tecnologia estamos entrando em sua terceira geração da família trazendo para sua nova gestão, ocupando cargo de Diretora Comercial, a filha do atual Diretor (Vicimar) Rafaela Tavares. Ao observar o cenário atual e as necessidades de nossos clientes, optamos em modificar o slogan para TRANSTAVARES Solução em Transportes.

MISSÃO

Realizar o transporte de mercadorias com qualidade, eficiência e segurança assegurando a satisfação de nosso cliente.

VISÃO

Ser reconhecida pelo mercado como uma empresa comprometida, que entrega o que vende e que honra com seus compromissos assumidos, almejando sempre um crescimento sólido e aumentando nosso raio de ação no mercado.

VALORES

- Comprometimento;
- Ética e Transparência;
- Confiança e Integridade;
- Respeito às pessoas e ao meio ambiente;
- Meritocracia;

Sobre o impacto da pandemia na rotina da Transtavares, o entrevistado respondeu que o primeiro mês foi significativo.

No primeiro *lockdown* nós não fechamos a empresa, mas liberamos metade dos funcionários para casa por causa do risco (os idosos) e também porque como 90% de nossos clientes são comerciantes, logo não fazia sentido manter nossa operação em 100%. Nos próximos meses nos fizemos rodizio de funcionários. Então a rotina da empresa foi se adaptando a este novo cenário, até todos voltaram ao trabalho 100% (TRANSTAVARES, 2021).

A realidade desta empresa é semelhante à de muitas outras mencionadas pela literatura, como a de Oliveira (2020) que revela que 335 mil trabalhadores foram demitidos e que o isolamento e o distanciamento social proposto pelas autoridades sanitárias resultaram em perdas de colaboradores, o que fez com que as empresas tivessem que se adequar para reorganizar sua dinâmica de funcionamento.

Ao ser questionado se durante esse momento de pandemia a empresa sentiu que estava preparada para esse desafio, o entrevistado respondeu

Ao meu ver não podemos afirmar que nenhuma empresa estava preparada para um cenário deste de pandemia, porque nunca havíamos passado por isto antes. Agora analisando o lado financeiro da situação, estávamos organizados, mas tivemos que fazer algumas adaptações como renegociação de prazo de pagamento de alguns fornecedores. E também aderimos à MP 936 (redução de carga e horário) como uma forma de reduzir os custos fixos da empresa (DG, 2021).

A realidade mencionada pelo entrevistado pode ser verificada em várias publicações tanto de âmbito nacional, quanto internacional as quais demonstram a importância das empresas terem reserva financeira para enfrentar a crise que se instalou. Cowling, Brown e Rocha (2020) citados por Backes et al. (2020) realizaram pesquisa no Reino Unido sobre os impactos da pandemia sobre as organizações verificaram que 8,6% das empresas enfrentaram a crise sem reservas financeiras e somente 39% economizaram recursos para uma crise, nos últimos 5 anos, indicando que 61% pode ficar sem caixa. Constataram ainda que nas microempresas, a categoria de negócio dominante em economias desenvolvidas ou subdesenvolvidas, eram as que tinham maior probabilidade de estar representadas na classificação de risco imediato e de médio prazo.

O risco imediato está relacionado à falta de liquidez, enquanto o risco médio significa ausência de indícios de acumulação de reservas de caixa.

Neres (2020) menciona que algumas empresas estavam mais bem preparadas para mitigar o impacto da crise. Elas diversificaram as cadeias de abastecimento, reduziram os riscos relacionados à oferta com a obtenção de insumos de várias fontes, construíram relacionamentos fortes com fornecedores, visando a redução de dependência de um só fornecedor, além de formar estoques como proteção contra a interrupção de fornecimento da cadeia.

A Transtavares tinha reserva financeira, mas teve que aderir a MP 936 (redução de carga e horário) para manter seus negócios. Esta MP estabelece acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho celebrados entre empregadores e empregados, em negociação coletiva ou individual, com base na Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020.

A adesão à MP 936 ocorreu da seguinte forma: funcionários com mais de 60 anos: adesão à suspensão por 90 dias. Demais funcionários: adesão à redução da carga horária em 50% por 90 dias. Estima-se que houve uma redução em custos em folha em R\$ 200 mil. Não temos esse dado exato.

Ao ser questionado se a empresa possuía pessoas capacitadas para essa situação e se tiveram que oferecer treinamento ou contratar mais colaboradores ele respondeu: *“Não sei se eu entendi muito bem a pergunta. Mas, não contratamos novos colaboradores, mesmo porque a situação era muito incerta. E oferecemos treinamentos de cuidados básicos contra a COVID 19(DG, 2021).*

Nesse sentido, o estudo de Alves (2020) traz contribuições para compreender a importância de se preparar os colaboradores para atuar em períodos de crise como o da pandemia. Conforme este autor, os programas de treinamento e desenvolvimento de pessoas são ações de grande importância para a manutenção da saúde e da qualidade de vida no trabalho, uma vez que agrega conhecimentos, além de contribuírem para o aumento do desempenho, da produtividade e da satisfação profissional. Acerca das estratégias que foram utilizadas para manter o negócio sólido no mercado diante do baixo fluxo de entradas e saídas, que forçou muitas empresas a fecharem seus estabelecimentos, o entrevistado respondeu que *“a empresa fez reprogramação de pagamentos, renegociação com alguns fornecedores e adesão à MP 936” (DG, 2021).*

Sobre este assunto Mendes (2001) relata que as estratégias utilizadas pelas empresas

para se manterem no mercado a partir de reprogramação, renegociação entre outros possivelmente ainda serão utilizadas, pois, muitas terão que continuar enfrentando crises econômicas das diferentes regiões do mundo, tentando descontinuar áreas e mercados não lucrativos para promover outros economicamente atrativos. Para o autor, a depender das políticas públicas a serem priorizadas, os governos as acompanharão ou confrontarão na tentativa de manter sua estabilidade política, econômica e social em níveis aceitáveis.

Sobre os pontos positivos que o período pandêmico agregou a empresa, o entrevistado afirmou:

Os pontos positivos da pandemia a nosso ver foi a necessidade de se reinventar para crescer na crise. Com isto, desde out/2020 estamos reformulando o nosso departamento comercial. Contratamos um gerente para o departamento, investimentos em treinamento e capacitação da equipe com um curso que tem a duração de 1 ano e reuniões de melhores práticas 1x por semana, desenho e implementação dos processos comerciais (DG, 2021).

Em relação aos maiores desafios tecnológicos dentro da organização durante a pandemia ele respondeu que

O maior desafio tecnológico foi a adaptação da equipe para as reuniões por vídeo-chamada. Um processo de adaptação entre baixar o app, aprender a utiliza-lo, ser pontual com os horários. Compreender que apesar da distância e da tecnologia, estávamos ali para trabalhar (DG, 2021).

A familiaridade cada vez maior com as tecnologias da informação e com meios disponibilizados pela internet foi uma constante depois da pandemia. Em se tratando de uma empresa de logística a literatura traz alguns estudos que corroboram com a realidade mencionada pelo entrevistado. Conforme estudo realizado pela FGV-EBAPE (2020) a tecnologia digital precisa ser considerada como parte da estratégia empresarial. A logística de entrada e de saída deve ter maior importância ainda. Como comprar e receber seus insumos e como oferecer, vender e entregar seus produtos. Um novo modelo de negócio atropela as organizações tradicionais. Isso porque os novos modelos de negócio devem ser planejados, desenvolvidos e implantados de imediato.

Nesse sentido as utilizações dessas novas ferramentas tendem a ser cada vez mais frequentes. Se antes da pandemia se fazia reuniões presenciais, com essa nova realidade, as configurações são outras e disso ressalta-se a necessidade das empresas inovarem e também

viabilizarem esse processo aos seus colaboradores, principalmente no segmento de logística que também está inovando a cada dia.

Ao ser questionado se a pandemia foi um empurrão para a organização se reinventar e focar mais nas redes sociais e quais foram as principais táticas utilizadas, a resposta foi

Acredito que não. Já estávamos nas redes sociais antes da pandemia. O que mudamos após a pandemia foi começar a investir em tráfego pago no *google*, que é onde nossa empresa é buscada. As redes sociais em si (*instagram* e *facebook*) funcionam mais como uma vitrine e um fortalecimento de marca, mas não com o intuito de vender. Já que nosso principal tipo de negociação é B2B (DG, 2021).

Em relação ao B2B Carmona (2012) afirma que algumas vantagens deste modelo são a redução dos custos de transação, o aumento nas fontes de abastecimento, economia de tempo e eficiência nas operações

Sobre as ferramentas utilizadas para se encaixar ao novo digital e quais estratégias foram utilizadas para atender os clientes de *e-commerce*, o entrevistado afirmou “*Trabalhar com clientes de e-commerce não é o nosso foco principal, visto que não trabalhamos com market place. de clientes. Temos alguns clientes, mas eles representam 1% do nosso faturamento. Não houve nenhuma grande estratégia*” (DG, 2021).

No que diz respeito às expectativas para 2022 no qual todos esperam que o mercado voltará a normalidade, o entrevistado considera que

Vemos em 2022 um potencial de crescimento maior do que em 2021. No ano de 2021 (até outubro) em relação ao mesmo período de 2019 tivemos um crescimento de 15% e estamos projetando para 2022 um crescimento de 20%. Para o próximo ano, vamos investir mais ainda em tráfego pago e otimização de nosso site para captar mais clientes, profissionalização do nosso departamento comercial e padronização de processos (DG, 2021).

É necessário começar com o desenvolvimento de um novo modelo de negócio considerando não apenas a realidade do período da crise, mas, principalmente, o cenário pós-crise. Um estudo de viabilidade econômica, com a análise financeira para cada alternativa apresentada faz parte do modelo de negócio como, por exemplo, a adoção de ferramentas que possam viabilizar ainda mais os processos logísticos a exemplo do processo integrado de gestão empresarial para armazéns que permite a administração dos processos logísticos, armazenamento de dados, acompanhamento da operação em tempo real e compartilhamento de informações para demais áreas (RODRIGUES, 2012).

Laudon e Laudon (2010) complementam ao citarem que alguns benefícios como eficiência no transporte, sincronização das informações de diferentes setores, redução de custos e tempo, e o aumento do nível de serviço ao cliente tornam céleres os processos logísticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se propor discorrer sobre os impactos da pandemia numa transportadora, buscou-se ampliar a temática, num momento em que grande parte dos países ainda estão buscando estratégias para enfrentar a profunda crise sanitária e econômica deixada pela Covid 19.

Com o isolamento social e o agravamento da doença pelo país a logística assumiu um papel importante, pois, as pessoas passaram a realizar compras pela internet e as empresas tiveram que utilizar este meio para realizar as entregas. Nesse sentido, duas áreas da logística ganharam destaque: a carga fracionada e a logística 4.0.

Com isso, as empresas de transporte passaram a atender também clientes específicos, já que a carga fracionada se refere à operação em que uma pequena remessa é enviada, de modo que o embarcador arca apenas com o espaço utilizado por sua mercadoria no caminhão. Em razão de a carga ser pequena, a transportadora pode reunir vários produtos com as mesmas características e destino semelhante ou próximo e repartir custos do frete entre eles.

Já a logística 4.0 envolve tanto o uso de computadores, quanto de *softwares*, ferramentas e aplicações em nuvem para proporcionar um melhor controle dos procedimentos. Nesse sentido, a atividade logística está associada à simplicidade de comunicação com o avanço dos meios tecnológicos.

Embora se tenha tratado de vários tipos de operação logística, os dois acima mencionados se destacaram no período pandêmico, pois, segundo o entrevistado, a transportadora já utilizava as redes sociais e para potencializar mais os negócios, depois da pandemia ela começou a investir em tráfego pago no *google*, que é onde a empresa é buscada sendo que o *instagram* e o *facebook*) funcionam mais como uma vitrine que fortalece o nome da transportadora, deixando-a mais conhecida.

Ao realizar a entrevista com o gestor da transportadora, foi possível observar que o mesmo possui visão holística de negócio e que durante a pandemia buscou estratégias de enfrentamento lançando mão do tráfego pago para otimizar o site da empresa e assim captar mais clientes. As dificuldades citadas em relação ao uso das ferramentas tecnológicas por parte dos colaboradores certamente foram e/ou serão sanadas, pois, como se constatou, a organização trabalha com foco no futuro.

Nesse sentido, a pergunta problema foi respondida, pois, o gestor da Transtavares mencionou que mesmo diante da crise instalada pela pandemia, a empresa sempre buscou estratégias para continuar atendendo seus clientes e amenizar os impactos financeiros, como por exemplo, a busca constante para se reinventar para crescer na crise e adoção de tecnologias para auxiliar o crescimento neste momento de retomada.

O objetivo geral foi alcançado, pois, o gestor destacou que assim como qualquer organização deste segmento enfrentou desafios, mas estes foram elementos importantes para se repensar novas ações a serem implementadas.

A realização desta pesquisa contribuiu muito para o crescimento do grupo, pois, teve-se a oportunidade de conhecer na prática a dinâmica de uma transportadora e tais conhecimentos certamente agregarão valor a nossa formação enquanto futuras administradoras, pois, percebemos que é também no momento de crise que uma empresa tem a oportunidade de se reinventar, crescer e conquistar mais clientes.

Para outras pesquisas recomenda-se que os alunos tenham um bom planejamento em relação ao tempo, procurem saber de informações privadas antecipadamente com os gestores das empresas e se eles autorizam a divulgação de dados e nomes da empresa. Para os temas pode ser sugerida os impactos que a pandemia causou nas finanças das empresas, quais as inovações que as empresas utilizaram para se sobressair em relação as outras, e quais os benefícios que ela trouxe para o setor de logísticas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, D. A. P. et al. Os efeitos da pandemia de covid-19 sobre as organizações: um olhar para o futuro. **Revista Iberoamericana de Gestão Estratégica** (2020) En RIDCA. Disponível

em< <http://repositoriodigital.uns.edu.ar/handle/123456789/5410>> Acesso em: 01 nov. 2021.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2016.

BOLO, Gianni Arnold Pasache. **O impacto do Covid 19 nos processos de distribuição** (2020) Disponível em < <https://engemausp.submissao.com.br/22/arquivos/333.pdf>> Acesso em 12 nov. 2021.

BRITO, Peregrino de Brito; BERARDI, Patricia Calicchio. Vantagem competitiva na gestão sustentável da cadeia de suprimentos: um metaestudo. *RAE*. São Paulo v. 50, n. 2 abr./jun. 2010, 155-169.

COUTO, Maria Claudia Lima; LANGE, Liséte Celina. Análise dos sistemas de logística reversa no Brasil. Artigo Técnico. **Eng. Sanit. Ambient.** 22 (05) • Sep-Oct 2017.

DURSK, Gislene Regina. Avaliação do desempenho em cadeias de suprimentos **Rev. FAE**, Curitiba, v.6, n.1, p.27-38, jan./abr. 2003.

FELDMANN, Benjamin Mariotti et al. **Uma abordagem global para o problema de carregamento no transporte de carga fracionada** (2013) Disponível em < https://anpet.org.br/ssat/interface/content/autor/trabalhos/publicacao/2013/245_AC.pdf> Acesso em 12 out. 2021.

FGV–EBAPE. O impacto da Covid-19 em dirigentes de empresa e executivos. Valor Investe. Publicado em abril 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARNIERIA, Patrícia; HATAKEYAMAB, Kazuo. Formalização da logística de **suprimentos: caso das montadoras e fornecedores da indústria automotiva brasileira**. **Produção**, v. 20, n. 2, abr./jun. 2010, p. 186-199.

LEVY, Alberto R. Situação da estratégia de logística dentro da estratégia integrada de comercialização. **Rev. adm. empres.** 17 (5) out, 2001.

LIRA, Dayane et al. Desafios na implantação de um sistema de logística reversa de embalagens: estudo de caso em uma varejista de materiais para a construção civil. **Sistemas & Gestão** 13 (2018), pp 178-184.

MENDES, Emily Rafaela Pinheiro et al. Gestão de pessoas durante a crise da covid-19: os desafios do *home office* em uma empresa do ramo da telefonia. **Inova+ Cadernos de Graduação da Faculdade da Indústria** – n. 2/ V.1, p. 278-293 – Fevereiro/2021.

NERY, C. **Melhora percepção das empresas sobre impactos da Covid na 2ª quinzena de agosto** (2020) Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29016-melhora-percepcao-das-empresas-sobre-impactos-da-covid-na-2-quinzena-de-agosto>> Acesso em 10 nov. 2021.

OLIVEIRA, Caroline Silva de. **Coronavírus pode causar perda de R\$ 30 bi ao PIB do Comércio e Serviços do estado do Rio, aponta IFec RJ.** FECOMÉRCIO RJ. Disponível em: <http://www.fecomercio-rj.org.br/noticias/coronavirus-pode-causar-perda-de-r-30-bi-ao-pib-do-comercio-e-servicos-do-estado-do-rio-aponta-ifec>. Acesso em: 01 nov. 2021.

PIZOLATO, Célia de Lima et al. **A contribuição da logística 4.0 e do comércio eletrônico no desempenho empresarial no contexto da pandemia.** XI Fateclog - Os desafios da logística real no universo virtual Fatec. Bragança Paulista/Sp – Brasil 23 e 24 de outubro de 2020. Disponível em < <https://fateclog.com.br/anais/2020> > Acesso em 14set. 2021.

SANTOS, Alysson Vinícius Neves et al. Estudo da logística de distribuição física de um laticínio utilizando lógica fuzzy. **Prod.** 22 (3), Ago 2012.

SILVA, Eduardo Filipe Da Silva; KAWAKAME, Marcelo dos Santos. **Logística 4.0: Desafios e inovações** (2019) Disponível em < http://aprepro.org.br/conbrepro/2019/anais/arquivos/09272019_160930_5d8e6626548f1.pdf > Acesso em 12 out. 2021.

SIMCHI-LEVI, D.; KAMINSKY P.; SIMCHI-LEVI, E. **Cadeia de suprimentos: projeto e gestão.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

ANEXOS

Logística na Pandemia

Estudo de caso na empresa Transtavares Cargas e Encomendas

Como foi o impacto da pandemia na rotina da empresa?

No primeiro mês o impacto foi significativo. No primeiro lockdown nós não fechamos a empresa, mas dispensamos metade dos funcionários por causa do risco (os idosos) e também porque como 90% de nossos clientes são comerciantes, logo não fazia sentido manter nossa operação em 100%. Nos próximos meses nos fizemos rodizio de funcionários. Então a rotina da empresa foi se adaptando a este novo cenário, até todos voltaram ao trabalho 100%.

Durante esse momento de pandemia a empresa sentiu-se que estava preparada para esse desafio?

Ao meu ver não podemos afirmar que nenhuma empresa estava preparada para um cenário deste de pandemia, porque nunca havíamos passado por isto antes. Agora analisando o lado financeiro da situação, estávamos organizados, mas tivemos que fazer algumas adaptações como renegociação de prazo de pagamento de alguns fornecedores. E também aderimos à MP 936 (redução de carga e horário) como uma forma de reduzir os custos fixos da empresa.

A empresa possuía pessoas capacitadas para essa situação? tiveram que oferecer treinamento ou contratar mais colaboradores?

Não sei se eu entendi muito bem a pergunta. Mas, não contratamos novos colaboradores, mesmo porque a situação era muito incerta. E oferecemos treinamentos de cuidados básicos contra a COVID 19.

Devido ao baixo fluxo de entradas e saídas, varias empresas tiveram que fechar seus estabelecimentos, nesse sentido qual foi o maior pilar para que a Transtavares se mantesse solida no mercado?

Reprogramação de pagamentos, renegociação com alguns fornecedores e adesão à MP 936.

Durante o periodo pandemico, o meio empresarial precisou se reinventar para suprir as necessidades dos seus clintes e não ficar atrás de seus concorrentes. Para a Transtavares que é uma empresa com mais de 40 anos de mercado quais pontos positivos esse momento histórico agregou para a mesma?

Os pontos positivos da pandemia ao nosso ver foi a necessidade de se reinventar para crescer na crise. Com isto, desde out/2020 estamos reformulando o nosso departamento comercial. Contratamos um gerente para o departamento, investimentos em treinamento e capacitação da equipe com um curso que tem a duração de 1 ano e reuniões de melhores práticas 1x por semana, desenho e implementação dos processos comerciais.

Durante esse período quais foram os maiores desafios tecnológicos dentro da organização?

O maior desafio tecnológico foi a adaptação da equipe para as reuniões por video-chamada. Um processo de adaptação entre baixar o app, aprender a utiliza-lo, ser pontual com os horários. Compreender que apesar da distância e da tecnologia, estávamos ali para trabalhar.

A pandemia foi um empurrão para a Transtavares se reinventar e focar mais nas redes sociais? Quais foram as principais táticas utilizadas?

Acredito que não. Já estávamos nas redes sociais antes da pandemia. O que mudamos após a pandemia foi começar a investir em trafego pago no google, que é onde nossa empresa é buscada. As redes sociais em si (instagram e facebook) funcionam mais como uma vitrine e um fortalecimento de marca, mas não com o intuito de vender. Já que nosso principal tipo de negociação é B2B.

A empresa utilizou quais ferramentas para se encaixar ao novo digital?

Quais estratégias foram utilizadas para atender os clientes de e-commerce?

Trabalhar com clientes de e-commerce não é o nosso foco principal. Visto que não trabalhamos com market place. de clientes. Temos alguns clientes, mas eles representam 1% do nosso faturamento. Não houve nenhuma grande estratégia

Com toda tecnologia, treinamentos e estratégias utilizadas no ano de pandemia como a empresa se vê para o ano de 2022 a onde todos esperam novamente por normalidade? continuaram investindo em inovações, marketing e suas tecnologias?

Vemos em 2022 um potencial de crescimento maior do que em 2021. No ano de 2021 (até outubro) em relação ao mesmo período de 2019 tivemos um crescimento de 15% e estamos projetando para 2022 um crescimento de 20%. Para o próximo ano, vamos investir mais ainda em trafego pago e otimização de nosso site para captar mais clientes, profissionalização do nosso departamento comercial e padronização de processos.

Sugestão/recado para as acadêmicas

Acadêmicas, minha sugestão para o TCC de vocês é foquem mais nas soluções práticas que um tipo de estudo deste tem a propor, e menos na parte teórica. Ou ainda, em soluções teóricas mas que facilmente podem virar um projeto. Atualmente, as empresas carecem de projetos mais realistas e menos teóricos. Acredito que de toda grande crise vem grandes oportunidades juntos, e agora com a pandemia não foi diferente. Olhem por esse viés e o trabalho de vocês será um grande projeto.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários



Figura 2: Transtavares

Fonte: Brasília-DF, 2021



Figura 3: Transtavares

Fonte: Guarulhos-SP, 2021



Figura 4: Transtavares

Fonte: Guarulhos-SP, 2021



Figura 5: Transtavares

Fonte: Goiânia-GO, 2021



Figura 6: Transtavares

Fonte: Goiânia-GO, 2021

O ESTUDO DA LOGÍSTICA DOS ENTREGADORES POR APLICATIVOS NA CIDADE DE GOIÂNIA

THE STUDY OF THE LOGISTICS OF DELIVERS BY APPLICATIONS IN THE CITY OF GOIÂNIA

SILVA, Guilherme Oliveira¹; GUIMARÃES, Marcos Vinícios²; BEZERRA, Vânia Souza³; COSTA, Rhynaldo Ribeiro da⁴; SIQUEIRA, Nayara Milhomens de; SOUZA, Rejane Michele Silva; ARAUJO, Rodrigo Mendes de; ZUNIGA, Lucas de Oliveira; JÚNIOR, José Américo de Lacerda; FONSECA, Lucas Silva

RESUMO

O presente trabalho por meio do referencial teórico e pesquisa de campo teve como objetivo mostrar a estruturação da logística, os riscos e a precarização em decorrência do ofício por meio do transporte rodoviário (moto), pois com o avanço da tecnologia se tornou cada vez mais fácil realizar pedidos de refeições via aplicativo, o que proporcionou o aumento no ramo de entregadores, sendo possível identificar como é a logística desses trabalhadores através da cadeia logística. Com a abordagem mais quantitativa buscou-se identificar o público alvo do estudo, e por meio desta identificação foi elaborado um questionário com 12 perguntas que serviu como base para análise da pesquisa baseada nos dados dos 104 respondentes. Mediante ao estudo em pesquisas bibliográficas e artigos científicos chegou-se ao tema principal do trabalho. Deste modo, observou-se que a logística é bem estruturada e os processos funcionam de ponta a ponta com toda eficiência. Mas em relação a estrutura física e trabalhista para os entregadores de aplicativos, ainda há o que ser melhorado para os profissionais.

Palavras-chave: logística; cadeia logística; precarização; entregadores de aplicativos

ABSTRACT

The present work, through the theoretical framework and field research, aimed to show the structure of logistics, the risks and precariousness resulting from the trade, as with the advancement of technology it has become increasingly easier to order meals via the application, which provided an increase in the field of couriers, making it possible to identify the logistics of these workers through the logistics chain. With a more qualitative approach, we sought to identify the target audience of the study, and through this identification a questionnaire with 12 questions was created, which served as the basis for the analysis of the research based on data from 104 respondents. Through the study in bibliographic research and scientific articles, the main theme of the work was reached. Thus, it was observed that the logistics are well structured and the processes work end-to-end efficiently. But regarding the physical and labor structure for application delivery people, there is still room for improvement for professionals.

Keywords: logistics; logistic chain; precariousness; application deliverers

¹Guilherme Oliveira da Silva---Administração---guioliverlife96@gmail.com ²Marcos Vinícios Guimarães---Administração---marcosguimaraes22@hotmail.com ³Vânia Souza Bezerra---Administração---vaninhabezerra35@gmail.com

⁴Professor Especialista da FacUnicamps e Orientador do TCC do Curso de Administração

1. INTRODUÇÃO

A logística é o meio utilizado junto a outros métodos para promover um serviço ou produto de qualidade, com o crescimento da tecnologia, esse modelo se tornou ainda mais social, esse tipo de modal tem crescido com frequência no Brasil e tem mostrado o seu valor para o consumidor, proporcionando flexibilidade, agilidade e eficácia nas entregas dos produtos e prestação de serviços. Esse tipo de modalidade de logística tem mostrado o seu valor perante a sociedade, trabalhando juntamente com o sistema *Just in time*, onde é possível ter o produto ou serviço no tempo certo. A logística é definida por muitos conceitos tendo como significado,

Logística significa contabilidade e organização e é um termo de origem grega. Logística também vem do francês (*logistique*), que significa uma arte que trata do planejamento e realização de vários projetos, muito utilizado durante as guerras. Logística também é utilizada como parte da álgebra e lógica matemática. (Significados.com.br).

Ao analisar esse conceito, vê-se que o significado da palavra logística, sem uma análise adequada do assunto, já mostra que tem um significado amplo desde o seu surgimento durante as guerras, com a forma estratégica de se mover com maior agilidade, na armazenagem dos recursos até a operação.

Existem dois modelos de trabalho utilizados como meio de locomoção, através da motocicleta, sendo ela o transporte por entregadores de aplicativos e mototaxistas (MIZIARA, MIZIARA, ROCHA, 2014). Atualmente muitas pessoas utilizam a moto como ferramenta de transporte e uma das maneiras mais encontradas é o uso da moto para realização da logística na entrega de produtos, pois ela traz maior agilidade devido à facilidade que ela proporciona em meio ao trânsito, trazendo praticidade para o cliente, como também, a rapidez de entrega, ou seja, são diversos os fatores que contribuem nesse transporte, tornando assim o transporte mais eficaz nas entregas por *delivery*.

Há uma precarização do ofício de entregadores por aplicativos, muitos dos usuários utilizam esse meio como base de fonte de renda alternativa ou até mesmo para fonte de renda permanente devido à falta de emprego, muitos trabalham como forma de MEI, onde eles se responsabilizam pelos gastos ou transtornos causados durante o período trabalhado, conforme Alves (2011), Casulo *et al.* (2018) e Castro e Casulo (2020). Diante disso observa-se que a categoria passa por uma precarização ligada diretamente ao trabalho desenvolvido, é o impacto

que gera devido ao controle do sistema produtivo, o que pode levar muitos à consequências relacionadas à saúde física e mental, até mesmo a morte.

A pandemia da COVID-19, que se iniciou em 2020, trouxe consigo alguns riscos à saúde e a vida dos entregadores, mesmo diante desse cenário, a logística por entregadores *delivery* teve aumento, tanto no número de entregadores (parceiros) como também atraiu um público novo; com o fechamento de restaurantes e bares ocorreu crescimento no número de pedidos *delivery* o que trouxe exposição dos entregadores ao vírus (BEZERRA, 2021).

Diante disso, pode-se observar o aumento dessa categoria, ao analisar o cenário chega-se à pergunta: *Quais os desafios da logística da profissão por entregadores de aplicativos na cidade de Goiânia?* Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral: Analisar a estrutura da logística dos entregadores, os riscos e a precarização em decorrência do ofício. O que gerou os seguintes objetivos específicos: levantar dados do trabalho dos entregadores por aplicativo em tempos de pandemia; 1) estudar a logística dos aplicativos de entrega no referencial teórico disponível; e descrever os desafios da logística dos entregadores por aplicativos de Goiânia.

Com o avanço da tecnologia e facilidade de deslocamento, o *delivery* vem crescendo, o que proporciona aos entregadores terem esse trabalho como complemento de renda ou como única forma de ganho (BEZERRA, 2021). Deste modo será realizada uma pesquisa na cidade de Goiânia, em que o estudo tem como justificativa estudar a logística dos entregadores em seu dia a dia de trabalho, e identificar como é o processo realizado dentro da cadeia de suprimentos, e assim trazer a realidade de trabalho nesse ramo. Além disso, trazer à tona as dificuldades enfrentadas por esses colaboradores, onde eles não têm um piso ou teto salarial e colocam suas vidas em risco todos os dias para que possa ter o pão de cada dia na mesa, será mostrado a realidade desses operadores logísticos que não são reconhecidos pelas plataformas que trabalham, tendo como desvantagem principal da profissão, a falta de benefícios.

O estudo poderá também, contribuir com novos estudos acadêmicos para a ciência, podendo ser utilizado como ferramenta de apoio no desenvolvimento de artigos e trabalhos científicos. Sendo possível mostrar a realidade dessa categoria no meio social, e conscientizar tanto a classe, quanto aos leitores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de logística

A logística pode ser apontada como um elemento-chave para os negócios, tendo como uma de suas funções, a disponibilização de recursos necessários para a entrega de um produto ou serviço de qualidade com menor tempo necessário. Sendo o objetivo principal reduzir o tempo e custos de entrega utilizando as melhores maneiras para chegada do produto e serviço até o consumidor final (BALLOU, 2010).

Pode ser utilizado por diversas categorias, podendo ser definida como o processo de gerenciamento de produtos e serviços, da informação ligada entre clientes e fornecedores, levando em consideração a movimentação dessa logística a qualquer lugar que esteja e nas melhores condições (MOURA, 2006).

De acordo com Ballou (2006), a origem da logística se deu nos tempos dos militares, onde naquele período houve a necessidade de estudar a melhor forma de movimentação para o abastecimento das tropas, como a água, medicamentos e outros recursos utilizados naquela época.

Na organização é necessário ter uma ligação entre todas as áreas, em principal, marketing, produção e financeiro, segundo Costa (2010, p. 10), “a logística pode ser considerada como uma forma de equilíbrio entre outros meios empresariais, todas com o mesmo objetivo, a maximização dos lucros”.

Conforme Moura 2006, a logística possui como ponto principal a satisfação do cliente, seja ele o consumidor final ou o intermediário entre o percurso ocorrido, tendo como foco garantir a alegria do cliente através do produto ou serviço, com maior agilidade e menores custos.

A tecnologia vem se atualizando no mercado constantemente e com esse crescimento é possível identificar que a logística vem acompanhando, segundo Nazário (2000 apud VIANA, 2002). Os clientes conseguem realizar seus próprios pedidos, verificar o *status* da solicitação, disponibilidade do estoque, quando será entregue; e com isso os gestores conseguem enxergar que com a informação é possível reduzir a necessidade do cliente; fazendo com que as ferramentas tecnológicas aumentem a flexibilidade do negócio.

Os processos gerenciais precisam de uma ligação entre todos os setores, um dos pontos trazidos por Moura (2006), é que a logística pode ser considerada como um fio condutor onde liga todas as informações, sincronização e integração dos processos, o que faz com que a organização tenha processos rápidos e com pouco custo, proporcionando melhoramento e agilidade nos processos.

2.2 Plataformas digitais

Segundo Significados (2021) “Delivery é a palavra em inglês, que tem por significado entrega, distribuição ou remessa. Basicamente, delivery compreende o transporte e a entrega de cartas e outros bens.”

Na prática, o *delivery* é contratado pelo usuário da plataforma, onde ele escolhe a empresa que irá lhe fornecer o produto e a entrega do mesmo é feita por um entregador parceiro desta mesma plataforma. O cliente tem a comodidade de escolher o seu restaurante favorito, bem como, conhecer novos, sem a necessidade de se deslocar ao local ou correr eventuais riscos decorrentes do trajeto percorrido (DA SILVA, 2021).

Muitas empresas acabam errando no momento da entrega de seus produtos ou serviços, o que acarretam em reclamações rotineiras e falta de clientes, com isso é possível observar que um fato comum ocorrente é o atraso nas entregas, para que seja possível diminuir esse fator é necessário que seja realizado um bom gerenciamento dos pedidos, bem como a exigência no momento do cadastro, dessa forma será possível entregar ao cliente um serviço de qualidade sem quaisquer danos. BOWERSOX (2014).

Os apps caíram no gosto popular e as lojas oficiais registram milhares de *downloads*, principalmente nos principais aplicativos do mercado. As plataformas estão disponíveis nos celulares Android e (IOS) e entregam variados tipos de comidas e até pedidos personalizados (PEREZ, 2020).

2.3 Uberização do trabalho

A uberização do trabalho, que tem como definição devido às novas formas de trabalho, organização, controle, que se intitula como tendência mundial de trabalho. O nome “uberização” é uma derivação do acontecimento coletivo que se tornou amplamente visível com a chegada da empresa UBER no mercado brasileiro. O conceito uberização, está relacionado aos novos métodos relacionados com a chegada desta nova companhia, e que perfazem em novos formatos de gestão e estruturação do trabalho (ABÍLIO, 2020).

Ainda conforme Abílio (2020, p. 112), o conceito de uberização está ligado à informalização do trabalho, por meio de um movimento que refletiu em alterações valorativas na relação com o significado de trabalho. De forma relevante, este conceito tem influência na reorientação das vinculações do trabalho, pois, compreende como um avanço no cenário de abrandamento ou eliminação de leis e normas do trabalho.

Na atualidade, com o surgimento de novas tecnologias, a precarização do trabalho se intensificou e cresceu com o surgimento de uma diversidade de empresas que se consolidaram através da modalidade de *delivery*, por meio das plataformas digitais (BRAGA, 2020, p.11). Deste modo, conforme Braga (2020, p. 12),

Neste novo mercado de trabalho, definido pela uberização, o trabalhador, sem qualquer respaldo legal, é responsável pelo instrumento de trabalho e está à mercê da distribuição da demanda e de valores conforme determinação destas empresas. A partir disto, torna-se relevante entender o contexto de trabalho destes entregadores, que são colaboradores de organizações que não os veem como funcionários, mas sim como autônomos que utilizam apenas da tecnologia disponibilizada nos aplicativos.

2.4 Estrutura da cadeia logística

O gerenciamento da cadeia de suprimentos engloba diversas atividades de gestão, dentre elas estão o planejamento, estruturação e coordenação e que são extremamente relevantes no funcionamento das companhias. Em algumas empresas essas atividades estão ligadas às decisões estratégicas e que impactam no diferencial competitivo frente aos concorrentes. Conforme a compreensão de Silva e Braga (2017, p. 112),

A gestão da cadeia de suprimentos tem se apresentado como uma importante estratégia organizacional para a obtenção de vantagens competitivas, seu objetivo é integrar as áreas funcionais das organizações buscando a redução de custos, criação de valor para os clientes e conseqüentemente, vantagem competitiva frente ao mercado.

Segundo Bowersox (2013, p.5) A logística dentro da cadeia é responsável pela criação de valor ao produto, pois através dela é realizado todo o gerenciamento de pedidos, quantidade de estoque, redes de suprimentos, rotas a serem traçadas desde a matéria prima até a entrega final ao cliente, matérias necessários para embalagens de produtos, tempo gasto em cada entrega, através dessa operação é possível transportar com qualidade.

Figura 1: Estrutura da cadeia logística de entregadores por app delivery



Autor: Butta (2020), adaptado.

Para Ballou (2007), a gestão da cadeia de suprimentos se resume em reiteradas vezes de um estágio para que se chegue ao artigo final, visando a agregação de valor para o usuário terminal. Basicamente a função da cadeia de suprimento é manter a continuidade do ciclo. Neste mesmo sentido, Ballou (2007, p. 33) conceitua que,

A logística trata da criação de valor – valor para os clientes e fornecedores da empresa, e valor para todos aqueles que têm nela interesses diretos. O valor da logística é manifestado primariamente, em termos de tempo e lugar. Produtos e serviços não têm valor a menos que estejam em poder dos clientes quando (tempo) e onde (lugar) eles pretendem consumi-los.

Para Novaes (2007), o *Supply Chain* está relacionado a associação dos processos industriais e comerciais, seguindo em ordem inversa, pois parte do usuário final, seguindo até os fornecedores iniciais, de forma que agregue valor para o cliente através de mercadorias, atividades e elementos.

2.5 Transporte

Para (BALLOU, 2006), a cadeia logística é um agrupamento de tarefas operacionais que envolve todas as áreas da logística, tarefas estas que são repetidas dentro de um ciclo de transformação de produtos com o objetivo de chegar ao cliente final. Onde o transporte é a parte responsável por garantir a entrega do produto final ao consumidor.

A infraestrutura de transporte de uma nação influencia diretamente os custos e a eficiência do transporte. Condições precárias elevam os custos limitam a extensão do mercado de uma organização, ou seja, a organização eleva seu custo para alcançar maior abrangência de entregas, ou se restringe a entregas de pequenas distâncias mantendo o custo baixo. (BULLER, apud ROCHA; GONÇALVES; SILVA, 2012. p. 32).

Gomes (2004) ressalta que para que seja realizada uma boa entrega de produto e serviço é necessário que seja analisado diversos fatores que implicam diretamente na entrega, como, tamanho, densidade, riscos de transporte, tempo de entrega e garantia, para que seja possível evitar esses danos é necessário a elaboração de um plano de entrega onde será mapeado todos os prós e contras para uma boa gestão de entrega.

Segundo Silveira (2002, p. 80) “Uma empresa de transporte quando adota a visão logística visa eliminar os desperdícios, as gorduras e principalmente em relação a melhores rotas e menor tempo de percurso”.

Ainda conforme Silveira (2002), o transporte precisa andar junto à tecnologia da informação, pois existem alguns sistemas de melhoria que ajudam na agilidade operacional da organização, por exemplo: GPS, sistema ativo de telecomunicação, entre outros; essa gestão possibilita que o cliente tenha informação do seu produto, e para empresa traz uma maior confiança na gestão dos seus negócios.

2.5.1 O moto *delivery*

A motocicleta possui maior agilidade de locomoção, segundo o Estadão (2019), esse tipo de transporte é muito utilizado devido seu baixo custo e fluidez no trânsito, principalmente em cidades com maiores congestionamentos, onde mostrou o crescimento desse meio de locomoção.

O transporte de cargas em moto deve ser observado com muito cuidado devido ao peso adquirido na locomoção, segundo o *site* Trucão (2020), o motociclista não pode ultrapassar do peso informado através do modelo da moto, pois isso pode gerar danos e até comprometimento nos freios, o que poderá ocasionar quedas ou sérios problemas, além disso, existem alguns meios de ajuda para questões de pesos de carga utilizada em moto, como as regulamentações oferecidas pelo Contran.

A logística mais utilizada para entregas por meio do *delivery*, é a logística de moto, onde o restaurante precisa ter um cadastro no aplicativo de entrega, e como intermediário tem um entregador para recebimento e entrega desses pedidos, para isso é realizado o mapeamento dos processos, desde o preparo do prato solicitado, até a entrega final do produto (CONSUMER, 2021).

No transporte utilizado para entregadores é levado em conta a distância do trajeto que será percorrido, onde será definido uma rota do local de saída, até a entrega do produto, dessa forma, os restaurantes utilizam a quilometragem para estipular o valor do *delivery*. (MAPLINK, 2019).

2.6 Gestão de entregas: como administrar custos e ganhos (Aplicativos delivery)

Conforme (EXAME, apud REIS, MEIRELES, 2019, p.194) “os maiores aplicativos de entrega fazem a gestão de entregas através de dois principais sistemas, que são os operadores logísticos (OL) e nuvens, as plataformas possuem facilidade na hora do cadastro e traz muita flexibilidade para seus colaboradores fazerem o horário de trabalho, para se tornar um parceiro, ou seja, entregador, é preciso apenas ser maior de idade e ter um veículo (carro, moto, bicicleta), e por último fazer um cadastro *online* na plataforma.”

Segundo blog Motorista Elite (2020), existem duas categorias para que os entregadores possam iniciar, sendo eles o OL e a nuvem. O OL oferece alguns benefícios, como aprovação mais rápida no cadastro, blusa e maquininha para cartão de crédito e débito, já na nuvem, o entregador precisa aguardar a aprovação do cadastro, o que nem sempre é rápido, obtendo retorno positivo, ele pode começar a trabalhar, basta apenas se posicionar em um local e buscar por pedidos.

Os entregadores que se submeterem a esse tipo de atividade, vão ter alguns desembolsos

para participar da plataforma, tais custos como: combustível; seguro e manutenção do veículo; custo com celular e pacotes de internet; custo com bolsa térmica para guardar alimento; cumprir com os pedidos emitidos pela plataforma; cumprir com uma média de pedidos para manter-se na plataforma; estar constantemente conectado na plataforma, sob o risco de ser penalizado com o desligamento, sem contar, tem que trabalhar muito para garantir sua remuneração (REIS; MEIRELES, p. 194).

Para os entregadores não existe uma média exata para a quantidade de horas a serem trabalhadas, pois ela é feita através do tempo trabalhado, através deste período é definido a quantidade que será recebida durante o horário, dessa forma, é necessário para a sobrevivência dessa categoria, que todo trabalhador tenha algum meio para controle de gastos e custos, para que seja possível medir seus ganhos e custos (ABÍLIO, 2020).

2.7 Vantagens e desvantagens

Com o uso contínuo desse meio de trabalho, identificou-se que existem alguns prós e contras dessa profissão, para os entregadores, eles visam alguns benefícios diferentes do que é oferecido via trabalho CLT, porém, também existem algumas dificuldades enfrentadas pela categoria. A grande parte de trabalhadores não possuem proteção social, como 13º salário, previdência, FGTS, férias (KRAMER, 2017).

Conforme Braga (2020), para os consumidores existe um meio de avaliação dado pelo aplicativo, onde nem sempre se torna um ponto positivo aos entregadores, pois quando ocorrem atrasos na entrega, devido algum erro no cálculo de rota do aplicativo ou por parte do restaurante, o entregador acaba sendo mal avaliado pelo consumidor, através do acúmulo de pontuações negativas, ele poderá ser banido da plataforma, sem direitos de contestação e não podendo retornar a esse meio de trabalho.

Em um *site* de notícias chamado Gocarreira 2020, eles realizam algumas comparações de prós e contras, onde foi exposto que os aplicativos não arcam com os custos, seja para o investimento de um novo veículo ou até mesmo a manutenção do equipamento utilizado, dessa forma, pode-se observar que os próprios entregadores realizam a gestão dos seus equipamentos.

Para os entregadores, eles possuem como ponto positivo a flexibilidade do trabalho, onde tem a possibilidade de fazer a sua carga horária sem necessidade de cumprir com horário diário, conforme CLT, dessa forma, possuem maior liberdade para realizarem demandas de outros aplicativos conforme sua necessidade (BAGA, 2020).

Esse meio de trabalho também possui como vantagens, a facilidade de cadastramento nos aplicativos, onde é necessário ter a idade mínima exigida pela plataforma e o meio de transporte que será utilizado, para a realização do cadastro *online* na plataforma (MEIRELES, REIS, p. 194).

Um ponto negativo a ser observado pelos entregadores é a entrada em um trabalho onde não terá garantia dos seus ganhos, nem a carga horária a ser cumprida, pois esse trabalho é realizado devido à quantidade de entregas feitas durante o dia, sem necessariamente ter base de horário de trabalho definido (ABÍLIO, 2020).

Quadro resumo:

Aplicativos <i>delivery</i>	
Vantagens	Desvantagens
Flexibilidade de horário;	Proteção social (13º salário, previdência, FGTS e férias);
Facilidade de cadastro no aplicativo	Acúmulo de avaliações negativas (bloqueio e/ou cancelamento do cadastro do app).

2.8 A influência da pandemia na rotina dos entregadores

No ano de 2020, o Brasil, registrou o início do vírus, segundo o Ministério da Saúde (MS,2020) confirmou na quarta-feira (26/02/20) o primeiro caso do novo coronavírus (Covid-19). Um homem de 61 anos, com histórico de viagem para Itália, deu entrada no hospital no Hospital Albert Einstein, em São Paulo (SP), onde foi confirmada a doença”.

Segundo os dados reunidos pela consultoria Análise Econômica (2020), “mostram que o número de entregadores de *delivery* pulou de 250.000 pessoas em 2019, para 645.000 em junho de 2020, um aumento de aproximadamente 158%, com esse crescimento houve uma

diminuição no valor recebido pelas entregas realizadas, isso devido a quantidade de pessoas que migraram para essa ferramenta, o que proporcionou aos entregadores a realizarem um número maior de entregas para conseguir maior remuneração durante o dia.”

Isso proporcionou crescimento na quantidade de horas trabalhadas, segundo o *site* Auto Esporte (2020), alguns entregadores expuseram que trabalhavam antes da pandemia oito horas diárias, e devido à pandemia trabalha em média quatorze horas para ganhar a mesma quantidade, o que proporciona maior desgaste físico e mental devido às condições de trabalho dessa categoria.

Com o vírus ativo e o risco de contaminação, a classe poderia ter algumas ações para minimização dos riscos como, equipamentos de proteção individual, durante esse período, seguro de vida, e seguro em caso de acidentes ou roubos (BEZERRA, 2021).

Conforme Bezerra (2021), mesmo durante a epidemia os entregadores se mantiveram ativos sem quaisquer benefícios, o que somente faz enxergar precarização nessa categoria, devido ao aumento contínuo da classe, em meio ao cenário econômico vivido nos últimos anos.

3. METODOLOGIA

O propósito principal da ciência é chegar à realidade através do sucesso de avaliação das circunstâncias. Ela não se difere das demais formas de estudo, o que a diferencia apenas é a possibilidade de ser empiricamente verificável. Segundo Gil (2008, p. 8),

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade.

Ainda de acordo com Gil (2008), método pode ser definido como, os métodos aplicados para alcançar determinado fim, com um conjunto de ferramentas adotadas para atingir o conhecimento.

Para Marconi *et al.* (2003, p. 17), a metodologia científica simboliza a introdução do estudante no ambiente de métodos sistemáticos e racionais, que servem como eixo para formação de estudantes e profissionais.

3.1 Tipos de pesquisas

A etapa de pesquisa pode ser definida como uma forma de atuação real e metódica. Através de uma metodologia, o objetivo principal do estudo científico é encontrar respostas para determinados problemas (GIL, 2008).

Doravante esta consideração, Gil (2008, p. 26) define o estudo coletivo como uma atividade com a objetividade de receber novos conhecimentos através de métodos científicos.

Para Gil (2008, p. 26), “a pesquisa social pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação para agir. Daí porque se pode falar em pesquisa pura e em pesquisa aplicada”.

Conforme Severino (2016), os métodos científicos se distinguem previamente pela abordagem quantitativa e qualitativa.

3.2 Procedimentos

Esta pesquisa foi elaborada com uma abordagem quantitativa, para que fosse possível identificar o público alvo desejado. Segundo Prodanov (2013, p. 38), a metodologia com base em dados estatísticos viabiliza um panorama quantitativo da população observada.

Para que fosse possível chegar aos resultados foi aplicado um questionário. Segundo Lakatos (2003, p. 2001), “questionário serve como coleta de dados, formado por uma série de perguntas, que precisam ser respondidas, onde o pesquisador encaminha o formulário ao público escolhido para obtenção de resultados”.

Para a obtenção do tema foram feitas análises através de bibliografias e artigos científicos, tendo como abordagem do tipo descritivo/explicativo de forma quantitativa, com o objetivo de realizar um questionário para os entregadores de aplicativos, para que fosse possível o conhecimento da logística desses entregadores. A pesquisa foi realizada em alguns setores de Goiânia, como o Serrinha e Jardim Goiás e contou com a participação de 104 respondentes. Os resultados da pesquisa serão apresentados e discutidos no capítulo a seguir.

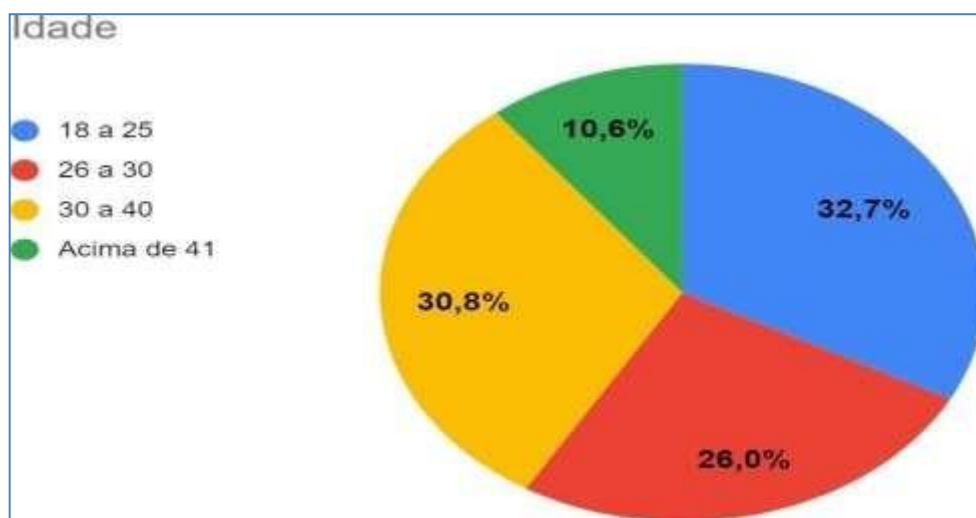
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo dessa pesquisa é contextualizar o cenário logístico dos entregadores por aplicativo, analisando os aspectos que levam à precarização da profissão e os riscos decorrentes do trabalho. Para entender melhor o panorama dos temas abordados no referencial teórico, foi realizado um estudo através de uma pesquisa de campo, elaborada por meio de um questionário, com foco em entregadores por aplicativos na cidade de Goiânia, que foram selecionados de forma aleatória.

4.1 Resposta da pesquisa

O questionário foi elaborado com 12 perguntas objetivas de múltipla escolha, foram abordadas questões relacionadas sobre o tempo na atividade, vantagens e desvantagens do exercício, dinâmica de trabalho e da parte financeira. O formulário de pesquisa foi enviado para 104 pessoas que exercem a função de entregador por aplicativo na cidade de Goiânia, no qual todos responderam às perguntas. Os resultados obtidos serão apresentados a seguir.

Gráfico 1: Idade

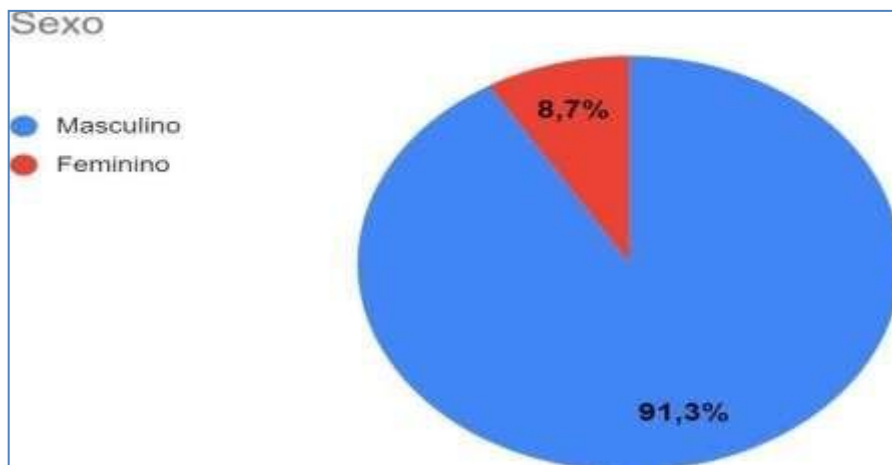


Fonte: autor

Conforme resultados apurados através de pesquisa de campo da questão 1, foi perguntado a idade dos participantes da entrevista, dentre os pesquisados 32,7% são de 18 a 25 anos, 30,8% de 30 a 40 anos de idade, 26% dos participantes tem 26 a 30 de idade e somente

10,6% acima de 41 anos de idade. Observou-se que o público alvo tem principalmente uma faixa etária de 18 a 40 anos.

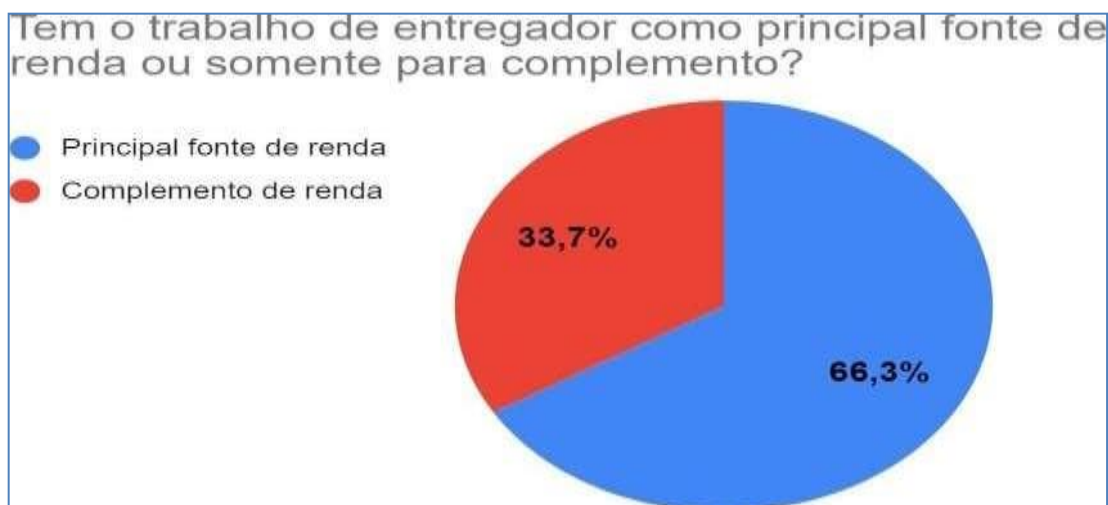
Gráfico 2: Sexo



Fonte: autor

Dos participantes pesquisados 91,3% foram do sexo masculino e somente 8,7% do sexo feminino. Observamos que há uma predominância do sexo masculino em relação a categoria.

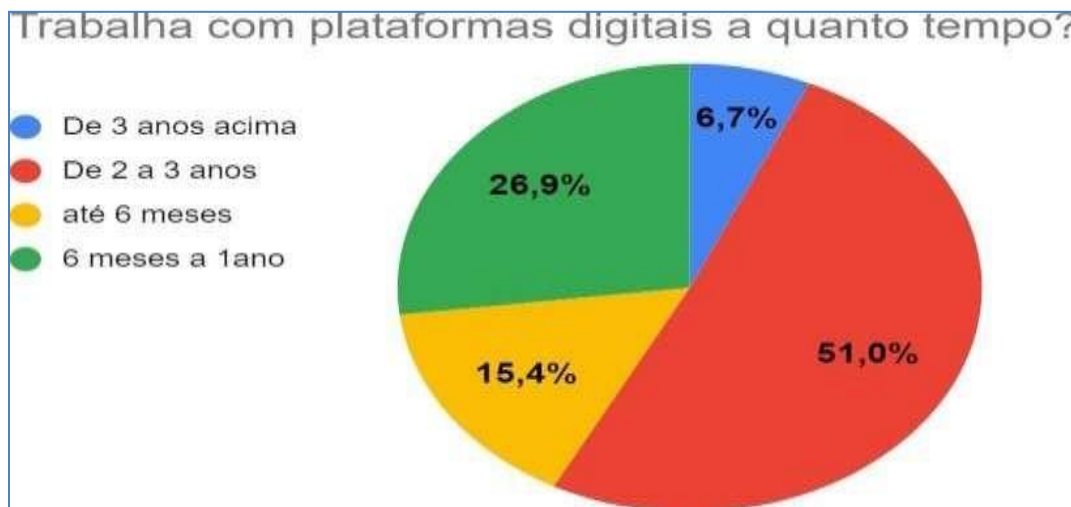
Gráfico 3: Principal fonte de renda



Fonte: autor

A maioria dos participantes tem o trabalho de entregador como principal fonte de renda sendo 66,3% dos entrevistados e 33,7% trabalham nesse ramo apenas para complementar a renda. Deste modo percebe-se que a maioria dos respondentes dependem desta ocupação.

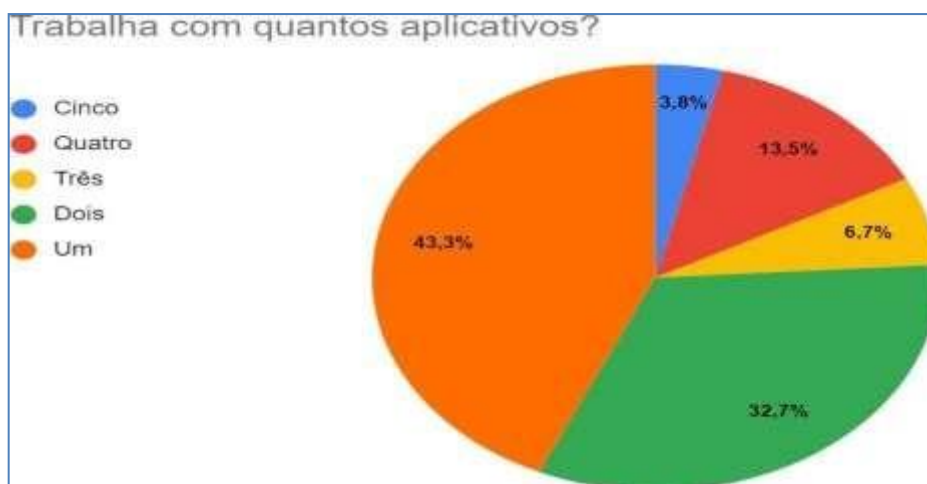
Gráfico 4: Trabalha com plataformas digitais a quanto tempo?



Fonte: autor

De acordo com a pesquisa e resultados apurados, 51% dessa classe de trabalhadores trabalha de 2 a 3 anos com plataforma de entrega *delivery*, 26,9% dos participantes são novos na plataforma, tendo de 6 meses a 1 ano, já 15,4% são recentes na plataforma, tendo apenas 6 meses de cadastro no aplicativo, uma pequena parte dos participantes trabalha com plataformas a mais de 3 anos, sendo em porcentagem apenas 6,7%. Deste modo, podemos observar que a maioria dos entrevistados já estão nesta função de 2 a 3 anos.

Gráfico 5: Trabalha com quantos aplicativos

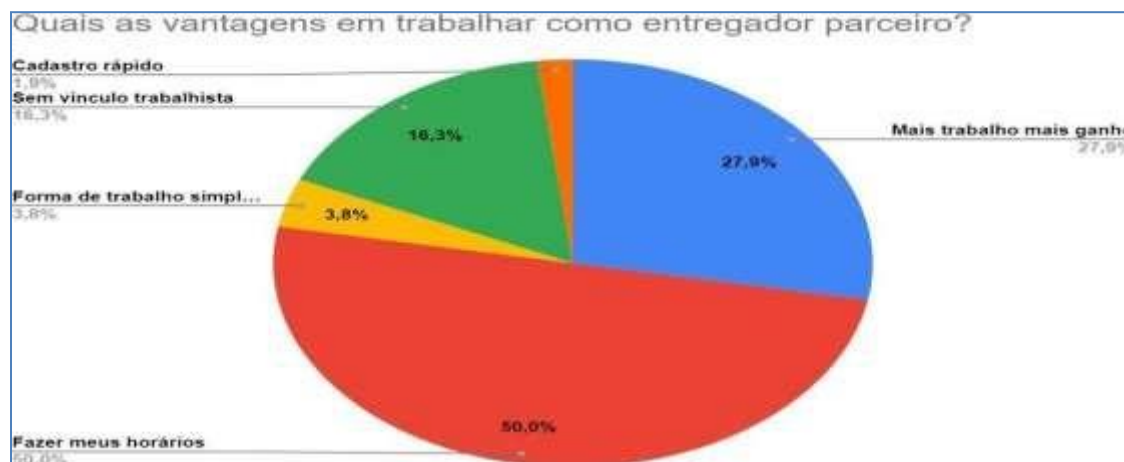


Fonte: autor

Foi perguntado com quantos aplicativos os participantes trabalhavam, a maioria optou por uma plataforma sendo representado por 43,3% e 32,7% dessa fatia optam por dois APPS, tendo ainda alguns dos parceiros que preferem quatro aplicativos, 6,7% três e 3,8% com até

cinco aplicativos. Observamos que a maior parte dos entrevistados tem de um a dois aplicativos, eles focam nos principais apps do mercado devido a maior demanda de pedidos.

Gráfico 6: Vantagens em trabalhar como entregador parceiro



Fonte: autor

Nessa opção perguntou-se sobre as vantagens em trabalhar como entregador, 50% respondeu fazer meus horários, 27,9% mais trabalho mais ganho, 13,6% sem vínculo trabalhista, 3,8% forma de trabalho simples, 1,9% cadastro rápido. O resultado mostra que a maioria dos participantes tem como vantagem a facilidade em fazer seus próprios horários de trabalho, sem ter uma necessidade de cumprir carga horária fixa. Através de estudos e das informações percebidas em campo, elegemos os principais pontos de vantagens para a categoria.

Gráfico 7: Desvantagens em trabalhar como entregador parceiro



Fonte: autor

Quando questionado sobre as desvantagens do ofício, 35% pontuaram riscos de acidentes, 32% bloqueios ou cancelamento nas plataformas, 15,5% responderam que os baixos valores pagos por corrida, 10,7% muitas horas de trabalho para receber pouco e 6,8% descobertura de direitos trabalhistas. Em relação as desvantagens, buscamos identificar os principais pontos que evidenciavam os gargalos da profissão.

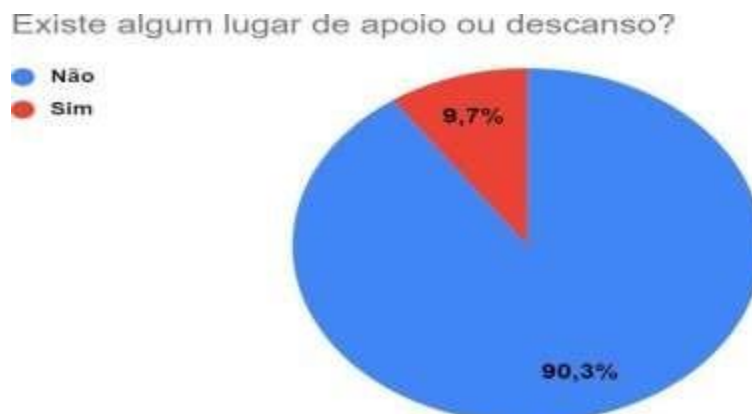
Gráfico 8: Carga horária de trabalho diariamente



Fonte: autor

Dos participantes entrevistados 57,7% trabalha acima de 8 horas diárias, 25% trabalha de 6 a 8 horas, 13,5% de 4 a 6 horas e até 4 horas por dia 3,8%. Podemos identificar através das análises e informações coletadas em campo que a maior parte dos trabalhadores fazem acima de 8 horas por dia, o intuito de uma carga horária maior é chegar ao final do dia com um bom valor de ganho.

Gráfico 09: Existe algum lugar de apoio ou descanso



Fonte: autor

A grande maioria dos participantes, referindo-se a 90,3%, disseram que não tem ponto de apoio para descanso e 9,7% responderam sim.

Gráfico 10: Onde costuma descansar

Onde costuma descansar?

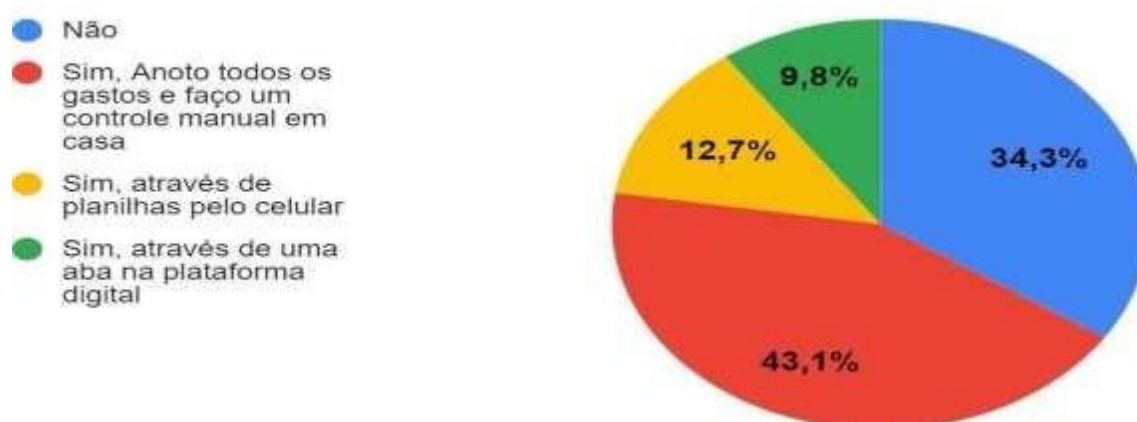


Fonte: autor

A maior parte dos participantes da entrevista costuma descansar na rua, calçada ou na frente de lugares com áreas cobertas, equivalente a 76,7%, já 12,6% desses participantes responderam que descansam em área reservada de restaurantes ou postos de combustíveis e somente 10,7% descansam na própria residência ou casa de conhecidos. Evidenciamos que as condições para descanso são precárias, os trabalhadores ficam sentados e até mesmo deitados em calçadas e áreas cobertas.

Gráfico 11: Você realiza o controle de ganhos e gastos

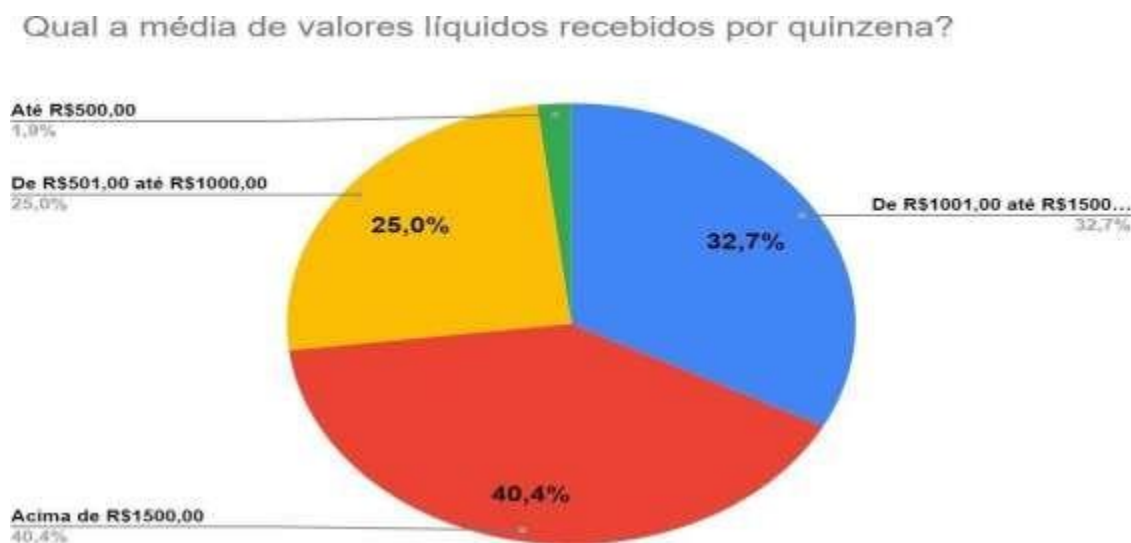
Você realiza o controle de ganhos e gastos?



Fonte: autor

Foi questionado se os entregadores fazem o controle de ganhos e gastos, 43,1% dos interrogados disseram sim para questão abordada, tendo com resposta da pergunta anoto todos os gastos e faço um controle manual em casa; 34,3% não, 12,7% fazem o controle de gastos através de planilhas pelo celular, 9,8% através de uma aba na plataforma digital. A pesquisa mostra que a grande parte dos participantes realiza o controle de custos e ganhos manuais em casa, sem necessidade de utilizar outro meio para controle.

Gráfico 12: Valores líquidos recebidos por quinzena



Fonte: autor

A última pergunta da pesquisa, qual a médias de valores líquidos recebido por quinzena, 40,4% acima de R\$ 1500,00, 32,7% de R\$ 1001,00 até R\$ 1500,00, 25,0% de R\$ 501,00 até R\$ 1000,00, e 1,9% até R\$ 500,00. Foi possível identificar que 40,4% recebem por quinzena acima de R\$ 1500,00, onde mostra que os entregadores se arriscam para ganhar cada vez mais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta problema foi respondida, com o cenário crescente de entregas identificou-se quais os desafios da profissão de logística que os entregadores tem, dessa forma pode-se observar que são muitos os desafios, como a falta de vínculo empregatício, o que deixa os mesmos sem proteção, mesmo seu trabalho sendo de risco, principalmente devido à carga horária de trabalho extensiva, e que durante esse período eles não têm um lugar fixo para descanso ou até mesmo um ambiente que proporcione conforto durante o intervalo de uma

entrega e outra.

O presente trabalho, através do referencial teórico e pesquisa de campo, teve como objetivo mostrar a estruturação da logística, os riscos e a precarização em decorrência do ofício. Com o avanço da tecnologia se tornou cada vez mais fácil realizar pedidos de refeições via aplicativo, o que proporcionou o aumento no ramo de entregadores, sendo possível identificar como é a logística desses trabalhadores através da cadeia logística. Diante da pandemia, em 2020, onde os comércios fecharam, muitos empresários procuraram a melhor forma de trabalho para que pudessem suprir a necessidade dos seus clientes, dessa forma, ocorreu um aumento dessa classe, sendo possível identificar como é realizada a remuneração e a carga horária desses trabalhadores.

Para realização do estudo foi criado um formulário de 12 perguntas, para uma pesquisa de campo com entregadores por aplicativos na cidade de Goiânia, para iniciar a pesquisa, foi-se em busca desses entregadores em alguns setores na região, onde pôde-se ter o contato direto com essa classe, foi escolhido essa pesquisa através de formulário pensando em como seria realizado a pesquisa de uma forma rápida e de fácil resposta, para que pudessemos realizar essa pesquisa durante a jornada de trabalho desses entregadores.

A logística se designa em qualquer ambiente que produza bens e/ou serviços, onde seja realizada a movimentação desses recursos, pois ele é responsável por traçar a rota mais fácil a ser utilizada, no transporte por entregas, o aplicativo é o responsável por mapear o lugar, para que o entregador possa realizar a entrega ao cliente final. Dessa forma, é possível observar através do estudo, que a logística enquanto sistema, é bem estruturada, os processos são rápidos e eficientes e funcionam de ponta a ponta, mas em relação à estrutura física e trabalhista dos entregadores de aplicativos, ainda há o que ser estudado para melhorar o suporte e amparo aos profissionais. Recomendamos que novos estudos busquem alternativas de como oferecer um melhor suporte aos profissionais, tanto na parte estrutural quanto na parte social.

6. REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? 1. **Estudos**

avançados, v. 34, p. 111-126, 2020.

APOLINÁRIO, L. A. de A. **Vínculo empregatício dos entregadores de aplicativo**. JUS.com.br, 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/89891/vinculo-empregaticio-dos-entregadores-de-aplicativo>. Acesso em: 28 out. 2021.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/ logística empresarial**. São Paulo: Bookman, 2010.

BEZERRA, Maria Clara Serafim. O vínculo empregatício dos entregadores de aplicativos e as plataformas digitais: um estudo acerca da precarização do trabalho em meio à pandemia covid- 19 no Brasil. 2021.

BLASKIEVICZ, D. **Agilidade e baixo custo popularizam a moto como meio de transporte para o dia a dia**. Estadão, 2019. Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/agilidade-e-baixo-custo-popularizam-a-moto-como-meio-de-transporte-para-o-dia-a-dia/>. Acesso em: 30 out. 2021.

BOWERSOX, Donald J. et al. **Gestão logística da cadeia de suprimentos**. AMGH Editora, 2013.

BOWERSOX, Donald J. et al. **Gestão logística da cadeia de suprimentos**. 1 ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

BRAGA, Lucas Montesso. **Naturalização da precarização do trabalho**: um estudo sobre os entregadores inseridos no contexto da uberização. 2020. 44 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

BRANDÃO, Lima. **Veja como calcular custo de entrega express de forma simples**. Maplink, 2019. Disponível em: <https://maplink.global/blog/como-calcular-custo-entrega-express/>. Acesso em: 31 out. 2021.

BRASIL. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico**. Conselho Nacional de Saúde Ministério da saúde. 27 de fev. 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1042-brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico>. Acesso em: 30 out. 2021.

C. João. **Vale a pena trabalhar como entregador de aplicativo?**. GoCarreira, 2020. Disponível em: <https://gocarreira.com/vale-a-pena-trabalhar-como-entregador-de-aplicativo-2/>. Acesso em: 30 out. 2021.

CADETTE, Bárbara Brunetti; ROCHA, Adilson. A EFICIÊNCIA NOS PROCESSOS DA CADEIA LOGÍSTICA NO SEGMENTO E-COMMERCE. In: FATEC LOG. **Anais...** 2020.

CARVALHO, Patrícia. **Como Organizar a Logística de Entregas do seu Delivery?**. Consumer, 2021. Disponível em: <https://blog.consumer.com.br/logistica-de-entregas/>. Acesso em: 31 out. 2021.

CELESTE, Camila. **Entregadores de Delivery sua importância e sua realidade quando o**

assunto **são** **seus** **direitos.** Segs. 2021. Disponível em:https://

COSTA, J.P.; DIAS, J.M.; GODINHO Pedro. **Logística**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

DE CASTRO, Matheus Fernandes. A pandemia e os entregadores por aplicativo. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 70-80, 2021.

ENSP. **Situação de entregadores de aplicativos expõe precariedade das relações de trabalho**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca INFORME ENSP, 2020. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/49814>. Acesso em: 28 out. 2021.

G1. **14 horas na moto e medo de contágio:** como é a rotina de entregadores na pandemia. Auto esporte, 2020. Disponível em: <https://autoesporte.globo.com/motos/noticia/2020/08/14-horas-na-moto-e-medo-de-contagio-como-e-a-rotina-de-entregadores-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

GOMES, Carlos Francisco Simões. RIBEIRO, Priscilla Cristina Cabral. **Gestão da Cadeia de Suprimentos Integrada à Tecnologia da Informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Geórgia Fernandes. A precarização do Direito do Trabalho a partir de influências da Revolução Industrial sobre os entregadores por aplicativos no Brasil. **Laborare**, v. 4, n. 7, p. 6-29, 2021.

MARTINS, Geisse. VANTAGEM COMPETITIVA NO GERENCIAMENTO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 5, n. 5, 2021.

MERG, Cristine Rosane. **A elaboração do trabalho de conclusão de curso no curso de Administração da Unijuí:** significados, facilidades e dificuldades. 2012.

MOREIRA, Elisa Midori et al. **Inovação e logística:** um modelo de negócio que promova a geração de valor para clientes de serviços de frete de pequenos e médios volumes nos centros urbanos. 2021.

MOTORISTAELITE. **iFood Nuvem ou OL – Qual a diferença e vantagens?**. Motorista ELITE. Disponível em: <https://motoristaelite.com/ifood-nuvem-e-ol-qual-a-diferenca-e-vantagens/>. Acesso em: 31 out. 2021.

MOURA, Benjamim. **Logística:** conceitos e tendências. Centro Atlantico, 2006.

PALACIOS, Rosiane Alves et al. Economia compartilhada e modo de produção capitalista no contexto dos aplicativos de entrega. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 18, n. 1, p. 03-26, 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] :

métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Marinalva da Silva Souza; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; DA SILVA, Lisandra Renata. 2. Logística e seus benefícios para empresas. **AGRO EM QUESTÃO: Revista AGRO EM QUESTÃO** ISSN: 2594-5866, Ano I, número 2, Faculdade CNA, p. 29, 2017.

SILVA, Monica Ribeiro da. Tecnologia, trabalho e formação na reforma curricular do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 441-460, 2009.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Transporte e logística: as ferrovias no Brasil**. Geosul, v. 17, n. 34, p. 63-86, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. **Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev.e atual, São Paulo: Corra, 2007.

SIGNIFICADOS.COM. **Significado de Logística**. Significados, 2014. Disponível em: <https://www.significados.com.br/logistica/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

TRUCAO. **Quais são as normas para transporte de cargas em moto?**. 2020. Disponível em: <https://trucao.com.br/quais-sao-as-normas-para-transporte-de-cargas-em-moto/>. Acesso em: 30 out. 2021.

VIANA, Fernando Luiz E. Entendendo a Logística e seu estágio atual. **Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-9, 2002.

APÊNDICE A – Questionário da pesquisa

Prezado entrevistado,

Somos acadêmicos do Curso de Administração da FacUnicamps e estamos elaborando o nosso TCC, cujo objetivo é analisar a estrutura da logística dos entregadores, os riscos e a precarização em decorrência do ofício. Os dados coletados serão tratados apenas para fins do trabalho científico e as informações serão mantidas em sigilo.

Sua participação será efetuada por meio de um formulário com 12 questões que serão disponibilizadas conforme o link enviado.

Questões:

1. Idade?
2. Sexo?
3. Tem o trabalho de entregador como principal fonte de renda ou somente para complemento?
4. Trabalha com plataformas digitais a quanto tempo?
5. Trabalha com quantos aplicativos?
6. Quais as vantagens em trabalhar como entregador parceiro?
7. Quais as desvantagens em trabalhar como entregador parceiro?
8. Qual a carga horária de trabalho diariamente?
9. Existe algum lugar de apoio ou descanso?
10. Onde costuma descansar?
11. Você realiza o controle de ganhos e gastos?
12. Qual a média de valores líquidos recebidos por quinzena?

Fonte: autor

APÊNDICE B – Foto de realização da pesquisa

Questionário realizado no período de 05/11/2021 a 11/11/2021 na cidade de Goiânia. Foto com a imagem do entrevistador Guilherme e um entregador parceiro no setor Jardim Goiás às 19:39 horas.



Fonte:

autor

ANEXO A – Termos e Regulamentos

Regulamentações do setor

A subordinação em relação à plataforma pode ser configurada pelo controle através de sanções e premiações, onde o trabalhador é premiado por seguir as recomendações do algoritmo, ao passo que a inobservância das recomendações pode ocasionar em penalidades e mesmo exclusão da plataforma SALOMÃO (2020 Apud LIMA, 2021).

Conforme Lima (2021) Para os entregadores por aplicativos ainda não existe uma lei aprovada, mas existe um projeto de lei criado no ano de 2020 que protege essa classe e evita a super exploração desses trabalhadores, esse projeto foi apresentado pelo deputado federal Henrique Fontana (PT-RS) com o objetivo de formar um contrato onde garante alguns benefícios como, seguro desemprego, 13º salário, vale alimentação, férias remuneradas e regras que impeçam as organizações de desligar os entregadores sem justificativa.

Termos e condições dos aplicativos

Os termos e condições das plataformas digitais permitem que os usuários se cadastrem na condição de autônomo na modalidade contratual de MEI, se eximindo assim de qualquer obrigação ou vínculo empregatício com os prestadores. O contrato de prestação de serviço é feito de forma unilateral, onde as empresas contratantes são favorecidas e não oferecem a possibilidade de negociação com os prestadores.

Segundo Lima (2021) “Para se tornar um entregador por aplicativo, de um modo geral, basta que seja maior de idade, possua um celular com conexão à internet, um documento pessoal com foto, além de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o caso dos motociclistas e dos motoristas. Também é recorrente entregas por meio de bicicletas. Destaca-se que todo custo fica à mercê do entregador, como dos smartphones e com a internet móvel, além da mochila de fazer entregas, cuja aquisição pode variar conforme a empresa, tendo em vista que, em algumas delas o indivíduo as compra e em outras o entregador ganha com um número determinado de entregas”.

“Assim, os trabalhadores acabam arcando também com as demais despesas que são geradas pela realização das entregas, tais como as despesas de combustível, impostos sobre o veículo, o seguro por acidente, tornando-se responsáveis por todos os riscos e custos econômicos. Este último impactante, pois se remunera apenas o trabalho realizado e não o tempo de estar à disposição.” OLIVEIRA (2019 Apud LIMA, 2021).

ANEXO B – Entregadores de app se manifestam por melhores taxas em Goiânia/Go

Trabalhadores paralisaram as atividades entre 8h e 10h e manifestaram em ruas e avenidas da cidade, com concentração de estabelecimentos



Fonte: Vinícius Schmidt/Metrópoles

Goiânia – Os entregadores que fazem serviço de entrega para aplicativos em Goiânia paralisaram as atividades por duas horas na manhã desta sexta-feira (30/4). Eles expressaram o descontentamento com as condições de trabalho e se manifestaram contra as taxas pagas atualmente pelas plataformas.

Os trabalhadores alegam que tudo aumenta no Brasil, inclusive o preço dos combustíveis que impacta diretamente no rendimento deles, visto que a maioria trabalha em motocicletas próprias. A única coisa que não aumenta, segundo eles, são as taxas que as plataformas pagam por cada entrega realizada.

Eles pedem, ainda, pela construção de pontos de apoio em locais estratégicos da cidade, o fim dos cancelamentos indevidos e a oferta de itens de combate à pandemia, como máscaras e álcool em gel.

Fonte: RODRIGUES, Galtiry. Vídeo: entregadores de app se manifestam por melhores taxas em Goiânia. Metrópoles, 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/video-entregadores-de-app-se-manifestam-por-melhores-taxas-em-goiania>>. Acesso em: 16 de nov. de 2021

SUCESSÃO FAMILIAR NO AGRONEGÓCIO NA FAZENDA NOVA ERA EM GAMELEIRA DE GOIÁS

FAMILY SUCCESSION IN AGRIBUSINESS AT FAZENDA NOVA ERA IN GAMELEIRA DE GOIÁS

VALERIANO, Adryele Krauss¹; OLIVEIRA, Amélia Felipe de²; SILVA, Daiane Cristina Cardoso da³;
LOIOLA, Rachel Rufina da Silva⁴; XAVIER, Wesley Jorge⁵; COSTA, Rhynaldo Ribeiro da⁶; SOUZA, Rejane
Michele Silva; ARAUJO, Rodrigo Mendes de; SANTOS, Sara Cristina Rocha dos; JÚNIOR, Byl Farney
Rodrigues da Cunha; FONSECA, Lucas Silva; KRATZ, Ricardo de Andrade.

RESUMO

A falta de sucessores na agricultura familiar tende a criar incertezas não só sobre a continuidade das famílias e atividades produtivas, mas também das comunidades rurais, que estão perdendo sua população e sentem as consequências de mudança em sua dinâmica social. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar o que influencia a decisão dos filhos de agricultores familiares em seguir ou não com a atividade familiar na região Centro – oeste do Brasil, de acordo com estudos realizados nas últimas duas décadas. Os principais fatores identificados são a dificuldade é a comparação entre o urbano e o rural, as atividades agrícolas difíceis, as desigualdades na procura de educação e as expectativas profissionais. Ao remover seus filhos das atividades - uma consequência direta da falta de participação na tomada de decisões e na gestão do negócio -, os produtores não permitem que gerenciem propriedades e os desencoraja a viabilidade em vida rural.

Palavras-chave: Agricultura. Agricultura familiar. Sucessão.

ABSTRACT

The lack of successors in family farming tends to create uncertainties not only about the continuity of families and productive activities, but also about rural communities, which are losing their population and feel the consequences of changes in their social dynamics. Therefore, the objective of this article is to analyze what influences the decision of the children of family farmers to continue or not with the family activity in the Center - West region of Brazil, according to studies carried out in the last two decades. The main factors identified are the difficulty and the comparison between urban and rural, difficult agricultural activities, inequalities in the demand for education and professional expectations. By removing their children from activities - a direct consequence of the lack of participation in decision-making and in the management of the business - producers do not allow them to manage properties and discourages them from viability in rural life

Keywords: Agriculture. Family farming. Succession.

¹ Acadêmica do curso de graduação em Administração da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. e-mail: adrykrauss@gmail.com

² Acadêmica do curso de graduação em Administração da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. e-mail: amelia.felipe@hotmail.com

³ Acadêmica do curso de graduação em Administração da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. e-mail: daianegyn20@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso de graduação em Administração da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. e-mail: rachelloiola@hotmail.com

⁵ Acadêmico do curso de graduação em Administração da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. e-mail: wesleyjorgex@gmail.com

⁶ Especialista em Metodologia do Ensino Superior Pela Universidade Estadual de Goiás. Professor da Facunicamps. e-mail: profrhynaldo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discutiu a sucessão familiar no agronegócio, teve como perspectiva analisar o processo de transferência da propriedade rural e a consequência dessa ação para atividade produtiva do familiar que a sucedeu. Nesse sentido, estudou os fundamentos teóricos de Agronegócio (Crestana 2007, Lucena, Leite 2014, Luiz 2013, Wilkison 2010). Agricultura familiar (Rocha, 2017, Matte; Spanevello; Lago; Andreatta, 2019, Porto; Bezerra; Porto; Caldas, 2010, Schneider; Cassol, 2013, Ribeiro; Marques; Torres; Andrade, 2003). Fazenda Familiares (Oliveira; Filho, 2019, Gonçalves, 2018, Balcão, 2011, Lodi, 1998, Leone 2005, Oliveira, 1999, apud Lima, 2009) e Sucessão na agricultura familiar (Lobley et al., 2010; Costa, 2012, Almeida 1986, Matte; Machado 2016, Brumer, Spanevello 2008, Brizzolla et al. 2020, Paula, Moreira e Mota 2017, Ahlert, 2009). Para a realização da pesquisa, os fundamentos metodológicos foram construídos a partir de Gil (2011) e Marconi E Lakatos (2011). A pesquisa foi realizada em unidades produtivas da agricultura familiar, o processo de desenvolvimento e resultados alcançados serão apresentados a partir do parágrafo a seguir.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2021), agricultura familiar é um tipo de atividade produtiva desenvolvida no meio rural, com gerenciamento, mão-de-obra familiar e renda familiar vinculada a um estabelecimento com uma área de até quatro módulos fiscais mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Tal modalidade produtiva, foi considerada atividade econômica no contexto do agronegócio o que é tornou a principal responsável pela produção dos alimentos consumidos pela população brasileira, tendo com destaque a diversidade produtiva no contexto agropecuário.

Nesse contexto, o agronegócio pode ser definido como uma atividade produtiva que integra o setor primário de determinada economia, ou, de forma simples, caracteriza-se por todas as atividades relacionadas com a produção de alimentos e matérias-primas decorrentes do cultivo de plantas e, também da criação de animais (ROCHA, 2018). Nesse sentido, a agricultura familiar, em função de sua diversidade produtiva agropecuária, responde por 33,2% do valor da produção agrícola do agronegócio brasileiro.

Entende-se que, a ausência de sucessores na agricultura familiar tende a gerar incertezas quanto à continuidade das famílias e atividades produtivas, mas também das comunidades

rurais, que estão perdendo sua população e começando a sentir consequências da mudança na sua dinâmica social (MATTE; MACHADO; 2016).

Por outro lado, o ambiente urbano tem sido o principal destino do não sucessor e, praticamente o “responsável” por este grupo social. Examinando mais em detalhes dessa dinâmica no meio, é possível observar que, além do esgotamento da população, a saída seletiva desta população gerou um contexto de incerteza, principalmente devido a no início da juventude rural. Como resultado, certas consequências eram recorrentes, como o envelhecimento do restante da população, na formação de novas famílias e pais garantidos ao cuidado na velhice (MATTE, 2016).

De 1970 a 2010, de acordo com dados do censo populacional, o número de jovens menores de idade residentes em áreas rurais do Brasil, foi de 43,3% entre mulheres jovens e 46,3% homens jovens. Como resultado, houve um aumento no número de pessoas idosas em áreas rurais do Brasil, um aumento de pessoas com mais de com 60 anos para mais de 51,9% (MATTE, MACHADO, 2016).

A agricultura familiar expressa seu modo de funcionamento, sua forma e a finalidade da atividade envolvendo todo o grupo. Assim, o exercício de sua atividade envolve essencialmente o trabalho familiar. Há interação sobre a propriedade entre a não subdivisão das atividades da propriedade, nem posições hierárquicas entre os membros da família. Ainda na agricultura familiar, os membros participam formando um grupo para realizar a organização e funcionamento da propriedade, tendo assim, um papel informal na gestão das atividades. As estratégias visam garantir a segurança alimentar, a renda de toda a família, investir na expansão das condições de trabalho e produção, bem como, o emprego da força de trabalho. Trabalho familiar (ROCHA, 2017).

Este estudo de caso tem por objetivo analisar o processo de sucessão familiar da unidade produtiva “Nova Era”, que atualmente tem seu enfoque produtivo em produtos orgânicos certificados, de propriedade da família Vieira Porto, situada no município de Gameleira de Goiás – GO.

Seguindo por objetivos específicos: analisar processos de sucessão no contexto da agricultura familiar no referencial teórico disponível, levantar dados sobre o processo de sucessão na unidade produtiva natureza pura e de descrever o processo de sucessão familiar na unidade produtiva Natureza Pura do agronegócio de Gameleira de Goiás.

Quanto a justificativa o tema abordado trata da passagem de patrimônio do sucedido para o sucessor e expressa a estrutura de poder no ambiente familiar, a qual reflete em ações, sentimentos e emoções dos indivíduos. A existência de conflitos é frequente, os quais podem atrasar a definição do planejamento necessário para a realização do processo sucessório, podendo ameaçar o futuro da unidade de produção. É fato que, não há muitos estudos sobre agricultura familiar e para garantir a sobrevivência com eficiência, as empresas familiares precisam ser administradas da maneira mais profissional possível, isto inclui o processo de sucessão. A sucessão envolve, além dos aspectos administrativos, aspectos afetivos e emocionais, relacionados com a estrutura familiar, isto tende a refletir na escolha. Um estudo de caso sobre a sucessão familiar no agronegócio, explorando a teoria já existente sobre o tema, pode abrir portas para uma conscientização gradativa da importância do tema do estudo proposto. Pode também mostrar as principais dificuldades para que outros pesquisadores se interessem e da continuidade da temática.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Agronegócio

Agronegócio é a soma de todas as cadeias produtivas, desde a produção e distribuição de insumos, até a comercialização de alimentos, fibras e energia. Ou seja, é um conjunto de atividades intimamente ligadas a todos os setores da economia e da sociedade. No Brasil, é responsável por 30% do PIB, 36% da pauta de exportações e 37% dos empregos. Cadeia produtiva é aquela que começa na prancheta de um pesquisador científico e termina na gôndola do supermercado (CRESTANA, 2007).

De acordo com Lucena, Leite (2014), a definição e noção do que é agronegócio é muito mais antiga do que se imagina e incorpora qualquer tipo de negócio rural. O termo Agronegócio

– também chamado de *agribusiness* ou *agrobusiness* – foi utilizado, pela primeira vez, por John Davis e Ray Goldberg, em 1957, que utilizando fundamentos de teorias econômicas, perceberam que os setores que lidam com as atividades relacionadas à agricultura não podem ser considerados isoladamente. Seria o conjunto de negócios relacionados à agricultura, estendendo-se à pecuária, dentro do ponto de vista das relações econômicas.

O agronegócio brasileiro é considerado uma atividade muito rentável, próspera e segura. Desde o início da história econômica do país, a criação de seu próprio nome tem fortes raízes ligadas ao agronegócio. Isso graças à exploração de uma madeira chamada pau Brasil. Durante o Século XVI, houve a ocupação do território brasileiro, porém antes mesmo da monocultura da cana-de-açúcar, já existia no país uma primeira atividade econômica que foi a extração do pau-brasil. A implementação da lavoura canavieira serviu como base de sustentação da economia, pois, nesse mesmo período houve a extinção do pau-brasil. Com isso, percebe-se que toda a atividade agroindustrial está ligada ao processo de colonização (LUIZ, 2013).

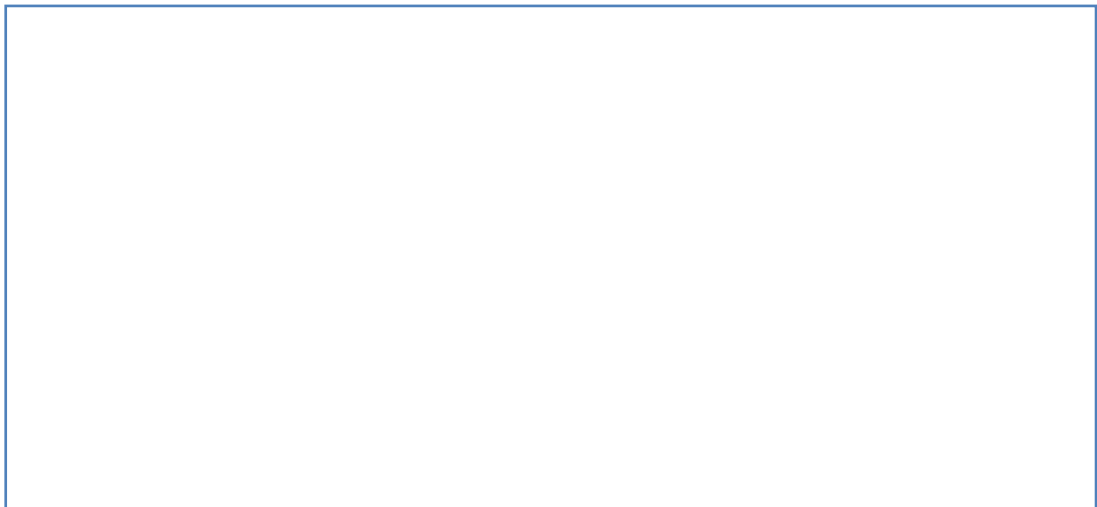
Como resultado disso, as perspectivas de investimentos de curto/médio prazo tanto no mundo, como no Brasil, dependem da evolução da crise que já assumiu as dimensões de uma recessão global. Não se trata apenas de postergar planos de governos e de atores privados, envolve também mudanças de estratégias que podem afetar o quadro de longo prazo. Aquisições e fusões começam a predominar no lugar de novos investimentos, IPOs na bolsa e fundos de investimento recuam parcialmente compensadas por uma atuação maior de órgãos públicos, empresas domésticas se tornam alvos mais fáceis das investidas de *global players*, multilateralismo e o comércio internacional, cede frente estratégias "neocoloniais" de aprovisionamento. Já existem indícios que novas pautas - orgânicos - e novos hábitos - refeições fora de casa - de consumo estão sendo freadas. Ainda é cedo para avaliar o impacto da crise sobre o ritmo de iniciativas em torno do padrão tecnológico dos agronegócios, sobretudo, aquelas relacionadas a investimentos, regulações, acordos "verdes" e agroenergia (WILKISON, 2010).

No ano de 2009, a economia brasileira sofreu com a crise financeira mundial, que ocasionou uma retração de 0,2% do PIB, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, o agronegócio se destacou como o responsável pelo bom desempenho da balança comercial, já que, houve um grande déficit gerado pelas demais áreas, o setor encerrou o ano com um superávit de US\$ 24,6 bilhões. Este desempenho deve atingir níveis mais altos, pois o Brasil tem vocação para fazer o campo gerar muito mais. O país detém características continentais, dividido em cinco grandes regiões e uma população com mais de 190 milhões de pessoas. O clima é predominante tropical, em algumas regiões subtropicais ou temperadas, isso beneficia a exploração agrícola em quase todo o território, com abundância de água e cada vez mais qualidade tecnológica (LUIZ, 2013).

Costuma-se dividir o estudo do agronegócio em três partes conforme Lourenço e Lima

(2009), a primeira, trata dos negócios agropecuários, que representam os produtores rurais, sejam eles pequeno médio ou grande porte, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros) ou de pessoas jurídicas (empresas). A segunda parte são os negócios à montante, também da agropecuária, representados pelas indústrias e comércios que fornecem insumos para a produção rural. Por exemplo: os fabricantes de fertilizantes, máquinas, defensivos agrícolas, etc. Já na terceira parte, estão os negócios agropecuários relacionados à compra, transporte e venda dos produtos, até chegar ao consumidor final. Enquadram-se nesta definição os frigoríficos, empacotadores, supermercados e distribuidores de alimentos (LUCENA; LEITE, 2014).

Figura 1- Agronegócios no Brasil



Fonte: Lucena e Leite (2014)

2.2 Agricultura Familiar

Na agricultura familiar, há uma dinâmica e características diferentes das não familiares. Nesse sentido, a gestão do patrimônio é responsabilidade de toda a família, também dividida em tarefas, sendo as atividades de desempenho sua principal fonte de renda (ROCHA, 2017).

Os tipos de famílias de agricultores e pastores tornaram-se importantes nas organizações públicas de desenvolvimento rural devido à sua importância socioeconômica e cultural. Essas categorias são consideradas essenciais para a produção de alimentos, geração de empregos no meio rural e manutenção de aspectos culturais, com peculiaridades próprias atreladas à sua reprodução socioeconômica (MATTE; SPANEVELLO; LAGO; ANDREATTA, 2019).

Tendo isso em vista, a agricultura familiar, a exemplo da agricultura capitalista, responde aos estímulos provocados pela ciência e tecnologia, isto é, são receptivas e adotam práticas agrícolas inovadoras, algumas mais do que outras, dependendo do ambiente interno e externo. Entretanto, essa vontade em inovar, por parte do agricultor familiar, devido a movimentos de preservação e conscientização da sociedade em seu entorno, e, também a sua, está percebendo mais claramente de que perder o patrimônio sociocultural e permitir a degradação do ambiente natural (PORTO; BEZERRA; PORTO; CALDAS, 2010).

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, é muito recente e se deve a três fatores igualmente importantes. O primeiro diz respeito à restauração do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; a segunda, diz respeito ao papel de mediadores e intelectuais, em particular sociólogos, que debateram o assunto no início dos anos 1990; e o terceiro fator, diz respeito ao papel do Estado e das políticas públicas dando criação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Nesse sentido, os agricultores familiares caracterizam-se como uma espécie de sociedade camponesa familiar, cuja particularidade reside no fato de praticarem um amplo sistema de produção, baseado na pecuária bovina e ovina, para garantir a reprodução dos animais, e patrimônio (considerando que sua renda agrícola não é suficiente), ele busca opções para complementá-lo em sua condição versátil. Dentre essas opções, o autor destaca a venda de mão de obra, a troca de serviços com vizinhos (uma alternativa para reduzir consideravelmente os custos), a conversão manual de produtos agrícolas e até mesmo uma renda de contribuição relacionada à aposentadoria (RIBEIRO; MARQUES; TORRES; ANDRADE, 2003).

A reprodução socioeconômica dessas categorias sociais segue uma lógica vinculada à gestão das empresas e da propriedade, marcada pela organização da produção técnica e dos recursos humanos. Recursos técnicos de produção relacionados a bens, como terrenos, maquinários, insumos, investimentos financeiros, marketing, etc. Já os recursos humanos são uma força de trabalho disponível em termos de bens, capaz de transformar recursos técnicos em receitas financeiras que permitem a reprodução social da família. Outra característica dos recursos humanos, é que essa força de trabalho é a família, ou seja, pais e filhos (MATTE; SPANEVELLO; LAGO; ANDREATTA, 2018).

A agricultura familiar, como sistema diversificado, deve ser integrada e adaptada para

poder resistir às tensões que, como grupo social, causa entre o que uma pessoa pode e o que deseja ser, e o que aquela sociedade exige em seu comportamento. Portanto, integração e adaptação são necessárias para realizar a “família camponesa”. Se a estrutura produtiva da agricultura familiar é autônoma, o desenvolvimento das capacidades produtivas torna-se impossível por falta de insumos que não são capazes de produzir; por outro lado, se o desenvolvimento dessas capacidades depende inteiramente da dinâmica do mercado, elas inevitavelmente se separarão das necessidades da sociedade e perderão sua própria razão de ser, sua própria identidade. Por isso, o lucro não é a lógica da produção familiar, mas um componente dessa lógica, visto que, se torna necessário buscar a sua sustentabilidade, como a agricultura familiar, um ponto de convergência entre a satisfação das necessidades sociais, semcontudo, descurarem a rentabilidade das suas atividades produtivas (PORTO; BEZERRA; PORTO; CALDAS, 2010).

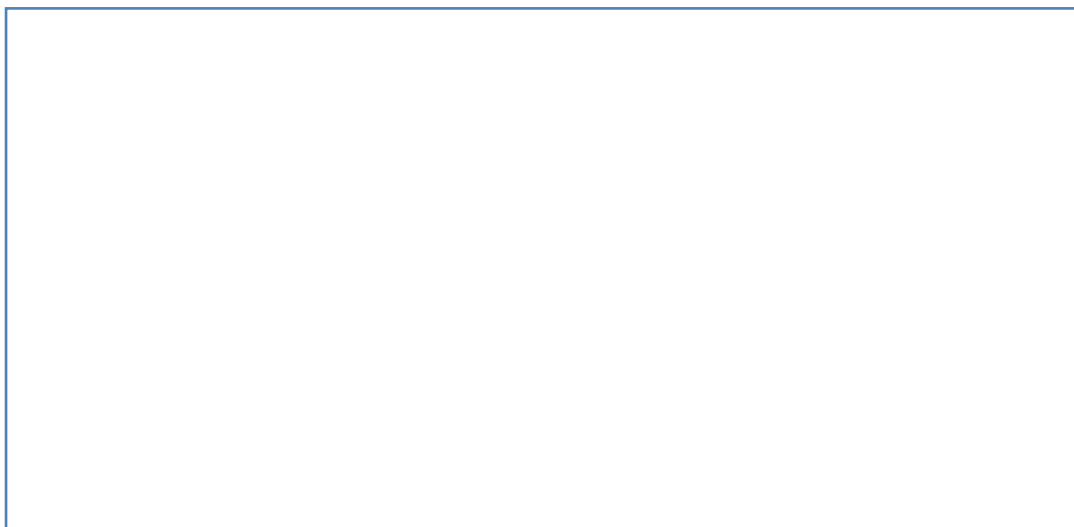
2.2.1 Fazendas Familiares

O desaparecimento das fazendas familiares foi previsto há muito tempo, fisiocratas, no século 18, para vários teóricos. Em seu lugar, surgiria o sistema capitalista de unidades de produção em larga escala, utilizando tecnologia moderna e empregando mão de obra contratada, com o desaparecimento gradual da agricultura familiar. O modelo fordista de desenvolvimento industrial também foi utilizado para prever o fim da agricultura familiar, que passaria a ser gerida da mesma forma que as empresas do setor industrial, com foco, sobretudo, nas economias de escala. (OLIVEIRA; FILHO, 2019).

Resiliência fazendas familiares obviamente que permaneceram estanques, protegidos de fenômenos econômicos. Em seu processo de adaptação, aqueles que se tornaram propriedades, conseguiram se organizar para aproveitar o presente em empresas familiares, tais como: uma tomada de decisão focada em um pequeno número de pessoas, o que em tese torna a empresa mais ágil; aproveitar o conhecimento local, ligado às especificidades e ao clima de operação; capacidade de adaptação à imprevisibilidade, característica das atividades agrícolas, particularmente ligadas a eventos climáticos e à volatilidade no que diz respeito às economias de escala, o uso da capacidade de investimento, embora a redução associada a economias de escala na agricultura seja relativa (OLIVEIRA; FILHO, 2019).

Gonçalves (2018) aponta que a maioria dos estudos sobre tem um enfoque familiar no processo de sucessão familiar, o que é um grande erro, pois lá existe não apenas uma forma de proceder à sucessão e depende de variáveis, por exemplo, quando questões culturais de sucessão de família e indivíduos estarão envolvidos no processo realizado. Especifica-se ainda que, além das empresas familiares, a agricultura familiar também está em processo de sucessão familiar, pois é comum em nosso país que famílias se reúnam para produzir áreas rurais. Afirma-se ainda que a agricultura familiar se instalou no Brasil, após a chegada dos europeus. Este meio de produção é um sistema em que os participantes e proprietários são os membros da família, o objetivo é obter resultados sem pagar salários. Assim, a gestão estratégica deste sistema de produção fica sob o controle de uma ou mais famílias. Conseqüentemente, é frequente no setor rural a família encontrar dificuldades na gestão da herança, chegando mesmo a trazer o problema ao judiciário, e, em muitos de nestes casos, a continuidade da produção na propriedade após o compartilhamento é impossível entre os herdeiros, isto quando não se transforma em conflitos não resolvidos que alienam os membros da família.

Figura 2- Organograma de uma empresa familiar



Fonte: Autor

O organograma acima é de fácil compreensão, pode-se perceber que a ilustração mostra uma divisão em três setores, o nível estratégico, o tático e o operacional. O nível hierárquico é definido pela posição dos retângulos. O retângulo que estiver no início assume o papel mais importante de uma empresa, e dessa forma segue até os últimos retângulos. Os organogramas podem ser verticais ou horizontais, no caso do exemplo acima, se enquadra na forma vertical,

que são os mais utilizados. (BALCÃO, 2011)

A estruturação organizacional da empresa familiar representa a otimizada ordenação e alocação dos vários recursos (humanos, financeiros, materiais, equipamentos, tecnológicos), visando alcançar objetivos, desafios e metas, bem como operacionalizar as estratégias estabelecidas no processo de planejamento anteriormente elaborado e implementado (OLIVEIRA, 1999, p. 131).

Lodi (1998) considera uma organização que tem raízes e um histórico de associação com a mesma família por pelo menos duas gerações, ou com aquelas que mantêm a liderança de uma empresa como uma família. Salienta ainda que, a empresa do fundador sem herdeiros não deve ser considerada uma empresa familiar, mas apenas pessoal.

Leone (2005) explica que, o conceito de empresa familiar tem três vertentes: primeiro, ao nível da propriedade, onde os membros da família detêm o controlo da empresa; segundo, no nível de gestão, onde os membros da família deveriam assumir o comando de áreas-chave do negócio; e terceiro, no nível de sucessão, onde as posições de liderança estão vinculadas a fatores hereditários. Além disso, o devem levar em consideração os conflitos de interesses que costumam surgir nas empresas familiares. Assim como nas empresas familiares, a família tem maior participação na tomada de decisões e, portanto, tem mais poder.

Oliveira (1999) afirma que o surgimento das empresas de gestão familiar no Brasil, pode ser dividido em três grandes fases:

- A primeira tem início com as capitâneas hereditárias, solução encontrada por dom João III, rei de Portugal, para promover a ocupação do território brasileiro. Segundo Werner (2004) e Leone (2005), este foi o marco inicial de um empreendimento particular no país. Como o próprio nome diz, as capitâneas podiam ser transmitidas por herança. O sistema é, portanto, a primeira iniciativa de uma economia familiar mineira (OLIVEIRA, 1999).
- A segunda fase se dá com o desenvolvimento da indústria cafeeira, em que a empresa familiar passou a ser a dos antigos senhores de engenho, que privilegiavam o sistema patriarcal. Ao senhor do engenho cabia o controle absoluto em seus domínios: terras, família e escravos.
- A terceira fase, desencadeada pela onda de imigração europeia que culminou na industrialização do país, no século XIX, deu início à modernização da empresa familiar (OLIVEIRA, 1999).

Na maioria das vezes quando se fala em empresa familiar, logo se imagina uma empresa sem planejamento e principalmente sem estrutura, pois, por se tratar de uma empresa onde a diretoria é composta em sua grande maioria por pessoas da mesma família, ali quase nunca teria uma hierarquia. Esse seria um dos principais problemas, afinal de contas, a pessoa já começaria na empresa ocupando um cargo de alta patente sem precisar passar por todo o processo de conhecer como funciona e trabalha cada departamento, mas conhecer na prática mesmo, vivenciar o ato em si.

A estruturação organizacional da empresa familiar representa a otimizada ordenação e alocação dos vários recursos (humanos, financeiros, materiais, equipamentos, tecnológicos), visando alcançar objetivos, desafios e metas, bem como operacionalizar as estratégias estabelecidas no processo de planejamento anteriormente elaborado e implementado. (OLIVEIRA, 1999, apud LIMA, 2009).

2.3 Sucessão na Agricultura Familiar

O processo sucessão na propriedade familiar é um aspecto fundamental para a continuidade das atividades agrícolas e de desenvolvimento rural. No entanto, esse processo é extremamente sensível aos problemas gerais que vêm sendo observados na realidade brasileira, como a onda de migração rural de jovens, a diminuição da natalidade e o envelhecimento da população. (Lobley et al., 2010; Costa, 2012).

A reprodução social da família segue dois movimentos: a reprodução anual, ou ciclo curto, e o ciclo longo, reprodução. A reprodução de ciclo curto, inclui a combinação de conhecimento tradicional relacionado ao trabalho, recursos para atender o consumo da família e substituir o que é necessário para reiniciar o processo de produção. Em geral, o autor associa a reprodução de ciclo curto à lógica econômica da família, que integra fatores como trabalho e consumo. O segundo diz respeito aos aspectos do ciclo geracional e como as famílias são perpetuadas. A perspectiva de perpetuar a família é baseada em questões ligadas ao nascimento, casamento, morte e herança. (ALMEIDA, 1986)

Na reprodução de ciclo longo, também existem ligados à formação de novas gerações de agricultores, como a sucessão e a retirada dos pais do controle do estabelecimento. Embora essa terminologia tenha alguma recorrência em estudos de sucessão rural, ela merece ser questionada no contexto atual (MATTE; MACHADO, 2016).

A sucessão representa a renovação da propriedade e pode funcionar como um corretivo

útil para lidar com o envelhecimento crescente de agricultores e rurais. Nesse sentido, a herança representa a continuidade do processo produtivo: garante a transferência de bens para a próxima geração, garante a tomada a cargo dos pais evita o esvaziamento das comunidades rurais e o isolamento de quem ali permanece, e pode contribuir para a produção de consumo local. Também neste sentido, Lobley (2015) aponta que a sucessão representa um elemento de importância significativa para os tomadores de decisão, dada a evidência deste processo para influenciar na tomada de decisão dos agricultores e responder a certas medidas políticas. (MATTE; MACHADO, 2016).

É, portanto, por meio da característica referente à transferência e gestão do estabelecimento familiar ao longo das gerações, que a agricultura familiar garante sua reprodução social ou sustentabilidade. Nesse sentido, assegurar a transmissão de patrimônio entre descendentes é uma forma de garantir a sucessão. O processo de sucessão e a formação da nova geração de agricultores obedecem a uma espécie de “automatismo”, pois a agricultura familiar produz propriedades rurais e influencia as crianças para serem futuros agricultores. Assim, a sucessão rural continua sendo a principal porta de entrada da agricultura familiar. (MATTE; MACHADO, 2016).

Atualmente, os padrões de referência em torno da sucessão estão evoluindo, como mostrado Carneiro (1999), Silvestro *et al.* (2001), Mello *et al.* (2003) e Spanevello (2008). Segundo esses autores, as mudanças estruturais na sociedade em geral, desde a questão da renda, da penosidade do trabalho agrícola, da desvalorização da ocupação, da falta de lazer no meio rural e da autonomia na gestão da propriedade, entre outros, geram implicações na sucessão das propriedades rurais. Dentre todos os fatores, o estudo (educação) é apontado, de forma mais relevante, como um fator externo que não apenas oferece informações e conhecimento, mas aciona o comparativo entre os modos de vida oferecidos pelo meio rural em contraponto ao meio urbano (BRUMER, SPANEVELLO, 2008). Ainda nas palavras das autoras, o estudo representa para os filhos o acesso aos empregos urbanos ou a alternativa de vida que não faz parte da realidade do meio rural, por isso, parte significativa dos jovens sai para estudar, buscando o ensino superior.

O processo sucessório no meio rural familiar ocorre pela continuidade, por parte do sucessor, do trabalho dos familiares na propriedade. Segundo BRIZZOLLA *et al.* (2020), o processo sucessório consiste na transferência da gestão da propriedade a um sucessor, que assumirá para dar seguimento às atividades que outrora eram realizadas pelos pais. Para

PAULA, MOREIRA e MOTA (2017), a sucessão é diferente da herança, sendo que a sucessão é caracterizada pela continuidade da produção rural, enquanto a herança tem finalidade somente na transferência legal do patrimônio familiar rural. Assim no caso da sucessão rural, “a lei não se ocupa com a continuidade da atividade e sim com a sucessão patrimonial”, definido aquilo que cada ente da família herdou, decorrendo após a morte proprietário (AHLERT, 2009, p. 3)

3 METODOLOGIA

Para fundamentar o estudo, foi adotado o método exploratório e estudo de caso, que segundo Gil (2011), se baseia em um estudo profundo e exaustivo de um ou pouco objetos, para melhorar as possibilidades de conhecimento e apresentar resultados hipotéticos. Foi também utilizado a pesquisa exploratória, pois realiza descrições precisas da situação, para que assim, seja possível descobrir reações entre seus componentes “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Este trabalho tem como foco uma propriedade rural familiar localizada na região de Gameleira-GO, neste trabalho denominada “Fazenda Natureza Pura”, que atua no mercado de laticínios e derivados, e hortaliças. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas com roteiro padronizado, que segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 82), as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal.

A entrevista foi realizada no dia 03 de novembro de 2021 e a análise dos dados foi realizada por meio da interpretação das informações obtidas na entrevista, com base nos conceitos abordados nas referências estudadas, para se obter uma resposta objetiva e contundente da questão do estudo. A pesquisa a ser utilizada teve cunho exploratório, que na maioria das vezes são usadas em estudos de caso ou bibliográfico. Estas pesquisas, segundo Gil (1999, p. 23),

proporcionam maior familiaridade com o problema, objetivando possibilitar o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Apresentam planejamento flexível, o qual permite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Envolvem levantamento e análise bibliográfica extensos e normalmente são aplicados em fatos novos ou com pouca pesquisa realizada sobre eles.

4 SUCESSÃO FAMILIAR NA FAZENDA NOVA ERA

O caso estudado é a Fazenda Nova Era, unidade produtiva rural enquadrada como pertencente a agricultura familiar. Para o levantamento de dados foi aplicada entrevista presencial na perspectiva da obtenção de maiores informações sobre o processo de sucessão da propriedade rural e gestão das atividades produtivas, tal processo compreendeu contatos anteriores a realização de entrevistas, os resultados serão apresentados a seguir.

4.1 Fazenda Nova Era

A Fazenda Nova Era, assim denominada, com o nome fantasia de Natureza Pura após sua aquisição no ano de 1999, pela família Vieira Porto, está localizada às Margens da GO-437, Km 32, com Trevo via Corumbá 4, sua atividade até o fim do ano de 2002, era de bovinocultura de leite. Após o ano de 2003, com a filiação à cooperativa Coopersil, a unidade passou a integrar o grupo de produtores de maracujá com um hectare do produto. No ano de 2004, junto a demais produtores fundam o grupo de produção no sistema orgânico, passando a produzir hortaliças e recebendo sua certificação auditada pelo Instituto Biodinâmico (IBD).

No ano de 2006, já com um mix de produtos contendo mais de 16 variedades, a unidade produtiva passou vender para as redes de supermercados Carrefour e Pão de Açúcar. No ano de 2012, filiou-se a ADAO-GO, onde passou a fazer vendas diretas ao consumidor através de feiras livres e do sistema *delivery*, somando ao seu Mix, no ano de 2016, os derivados de leite. Com a participação de demais produtores, funda-se o grupo de produtores de fruta, com orientação técnica do SEBRAE RURAL, iniciando uma pequena produção de goiaba, amora, maracujá, acerola, figo e seriguela, intensificando suas parcerias.

No ano de 2018, a Fazenda Nova Era abre as porteiras para o programa escolar AGRINHO, onde orienta as crianças sobre produção de vegetais. Assim, estende sua parceria com a EFAORI de Orizona, para receber estagiários. Já no ano de 2019, fez parceria com EMBRAPA, para pesquisa na produção de feijão na horta no sistema orgânico, também com a EMATER, para o desenvolvimento da pesquisa da variedade de abacaxi jupi no sistema orgânico, a propriedade também comercializa parte da produção nos programas da merenda escolar, PENAI, Conab, PAA.

4.2 Resultados e discussões

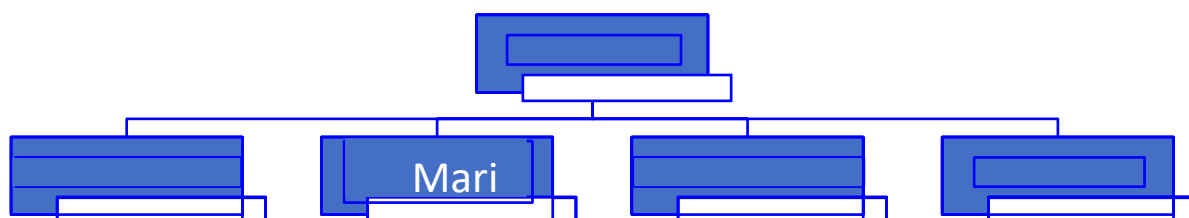
A entrevista foi realizada no dia 03 de novembro e as perguntas foram dirigidas para os proprietários, Edson e Maria e depois para Edson e Elizabete, filhos e herdeiros potenciais, conforme a seguir.

1 - A questão perguntou: Quais as pessoas que compõem a gestão da propriedade?

A gestão é composta pelas atividades de 2 gerações, das 3 atuantes na propriedade. O Senhor Edson Vieira Porto como o mais velho da família, realiza a gestão e tem a perspectiva do detentor do conhecimento, casado com a Senhora Maria Aparecida Vieira Porto que participa de forma ativa na produção de subprodutos como o queijo, requeijão e doces. A próxima geração, composta por Edson Vieira Porto e Elizabete Vieira Porto Pereira, ambos filhos. Os filhos assumem a gestão da fazenda de forma gradativa, aplicando os conhecimentos da formação acadêmica e acumulado ao longo da vida no meio rural.

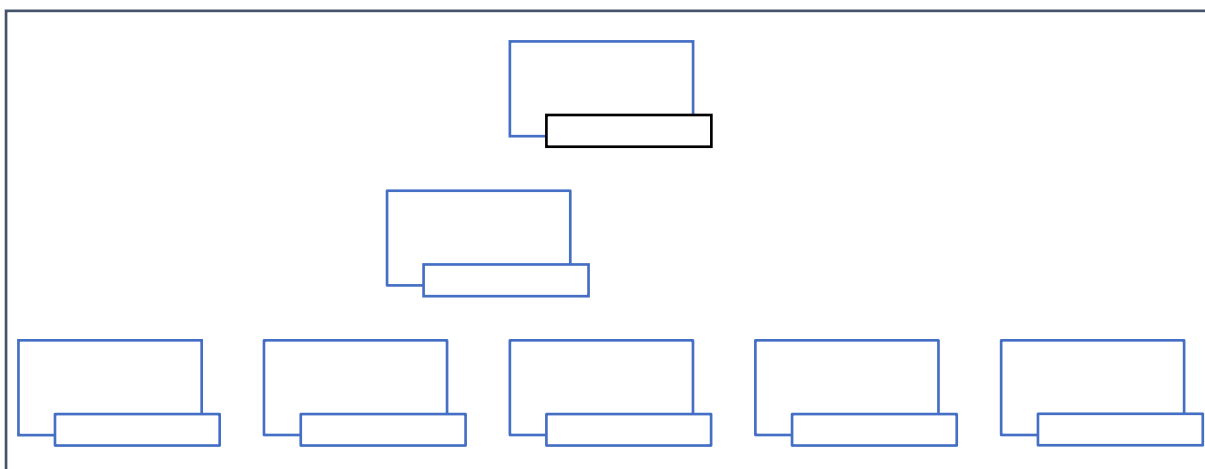
Assim como citado anteriormente, a sucessão representa a renovação da propriedade e pode funcionar como um corretivo útil para lidar com o envelhecimento crescente de agricultores e rurais. Nesse sentido, a herança representa a continuidade do processo produtivo: garante a transferência de bens para a próxima geração, garante a tomada a cargo dos pais evita o esvaziamento das comunidades rurais e o isolamento de quem ali permanece, e pode contribuir para a produção de consumo local. (MATTE; MACHADO, 2016).

Figura 3- Organograma de estrutura familiar



(Fonte: gestão da fazenda)

Figura 4- Organograma de estrutura organizacional



Fonte: pesquisadores

2 - A questão perguntou: Qual seu grau de escolaridade?

Eu (Edson - filho), na época estudei na escola técnica aqui da cidade, fiz Administração rural. E foi conversando com alguns colegas e professores, com o pessoal do curso, que começou a vir a ideia de trabalhar com orgânicos. Estávamos passando por uma crise muito grande com o leite, até mesmo vários produtores da região tiveram que parar de produzir e passaram muita dificuldade. Elizabeth: _eu estudei em outra área, dou aula e coordeno curso, mas nunca deixo de participar aqui na fazenda. A gente sempre vai fazendo aqui também.

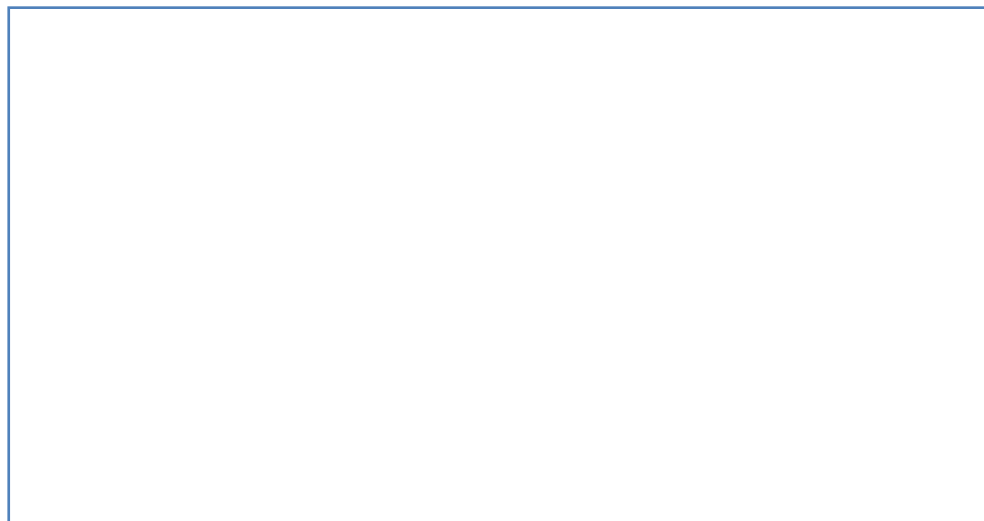
Conforme observado durante a entrevista, o grau de escolaridade varia conforme o avanço da geração no processo de sucessão familiar. Segundo relato do senhor Edson Vieira Porto. O Filho Edson Vieira é formado em Administração Rural, enquanto a filha Elizabeth Vieira é formada em Contabilidade.

Dentre todos os fatores, o estudo (educação) é apontado, de forma mais relevante, como um fator externo que não apenas oferece informações e conhecimento, mas aciona o comparativo entre os modos de vida oferecidos pelo meio rural em contraponto ao meio urbano (BRUMER, SPANEVELLO, 2008).

3- A questão perguntou: Qual o número de descendentes diretos?

Na fazenda é o pai e mãe, e de filhos tem somente eu (Edson) e a Elizabeth, nós cuidamos também da fazenda. Tem meus filhos, uma menina de 15 anos e meu menino de 7 anos.

Figura 5- Filhos e netos



Fonte: Autor

O processo sucessório no meio rural familiar ocorre pela continuidade, por parte do sucessor, do trabalho dos familiares na propriedade. Segundo BRIZZOLLA et al. (2020), o processo sucessório consiste na transferência da gestão da propriedade a um sucessor, que assumirá para dar seguimento às atividades que outrora eram realizadas pelos pais.

4- A questão perguntou: Como é caracterizado o agronegócio da família?

Aqui a gente tem uma parte de hortaliça que é orgânica, que é certificado né pelo instituto IBD. Já tem mais 10 anos de trabalho nessa área também. A parte de hortaliças veio para ajudar a diversificar a produção da propriedade. Na época quando meu pai veio para cá, ele só mexia com leite, e quando morava no Tocantins só mexia com gado de corte.

Segundo o filho Edson Vieira, a fazenda atua como produtora de produtos orgânicos e na produção de leite.

Segundo (CRESTANA, 2007), agronegócio é a soma de todas as cadeias produtivas, desde a produção e distribuição de insumos, até a comercialização de alimentos, fibras e energia. Ou seja, é um conjunto de atividades intimamente ligadas a todos os setores da economia e da sociedade.

5- A questão perguntou: Quais fatores fizeram você seguir com o agronegócio da família?

Nosso pai sempre nos deixou escolher o caminho que queria seguir, e um dos fatores que viemos para essa região foi a oportunidade de estudos. Também teve uma boa oportunidade de negócio na fazenda, mas viemos também para estudar

Segundo o filho Edson, ele sempre participou da vida na fazenda e coloca o trabalho como parte integrante desta vida no campo. Relata que seu pai sempre deu abertura para que seguissem o caminho que quisessem, porém, ele sempre buscou a formação como forma de somar na qualidade do trabalho já executado. A filha Elizabete, também apresenta argumentos semelhantes, seguindo mais para parte financeira e contábil das atividades, mas sem deixar de buscar em sua formação, meios para agregar valor aos negócios da família.

6- A questão perguntou: De que forma obteve a propriedade rural?

Meu pai veio do Tocantins, em 1999, lá a gente trabalhava com gado de corte, e aqui nós fomos mexer com gado leiteiro. Ele já trabalhava com fazenda lá né, e vendeu a de lá para comprar aqui.

O filho, Edson, complementa dizendo que a aquisição da nova terra, foi uma oportunidade de adquirir uma propriedade rural maior.

7- A questão perguntou: O que você entende por sucessão familiar?

Eu (Edson – filho) vejo que ela pode ocorrer em duas situações, o ter que assumir e o ter que assumir (risos). Tem que assumir muitas das vezes quando a pessoa que tomava conta morre, e aí você não tem muita opção, já está ali e tem que dar continuidade para não deixar acabar com o patrimônio.

E eu (Elizabete – filha) acredito que tem muitos filhos que não querem continuar e aí já fazem um inventário, já vende logo e cada um pega seu dinheiro e vai embora. Que a gente vê muito acontecer! Mas também tem casos que os filhos vão tomando conta junto com os pais conforme eles vão envelhecendo.

Há o entendimento que na propriedade Nova Era, a sucessão se dá de forma gradativa e espontânea, sem a necessidade de uma sucessão forçada, seja ela por pressão por parte da hierarquia familiar ou pela ausência do ente.

Gonçalves (2018) aponta que a maioria dos estudos sobre, tem um enfoque familiar no processo de sucessão familiar, o que é um grande erro, pois lá existe não apenas uma forma de proceder à sucessão e depende de variáveis, por exemplo, quando questões culturais de sucessão de indivíduos e famílias estarão envolvidas no processo realizado. Especifica-se ainda que, além das empresas familiares, a agricultura familiar também está em processo de sucessão familiar, pois é comum em nosso país que famílias se reúnam para produzir áreas rurais.

8- A questão perguntou: Deseja que seus filhos sigam a profissão de agricultor(a)?

Minha menina de 15 anos de idade, já ajuda na produção dos doces e do queijo, ajuda também com as vacas. Eu quero que ela escolha o que quiser para a vida dela, mas ela gosta do que faz aqui. Meu mais novo tem só 7 anos, ainda tem muita coisa para fazer.

Os pensamentos dos filhos seguem a mesma linha do pai. Edson (filho), pai de dois filhos, diz que quer dar a eles a oportunidade de escolher, assim como foi ele, os filhos também devem ajudar e participar das atividades da fazenda.

9- A questão perguntou: Existe perspectiva de um herdeiro para assumir a sucessão na propriedade futuramente?

Nós não forçamos nada, eles irão escolher o que quiser, mas eles gostam bastante daquilo que fazem aqui, e fazem questão de participar.

Com base nos comportamentos da filha mais velha do Edson (filho), há uma expectativa de que ela participe cada vez mais das atividades da propriedade, porém sempre mantendo a perspectiva de que ocorra de forma natural e por escolha dela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração da população rural, ocorreu significativamente ao longo das décadas no Brasil. Além de causar um esvaziamento do campo, esta mesma população pode enfrentar dificuldade de reprodução social no meio urbano. Isso tende a ocorrer entre os idosos, devido a dificuldade de emprego, bem como, a qualificação formal para trabalhar no setor da indústria de serviços. Em geral, este estudo de caso teve a intenção de analisar o meio onde ocorre, de forma gradativa, a sucessão rural na agricultura familiar. Teve como objetivo apresentar o contexto familiar em uma propriedade específica da região do município de Gameleira de Goiás, onde a segunda geração vem assumindo a gestão da propriedade.

O objetivo de coletar essas informações foi analisar os diferentes fatores que levam a juventude a desistirem das atividades rurais e o que pode ser usado como ferramenta para tomadores de decisão envolvidos na formulação de políticas públicas e ações voltadas para a agricultura familiar. Assim, entre os principais fatores que influenciam a decisão de não serem

sucessores, estão: dificuldade de terra, baixa renda, falta de incentivo dos pais, comparação entre ambientes urbanos e a árdua atividade produtiva, impossibilidade de formar famílias, desigualdades entre os sexos, acesso à educação e profissionalização.

O afastamento dos filhos nas tomadas de decisões das atividades da propriedade e da administração de empresas resulta na sua falta de preparação para a atividade produtiva da familiar. Conseqüentemente, esses jovens acabam sendo desencorajados a viver em áreas rurais tornando impossível a sobrevivência do grupo familiar. Além disso, é importante sublinhar que não se pensa que a filha e o filho devam permanecer na atividade rural.

A questão abordada aqui sobre quais características estão ligadas ao processo de sucessão familiar no agronegócio, referente a unidade produtiva “Nova Era”, no município de Gameleira de Goiás, teve como possível resposta os fatores de participação ativa dos sucessores nos processos produtivos, no cotidiano, na cultura, cultivo dos laços afetivos e também a perspectiva de continuidade do *business* da família.

A perspectiva de continuidade é construída a partir da liberdade de escolha em seus estudos áreas de desenvolvimento pessoal, mas sempre adotando o agronegócio como uma opção viável e com grande potencial, ao invés de ser visto como uma carga de grandes dificuldades a ser carregada. A situação encontrada na fazenda Nova Era, é a situação dos jovens que almejam permanecer no estabelecimento e suceder aos pais, e buscam melhores condições para fazer.

É preciso antes de tudo deixar ao jovem a escolha e o projeto de vida. A partir daí, é necessário verificar se ele terá os meios para executá-lo. Além disso, alguns estudos indicam que, apesar do interesse em permanecer no estabelecimento rural, alguns jovens procuram oportunidades fora do estabelecimento. Assim, a velha ordem de sucessão, segundo a qual o filho do fazendeiro continuaria naturalmente a trabalhar neste campo, ou seja, tinha uma alta probabilidade de seguir o trabalho do pai, não é mais válida.

É considerado que a propriedade rural estudada deva permanecer com sua conduta de gestão e valores, mas que as demandas dos jovens devam ser atentamente observadas, principalmente pela família. Assim, na agricultura familiar, a observação da estrutura das famílias camponesas, onde familiares preocupam-se não apenas com a reprodução da categoria social e sua sustentabilidade ao longo do tempo, mas também, com questões sociais mais contemporâneas, bem como os laços afetivos, que poderão influenciar no destino dos pais, que

tendem a ficar sozinhos na propriedade e mesmo sem apoio na velhice.

Diante do estudo aqui apresentado, infere-se que será necessário um estudo de impacto na terceira geração, netos dos fundadores, para que se possa averiguar possíveis variáveis e características que não foram de possível identificação neste estudo. Assim analisando quais características foram replicadas e se elas obtiveram o mesmo êxito já apresentado na segunda geração de sucessores.

6. REFERÊNCIAS

AHLERT, Lucildo. A Sucessão das atividades na agricultura familiar. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.

BALCÃO, Y. F. **Organograma: representação gráfica da estrutura**. Revista HSM Management. Ed. 87, 2011.

BRIZZOLLA, Maria M.B.; NETO, Alexandre C.; KRAWSZUK, Gabriela L.; BERLEZI, Maiara. **Sucessão familiar em propriedades rurais**. Research, Society and Development. v.9, n.10, 2020.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

CARNEIRO, Maria José. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F. C. T (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.

CRESTANA, Silvio. **AGROEGOCIOS: CADERNOS FGV PROJETOS**. Ano 2. N4. abril 2007. Disponível em <https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/caderno_n4.pdf> acessado em 16 nov. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

LIMA, Maria José de Oliveira. **As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do serviço social** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

LOBLEY, M., BAKER J. R., WHITEHEAD, I. Farm succession and retirement: Some international comparisons. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**. V.1, n.1, 2010.

LODI, J. B. **A Empresa Familiar**. 5. Ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

LUCENA, Adriana; LEITE, Sandra Nunes. **Comunicação Rural no Brasil: O Papel das Relações Públicas no Agronegócio**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014. Disponível em
<<https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-0076-1.pdf>> acessado em 16 nov. 2021

LUIZ, Cristiane Rodrigues. **A TECNOLOGIA NO AGRONEGÓCIO**. FEMA,2013. Disponível em:
< <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1011260661.pdf>> acessado em 16 nov. 2021

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AGRICULTURAFAMILIAR,2019**. Disponível em <
<https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/agricultura-familiar/agriculturafamiliar1#:~:text=Conforme%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%2C%20%C3%A9%20considerado,do%20estabelecimento%20ou%20empreendimento%20pela>>
Acessado em 16 nov.2021

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano; ANDREATTA, Tanice. **AGRICULTURA E PECUÁRIA FAMILIAR: (DES)CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIAL E NA GESTÃO DOS NEGÓCIOS**. G&DR • v. 15, n. 1, p. 19-33, jan-abr/2019, Taubaté, SP, Brasil. ACESSADO EM <
<https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317>> Acessado em 16 nov. 2021

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. Revista de Estudos Sociais; Vol 18, No 37, 2016. Disponível em:
<
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981> > Acessado em 16 nov. 2021

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Márcio Antonio de *et al.*, **Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar**. Agricultura, São Paulo, SP, v.50, n.2, p.11-24, 2003.

OLIVEIRA, Walber; FILHO, José. **A sucessão familiar no setor agropecuário**. SEDE EMBRAPA,2019. Disponível em:
<<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1451/pdf>> Acesso em: 16 nov. 2021.

OLIVEIRA, D. P. R. **Empresa Familiar**: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório. São Paulo: Atlas, 1999.

PAULA, Samuel; MOREIRA, A.B.; MOTA, D.A. Sucessão familiar em propriedades rurais: Um estudo da situação sucessória entre os acadêmicos do curso de Agronomia UFFS Erechim e seus pais. **Scientific Electronic Archives**. v.10, n.6, 2017.

PORTO, Victor Hugo da Fonseca; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral; PORTO, Rafael Gastal; CALDAS, Nádia Velleda. **Pecuária familiar: a emergência de uma categoria social no Sul do Brasil**. SCIELO, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/ZKpmwJG4mNJKk8Dsgn3K7Kp/?lang=pt>> Acesso em: 16nov. 2021.

RIBEIRO, Cláudio Marques; TORRES, Jorge Eduardo Hamilton; MIGUEL, Lovois de Andrade. **PECUÁRIA FAMILIAR**. EMATER,2003. Disponível em:

<http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Vol.%2034%20-%20Pecuarria%20Familiar.pdf> Acesso em: 16 nov. 2021.

ROCHA, Ana Paula. **SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA**. Disponível em:

<[https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/SUCCESS%C3%83O%20FAMILIAR%20NO%20MEIO%20RURAL%20UMA%20ABORDAGEM%20TE%C3%93RICA\(2\).pdf](https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/SUCCESS%C3%83O%20FAMILIAR%20NO%20MEIO%20RURAL%20UMA%20ABORDAGEM%20TE%C3%93RICA(2).pdf)> Acesso em: 16 nov. 2021.

SILVESTRO, M. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A Agricultura Familiar No Brasil**. RIMISP,2013. Disponível em:<

https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf> Acessado em 16 nov. 2021

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acessado em 16 nov. 2021

WILKINSON, John. **Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros**. SCIELO BRASIL,2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbz/a/fJNYpSwQ6n8xmxwDT5dzd5D/?lang=pt>> Acessado em 16 nov. 2021

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL COMO VANTAGEM COMPETITIVA PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

CORPORATE SUSTAINABILITY AS A COMPETITIVE ADVANTAGE FOR SMALL AND MEDIUM ENTERPRISES

JUNIOR, Ademir Antunes de Carvalho¹; GONÇALVES, Laura Karoline²; GUIMARÃES, Luiz Fernandes³; PEREIRA, Rodrigo Gomes⁴; MOREIRA, Vinícius dos Santos⁵; COSTA, Rhynaldo Ribeiro da⁶; SOUZA, Rejane Michele Silva; ARAUJO, Rodrigo Mendes de; SANTOS, Sara Cristina Rocha dos; CATHARIN, Caroline Winther; ZUNIGA, Lucas de Oliveira; FONSECA, Lucas Silva.

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a utilização da sustentabilidade como uma ferramenta de gestão e geração de vantagem competitiva para a organização, independentemente do seu porte. O estudo tem como finalidade, através da problematização descobrir se as pequenas e médias empresas estão utilizando métodos sustentáveis como ferramenta para gerar vantagem competitiva, e para isso, temos como objetivo geral identificar os hábitos sustentáveis em PME's na cidade de Goiânia e região metropolitana e como objetivos específicos destacar os pontos primordiais em relação à sustentabilidade nas empresas. A metodologia utilizada neste trabalho é a revisão da literatura, constituída a partir da leitura e da aplicação dos conhecimentos já constituídos sobre sustentabilidade empresarial, com o uso em pequenas e médias empresas, e também adotou-se o método quantitativo exploratório, trazendo clareza aos dados demonstrados através de pesquisas utilizando gráficos com dados importantes apurados a partir de formulário online. O resultado obtido foi satisfatório diante da perspectiva gerada para alcançar os objetivos destacados, além de permitir uma projeção futura para a propagação deste tema.

Palavras-chaves: Sustentabilidade. Vantagem competitiva. Pequenas e médias empresas.

ABSTRACT

This paper discusses the use of sustainability as a management tool and the generation of competitive advantage for the organization, regardless of its size. The study aims, through problematization, to find out if small and medium-sized companies are using sustainable methods as a tool to generate competitive advantage, and for this, we have as a general objective to identify sustainable habits in SMEs in the city of Goiânia and metropolitan region and as specific objectives to highlight the key points in relation to sustainability in companies. The methodology used in this work is the literature review, constituted from the reading and application of the knowledge already constituted about corporate sustainability, with the use in small and medium-sized companies, and also adopted the exploratory quantitative method, bringing clarity to the data demonstrated through research using graphics, with important data ascertained from an online form. The result obtained was satisfactory in view of the perspective generated to achieve the highlighted objectives, besides allowing a future projection for the propagation of this theme.

Keywords: Sustainability, Competitive advantage, Small and medium-sized enterprises.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade em sua importância está começando a difundir-se na cultura organizacional, tal fato vem tomando grande proporção e já se torna uma ferramenta indispensável para o funcionamento das empresas, o que permitirá ao longo do tempo desenvolver de maneira precisa mais recursos para obter grandes resultados, tornando-se uma vantagem competitiva e contribuindo em benefício para a sociedade.

De acordo com Luz (2018), todas as empresas, independente do seu tipo ou tamanho, devem contemplar a sustentabilidade como uma das diretrizes presentes em sua cultura organizacional, permitindo internalizar nas ações executadas. Nesta circunstância, a gestão deve desempenhar o papel de incentivar os colaboradores e fornecedores à busca pela sustentabilidade, para que as empresas produzam produtos ou serviços de qualidade.

Tendo em vista a mitigação de gastos, as companhias desenvolvem maneiras inovadoras com o intuito de otimizar suas receitas e ao mesmo tempo promover um marketing ecológico. Grandes organizações já enxergam a importância das práticas ambientais nos processos de inovações sociais, por outro lado, os proprietários das pequenas e médias empresas (PMEs) ainda não visualizam o retorno em adotar tais práticas para o progresso de suas organizações.

Para Almeida (2007) dizer que a sustentabilidade custa caro ou que é apenas para grandes empresas, está ultrapassado, visto que a aplicação desta prática é possível para todos os portes, e o cenário vem demonstrando que ser social e ambientalmente sustentável tem se tornado uma vantagem altamente competitiva.

Torna-se notório que os recursos naturais devem ser utilizados com inteligência, atendendo as necessidades das futuras gerações. Os consumidores estão cada dia mais bem informados, sua consciência reflete em suas escolhas de consumo, o que conseqüentemente, exige que as empresas em geral tenham responsabilidades para com a sociedade e o lugar onde atuam.

Diante disso, a sustentabilidade vem estabelecendo cada vez mais espaço e buscando no meio empresarial alcançar objetivos independentes do lucro, evidenciando um olhar mais social integrado à organização. Assim, fica em aberto a seguinte questão problema: As

pequenas e médias empresas estão utilizando práticas sustentáveis como ferramenta para gerar vantagem competitiva?

Este trabalho objetiva de forma geral identificar se as PMEs estão utilizando hábitos sustentáveis na cidade de Goiânia e região metropolitana, logo será demonstrado em prática por meio dos seguintes objetivos específicos: Analisar a relevância da sustentabilidade dentro das PMEs; Buscar os possíveis hábitos sustentáveis aplicados em PMEs; Averiguar o motivo das PMEs não utilizarem as práticas sustentáveis como um diferencial competitivo.

A realização deste trabalho justifica-se pelo entendimento na literatura que a sustentabilidade empresarial traz benefícios para as PMEs, baseando-se em consequências diretas e indiretas para as empresas em si, e pelo reflexo positivo ao meio ambiente, causando impactos na sociedade como um todo, tendo como principal foco entender a forma de como isso colabora para a boa colocação no mercado, podendo gerar uma vantagem competitiva.

Ultimamente, é visível o quanto as pessoas estão mais atentas sobre o papel das empresas para que tenham uma atenção maior à saúde do meio ambiente, pois, o impacto gerado pela produção de algumas organizações depende inevitavelmente de grandes prejuízos ambientais e isso é muito preocupante. Porém, é possível que tais estragos sejam reparados de alguma forma, as empresas podem encontrar formas de contribuir com a sociedade através de práticas sustentáveis, que serão estudadas ao longo deste material.

Esse trabalho vai ser embasado por meio do estudo de revisão da literatura, através da consulta a artigos bibliográficos, pesquisa em *sites* que tratam a respeito da sustentabilidade empresarial, além de abordar diante de uma pesquisa de campo, a aplicação prática nas pequenas e médias empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, é realizada a revisão teórica relacionada ao objetivo da pesquisa, apresentando as informações necessárias para o leitor compreender sobre os estudos e conceitos relacionados à gestão empresarial, sustentabilidade empresarial e vantagem competitiva.

Gestão, palavra advinda do latim *Gestione*, que tem seu significado o ato de administrar ou gerir, com o objetivo final de trazer benefícios para quem o pratica. Se tem relatos de atividades de gestão desde os primórdios da humanidade, sendo uma companheira no desenvolvimento do ser humano desde o início dos tempos, exemplos de alguns povos que faziam uso dessa ferramenta são os egípcios, chineses e romanos. De certa forma, deve-se lembrar da fala de Drucker, sobre o que realmente é a gestão em sua visão e como algumas pessoas desavisadas podem vê-la.

Vistos de fora, os negócios podem parecer um jogo de azar aparentemente ilógico no qual qualquer idiota pode vencer, desde que seja implacável. Mas é assim, naturalmente, que qualquer atividade humana se aparece para um observador externo, a menos que possa ser mostrada como tendo uma finalidade, uma ordem, uma sistemática, ou seja, a menos que possa ser apresentada como o conhecimento generalizado de uma disciplina. (DRUCKER apud MAGRETTA, 2002, p. 12).

O conceito de gestão atual, só foi realmente difundido e estudado somente após a revolução industrial, onde, por conta do grande salto de desenvolvimento das máquinas a vapor e energia elétrica era necessário algo para otimizar os processos. Anos subsequentes no século XX, após o grande desenvolvimento por conta das novas tecnologias, Frederic Winslow Taylor surge com os princípios da administração científica.

Segundo Taylor (1911), organização em um todo é uma grande máquina onde cada um tem seu papel pré definido, de forma que até mesmo sua qualificação se torne irrelevante, já que o mesmo, irá efetuar apenas um mesmo movimento de forma repetitiva, a linha de pensamento que Taylor tanto defendia se resumia há propostas básicas: Planejar, Padronizar, Controle e Remuneração.

De paralelo à administração científica surgiu um dos braços da teoria clássica da administração por Jules Henri Fayol, que por sua vez trazia 14 princípios básicos. Para Fayol (1990), existiam 5 funções da gestão que seriam ao seu ver, cruciais para o desenvolvimento de uma boa gestão: planejar, comandar, organizar, controlar e coordenar.

Taylor e Fayol tinham focos diferentes em suas teorias, Taylor era focado na padronização dos processos, diretamente no chão de fábrica, dando aos operadores tarefas fixas de modo que, os mesmos realizem com mestria por ser algo simples em uma repetição constante, enquanto Fayol, estava concentrado em estudar as tarefas da organização e suas

estruturas formais, trabalhando em uma setorização de toda a empresa a partir de suas grades hierárquicas. Ambos, com sua visão inovadora tinham razão em seus pensamentos, no entanto, a administração é um ser vivo que está sempre cobrando mudança e inovação como parafraseia Daft (2005, p. 42),

Organização que aprende é aquela em que todos estão engajados na identificação e solução dos problemas, permitindo à organização continuamente experimentar a mudança e melhorar, aumentando assim sua capacidade de crescer, de aprender e atingir o seu propósito.

A gestão também carrega consigo outros nomes de cientistas importantes que trouxeram seu legado para essa formação tão complexa, mesmo surgindo como uma vertente do pensamento administrativo, mostrando visões distintas de uma empresa, acabaram servindo para complementar uma a outra e mostrar novos pontos de vista, se baseando em Elton George Mayo, com a Teoria Das Relações Humanas (1940), John Dewey com a Psicologia Dinâmica de Kurt Lewis (1932) e Max Weber com a Teoria da Burocracia (1950).

Em síntese, o conceito de gestão se originou em tempos remotos e através dos anos foi se moldando e ganhando vida por intermédio dos grandes pais da administração científica, que mostram-nos suas visões sistêmicas para a uma empresa se manter sempre produtiva e extrair de seus agregados todo seu potencial, mesmo cada um tendo uma visão centralizada de cada coisa, eles conseguem se complementar em vários pontos, tampando as lacunas uns dos outros.

2.2 Sustentabilidade

É a capacidade de se manter, porém, no que se refere ao desenvolvimento de forma sustentável, trata-se e tem interação com uma linha de pensamento na qual se tem a preocupação acerca da conservação do meio ambiente, tudo com ligação às futuras gerações, isso pois, é considerada como uma busca incessante por práticas e métodos de se chegar ao desenvolvimento de forma sustentável, de maneira a se pensar e entender que os recursos são finitos.

De forma significativa, sustentabilidade diz respeito ao ato de sustentar, incorporada na proporção sobre ponderações no longo prazo, há carência em se encontrar meios pelo qual

as organizações busquem de forma expressiva a interação com a sociedade e com natureza de forma harmoniosa.

Sustentabilidade é consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se estas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade (CAPRA 2006, apud ROSA, 2007, p. 45).

O conceito de sustentabilidade aparenta encaixar-se a inúmeros significados, uma vez tratado em conformidade a um sinônimo de sociedade racional, indústrias limpas de crescimento econômico quase que ligeiramente buscando almejar o que parece uma utopia romântica, e o crescimento global de certa forma tem sido o grande desafio para que seja possível o alcance de um desenvolvimento sustentável, seguindo as diretrizes de valorização dos recursos naturais e humanos.

Contudo, acerca de tal situação, pode-se levar em consideração os pensamentos de Garcia (2000), que retrata o conceito construído atualmente de sustentabilidade como, sistêmico e global, cuja dependência do ecossistema é tratado de forma fundamental para a ocorrência da sustentabilidade.

No contexto se tem a colocação de aspectos considerados essenciais na compressão e sucesso em realizar a sustentabilidade, considerados pilares do conceito, estão o aspecto econômico, que diz respeito a consumo de bens, fornecimento e criação de serviços de maneira consciente, o social, que engloba a garantia de qualidade de vida como saúde, lazer, educação dentre outros, por fim, o aspecto ambiental, que se refere a maneira pela qual os recursos serão manuseados e utilizados sem causar danos ou estragos irreversíveis.

Acerca da economia, denominada neoclássica, se tem a formação de um conjunto de razões aparentes, de coerência da percepção da necessidade sobre noções de sustentabilidade, isso por princípios de externalidades, em complemento disso, Lankao (2001, p. 39 - 60) comenta que “a aceitação de instituições internacionais e governos de vários países fizeram da economia de mercado, pela teoria neoclássica, a teoria oficial para justificar as ações do crescimento econômico acelerado”

A respeito do modo de visão das empresas e valorização da sua imagem, tem-se a sustentabilidade como aspecto empresarial de relevância a fatores de ações que a empresa toma acerca do respeito ao meio ambiente, buscando práticas que conciliam tanto com

ambientais e seus aspectos essenciais.

Por isso deve-se evidenciar o pensamento de Miashiro (2007), quando diz respeito à responsabilidade social como uma das formas de conjunção para que seja possível a garantia da sustentabilidade das instituições, com a indagação de se integrar medidas pertinentes aos padrões de conduta com os *stakeholders*.

Em síntese e conforme os dados e estudos atuais sobre Sustentabilidade, está a viabilidade da relação de manter a ligação entre o sistema sócio-econômico, com o ecossistema, uma vez que, é clara a dependência e limitação do crescimento do fator econômico, com a condição determinante do ecossistema.

2.2.1 Sustentabilidade Corporativa

No âmbito empresarial, as empresas já se encontram em um patamar bem elevado em suas produções, se desapegando cada vez mais da mão de obra humana, para se beneficiar da agilidade e praticidade da mão de obra automatizada. O ponto de partida para que o mundo tomasse o rumo da inclusão da tecnologia nas empresas ocorreu no século XVIII, através da Revolução Industrial, que foi responsável pelo surgimento das indústrias e seus novos métodos de produção.

Embora a tecnologia tenha trazido consigo muitas vantagens ao espaço produtivo das empresas, vai-se ao encontro dos malefícios que surgiram após essa introdução, a partir disso, a sociedade sofre com reflexos negativos causados pelo funcionamento de máquinas, bem como, extrações excessivas de recursos naturais, que causam ferimentos avassaladores para a saúde da natureza. “A maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persistem, uma vez que seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção industriais e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais” (CASTELLS, 1999, p. 141).

De acordo com o comentário do autor, o meio ambiente atravessa tribulações devido aos meios produtivos das indústrias e do consumo de todos, e com a adoção de métodos menos agressivos à natureza, o sistema ambiental será aliviado e isso resultará no bem estar de todos.

As empresas são atreladas à responsabilidade para com a sociedade, no que lhe diz respeito não se relaciona em aspectos econômicos apenas, mas também, com o deleite do

caracterizada por responsabilidade socioambiental. Dessa forma, é possível que as organizações possam traçar algumas transformações na cultura da empresa, introduzindo estratégias sustentáveis, internalizando certas mudanças em todos os processos, de maneira sucinta, é a definição da Sustentabilidade Corporativa.

Searcy (2012) constata uma expressiva conscientização das organizações em adotar a Sustentabilidade Corporativa em seus planejamentos estratégicos. E nesse sentido, Baumgartner e Rauter (2017) criaram alguns conceitos relacionados à sustentabilidade, que são eles: Gestão ambiental corporativa; Sustentabilidade organizacional; Responsabilidade social corporativa; Relatórios de sustentabilidade; Contabilidade ambiental; Sustentabilidade corporativa.

Segundo Vildâsen, Keitsch e Fet (2017), a Sustentabilidade Corporativa tem como objetivo gerar retornos agradáveis e lucrativos nas suas esferas de atuação, sendo baseados nos pilares da sustentabilidade. Seguindo essa afirmação, entende-se que as organizações se agraciaram em inserir métodos sustentáveis para alcançar sua responsabilidade social, e com isso, extrair uma boa visão de agentes econômicos, garantindo uma boa colocação no mercado empresarial.

2.2.2 Sustentabilidade nas Pequenas e Médias Empresas

As pequenas e médias empresas (PME 's) são definidas pelo seu faturamento e também pelo número de funcionários. Segundo o Sebrae (2013), a quantidade de funcionários de uma empresa de pequeno porte é de até 99 colaboradores, já as de médio porte têm de 100 até 499 colaboradores.

As PME 's são uma das principais forças que impulsionam a economia brasileira, pois atuam como grande fonte de renda e empregos para toda a população, mas em relação às questões ligadas à sustentabilidade, a maioria tem problemas, pois ainda não visualizam adotar essas práticas para o progresso de suas organizações, tornando-se algo distante das mesmas.

Para Almeida (2007), a concepção de que a sustentabilidade é responsabilidade apenas

setores. Nesse cenário, obtém-se uma pressão social e mercadológica para que haja uma agregação da sustentabilidade nos negócios, incluindo as PME 's.

Para que as empresas possam se tornar sustentáveis, elas devem buscar um equilíbrio econômico, social e ambiental, essas três dimensões são conhecidas como o tripé da sustentabilidade. A sustentabilidade nas empresas só ocorrerá se o tripé estiver funcionando de maneira equilibrada, portanto, para seu funcionamento, na maioria das vezes, são necessários investimentos nos recursos financeiros.

No cenário atual econômico, o governo está incentivando as práticas socioambientais nas PMES, oferecendo uma maior disponibilidade de recursos. À vista disso, segundo Sebrae (2015), alguns benefícios estão sendo concedidos pelo governo (federal, estadual ou municipal), conforme exemplos abaixo:

1. Redução ou isenção de impostos: para organizações que investem na sustentabilidade;
2. Tributação aplicada: conforme critérios ambientais;
3. Maior repasse de verba: para os municípios que aderirem a sustentabilidade;
4. Incentivos em infraestrutura: como doações de terrenos, dentre outros;

Sobre o uso da sustentabilidade nas edificações urbanas, a Lei Nº 12.836/13, deixa claro que “Art. 2º - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais” (BRASIL, 2013). Mesmo com a importância dos incentivos, o Brasil ainda carece de um número maior de políticas, porém, várias iniciativas já podem ser utilizadas pelos empreendedores.

Portanto, as PME's devem buscar frequentemente melhorar as suas performances socioambientais e econômicas, oferecendo produtos e serviços que sejam sustentáveis. Pois, alcançar um diferencial pode ser difícil, mas os consumidores estão cada vez mais conscientes em relação às escolhas de consumo, conseqüentemente, as empresas que forem investir nas diferenciações podem alcançar mais clientes que priorizam os impactos sociais e ambientais.

Dotsika e Patrick (2013) apontam que, a implementação das práticas sustentáveis, independentemente do tamanho da empresa, possibilita a melhoria contínua dos processos de

diversas áreas de uma organização, trazendo como exemplos, um aprimoramento no ambiente organizacional e inovações nos serviços prestados.

E em complemento disso, Abdalla e Feichas (2005, p. 12) concluem que, “os dados sobre retorno demonstram que, a médio e longo prazos, vale a pena investir em meio ambiente e responsabilidade social, pois, além do retorno do investimento há outros ganhos relacionados à imagem, valorização da marca e conquista de mercado.”

Conforme demonstrado pelos autores, as práticas sustentáveis tornam-se fundamentais para o processo evolutivo das PME's, mesmo que tenham dificuldades, principalmente financeiras para o investimento e melhoria dos processos que ocorrerão a longo e médio prazo. Mas claramente, a sua aplicabilidade pode gerar grandes oportunidades que aumentarão sua competitividade, promovendo inovação e geração de valores.

2.3 Vantagem Competitiva

Através da constante evolução das tecnologias e o aprimoramento das estratégias empresariais, o mercado empresarial vem se desenvolvendo diariamente, e tendo um crescimento espontâneo. Diante do cenário mencionado, para se manter no mercado e dominar o segmento, empresas estão a todo instante buscando maneiras e formas de se destacar diante dos seus concorrentes, para que assim, se tornarem reconhecidas.

A vantagem competitiva é um conjunto de características e/ou atributos que uma empresa detém e que a torna diferente perante as outras. Essas características, são por muitas vezes, o motivo que leva o consumidor escolhê-la ao invés das demais. A organização pode utilizar de estratégias competitivas para ganhar ainda mais destaque no segmento em que está atuando.

Em relação a diferenciação, Porter (1989, p. 52) comenta o seguinte,

A diferenciação, se alcançada, é uma estratégia viável para obter retornos acima da média em uma indústria porque ela cria uma posição defensável para enfrentar as cinco forças competitivas, embora de um modo diferente do que na liderança de custo. A diferenciação proporciona isolamento contra a rivalidade competitiva devido a lealdade dos consumidores com relação à marca como também a consequente menor sensibilidade ao preço. Ela também aumenta as margens, o que exclui a necessidade de uma posição de baixo custo.

O mercado está cada vez mais qualificado, e os concorrentes estão a todo momento na busca e desenvolvendo de novas estratégias para gerar uma vantagem competitiva diferente dos demais e que ganhe uma maior participação no mercado, o atendimento qualificado, campanhas inovadoras de marketing colaboram para deixar a competição ainda mais acirrada.

2.3.1 Forças Competitivas de Porter

Esta análise foi feita pelo professor da Harvard Business Michael Porter, em 1979, no artigo “Como as forças competitivas moldam a estratégia”. Esta tem o objetivo de mostrar quais aspectos influenciam no mercado e na competitividade, e com isso a organização pode através do seu planejamento estratégico, buscar quais estratégias serão necessárias para se sobressair nessa situação.

Figura 01 - As 5 forças competitivas



Fonte: Portal da Administração (2015).

Porter define as cinco forças a serem consideradas, como vê-se na Figura 1. A primeira força se refere à rivalidade entre os concorrentes: em relação a esta rivalidade, ela está presente a todo instante, pois empresas do mesmo ramo, estão a todo momento na busca de explorar uma nova fatia de mercado e melhorar sua posição no mesmo. Para Porter (1998), essa força ajuda principalmente no posicionamento da empresa em relação ao seu concorrente, entender o rival é uma boa estratégia para criar uma ação e traçar um objetivo para se sobressair perante eles.

A segunda força diz respeito aos novos concorrentes: o mercado oferece diversas oportunidades para as organizações, com isso novos concorrentes entram no mercado para captar o maior número de consumidores. E para estes novos concorrentes, quando entram em um mercado que já está bem competitivo, a primeira ação é abaixar os preços para se equiparar com as que já dominam, isto é um ponto negativo para quem já está no mercado, pois o cliente na maioria das vezes prefere aquelas com o menor preço, ocasionando uma redução do lucro.

A terceira força abrange o poder de barganha dos clientes: este grupo exerce grande influência nas empresas, os compradores e/ou clientes são fatores determinantes no nível de competitividade. Dependendo do poder de barganha dos clientes, na maioria das vezes pressionam os vendedores para abaixar os preços e com isso ocorre a concorrência acirrada pelo mercado.

A quarta força abarca o poder de barganha dos fornecedores: o poder de barganha dos fornecedores determina que a maioria das empresas ficam nas mãos dos fornecedores por conta de que os mesmos, fornecem os recursos necessários para o funcionamento delas, com isso eles interferem e diferenciam os preços entre as empresas, além de alterar a qualidade dos produtos.

A quinta e última força refere-se aos produtos substitutos: os produtos substitutos, são aqueles que são criados para captar clientes que já utilizam aquele determinado item, dependendo da característica do produto, ele pode ser substituído por algum semelhante, eles atendem às mesmas necessidades para os consumidores, só que, em grande parte as organizações abaixam o preço destes para gerar uma maior vantagem em cima das demais.

2.3.2 A Sustentabilidade como Vantagem Competitiva

A preocupação com o desenvolvimento sustentável empresarial permeou-se principalmente no século XXI, através das constantes inovações tecnológicas, por conta do grande crescimento das empresas, as organizações perceberam que deveriam também se preocupar com o meio ambiente e adotar métodos e procedimentos que minimizem os impactos ambientais.

De acordo com Lima (2007), quando uma empresa tem a devida preocupação com o meio ambiente e realiza práticas organizacionais sustentáveis, automaticamente a mesma ganha uma maior credibilidade e tem-se uma valorização na sociedade e com outras empresas, isso beneficia a sua permanência no mercado e além de aderir uma gestão mais consciente no negócio.

Para Dias (2009), o desenvolvimento sustentável é alcançado quando a organização consegue a otimização de seus recursos e reduzir a emissão de poluentes no meio ambiente; além de ser uma estratégia competitiva, a empresa consegue um melhor posicionamento frente aos seus concorrentes, consegue gerar valor e uma maior qualidade em seus produtos, visto que, os processos serão mais eficientes.

Empresas que adotam este desenvolvimento sustentável, estão ligadas ao tripé da sustentabilidade, elas são econômicas por conseguir um crescimento lucrativo adotando práticas sustentáveis, se enquadram no social por proporcionar uma melhor qualidade de vida dentro da organização, e por fim, no quesito ambiental, pelo fato de suas ações não prejudicarem o meio ambiente.

Com o passar do tempo, os recursos naturais vão ficando cada vez mais escassos, e por esse motivo, a agressão e poluição ao meio ambiente permanece em algumas empresas, o intuito da organização trabalhar e estabelecer processos e atitudes sustentáveis está voltado para essa preocupação das mesmas com o meio ambiente, os consumidores, dentre outros. Empresas que adotam essa estratégia sustentável, ganham uma vantagem competitiva em cima dos demais, além de transparecer uma imagem ecológica para os clientes.

A preocupação com o meio ambiente vem ganhando cada vez mais destaque no mercado, isso se deve ao fato de estar tendo uma maior consciência das pessoas com a natureza, essa preocupação refletiu nas organizações, hoje nota-se que as empresas estão na busca constante de estratégias para gerar menos impacto no meio ambiente através de suas atividades diárias, isso é um ponto positivo, pois com essa grande concorrência, através de pequenas mudanças, algumas estão se tornando referência nas práticas sustentáveis.

Pensando nisso, utilizando a sustentabilidade empresarial, as organizações ganham algumas vantagens no mercado, como exposto no Quadro 1.

Quadro 01 - Exemplos de vantagens da sustentabilidade empresarial

Atração de novos mercados:	A adoção da sustentabilidade empresarial provoca a atração de novos mercados, clientes, futuros parceiros; essa ação se dá por conta que a empresa passa uma imagem para a sociedade que ela é competente, tem consciência de suas ações, e com isso atrai olhares do mercado.
Economia:	Com a implantação dos métodos e ferramentas sustentáveis, a empresa pode ganhar uma grande redução nos seus custos e despesas. Um grande exemplo de uma estratégia utilizada por algumas empresas é as telhas transparentes, com apenas essa mudança e realizando as trocas por elas, a organização pode reduzir em grande parte de sua energia elétrica; através dessa simples mudança, a organização perceberá o seu retorno no curto prazo. Alguns recursos naturais que podem ser utilizados estão de fácil acesso no mercado, cabe ao gestor se inovar e adotar a estratégia correta para colher os frutos que irão ganhar.
Engajamento dos colaboradores:	Os colaboradores desempenham um importante papel dentro das organizações, visto que seu trabalho prestado colabora para manter a empresa viva, pensando nisso, as ações sustentáveis utilizadas na organização também se refletem nos mesmos, quando um funcionário tem em mente que seu trabalho tem relevância e gera benefícios para a sociedade, a tendência é que ele se sinta mais motivado para estar a cada dia ajudando e colaborando para uma sociedade menos poluente.

Fonte: Adaptado de Redação Rancon (2020)

3 METODOLOGIA APLICADA

A Metodologia é o estudo sistemático e lógico dos métodos utilizados, sua validade, seus fundamentos e a relação com as teorias científicas. Diante disso, a metodologia ultrapassa o significado de descrever os procedimentos (métodos e técnicas da pesquisa), pois indica uma escolha teórica executada pelo pesquisador, abordando o objeto de estudo.

Para Fonseca (2002), metodologia é o estudo das organizações e dos métodos a serem percorridos para a realização das pesquisas e estudos, ou para desenvolver ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos instrumentos usufruídos para produzir uma pesquisa científica.

Segundo Gil (2007, p. 17), a pesquisa é definida como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.”

Já para Menezes e Silva (2005, p. 19), pesquisar significa, de forma simples, “procurar respostas para indagações propostas”.

Primeiramente foi aplicada para o desenvolvimento do trabalho, uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Silva e Menezes (2001), resulta no processo de levantamento das informações que já foram publicadas em relação ao tema/problema, mapeando autores que escreveram sobre o assunto, permitindo o embasamento teórico necessário para a preparação do trabalho.

Posteriormente adotou-se o método quantitativo de pesquisa, que segundo Lakatos e Marconi (2010), trata-se de levantamento de dados para evidenciar hipóteses fundamentadas em medidas numéricas e estatísticas para verificar padrões de comportamento. “O método quantitativo é muito usado em pesquisas nos campos social, de opinião, de comunicação, administrativo entre outros, tendo sempre a precisão dos resultados” (OLIVEIRA, 2002, p. 155). Além disso, essa pesquisa é de caráter exploratória, por meio de uma pesquisa de campo, gerando uma maior familiaridade com o problema e proporcionando uma visão ampla dos fatos verificados.

Para o levantamento dos dados obtidos, foi realizada uma pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário que foi elaborado a partir do Google formulários e disponibilizado por intermédio de um *link*, em função de sua praticidade, tendo em vista a facilidade de acesso à internet de todos. Para a realização da pesquisa de campo, foi aplicado um questionário contendo 10 questões de múltipla escolha, sendo direcionado a líderes e gestores de 55 PME 's na cidade de Goiânia e região metropolitana.

A partir do formulário foi possível trazer clareza dos dados através dos gráficos gerados e demonstrou também por meio de uma revisão da literatura, obtenção de informações suficientes para introduzir e desenvolver o assunto abordado, deste modo, obtendo as respostas dos possíveis resultados da pesquisa, alcançando soluções diante da questão problema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É natural indagar o fato de que em um século onde a evolução da tecnologia aumenta

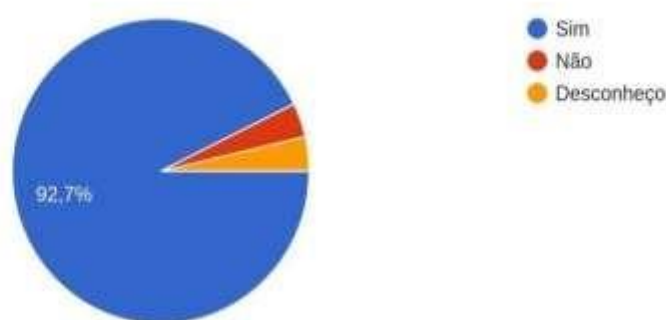
diariamente, muitos ainda não utilizam desta ferramenta de forma eficiente para mitigar as consequências causadas pelo funcionamento de máquinas, bem como, extrações excessivas de recursos naturais, causando ferimentos prejudiciais para a natureza.

Torna-se importante que as organizações busquem métodos menos agressivos para a natureza, ações e decisões sustentáveis, buscando produzir mais e com melhor qualidade, utilizando menos recursos naturais e conseqüentemente, gerando menos poluição.

Busca-se um entendimento prático a partir das indagações formuladas neste artigo, e com o auxílio de um formulário, obteve-se respostas por intermédio de um *link* virtual, encaminhado a gestores de 55 empresas de pequeno e médio porte, localizadas na cidade de Goiânia e região metropolitana.

Diante da questão problema e dos objetivos impostos, pode-se destacar quanto à utilização da sustentabilidade nas PME's, assim sendo, detalha-se este fato diante das respostas obtidas conforme demonstrativo abaixo, mediante perguntas destinadas aos responsáveis das empresas e encaminhadas pela *internet* através do formulário *online*.

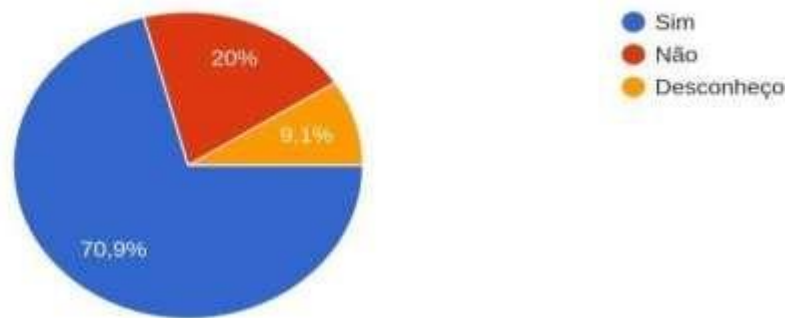
Gráfico 01: Você considera a sustentabilidade importante para a administração de uma empresa?
Você considera a sustentabilidade importante para a administração de uma empresa?
55 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Diante da pergunta exposta acima, confirma-se de forma quase unânime, que os gestores visualizam a importância da sustentabilidade na administração das empresas, o que condiz de forma positiva, uma vez que já foi enfatizado por Abdalla e Feichas (2005), que vale a pena investir em práticas sustentáveis, se tornando algo fundamental para as empresas, pois, além de gerar retornos financeiros, há diversos outros ganhos.

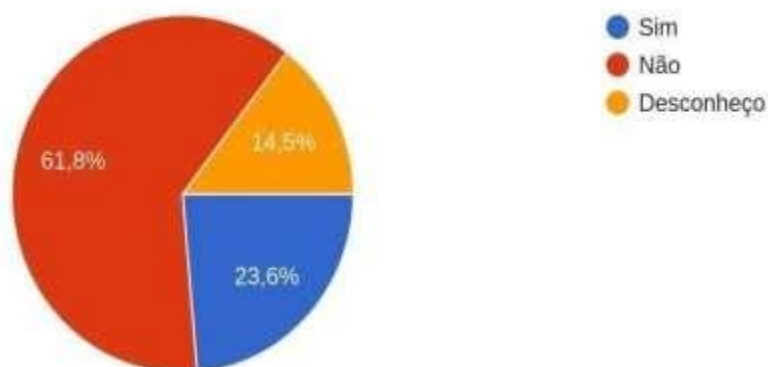
Gráfico 02: A empresa acredita que o mercado é receptivo a produtos sustentáveis?
A empresa acredita que o mercado é receptivo a produtos sustentáveis?
55 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

No Gráfico 2 observa-se uma faixa de 70,9% dos entrevistados concordando que o mercado é receptivo para produtos sustentáveis, 20% negam essa receptividade e 9,1% desconhecem a mesma. Como um grande defensor, é possível encontrar Lima (2009), que discorre livremente sobre as empresas que costumam aderir à sustentabilidade e conseguem atingir uma maior credibilidade com o público, que volta com um marketing positivo.

Gráfico 03: A sua empresa possui um plano sustentável?
A sua empresa possui um plano sustentável?
55 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se no Gráfico 3, que mais de 60% das empresas não possuem um plano sustentável em suas empresas, e 14,5% desconhecem. Destacando que a maioria das PME's não utilizam um conjunto de ações para tornar seus negócios mais sustentáveis, mesmo que consigam enxergar sua importância em meio à organização. É oportuno acentuar a

necessidade dos gestores de buscarem desenvolver estratégias socioambientais, além de receberem mais informações ou procurarem orientações a respeito desta prática, pois, conforme observado por Dias (2007), as organizações conseguem obter inúmeras vantagens na utilização das práticas sustentáveis, desde a redução de custos até a agregação de valores em seus produtos e serviços.

Para averiguar os motivos pelos quais as empresas não estavam utilizando a sustentabilidade, foi apresentado a seguinte pergunta, a qual foi direcionada apenas para quem respondeu que não possui um plano sustentável ou desconhece a mesma.

Gráfico 04: Caso a sua empresa não possua um plano sustentável, quais são os motivos para a sua não utilização?

Caso a sua empresa não possua um plano sustentável, quais são os motivos para a sua não utilização ?
42 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

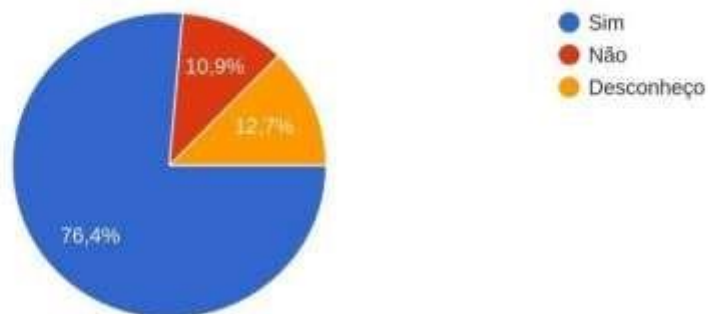
De acordo com as informações coletadas na pesquisa, constata-se com o esboço do gráfico que a maioria das empresas não aderem a sustentabilidade pela falta de conhecimento, atingindo um percentual de 54,8%. Também em um percentual considerável, nota-se que 23,8% das empresas não adotam práticas sustentáveis devido ao desinteresse dos gestores em adotar esses hábitos. Em menor proporção, temos a falta de pensamento sobre o assunto, seguido da não visualização das vantagens e por último o julgamento que as práticas sustentáveis não se aplicam a empresa.

Gráfico 05: Para você, sustentabilidade seria um diferencial para sua empresa?

Fonte: Dados da pesquisa

Identifica-se que 90,9% das empresas relacionadas à pesquisa, acreditam e compreendem a sustentabilidade como possível estratégia de diferencial mediante ao mercado atual .

Gráfico 06: Na sua visão uma empresa sustentável tem uma posição mais sólida no mercado?
Na sua visão uma empresa sustentável tem uma posição mais sólida no mercado?
55 respostas



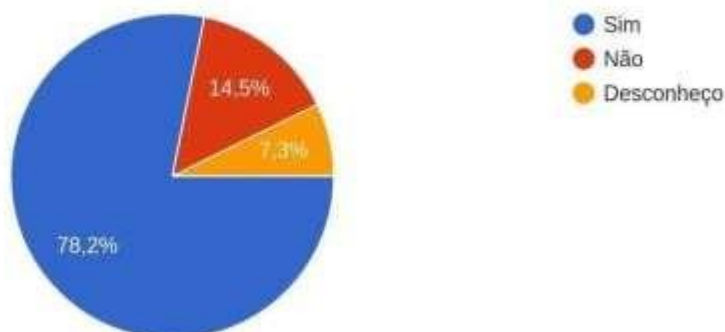
Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se que 76,4% vê a consolidação no mercado e sucesso da empresa associadas às práticas sustentáveis adotadas pela mesma, já 10,9% acredita não haver ligação e 12,7% desconhece de certa forma o assunto.

Gráfico 07: Você vê a sustentabilidade como um fator de auxílio na redução de custos?

Você vê a sustentabilidade como um fator de auxílio na redução de custos?

55 respostas



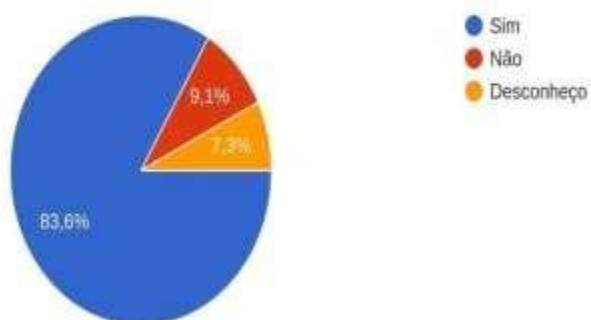
Fonte: Dados da pesquisa

É possível constatar que 78,2% acredita que o uso e implantação de medidas sustentáveis auxiliam na redução de custos nas empresas, já 14,5% considera não ser um fator primordial em relação ao assunto, e 7,3% desconhecem.

Gráfico 08: Acredita ser viável a utilização das práticas sustentáveis em empresas de pequeno e médio porte?

Acredita ser viável a utilização das práticas sustentáveis em empresas de pequeno e médio porte?

55 respostas



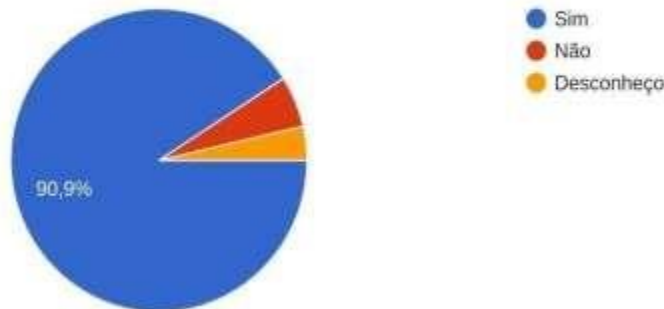
Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 7 demonstra que 83,6% das pessoas acreditam que sejam viáveis as práticas sustentáveis, cerca de 9,1% presumem na inviabilidade e 7,3% desconhecem sobre essa viabilidade.

Gráfico 09: Na sua visão a implantação da sustentabilidade influencia na imagem da organização?

Na sua visão a implantação da sustentabilidade influencia na imagem da organização ?

55 respostas



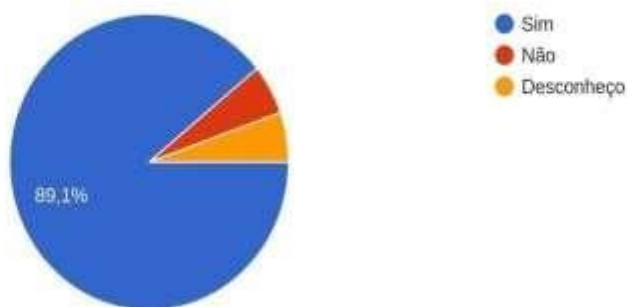
Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o Gráfico 9, 90,9% das pessoas acreditam que a implantação da sustentabilidade influencia na imagem da empresa, ademais afirmam o contrário ou seu desconhecimento.

Gráfico 10: Considera a sustentabilidade como uma prática que pode ser aplicada em sua empresa?

Considera a sustentabilidade como uma prática que pode ser aplicada em sua empresa?

55 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Identifica-se que 89,1% das pessoas consideram que a sustentabilidade pode ser inserida em suas empresas, caracterizando de que os métodos sustentáveis podem ter uma aplicabilidade em vários segmentos empresariais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a navegar entre diversas esferas que elencam aspectos da sustentabilidade incorporados em estabelecimentos empresariais, especialmente em PME's, uma combinação de estudos que manifestam categoricamente a convicção de que pode ser proveitoso e necessário adquirir métodos saudáveis para os ambientes que devolvem resultados de maneira global.

Diante da situação problema levantada neste espaço sobre a adoção de métodos sustentáveis pelas PME's como vantagem competitiva, foi utilizado um meio objetivo de recolher dados importantes capazes de atingir os resultados responsáveis por mensurar uma posição clara sobre a resolução da questão abordada.

Segundo a pesquisa, apuramos que, embora grande parte dos gestores considere uma prática importante e bem receptiva pelo público, eles não possuem interesse em absorver a ideia de aderir à sua empresa para usufruir de benefícios advindos da sustentabilidade, bem como um meio de se obter uma vantagem competitiva no mercado. E foi possível observar os fatores que impedem essa relação, que basicamente são: a falta de informação sobre a pauta e a plena falta de interesse dos gestores de visualizar que é uma realidade necessária para o cotidiano das empresas.

Através dos objetivos deliberados, foi possível captar a importância das empresas de acatar medidas sustentáveis em seus processos, pois devem buscar frequentemente melhorar as suas performances socioambientais e econômicas, oferecendo produtos e serviços que sejam sustentáveis. Deste modo, entende-se que o aspecto evolutivo de uma organização sustentável se baseia em uma boa colocação no mercado, e logo se conhece a possibilidade de unir a sustentabilidade e a lucratividade para geração de melhorias para a empresa.

Os autores Dotsika e Patrick (2013), afirmam que a adoção de práticas sustentáveis, independentemente do tamanho do porte da empresa, contribuem para a melhoria contínua dos processos de diversas áreas da organização, e conseqüentemente, um aprimoramento no ambiente organizacional como um todo.

Desta forma conclui-se que, o uso da sustentabilidade nas PME's é mutuamente relevante para a empresa e para a sociedade. Sugere-se que o governo aborde o assunto com

mais ênfase de maneira que alcance mais indivíduos, pois, os frutos da sustentabilidade são mensurados à medida que as contribuições para a mesma sejam trabalhadas conjuntamente. Nos dias de hoje, as empresas possuem um poder maior de impacto neste ponto, e devem estar cientes das causas negativas e das responsabilidades que carregam em decorrência das suas necessidades em ocupar um cenário que muitas vezes podem ser prejudiciais ao meio ambiente.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, José Jorge; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. Modelo Hackefors para obtenção de certificado ambiental ISO-14.001 em pequenas e médias empresas: uma discussão sobre sua aplicação em empresas brasileiras. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-14, 2005.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações Teóricas sobre o Conceito de Sustentabilidade. In: VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. **Anais...** 2010. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

BATISTA, Álamo Alexandre da Silva *et al.* **Modelo multicritério de apoio à decisão para implementação da sustentabilidade corporativa nas pequenas e médias empresas, baseado nos objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2019.

BAUMGARTNER, Rupert J.; RAUTER, Romana. Perspectivas estratégicas da gestão da sustentabilidade corporativa para o desenvolvimento de uma organização sustentável. **Journal of Cleaner Production**, v. 140, p. 81-92, 2017.

BRASIL. **Lei Federal N° 12.836/13, de 2 de julho de 2013**. Altera os arts. 2º, 32 e 33 da Lei n° 10.257. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112836.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. **Gestão da Qualidade: Conceitos e Técnicas**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S. A.: 2012.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CHIAVENATO,

Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3 ed. São Paulo: Manole, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DE LIMA, Sérgio Ferraz. Introdução ao conceito de sustentabilidade, aplicabilidade e limites. **Cadernos da Escola de Negócios**, v. 1, n. 4, 2006.

DOTSIKA, F.; PATRICK, K. Collaborative km for smes: a framework evaluation study. **Information Technology People**, v. 26, n. 4, p. 368–382, Nov 11, 2013. Disponível em:

<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/ITP-11-2012-0142>. Acesso em: 17 out.2021.

EUKARYA. **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 10 PRÁTICAS-NECESSÁRIAS PARA TORNAR SUA EMPRESA-AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL**. Eukarya Consultoria Ambiental. 2021. Disponível em: <https://eukarya.com.br>. Acesso em: 13 out. 2021.

FAYOL, Jules Henri. **Administração Industrial e Geral: Previsão, Organização, Comando, Coordenação e Controle**. 10ª Edição. São Paulo. Editora Atlas. 1990.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. apud.

FONTURA, Larissa. A sustentabilidade empresarial como vantagem competitiva em branding. **Revista Udesc**, v. 11, n. 15, p. 28, 2021.

GARCIA, L. *et al.* Historia y epistemología de las ciencias. **Enseñanza de las ciencias**. Madrid: Santander, 18 (3), 473 – 486, 2000.

GERHARDT, Tatiane Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LUZ, Charlene Bintencourt Soster Luz. **Sustentabilidade e a gestão empresarial**. Porto Alegre: SAGAH Soluções Educacionais Interligadas, 2018.

MIASHIRO, C. M. **A implantação do balanço social e as informações evidenciadas em uma instituição de saúde sem fins lucrativos: O caso da Santa Casa da Misericórdia de Santos**. Dissertação de mestrado. Gestão de Negócios. Universidade Católica de Santos, 2007.

MONTGOMERY, Cynthia A, PORTER, Michael E. **Estratégia: A busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: campus, 1998, 17ª edição. Pdf. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4194473/mod_resource/content/1/Como%20as%20for%20as%20competitivas%20moldam%20a%20estrat%20%C3%A9gia.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Ed. Pioneira, 2002.

PWC. **PEQUENAS e médias empresas Private Company Services**. Pwc, 2013. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/setores-atividade/assets/pcs/private-company-services-pcs-13-pt.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

PIMENTEL, Themisa Araújo Barroso; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; REINALDO, Hugo Osvaldo Acosta. Análise das Dimensões de Empreendedorismo Sustentável em Micro Pequenas e Médias Indústrias no Ceará. **Revista Reuna**, v. 17, n. 4, p. 85-104, 2012.

PORTAL DA ADMINISTRAÇÃO. **CINCO FORÇAS DE PORTER: DA ANÁLISE À ESTRATÉGIA**, 2015. Disponível em: <https://www.portal-administracao.com/2015/05/as-cinco-forcas-de-porter.html>. Acesso em: 02 out. 2021.

PORTER, M. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**, 19º ed., Rio de Janeiro: Editora Campos, 1989. Disponível em: <https://negociossc.com.br/blog/o-que-e-vantagem-competitiva-e-por-que-ela-e-importante-2>. Acesso em: 01 out. 2021.

REAL, Mauro Côrtes. **Gestão Empresarial**. Edição Revisada. IESDE Brasil S.A. Curitiba, 2012.

SEARCY, C. Corporate sustainability performance measurement systems: A review and research agenda. **Journal of Business Ethics**, v. 107, n. 3, p. 239–253, May 2012. ISSN 1573-0697. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1038-z>. Acesso em: 17 out. 2021.

SEBRAE. **Políticas públicas para a sustentabilidade**. Sebrae, 2015. Disponível em: http://sustentabilidade.sebrae.com.br/Sustentabilidade/Para%20sua%20empresa/Publica%C3%A7%C3%B5es/BT_Jul_Incentivos.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Sebrae, 2013. Disponível em:

https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. 8ª Edição. São Paulo. Editora Atlas - Grupo Gen, 1990.

VILDASEN, S. S.; KEITSCH, M.; FET, A. M. Clarifying the epistemology of corporate sustainability. **Ecological Economics**, v. 138, p. 40–46, Aug 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800916301756>. Acesso em: 17 out. 2021

UMA ANÁLISE DO PROCESSO ESTRATÉGICO DO MARKETING DIGITAL NAS PEQUENAS EMPRESAS DO RAMO DE VESTUÁRIO DA CIDADE DE GOIÂNIA

AN ANALYSIS OF THE STRATEGIC PROCESS OF DIGITAL MARKETING IN SMALL COMPANIES IN THE CLOTHING BRANCH IN THE CITY OF GOIÂNIA

NUNES, Ana Carolina¹; SANTOS, Nathalia Rodrigues dos²; RAMOS, Valdinei Souza³; COSTA, Rhynaldo Ribeiro da⁴; ARAUJO, Rodrigo Mendes de; SANTOS, Sara Cristina Rocha dos. SIQUEIRA, Nayara Milhomens De; KRATZ, Ricardo de Andrade; FONSECA, Lucas Silva; ZUNIGA, Lucas de Oliveira.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo estratégico do marketing das pequenas empresas no ramo de vestuário em Goiânia, por meio de um formulário. Os principais pontos abordados nesta pesquisa foram: marketing digital, estratégias de vendas *on-line* e as plataformas digitais. Os dados foram coletados e analisados por intermédio de gráficos, os quais foram desenvolvidos na plataforma *google* formulários, além da utilização da pesquisa bibliográfica, em sites, artigos científicos e livros. Observou-se pelos resultados a relevância dos meios digitais para as pequenas empresas, afirmando que na pandemia as vendas *on-line* aumentaram. Verificou-se que a maior parte dos empresários do ramo de vestuário que respondeu o questionário da pesquisa investe no público feminino e outra porcentagem em todos os tipos de público. Os dados apresentados afirmam que a maior parte dessas empresas elaboram suas próprias campanhas de marketing, utilizando várias plataformas digitais como: WhatsApp, Instagram e Facebook. Ainda por via da pesquisa realizada pode-se perceber que as estratégias de marketing digital geram resultados positivos para os lojistas.

Palavras-chave: Marketing digital. Estratégias digitais. Plataformas digitais.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the strategic marketing process of small companies in the clothing industry in Goiânia, using a form. The main points covered in this research were: digital marketing, online sales strategies and digital platforms. Data were collected and analyzed through graphics, which were developed on the google forms platform, in addition to the use of bibliographic research on websites, scientific articles and books. The results showed the relevance of digital media for small businesses, stating that online sales increased in the pandemic. It was found that most businessmen in the clothing industry who answered the survey questionnaire invest in the female audience and another percentage in all types of audience. The data presented state that most of these companies design their own marketing campaigns, using various digital platforms such as: WhatsApp, Instagram and Facebook. Also through the research carried out, it can be seen that digital marketing strategies generate positive results for retailers.

Keywords: Digital marketing. Digital strategies. Digital platforms.

¹ Acadêmica do curso de graduação em Administração da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. e-mail: nunesanacarolina@hotmail.com

² Acadêmica do curso de graduação em Administração da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. E-mail: nathaliariosantos@hotmail.com

³ Acadêmico do curso de graduação em Administração da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. E-mail: ney.gyn.go@gmail.com

⁴ Especialista em Metodologia do Ensino Superior Pela Universidade Estadual de Goiás. Professor da Facunicamps. e-mail: profrhynaldo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O *marketing* digital que conhecemos nos dias atuais foi um processo de desenvolvimento que começou na década de (90) com a criação da internet. Ela, por sua vez, possibilitou que as empresas criassem os seus primeiros domínios eletrônicos como *sites* e *e-mails*. Foi nessa mesma época que surgiram muitas das grandes empresas de tecnologia que temos nos dias de hoje. Logo, elas ajudaram a difundir o mercado do *marketing* digital da atualidade, por exemplo, organizações como *Google e Amazon*. Segundo Torres (2009), todas as estratégias usadas como *marketing* digital, publicidade *on-line* e *marketing web* são todos meios de gerar publicidade e propaganda envolvendo comunicação via internet.

É importante para qualquer empresa ter uma estratégia de *marketing* com objetivo de aproximar do seu público. Nesse sentido, o *marketing* digital é muito democrático e eficiente, pois, ele, quando bem feito, atinge um grande número de pessoas e sem exigir grandes recursos por parte dos empresários na realização de suas propagandas do negócio.

O presente artigo científico tem como problemática identificar como é realizado o processo estratégico do *marketing* digital por pequenas empresas do ramo de vestuário goianiense. Para isso, foi desenvolvido uma pesquisa de campo com os interessados a fim de obter os dados necessários para responder à questão problema e apresentar as conclusões encontradas.

Na realização de um trabalho que envolve pesquisa de campo é necessário que o pesquisador tenha informações que sejam confiáveis e seguras, porque isso possibilita uma boa investigação. E diante disso, responder o questionamento referente ao trabalho desenvolvido e, contudo, saber se os dados obtidos validam ou não o problema investigado.

O presente artigo, portanto, tem como objetivo geral identificar quais são as estratégias de vendas, e os processos utilizados por pequenos empresários do ramo de vestuário do mercado goianiense nas plataformas digitais. Para isso, a pesquisa tem como objetivos específicos; a) Identificar se as empresas do ramo de vestuário da capital goiana fazem suas próprias campanhas de vendas nas plataformas digitais ou se as terceiriza; b) Explicar como são elaboradas as estratégias de vendas por empresários do ramo de vestuário da cidade de Goiânia nas plataformas digitais; c) verificar se o uso dos recursos do *marketing* digital por pequenas empresas do ramo de vestuário da cidade de Goiânia tem colaborado para o aumento das

vendas.

A realização deste trabalho justifica-se pela importância que o *marketing* digital tem no cotidiano das pessoas. A temática que foi analisada neste trabalho é o *marketing* digital feito por empresários do mercado goianiense de vestuário. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo identificar se as estratégias aplicadas estão produzindo os resultados esperados.

Marketing digital é um tema muito debatido em todos os cenários possíveis, mas ainda assim, é possível falar das estratégias que são utilizadas sem esgotar o debate, pois, a todo momento, as coisas mudam e é necessário mudar também a abordagem. Portanto, este trabalho se justifica, porque ele teve como objetivo identificar quais são as estratégias usadas por pequenas empresas do ramo de vestuário, bem como verificar se esses métodos trouxeram resultados para estas pessoas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Marketing

A história do *marketing* funcionava há milhares de anos nas primeiras relações comerciais, as antigas civilizações trocavam mercadorias entre si, então para convencer um determinado cliente da importância dos seus produtos, os comerciantes utilizavam técnicas de persuasão, vendendo até mesmo escravos.

Com o decorrer dos anos, as relações comerciais começaram a se intensificar. Gutenberg em 1455, criou a impressora, a qual substituiu os materiais escritos a mão, com essa invenção a produção de anúncios era feita em grande escala, depois da primeira Revolução Industrial, o conceito de *marketing* começou a aprimorar-se.

Os comerciantes precisaram estudar e buscar novas formas de divulgar seus produtos para se manter no mercado. O pensamento dos consumidores começou a evoluir, assim como o mercado e o *marketing*. Philip Kotler, criou 3 definições de *marketing*, cada uma representando uma época diferente: *marketing* 1.0, *marketing* 2.0 e *marketing* 3.0.

Ao longo dos anos, o marketing evoluiu, passando por três fases, às quais chamamos de Marketing 1.0, 2.0 e 3.0. Muitos profissionais de marketing de hoje continuam praticando Marketing 1.0, alguns praticam o Marketing 2.0 e outros ainda estão entrando na terceira fase, o Marketing 3.0. (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010, p. 3).

O *Marketing* 1.0 está focado no produto, neste estágio não havia preocupação com a construção de marca, não existia concorrência e tinham poucos produtos disponíveis no mercado. No *marketing* 2.0 já era notório o amadurecimento das empresas no conhecimento dos consumidores, as pessoas são mais bem informadas e começam a exigir mais dos empreendedores, A terceira fase, é o *marketing* 3.0 onde o público tem voz, é neste cenário que as pessoas são tratadas como seres humanos.

Marketing é uma área que trabalha a geração de valor sobre um produto ou serviço, com o objetivo de atingir, conquistar um público e fidelizar os clientes. Este setor, entende o público que a empresa pretende conquistar, visando que este, sempre retorne para adquirir um produto.

A grande relevância do *marketing* é promover o crescimento das vendas e a satisfação dos clientes de maneira proporcional, para alcançar esse objetivo é necessário o estudo dos 5Ps: preço, praça, produto, promoção e pessoas. Os 5 Ps são pilares para atrair novos clientes em função das suas necessidades.

Kotler e Keller (2012) definem preço como, o valor a ser cobrado pelo produto ou serviço, descontos, bonificações. O segundo P, é a praça, que representa a distribuição do produto ou serviço, ou seja, é o local onde o cliente pode encontrar sua mercadoria, estoque. Os autores ainda definem os produtos como serviços, qualidade, marca, garantias. É utilizado para atender as necessidades do consumidor e satisfazer seus desejos, destacando dos demais, e a promoção como as estratégias de comunicação e divulgação, como as propagandas, relações públicas, além de ser responsável pelos descontos, pretende atingir novos clientes.

O último P, é representado por pessoas, na visão de Kotler e Keller, os colaboradores da sua empresa são fundamentais, é considerado o público externo e interno. Nesse pilar as empresas precisam enxergar seus consumidores como pessoas, não somente como alguém que compra e consome, é necessário entender quais são suas expectativas.

Segundo Dolabela (1999), o *marketing* pode ser definido como um processo de planejamento das organizações para atender e satisfazer as necessidades do cliente, por meio

de uma realização de troca, gerando receita para a empresa. Com as constantes mudanças no mercado e nas demandas dos clientes, o *marketing* com foco no lucro não tem sido vantagem para os empresários, é entendido como um processo de troca entre cliente, fornecedor, empresário, entre outros públicos como forma de fazer um negócio.

Marketing é o processo pelo qual as pessoas, ou grupos de pessoas, obtêm aquilo de que necessitam, e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor. Esta seria a definição social de marketing, enquanto considera sobre a definição gerencial: marketing é a análise, o planejamento, a implantação e o controle de programas destinados a levar a efeito as trocas desejadas com públicos visados e tendo como objetivo o ganho pessoal ou mútuo. Baseiam-se fortemente na adaptação e coordenação do produto (serviço), preço, promoção e lugar para alcançar uma reação eficiente (KOTLER, 2000, p. 30).

Para Cobra (2003), o *marketing* é um processo de trocas na qual as duas partes se beneficiam oferecendo algo de valor uma para outra, satisfazendo seus desejos e necessidades. Com essas definições entende-se que o *marketing* é uma forma de relacionamento, levando em consideração os desejos do consumidor e as necessidades das empresas.

O profissional de *marketing* é responsável pela investigação do mercado. Seu trabalho vai além da fabricação do produto, envolve um conjunto de atividades como criação, planejamento, desenvolvimento, pesquisas, estratégias de comunicação e de vendas, entre outros objetivos que satisfaçam a necessidade dos clientes.

2.2. Marketing digital

Marketing digital pode ser definido como um conjunto de estratégias com objetivo de gerar resultados *on-line* e *of-line* para empresas, marcas e pessoas. Essa ferramenta é utilizada para as empresas se comunicarem com o público usando canais digitais, como *blogs*, *sites*, mídias sociais, *e-mails*, entre outros meios de comunicação que buscam solucionar os desejos dos clientes e atrair o público.

Atualmente, o *marketing* digital tem sido a principal ferramenta utilizada por muitas empresas para promover seus produtos e se destacar em suas vendas, visto que, os meios digitais têm se tornado a forma mais eficiente de comunicação, através dos canais digitais as empresas conseguem atingir um público maior e criar estratégias de *marketing* eficientes. “Diante de um mercado tão competitivo, com um cliente cada vez mais exigente e consciente de seus direitos,

de tudo que compramos, o que existe de mais importante, mais valoroso, mais delicado e mais gostoso, é um bom atendimento” (FONSECA, 1999, p. 55).

Segundo Tiago e Veríssimo (2014), um dos fatores que mais influencia as empresas a aplicarem estratégias de *marketing* digital é a ameaça externa praticada pela concorrência.

Segundo cobra (2003) entende que, devido a globalização e a competitividade existente no mundo, os clientes podem ter uma variedade de opções, o que faz com que as empresas pratiquem o contato além da venda para manterem e fidelizarem esses clientes.

Tudo está em constante transformação, dessa forma se faz necessário que o profissional de *marketing* digital esteja sempre atualizado perante os clientes e a concorrência, buscando conexão com cada um dos canais que fazem parte do *marketing* digital e utilizando da melhor forma possível para criar uma relação com o consumidor.

Conforme Cavalcante e Silveira (2006), o público está cada vez mais exigente com as inovações, as tecnologias são fundamentais para atrair e conquistar os clientes e manter o desempenho das organizações. Algumas empresas utilizam as redes sociais com o intuito de aproximar os consumidores.

2.3. Estratégias de vendas digitais

Para Faustino (2019), estratégias de vendas é derivada do *marketing* digital em que objetiva promover produtos e serviços por meio de páginas digitais como aplicativos, *sites*, *blogs* e redes sociais. É por intermédio do *marketing* digital que as empresas procuram atingir positivamente seus espectadores e clientes usando estratégias de divulgação para vender ou gerar procura sobre seus produtos.

As estratégias digitais precisam ser pensadas e realizadas passo a passo é uma construção lenta, onde devem ser analisadas os erros e fazer os ajustes necessários para otimizá-la, analisar quais ferramentas devem ser utilizadas para atingir o objetivo final com êxito (BELMONT, 2020).

No *marketing* digital é possível segmentar o público alvo de forma objetiva, onde inclui todos os dados pessoais e interesse daquele usuário. Isso permite que empresas montem suas

estratégias para direcionar seus anúncios e mensagens às pessoas certas (FAUSTINO, 2019).

Segmentar mercado é uma estratégia boa e eficiente, pois, a empresa irá desenvolver produtos que o seu público alvo deseja consumir, isso economiza tempo e capital, dessa forma, é possível gerar valor ao negócio (GOULART; CAMPOS, 2018).

A algum tempo atrás os consumidores eram influenciados por campanhas publicitárias, seja em rádios, Tv's, especialistas ou autoridades, porém, estudos recentes mostram que essa influência vem mudando e os consumidores são mais influenciados pelo fator social, amigos, família, *facebook* e outras redes sociais, do que nas próprias campanhas de *marketing* que as empresas promovem de si (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017).

Segundo Alencar (2021), as mudanças no *marketing* que vem ocorrendo nas empresas através do grande avanço tecnológico e alto acesso à *internet*, vem mudando as formas de negócios, o tamanho da empresa já não é mais tão relevante como antes, mas a forma que a empresa age e lida com seus clientes, o tipo de produto que ela oferece e a forma que ela oferece e usa para chamar atenção do cliente é o que faz com que ela se destaque frente aos concorrentes.

É fundamental ao pensar em estratégias de vendas, pensar em formas de ganhar a atenção do público para gerar engajamento de forma que se torne necessário conhecê-los, criar conteúdo relevante e útil, desenvolver maneiras para que esse conteúdo fortaleça o relacionamento com seus atuais e possíveis clientes e o impacto que isso terá sobre seu negócio. (ROGERS, 2017).

A conectividade é praticamente uma das principais mudanças no *marketing*, mesmo que não seja novidade, atualmente vem mudando radicalmente o mercado e é muito provável que evolua ainda mais (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017).

2.4. Plataformas do marketing digital

As plataformas digitais são de grande impulsionamento para gerar novos negócios e aumentar as vendas, elas trabalham para gerar engajamento à sua marca. Através dela é possível gerenciar seus *leads*, gerar relatórios para análises de resultados, monitorar as redes sociais, divulgar seus produtos e serviços.

Segundo Torres (2009), a tecnologia e o *e-commerce* têm o objetivo de vender produtos sem a necessidade de ter estoque físico na loja, fazendo com o cliente faça todas as compras que necessita por *sites* e receba o produto em casa, como faz uma das maiores lojas *on-line* a Amazon, Americanas e Mercado livre.

Plataformas digitais são meios de interação de empresas com possíveis consumidores externos, oferece toda uma estrutura de funcionamento, onde objetivam facilitar a troca de bens e serviços, gerando valor para ambos os lados (PARKER; ALSTYNE; CHOURDARY, 2019).

Conforme Jue, Marr, Kassotakis (2011), é necessário que as empresas se adaptem ao novo modo de mídia sociais para obterem vantagem competitiva no mercado, pois traz formas de inovação, conhecimento do cliente, além da criação de oportunidades. É uma forma de se manterem atualizados sobre as evoluções e aumentar o seu desempenho, lidarem mais facilmente com as mudanças que ocorrem rapidamente. Gestores e empreendedores que estão inseridos nesse meio, conseguem ser mais práticos e ágeis nas tomadas de decisões justamente pelo fato de estarem a par de mudanças e dessa forma conseguir pensar rápido.

As plataformas digitais são uma grande evolução em relação aos demais meios sociais e formas de propagandas, elas ajudam as empresas nos processos inteligentes de coletas de dados, na oferta de produtos e serviços, além de ter uma ampla oferta de usuários e possíveis *leads* (VALENTE, 2021).

As redes sociais são plataformas ou *sites* onde as pessoas cadastram algumas informações pessoais e criam um perfil de forma que seja possível se relacionar com outras pessoas, trocar mensagem, publicar fotos, criar lista de amigos, e também criar conteúdo para as pessoas que seguem o seu perfil, as principais plataformas de redes sociais atualmente são o *linkedin*, *facebook*, *Whatsapp*, *Instagram*, *Youtube*, *Google* e *e-mail marketing* (TORRES, 2009).

O *facebook* é uma plataforma onde tem milhares de usuários cadastrados, sendo pessoas físicas e empresas, onde substitui até a presença da organização em *webs* para aquelas que não abrem mão de ter *sites* (VALENTE, 2021).

O *e-mail marketing* foi uma das primeiras ferramentas de comunicação na *Internet*, utilizado para substituir outros meios de comunicação pessoal, e promover a publicidade de alguns comerciantes, ele ainda é muito utilizado atualmente, porém, está nivelado a outros tipos

de redes sociais, além de gerar uma economia financeira, pois não necessita imprimir papéis como antigamente e conseguir alcançar o público-alvo de forma mais direta (BELMONT, 2020).

O *Youtube* é um *site* onde concede a possibilidade dos seus consumidores criarem vídeos sobre determinados assuntos ou segmentos, com o passar dos anos, os criadores foram aprimorando as ferramentas da plataforma e atualmente ela é uma das maiores plataformas de publicidade e é uma ferramenta de trabalho para muitas pessoas, pois, quanto mais visualização eles têm, mais monetização gera (TORRES, 2009, p. 84).

À medida que os clientes se comportam mais como seres conectados e menos isolados, os empreendedores devem explorar e adquirir os potenciais dessas redes, além de manter o contato com o cliente não somente antes da realização de uma venda, mas no pós venda, isso influencia o cliente de maneira positiva e gera novas oportunidades para o vendedor (ROGERS, 2017).

2.5. Mercado de vestuário goianiense e goiano

Segundo o *site* Altair Tavares (2020), de forma gradativa, Goiânia vem sendo referência no ramo de moda, vários comerciantes atacadistas saem de outros estados para realizarem suas compras. A grande cidade se encontra em sexto lugar no ramo de produção de moda do País, com uma produção de aproximadamente 50 milhões de peças por ano, onde o principal centro de comercialização de roupas é conhecido como 44, que abrange 3 avenidas e 9 ruas do setor norte ferroviário.

De acordo com o *site* curta mais (2021), outros motivos que levam Goiânia, a ser um dos maiores polos de vendas de roupas do País, são as feiras especiais como a feira *hippie*, sendo ela mais antiga que a 44, com um número de 8 mil bancas de vendas, a feira do sol e a feira da Lua. Temos também a Av. Bernardo Sayão, que tem um centro local de roupas, e Campinas, onde possui camelódromos e diversas confecções e shoppings populares.

A pandemia de Covid-19, que iniciou no ano de 2020, obrigou a todos, inclusive os governos, a tomarem medidas de isolamento social para conter a disseminação de coronavírus entre as pessoas. Porém, essas restrições que foram adotadas implicaram em fechar tudo.

Mantendo aberto somente os comércios de produtos essenciais, isso provocou uma crise na economia, com tudo praticamente parado e causando um número grande de desempregados, instabilidade financeira, fome etc.

Segundo Houvèssou, Souza, Silveira, (2020), uma das várias medidas tomadas no início da pandemia de covid-19, foi o *Lockdown* que pode ser parcial ou total, dependendo da necessidade de cada região, o “total” um dos mais usado implica no fechamento de tudo mantendo aberto somente os serviços considerados essenciais.

Em Goiás, o governo tomou medidas de isolamento social com o intuito de conter a contaminação por Covid-19, isso incluiu o fechamento de tudo que não é considerado essencial. Um dos segmentos afetados foi o ramo de vestuário, um dos maiores do país.

Conforme Dinoah (2020), o estado de Goiás, tem a segunda maior produção de jeans do Brasil. Sendo que os maiores polos de confecção estão situados nas seguintes cidades goianas: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Inhumas, São Francisco de Assis, Catalão, Pontalina, Taquaral e Jaraguá.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se revisão de literatura, pesquisas bibliográficas, artigos científicos, internet e também pesquisa de campo. Portanto, o objetivo é fazer a pesquisa ser conhecida do público.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é constituída de livros, revistas e artigos científicos que se desenvolvem a partir da análise do conteúdo pesquisado.

A pesquisa aplicada por intermédio de questionário é de caráter quantitativo, tem como intuito conhecer e quantificar os dados e suas estatísticas do público participante. Segundo Gil (2008), a pesquisa dessa natureza tem como objetivo interrogar o público que se deseja conhecer e posterior análise técnica e obter as conclusões dos dados pesquisados.

O questionário desenvolvido para pesquisa de campo foi realizado por meio da plataforma *google* formulários, contendo um total de 10 perguntas fechadas destinada aos empresários do ramo de vestuário goianiense e foi distribuída nos meios digitais por mecanismo

como *e-mail* e *WhatsApp*.

A pesquisa teve início em 19 de outubro de 2021 e encerrou em 06 de novembro de 2021, com duração de 19 dias e foi encaminhada a noventa empresários da cidade de Goiânia do ramo de vestuário em geral, sendo que estes são de várias regiões da cidade com lojas na região da 44 e também empresários que possui lojas *on-line*, desta quantidade obteve-se um total de (45) respostas dos participantes ao questionário. Diante dos dados coletados por meio da pesquisa de campo e também bibliográfica serão apresentadas as informações da pesquisa nos resultados e discussões.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

A coleta de dados da pesquisa de campo foi obtida por meio de um questionário com 10 perguntas fechadas, sendo este aplicado por intermédio da plataforma *google* formulários com objetivo de conhecer o público alvo da pesquisa.

A região da 44, em Goiânia, capital do estado de Goiás, é o segundo maior polo de moda do país, atrás apenas do Braz, no estado de São Paulo. Este centro comercial ficou parado por mais de 25 dias depois que foi decretado a quarentena em virtude da pandemia de covid-19. Segundo cálculos da associação empresarial que representa a região, eles já deixaram de vender um valor estimado de R\$ 600 milhões de reais nesse período (HIROSE, 2020).

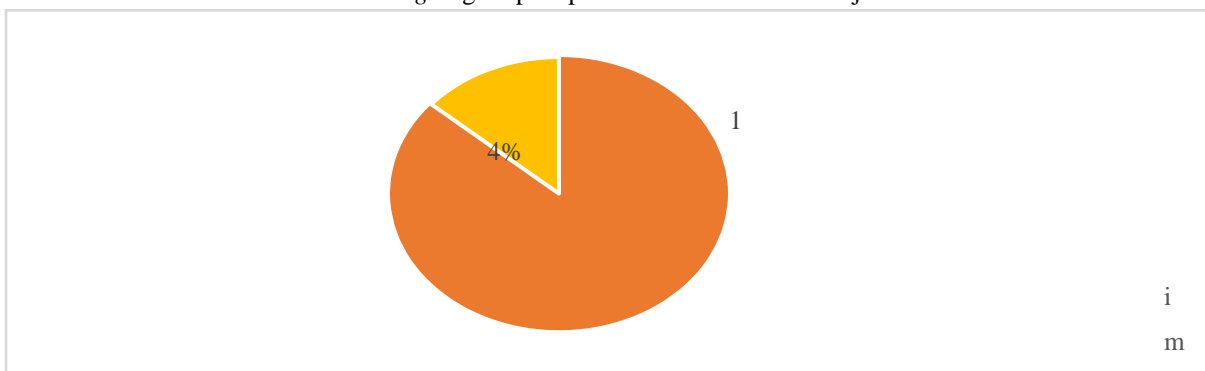
Imagem 1: Antes e depois: dois momentos da Região da 44, em Goiânia | Fotos: Fernando Leite / Jornal Opção



Fonte: Jornal Opção Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/regiao-da-44-deixa-de-vender-r-600-milhoes-na-quarentena-247121/>. Acesso em: 27 de out. de 2020.

Segundo o *site* A redação (2021), o grupo Mega Moda localizado no polo da 44, em Goiânia, diante dos problemas enfrentados pela pandemia, se reinventou e fechou o ano de 2020, com balanço positivo. Isso se deve à reabertura das lojas, permitindo que o centro comercial voltasse a funcionar, mas outro meio importante que ajudou a manter o número positivo nas vendas foi o uso de estratégias digitais na internet para atender os clientes como *sites*, aplicativos, lojas *on-line*, *WhatsApp* e redes sociais sendo responsável por um aumento de 40% nas vendas.

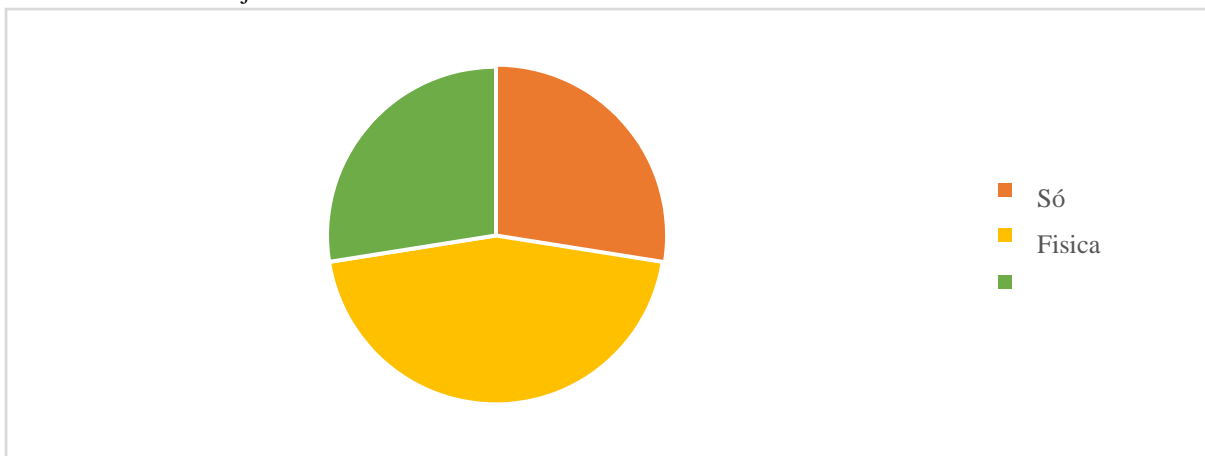
Gráfico 01- Você faz uso do *Marketing* Digital para promover vendas na sua loja?



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No Gráfico 1, foi possível identificar que a porcentagem do público que utiliza algum tipo de ferramenta do *marketing* digital na sua empresa é de 86 %, ou seja, a pesquisa demonstra que a adesão das pessoas aos meios digitais se torna cada vez maior e mais importante para seus negócios.

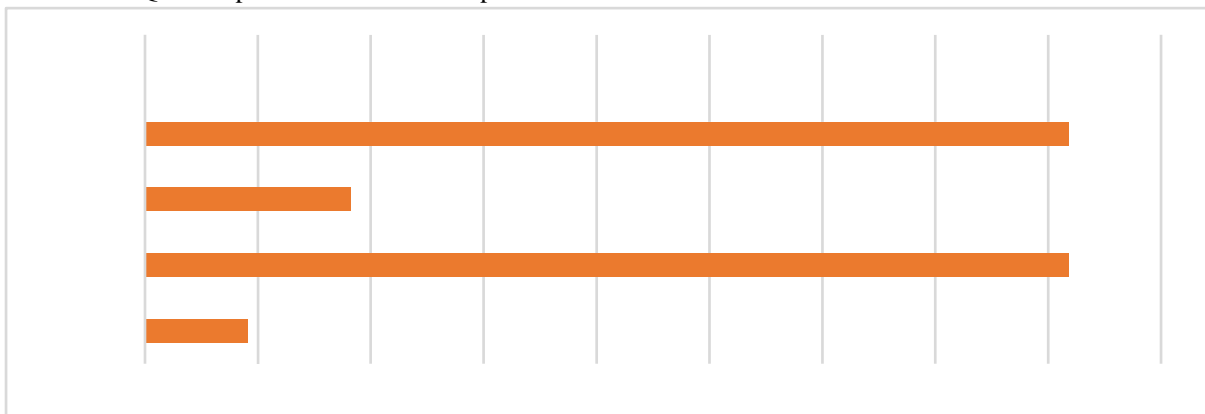
Gráfico 02 - Possui loja física e *on-line*?



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na questão do Gráfico 2, a pergunta feita ao público alvo da pesquisa verifica-se que 45 % das empresas são *on-line* e que 28% são lojas físicas e *on-line* e que 27% das lojas são físicas. Contudo, isso quer dizer que a presença das empresas nos meios virtuais estão cada vez maiores, e isso parece ser uma tendência que tende a se fortalecer e também se inovar cada vez mais no intuito de captar e atender as necessidades dos clientes.

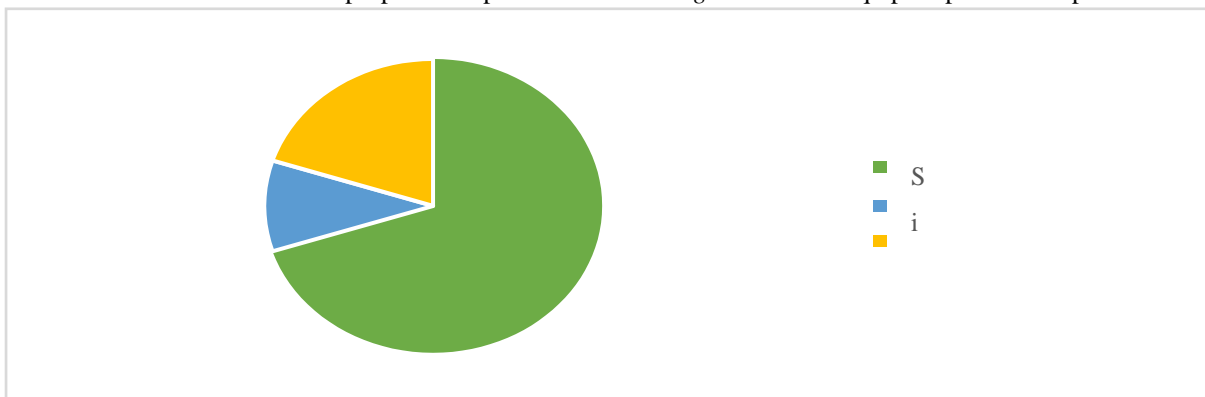
Gráfico 03- Qual é o público alvo da sua empresa?



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De acordo com a pergunta do Gráfico 3, o resultado demonstra que 41 % das empresas do ramo de vestuário trabalha com produtos exclusivos para atender ao público feminino e que os outros 41 % são especializado em público misto. Segundo a pesquisa, existem mais lojas de moda especializa para atender as mulheres.

Gráfico 04 - Você elabora suas próprias campanhas de *Marketing* ou tem uma equipe especializada para isso?

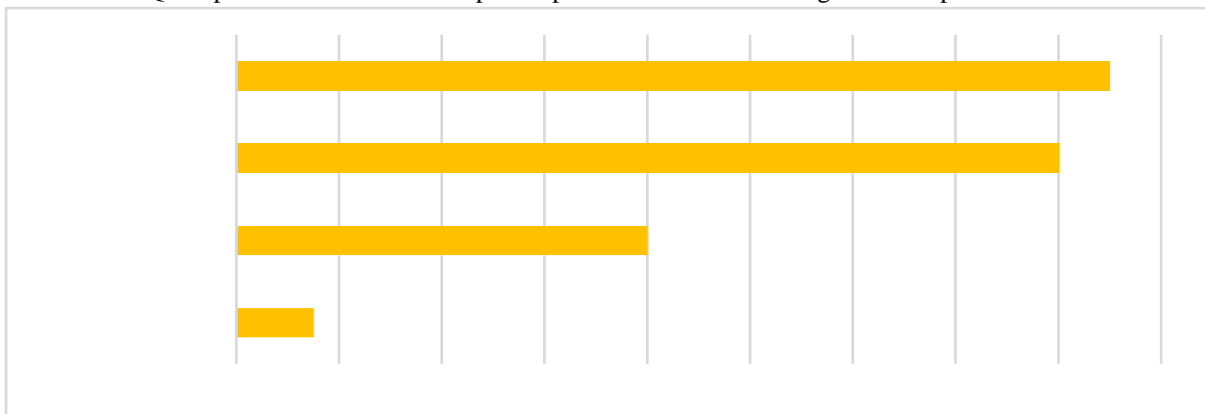


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Segundo resultado apresentado no Gráfico 4, as respostas dos participantes revelam que 70% destas empresas, ou seja, a maioria elabora e divulga suas próprias campanhas de

marketing digital. Isso se explica pelas facilidades que os meios digitais possibilitam a essas pessoas, pois é possível fazer a divulgação dos seus produtos a um custo muito baixo. Até porque muitos são pequenos empresários e nem sempre tem disponibilidade de capital suficiente para realizar ações de *marketing* mais elaboradas e que exige um investimento de capital financeiro que eles ainda não possuem.

Gráfico 05 - Quais plataformas você utiliza para captar mais clientes e divulgar os seus produtos?

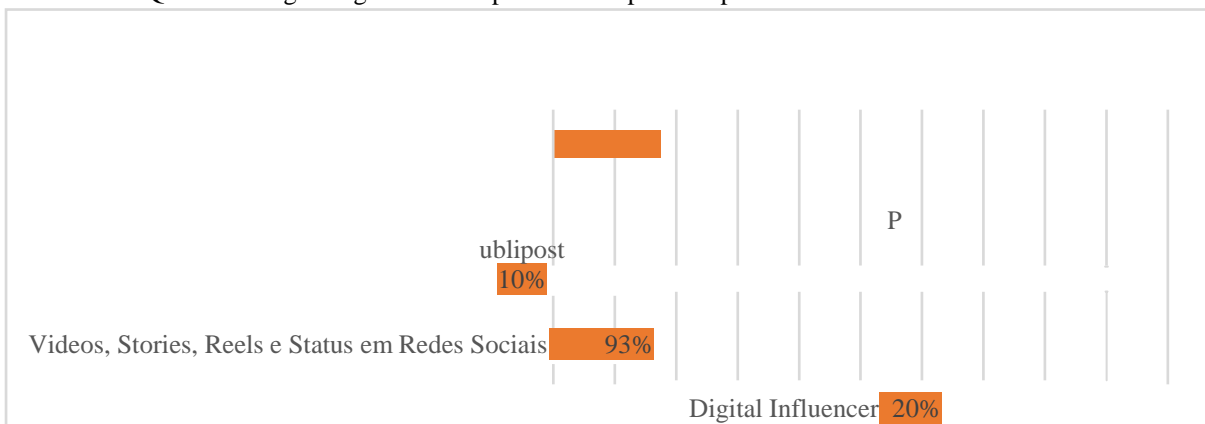


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De acordo com o Gráfico 5, a pesquisa constata que os empresários do ramo de vestuário realizam uma combinação no uso das plataformas digitais para divulgar suas marcas e produtos no intuito de atender e vender aos clientes, portanto, pode-se concluir que as plataformas mais usadas por estas empresas são o *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*.

Segundo o site resultados digitais (2021), o *Facebook* voltou ao primeiro lugar no Brasil em 2020 e continua em 2021. E a relevância fica ainda maior, pois ele é dono de outras três grandes redes sociais que estão entre as mais usadas: *WhatsApp*, *Instagram* e *Messenger*.

Gráfico 06 - Quais estratégias digitais sua empresa utiliza para se aproximar dos clientes?

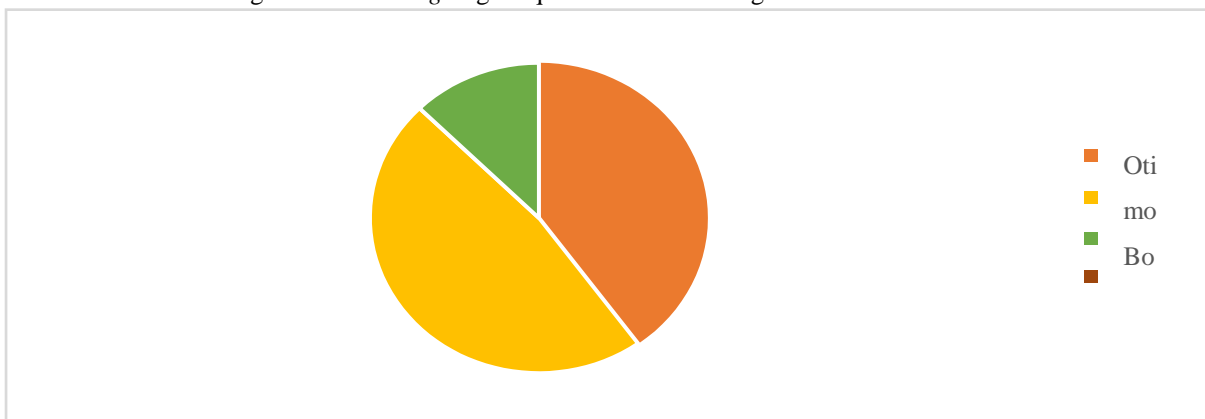


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com forme resultado do Gráfico 6, as estratégias mais usadas pelos lojistas do ramo da moda goiana com objetivo de captar o seu público alvo, promover, atender e vender seus produtos são: vídeos, *stories*, *reeles*, *status* com propaganda da sua loja nas suas redes sociais como *Instagram*, *Facebook*, *Tiktok*, *WhatsApp* etc. Na utilização das estratégias do *marketing* digital os empresários personalizam as ações de *marketing* de acordo com a finalidade que pretende alcançar com seu público e também dos resultados almejados.

Segundo Torres (2018), as estratégias digitais são construídas a partir de uma visão das tecnologias na *internet* com um ecossistema composto por diversos agentes. Sendo que, cada um possui o seu próprio dna digital e que todos interagem entre si e que pessoas, marcas, e empresas atuam por meio de suas identidades digitais.

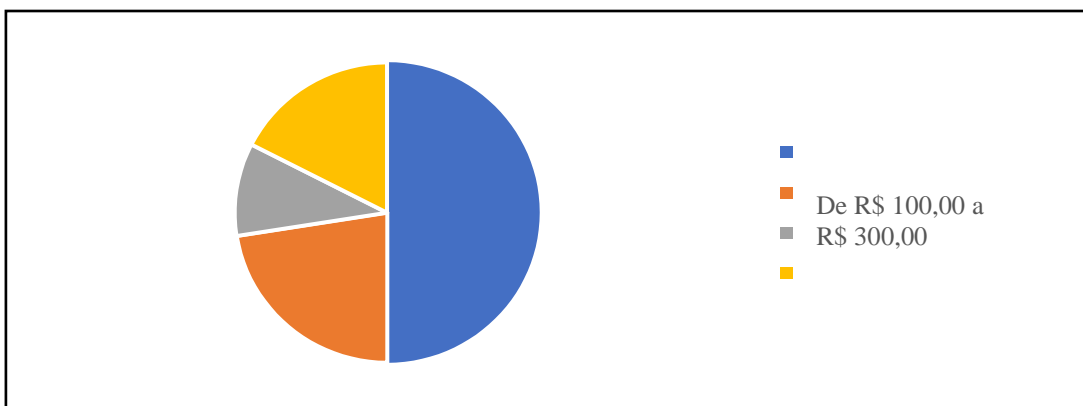
Gráfico 07 - As estratégias de *Marketing* Digital que você utiliza têm gerado resultados?



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No Gráfico 7, é apontado pela pesquisa que 47% dos empresários avaliam que as estratégias geram bons resultados, sendo que, outra parcela dos participantes no total de 40% reconhece como ótimo os resultados, isso quer dizer que 87% das pessoas usam *marketing* digital nos seus negócios e que o retorno tem sido vantajoso.

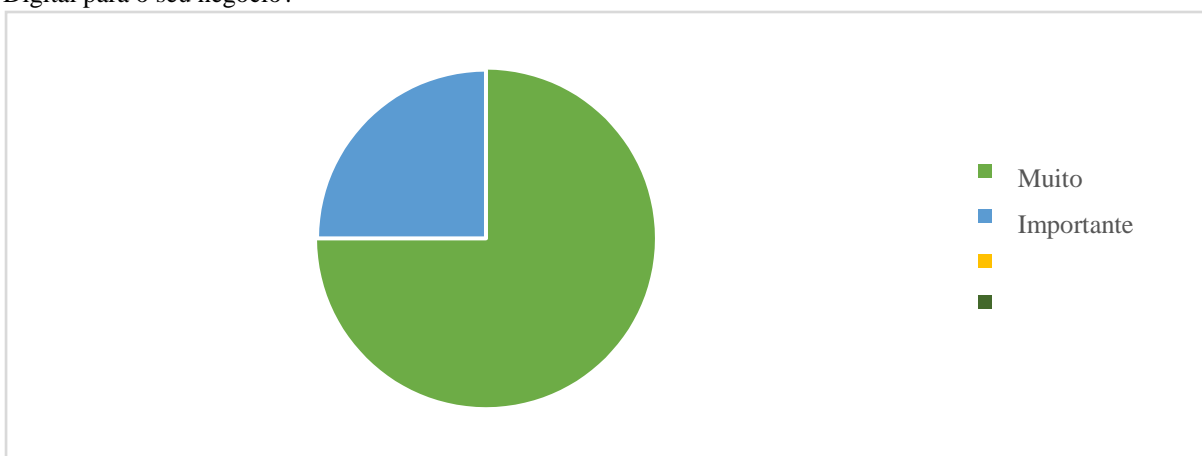
Gráfico 08 - Qual valor sua empresa costuma investir mensalmente em *Marketing* Digital?



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No Gráfico 8, a pesquisa tem como propósito verificar quanto que os pequenos empresários do ramo da moda goiana, costumam investir em suas ações e estratégias de *marketing* digital. Na escala proposta aos participantes, os resultados foram variados, sendo que, 50% gastam até R\$100,00 reais em *marketing*, e que no outro extremo com 18% estão os empresários que gastam entre R\$ 700,00 e R\$ 1.000,00 mil reais mensais nas suas ações de *marketing*, sendo que, neste caso, eles pagam empresas ou pessoas especializada para desenvolver, promover e publicar os seus conteúdos na *internet*.

Gráfico 09 - Diante dos problemas enfrentados pela pandemia de Covid 19, qual foi a relevância do *Marketing* Digital para o seu negócio?

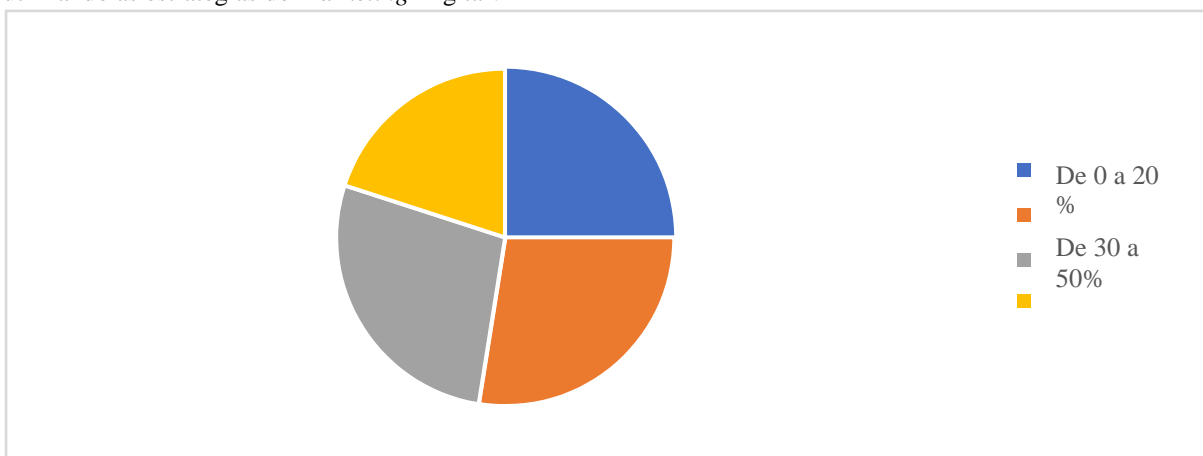


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Segundo o Gráfico 9, os resultados obtidos apresentam que 75% dos participantes afirmam que foi muito importante a utilização do *marketing* digital em seus negócios. Isso valida a força e a relevância que essas ferramentas digitais tem para os negócios, ainda mais no cenário de pandemia, portanto, quem já utilizava ou quem pouco usava ou até mesmo quem não achava que precisava usar, percebeu que, para continuar atendendo e vendendo aos clientes era preciso estar *on-line*. Pois, no período de maior restrição foram as vendas por meios digitais

que salvaram e alavancaram muitos negócios, quem se adaptou a esta nova realidade está prosperando, mesmo diante das adversidades enfrentadas.

Gráfico 10 - Devido as restrições imposta pela pandemia, qual foi a porcentagem de aumento nas vendas on-line utilizando as estratégias do *Marketing* Digital?



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De acordo com o Gráfico 10, os resultados apresentados pela pesquisa foram bem equilibrados, sendo que 27% dos empresários constataram aumento nas vendas entre 30 e 50% e que 28% teve aumento entre 50 e 70% nas vendas neste período. Pode-se concluir que esse aumentou se deve em boa parte pelo cenário de pandemia e das restrições impostas, em que muitos empresários ficaram impedidos de vender seus produtos e então tiveram que inovar e intensificar as vendas nos meios digitais. Com a revolução tecnológica que se vive, este é um caminho que não tem mais volta, estar *on-line* se tornou fundamental para que o negócio tenha sucesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a realização deste trabalho científico se justifica pela importância do tema para as pessoas e para as empresas. O marketing digital é um assunto muito debatido, contudo, não se esgota as discussões em virtude de sua relevância e também por ser dinâmico, inovador e está em constante mudança.

Neste trabalho falou-se do *marketing* digital realizado por pequenas empresas do ramo de vestuário goianiense e suas estratégias de vendas *on-line*, apresentou-se os resultados obtidos por meio de pesquisa realizada com os empresários.

Com base nos estudos feitos percebeu-se que, o *marketing* digital é essencial para os negócios, e ele vem sendo aprimorado com o passar do tempo e de acordo com os avanços tecnológicos. As empresas que investiram em *marketing* nos últimos tempos tiveram um aumento considerável nas suas vendas. Manter-se atualizado diante das mudanças digitais, dos clientes e das tecnologias é de suma importância para os negócios.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão literária em livros, artigos científicos, *sites* e também por intermédio de pesquisa de campo, que tem a intenção de responder os questionamentos e apresentar os principais resultados, com intuito de esclarecer o problema e também os objetivos da pesquisa.

Os principais resultados obtidos com a pesquisa de campo que aborda o *marketing* digital elaborado por pequenas empresas do ramo de vestuário goiano, sendo que 70% dos participantes responderam que elaboram suas próprias campanhas de *marketing*, ainda de acordo com os dados coletados, 50% gasta até \$100,00 reais nas divulgações e promoção das vendas dos seus produtos. Sendo que as principais estratégias realizadas por elas são gravar vídeos curtos, *stories*, *reels*, dos produtos e postar nas suas redes sociais e aplicativos. Segundo o resultado da pesquisa, as plataformas digitais mais utilizadas são: Instagram, *WhatsApp* e *Facebook* (*markeplace*).

Os recursos investidos por estes empresários, segundo a pesquisa, são baixos, mas que trazem grandes resultados. De acordo com os dados obtidos, 87% dos participantes disseram estar satisfeitos com o retorno das vendas *on-line* e que no cenário de pandemia o *marketing* digital foi responsável por eles continuarem mantendo os seus negócios, sendo que 75% dizem estar satisfeitos com os resultados obtidos com as estratégias de vendas nos meios digitais.

Concluir-se, pois, que os resultados da pesquisa apresentados pelos gráficos, respondem aos objetivos e à pergunta problema deste trabalho. O *marketing* digital é um tema muito relevante e por isso é importante que outras pessoas façam novas pesquisas e que continuem trazendo novos resultados, no intuito de colaborar e contribuir com as informações acerca do tema.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Giovana. **Porque Goiânia é considerada a capital da roupa barata.** 2021. Disponível em: <https://www.curtamais.com.br/goiania/porque-goiania-e-considerada-a-capital-da-roupa-barata>. Acesso em: 03 nov. 2021.

A REDACAO. **Balço 2020 do mega moda registra aumento de 40% nas vendas on-line,** 2020. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/negocios/146589/balanco-2020-do-mega-moda-registra-aumento-de-40-nas-vendas-on-line>. Acesso em: 26 out. 2021.

ALENCAR, Jaimes. **Marketing digital: O efeito do conteúdo de mídia social e a popularidade das marcas no facebook.** 1ª Ed. Curitiba, Appris, 2021.

BELMONT, Filipe. **Marketing digital e e-commerce.** 1 Ed. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2020.

CAMPOS, Alexandre. GOULART, Verci. **Práticas comerciais: marketing e técnicas de vendas.** 12. Ed. São Paulo: Érica, 2018.

CAVALCANTE, Melissa Franchini, SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht da. **Varejo virtual: Estratégia de expansão ou ampliação de canal?** 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/en/revista/facef-pesquisa/articulo/varejo-virtual-estrategia-de-expansao-ou-ampliacao-de-canal>. Acesso em: 16 nov. 2021.

COBRA, M. **Administração de marketing no Brasil.** São Paulo: Cobra, 2003. DINOAH,

Glaucio Oliveira. **Complexo da Moda Goiana.** 2020.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa.** São Paulo: Cultura Editora Associados, 1999. FAUSTINO, Paulo. **Marketing digital na prática: como criar do zero uma estratégia de marketing digital para promover negócios ou produtos.** 1 Ed. São Paulo, DVS Editora, 2019.

FONSECA, Maria Aparecida. Como preparar o pessoal de atendimento. In: ANGELO, Cláudio Felisoni de; GIANGRANDE, Vera (Coord.). **Marketing de relacionamento no varejo.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

HOUVÈSSOU, Gbènkpon Mathias; SOUZA, Tatiana Porto de; SILVEIRA, Mariângela Freitas da. Medidas de contenção de tipo lockdown para prevenção e controle da COVID-19: estudo ecológico descritivo, com dados da África do Sul, Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Itália e Nova Zelândia, de fevereiro a agosto de 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, 2021.

JORNAL OPCA. **Região da 44 deixa de vender 600 milhões na quarentena.** Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/regiao-da-44-deixa-de-vender-r-600-milhoes-na-quarentena-247121/>. Acesso em: 27 out. 2021.

JUE, Arthur; MARR, Jackie; KASSOTAKIS, Mary. **Mídia sociais nas empresas.** 1ª Ed. São

Paulo, 2011

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10 Ed. São Paulo: Pearson, 2000.

KOTLER, P. KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**. As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0 do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

PARKER, Geoffrey; ALSTYNE, Marshall; CHOURDARY, Sangeet. **Plataforma: A revolução estratégica**. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

ROGERS, David. **Transformação digital: Repensando seu negócio para a era digital**. 1ª Ed. São Paulo: Autêntica Business, 2017.

TORRES, Claudio. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. Novatec Editora, 2018.

TIAGO, Maria Tereza Pinheiro Melo Borges, VERÍSSIMO, José Manuel Cristovão (2014). Digital marketing and social media. **Business Horizons**, 57(6), 703–708. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2014.07.002>. Acesso em: 31 out. 2021.

TORRES, Claudio. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. Novatec Editora, 2009.

VALENTE, Jonas. **Das plataformas online aos monopólios digitais**. 1ª. Ed. Belo horizonte: Dialética, 2021.

TAVARES, Altair. **Mercado da moda goiano atrai profissionais de outros estados**. 2020. Disponível em: <https://altairtavares.com.br/mercado-da-moda-goiano-atrai-profissionais-de-outros-estados/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RESULTADOS DIGITAIS. **Redes sociais mais usadas no brasil**. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO
O objetivo deste questionário é saber como as empresas do ramo de vestuário de Goiânia utilizam as estratégias do marketing digital em suas vendas. Esta pesquisa também será utilizada para desenvolver trabalho de conclusão de curso (TCC) dos alunos da Faculdade Unida de Campinas (FACUNICAMPS).
1- Você faz uso do Marketing digital para promover vendas na sua empresa?
<input type="radio"/> Sim
<input type="radio"/> Não
2- Você possui loja física e on-line?
<input type="radio"/> Loja física
<input type="radio"/> Loja on-line
3- Qual é o público alvo da sua empresa?
<input type="radio"/> Masculino
<input type="radio"/> Feminino
<input type="radio"/> Infantil
<input type="radio"/> Todos
4- Você elabora suas próprias campanhas de <i>marketing</i> digital?
<input type="radio"/> Sim
<input type="radio"/> Não
<input type="radio"/> Paga empresa especializada
5- Quais são as plataformas digitais que sua empresa utiliza?
<input type="radio"/> <i>Facebook</i>
<input type="radio"/> <i>Instagram</i>
<input type="radio"/> <i>Whatsapp</i>
<input type="radio"/> <i>Links Pagos no Google</i>
6- Quais são as estratégias digitais que sua empresa usa para se aproximar dos clientes?
<input type="radio"/> Vídeos, <i>stories</i> , <i>reels</i> e <i>status</i> em redes sociais
<input type="radio"/> <i>Publipost</i>
<input type="radio"/> <i>Links Patrocinados</i>
<input type="radio"/> <i>Digital Influencer</i>
7- As estratégias de vendas que você utiliza têm gerado resultados?
<input type="radio"/> Ótimo
<input type="radio"/> Bom
<input type="radio"/> Regular
<input type="radio"/> Ruim

8- Quanto que sua empresa costuma investir mensalmente em <i>marketing</i> digital?
<input type="radio"/> De 0,00 a 100,00
<input type="radio"/> De 100,00 a 300,00
<input type="radio"/> De 300,00 a 700,00
<input type="radio"/> De 700,00 a 1.000,00
9- Diante dos problemas enfrentados pela pandemia de covid 19, qual foi a relevância do marketing digital para o seu negócio?
<input type="radio"/> Muito importante
<input type="radio"/> Importante
<input type="radio"/> Pouco importante
<input type="radio"/> Irrelevante
10- As estratégias de marketing digital, no período de pandemia, ajudaram a alavancar as vendas?
<input type="radio"/> De 0 a 20 %
<input type="radio"/> De 30 a 50%
<input type="radio"/> De 50 a 70%
<input type="radio"/> De 70 a 100%
Texto de Agradecimento
Desde já, muito grato pela atenção e disponibilização do tempo para responder nossa pesquisa.

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

CHILD SEXUAL VIOLENCE

COSTA JUNIOR, Adelio Pereira¹; DA SILVA, Barbara Caroline Bezerra²; FONSECA, Bruno Henrique³; PERILO, Leandro Dias⁴; DE OLIVEIRA, Polienny Rodighieri⁵; COSTA, Thiago Miro Faria⁶; LIMA JUNIOR, Geraldo Lopes de⁷; CARVALHO, Natalia Oliveira de⁸; SIQUEIRA, Nayara Milhomens de⁹; SOUZA, Rejane Michele Silva¹⁰; CATHARIN, Caroline Winter; JÚNIOR, Byl Farney Rodrigues da Cunha; JÚNIOR, José Américo de Lacerda.

RESUMO

O estudo busca a verificação da prevalência da exposição à violência sexual infantil de crianças e adolescentes no Brasil, assegurando seus direitos segundo os artigos 17 e 18 da Lei nº 8.069 de 1990, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente¹¹. O instrumento de pesquisa bibliográfico que é desenvolvida a partir de materiais publicadas em artigos, dissertações, fóruns brasileiros de segurança pública e a Lei nº 8.069/1990, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. O estudo identificou que entre 2017 e 2020 ocorreram 179.277 ocorrências de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos, média anual de 45 mil casos por ano. As crianças de até 10 anos de idade representam um terço do total de vítimas. Aproximadamente 80% do total são meninas, com predominância de idade entre 10 e 14 anos. No caso de meninos a idade se destaca entre os 3 e 9 anos de idade. Por fim, aborda as penas aplicáveis aos criminosos e mudanças legislativas no combate a estas ocorrências.

Palavras-chave: Violência. Infantil. Criança. Abuso.

¹ Graduando em direito – adelio.p.junior@hotmail.com

² Graduanda em direito - carolinebarbaracaroline@gmail.com

³ Graduando em direito - isabellabrunopedrofonseca@gmail.com

⁴ Graduando em direito - Kmslopes2016@gmail.com

⁵ Graduanda em direito -

polienny_poli@hotmail.com ⁶ Graduando em direito

- thiagomiron@icloud.com

⁷ Cordenacaotcc@facunicamps.edu.br

⁸ Coorientadora

⁹ coorientadora

¹⁰ coorientadora

¹¹ Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

ABSTRACT

The study seeks to verify the prevalence of exposure to child sexual violence against children and adolescents in Brazil, ensuring their rights according to articles 17 and 18 of Law number. 8069 of 1990, SCA – Statute of Children and Adolescents. The bibliographic research instrument that is developed from materials published in articles, dissertations, Brazilian public security forums and Law nº 8.069/1990, ECA - Statute of the Child and Adolescent. The study identified that between 2017 and 2020 there were 179,277 occurrences of rape or rape of a vulnerable person with victims up to 19 years old, an annual average of 45,000 cases per year. Children up to 10 years of age represent a third of the total victims. Approximately 80% of the total are girls, with a predominance of ages between 10 and 14 years. In the case of boys, the age stands out between 3 and 9 years old.

Keywords: Violence. Childish. Child. Abuse

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa elucidar as obrigações e responsabilidades dos Governos Federal, Municipal e Estadual ante à violência sexual infantil. Ainda, alcançará as penalidades ao infrator, bem como a evolução da legislação brasileira no enfrentamento deste crime. A violência sexual representa um sério problema de saúde pública, que implica em grande impacto físico e emocional para aqueles que a ela são expostos e encarcerados psicologicamente neste cenário de barbárie.

Crianças e adolescentes sexualmente abusados desenvolvem transtornos de ansiedade, sintomas depressivos e agressivos, ainda apresentam problemas sexuais e sérias dificuldades em relacionamentos interpessoais. Tais transtornos apontam para a existência da associação entre abuso sexual na infância e adolescência bem como a ocorrência de depressão na idade adulta.

De acordo com a Pediatra e Consultora Internacional de Amamentação Kelly Oliveira, uma a cada três crianças no Brasil sofrerá abuso sexual até completar seus 18 anos de idade¹², ademais, a autora constata que esse fator se torna preocupante uma vez que o perfil dos abusadores, são os próprios parentes e amigos da família que possuem um contato diário e asseveram o flagelo das vítimas.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Infância

A Lei nº 8.069 de 1990 – ECA Estatuto da Criança e do Adolescente, pondera no artigo 2º o conceito de criança, a saber, “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

A Constituição Federal assegura no Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Uma das etapas mais importantes do desenvolvimento da vida humana é a infância, isto é, tudo que acontece na fase infantil é levado para o resto da vida. Um evento quando é traumático pode ser um fator determinante para a fase adulta. Por isso é tão importante proteger a criança e evitar que a mesma seja abusada. A família tem um papel primordial na proteção do menor, por isso, deve denunciar a pessoa da mesma família que convive próxima da criança, e tem más intenções, com objetivo de evitar o abuso e a violência sexual. Além disso, um maior número de pessoas que convivem fora do ambiente familiar deveria estar dispostas a denunciar os casos de violência sexual infantil.

Muitos pais por conduta digna de reprovação ou por falta de informação, não utilizam de um dos principais fatores para evitar que o abuso sexual aconteça: O diálogo. Esse recurso, é uma das formas de prevenção, uma vez que o diálogo aberto e constante entre pais e seus filhos menores é essencial. Para isso, o adulto precisa se doar mais à criança, disponibilizar tempo para sentar, conversar e explicar o que é uma violência, e nessa explanação, deixar claro ao menor que não é qualquer pessoa que pode tocá-lo, iludi-lo, nem mesmo retirá-lo do ambiente seguro e conhecido e que quaisquer tipos de assuntos que um estranho venha a ter

¹² <https://saude.abril.com.br/coluna/pediatria-descomplicada/a-verdade-que-nao-te-contam-sobre-o-abuso->

Com a criança, deve ser relatado imediatamente, aos pais e/ou responsáveis. Esse tipo de atitude e cuidados por parte dos responsáveis pela criança, pode contribuir para resguardar e proteger seus filhos, pois o ideal é que haja na conversação um comum acordo e compreensão de ambas as partes.

A falta da conversação sadia entre pais e a criança, a deixa desprotegida, pois a ausência de conhecimento por parte da criança não a alerta para saber avisar os adultos confiáveis, do que se passa com ela e assim, evitar o abuso. Em decorrência disso, muitas vezes a própria criança não entende que foi abusada. Algumas não relatam por medo ou também por não entender o que se passa, mas alguns sinais podem ser percebidos de forma involuntária. De acordo com Elaine Amazonas, assistente social e gerente de projetos na Bahia da ONG Plan Internacional, identificar os sinais de um abuso não é fácil, pois na grande maioria, o abusador não deixa sinais físicos. Segundo ela, é preciso estar atento as mudanças repentinas de comportamento: “Muitas vezes a criança se apresenta mais irritada, apresenta ansiedade, dores no corpo, cabeça, barriga, sem uma explicação mais lógica. Apresenta alterações gastrointestinais, raiva, rebeldia outras ficam mais introspectivas, não querem conversar, tem pesadelos constantes e voltam a fazer xixi na cama, chupar dedos”, enumera.

Elaine Amazonas afirma ainda que toda criança e todo adolescente que sofreram violência sexual precisam receber um acompanhamento psicológico para ajudá-los a entender e ressignificar o que aconteceu. “A gente precisa lembrar o tempo todo que a vítima não é a culpada”, diz. Segundo ela, cada criança vai reagir de uma forma. Algumas terão o poder de se refazer, conseguindo abandonar o trauma, e outras vão apresentar problemas psiquiátricos, psicológicos, terão dificuldades em suas relações interpessoais. “Nenhuma criança ou adolescente passa por isso incólume”, diz.

A vida de cada criança e adolescente deve ser resguardada de todas as formas de violência, não cabendo a ninguém se restringir da responsabilidade no enfrentamento destes crimes. O trabalho policial junto com a sociedade deve buscar a prevenção com investimentos de protocolos, práticas e treinamentos voltados à proteção das crianças e adolescentes. Ainda, é de suma importância compreender que as instituições escolares são pilares na prevenção e respostas à violência, garantindo que estes jovens tenham acesso à informação, bem como o conhecimento de seus direitos e assegurando seu pedido de ajuda.

O Conselho Nacional de Justiça reconheceu um método inovador e eficaz de colheita de depoimentos de crianças e adolescentes nomeado como “Depoimento Sem Dano”. Além de possuir extrema relevância para o processo penal, propiciando à criança e ao adolescente, vítima de crimes contra a dignidade sexual, a possibilidade de relatar a violência que foram submetidos a profissionais dotados de conhecimento técnico, também visa a proteção de sua integridade psíquica e a garantia dos direitos que lhes são assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A técnica do depoimento sem dano consiste na colheita de depoimentos de Crianças e Adolescentes, vítimas ou testemunhas de crimes contra a dignidade sexual, podendo ainda ser utilizado em outras questões cuja relevância envolvam a classe infanto-juvenil.

O método nasceu em razão das dificuldades encontradas pelos operadores do direito em procederem à inquirição de Crianças e Adolescentes enquanto vítimas, bem como, testemunhas em processos judiciais, sem os submeterem ao processo da vitimização, especialmente diante da vulnerabilidade e suas condições peculiares, já que se tratam de pessoas em desenvolvimento físico e psíquico, necessitando assim, de maior zelo e proteção.

Acerca da dificuldade encontrada por ocasião da inquirição das Crianças e Adolescentes, afirma Ana Paula Carlota Miranda, juíza da Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá (QUEIROZ, 2013):

Temos uma dificuldade muito grande quando nos deparamos com ações penais desta natureza. E quando a vítima é uma criança, esta dificuldade se acentua, pois temos que ouvi-la. As técnicas especiais evitam que uma nova agressão seja cometida contra a criança [...]”.

Assim, com o intuito de atender e dar a necessária efetividade aos direitos levantados na doutrina e no princípio do melhor interesse da Criança e do Adolescente, nasceu esta nova técnica denominada Depoimento Sem Dano.

2.2 CONCEITOS

Os crimes sexuais podem ser descritos como uma forma de violência onde não há o consentimento da outra parte, qualquer prática com teor sexual que seja forçada como carícias até a prática do estupro, que acontece em qualquer ambiente, seja domiciliar ou fora. Em termos jurídicos há diferença entre abuso sexual e estupro, sendo este último mais grave, visto que, por vezes, há o uso desarrazoado da força e sobre a vítima, consumando a relação sexual não consensual forçada. O Poder Judiciário traz providências mais severas ao autor do crime, tendo em vista que este ato traz consequências até a gravidez. Este evento consiste numa relação desigual marcada pelo poder; onde a vítima é dominada e tratada não como sujeitos de direitos, mas sim como objetos que dão prazer e alívio sexual¹³. O agressor leva vantagem sobre a vítima que é sempre indefesa e frágil por natureza por estar ainda em desenvolvimento. Esse fenômeno é conceituado como:

- Qualquer tipo de ato de natureza ERÓTICA,
- Havendo ou não contato físico,
- Usando ou não de força,
- Entre um adulto ou adolescente mais velho com uma criança.

2.2.1 Categorias de abusos sexuais de acordo com a lei 8.069/1990 – Código Penal

a) Estupro – Nos casos em que há constrangimento da vítima seja ela de mais de 14 (catorze) anos com uso de força física ou violência psicológica para conseguir qualquer vantagem sexual.

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

¹³ Cartilha Maio Laranja 2022, pág. 10 <https://www.gov.br/mdh/pt-br/maio-laranja/cartilha-maio-laranja-2022.pdf>

Pena - reclusão,
de 12 (doze) a 30 (trinta) anos

b) Estupro de vulnerável – Mesmo que haja consentimento se a vítima tem menos de 14 (catorze) anos. a lei julga o caso como estupro de vulnerável. Também vale para vítimas com deficiência mental ou física, ou esteja sob efeito de drogas.

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

c) Corrupção de menores e lascívia

Induzir, convencer, provocar, inspirar, insinuar a criança ou adolescente a outrem, bem como praticar na presença de menor de catorze anos induzi-lo a presenciar quaisquer tipos de conjunção carnal ou ato libidinoso.

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.”

d) Aliciamento e exploração sexual – Quando é utilizado de posição social para praticar abusos é chamado de aliciamento, e havendo o ganho financeiro do agressor, mesmo que ele não seja a pessoa que irá se relacionar com a vítima, como facilitar a prostituição, exigir favores da vítima, e em trocas de benefícios financeiros para a família da vítima, havendo ou não ciência dos pais são práticas de abuso sexual.

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena - reclusão,
de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

§ 2º Incorre nas mesmas penas:

I - Quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo

II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verificarem as práticas referidas no caput deste artigo

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

e) Assédio sexual – Nessa categoria não precisa haver o contato físico, palavras constrangedoras, e tentativas de toques, brincadeiras e aproximações forçadas, esse tipo de abuso acontece muito, é recorrente em situações em que o agressor tem um cargo superior as vítimas. Existe o termo “troca de favores” o que dificulta as denúncias das pessoas assediadas.

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

f) Importunação sexual – Essa categoria é recente no Brasil, e consiste na prática de qualquer ato que cause prazer ao agressor e constrangimento da vítima como os casos de homens que ejaculam em mulheres no transporte público.

Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave.

No Brasil, a Lei 12.015/2009 integra o Código Penal e protege as vítimas nos casos dos chamados “crimes contra a dignidade sexual”. E mesmo assim muitas vítimas demonstram

uma

resistência em denunciar, por medo de julgamentos da sociedade, e medo quando o agressor é uma pessoa considerada de confiança, vergonha e sensação impunidade.

2.3 Mitos e Verdades

Mito: O agressor sexual de crianças e adolescentes é um PSICOPATA, um monstro.

Verdade: 85% a 90% desses agressores sexuais são pessoas CONHECIDAS:

30% são pais e 60% conhecidos da vítima e de sua família.

Fonte: Azevedo e Guerra (2000)

Mito: O abuso sexual de crianças e adolescentes é algo RARO.

Verdade: O fenômeno é mais COMUM do que se imagina. 01 (uma) em cada 03 (três) a 04 (quatro) meninas e 01 (um) em cada 06 (seis) a 10 (dez) meninos serão vítimas de alguma modalidade de abuso sexual até completarem 18 (dezoito) anos.

Fonte: Azevedo e Guerra (2000)

Mito: As crianças INVENTAM estarem sendo abusadas sexualmente.

Verdade: 92% FALAM A VERDADE. Só 8% inventam, sendo que $\frac{3}{4}$ das histórias inventadas são induzidas por adultos.

Fonte: Kornfield (2000)

Mito: A criança e o adolescente abusados sexualmente ESQUECERÃO A EXPERIÊNCIA sofrida. Basta não tocar no assunto. O tempo cura todos os males.

Verdade: Crianças e adolescentes que foram vitimizados sexualmente, devem receber AJUDA TERAPÊUTICA.

Fonte: Kornfield (2000)

Mito: Quando a vítima NÃO esboça RESISTÊNCIA, não existe abuso sexual.

Verdade: A criança e o adolescente NUNCA devem ser CULPABILIZADOS. A reação da vítima depende do MÉTODO usado pelo agressor. Fonte: Cunha (2009).

2.3.1 Maio Laranja

Por meio da Lei nº 9.970 de 2000 o Governo Federal instituiu o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em dezembro de 1998, 55 instituições públicas e de defesa e garantia dos direitos da criança e adolescentes decidiram da

necessidade da instituição de um dia oficial para o combate ao Abuso Sexual de crianças e adolescentes a ser comemorado anualmente no dia 18 de maio. Esta data foi minuciosamente escolhida a fim de lembrar o caso da menina Araceli Cabrera Sances, que aos 8 anos foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada, no Espírito Santo. Após seis dias o corpo de Araceli foi encontrado em um terreno baldio, desfigurado e em avançado estado de decomposição próximo ao hospital infantil da cidade de Vitória, Espírito Santo.

2.3.2 O que dizem as estatísticas e as principais características segundo dados do Governo Federal

A idade em que o abuso sexual se inicia geralmente é entre os 06 (seis) e 12 (doze) anos.

Fonte: Langberg (2002)

A idade em que o abuso sexual é mais frequente varia dos 08 (oito) aos 12 (doze) anos.

Fonte: Azevedo e Guerra (2000)

Nos Estados Unidos 01 (uma) em cada 04 (quatro) mulheres sofre algum tipo de abuso sexual antes de chegar aos 18 (dezoito) anos.

Fonte: Charam (1997)

Em mais de 1/3 das notificações de abuso sexual, as vítimas estão dentro da faixa etária de 05 (cinco) anos ou menos de idade.

Fonte: Azevedo e Guerra (2000)

20% a 35% dos agressores sexuais foram abusados sexualmente quando criança e 50% deles foram vítimas de maus-tratos físicos combinados com abuso psicológico.

Fonte: Marshall (1990) 35% das famílias incestogênicas abusam de álcool.

Fonte: Marshall (1990)

Os agressores sexuais de crianças e adolescentes que sofrem distúrbios psiquiátricos são uma minoria.

Fonte:
e Guerra (2000)

Azevedo

“A violência sexual contra crianças e adolescentes é a quarta maior causa de denúncia no Disque 100.”

Fonte: Relatório Disque 100 (2019)

“72% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem na casa da vítima ou do agressor.”

Fonte: Relatório Disque 100 (2019)

“69% dos casos de violência contra crianças e adolescentes são recorrentes.”

Fonte: Relatório Disque 100 (2019)

2.4 Aspectos Jurídicos No Combate Ao Crime Sexual Infantil

O ordenamento jurídico previa nos artigos 213 e 214 do Código Penal mencionando que o fato incorreria apenas sob vítimas do sexo feminino, cujo objeto do delito era a conjunção carnal, ou seja, deveria haver a introdução do pênis na vagina, que por óbvio o sujeito ativo seria do gênero masculino. “Art. 213 - Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.”

Sua aplicação era necessária figurar a violência ou grave ameaça e na acepção da palavra do verbo constranger se referiria ao sujeito a fazer algo que a vítima não quer. A punição ao infrator era de 4 a 10 anos, e caso a vítima fosse menor de 14 anos de idade, a pena prevista era de 6 a 10 anos.

Ainda, no artigo 214 da antiga redação, a menção de ato libidinoso diverso da conjunção carnal, que assim também poderia abranger a vítima do sexo masculino. O sujeito ativo poderia ser tanto do sexo feminino, como do sexo masculino. Neste artigo quem acariciasse as partes íntimas, realizasse ou obrigasse a vítima a cometer sexo oral ou anal mediante violência ou grave ameaça. A pena prevista era de 3 a 9 anos e, se a vítima fosse menor de idade, a pena aplicada seria de 6 a 10 anos. Capez (2013, p. 26) entende que ato libidinoso é todo coito anormal, os quais constituíam o crime de atentado violento ao pudor

(antigo

artigo 217

do CP), asseverando que todo ato destinado a satisfazer a lascívia e o apetite sexual, inclusive o beijo lascivo, são considerados atos libidinosos, podendo se manifestar até mesmo sem o contato das genitálias.

Destaca-se que quando a vítima menor de 14 anos a violência era considerada presumida, ou seja, o ato libidinoso seja ele conjunção carnal ou não, com ou sem o consentimento da vítima, era considerado crime nos termos do art. 224 da antiga redação do Código Penal. A presunção aplicava ainda nos casos de vítima alienada ou débil mental, quando o criminoso conhecia esta circunstância. Com advento da Lei 12.015/09 modificou-se o artigo 213, nos seguintes termos, “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

Nesta nova redação passou a proteger tanto as vítimas do sexo feminino quanto masculino. Ademais, o objeto passou a ser tanto o ato libidinoso quanto a conjunção carnal, o que tornou uma abrangência mais universal. A conjunção carnal ou a prática de qualquer outro ato libidinoso contra menor de 14 anos passou a ser denominado estupro de vulnerável e aparado pelo artigo 217-A do Código Penal:

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

§ 5º As penas previstas no caput e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.

Destaca que o artigo ausenta a violência ou grave ameaça em relação à vítima, ou seja, mesmo que estes atos sejam cometidos com o consentimento da vítima, o fato será consumado e o sujeito maior de 18 anos, irá responder sob pena de 8 a 15 anos de reclusão. Destaca-se ainda, que o agressor não poderá alegar que não tinha conhecimento da idade da vítima, visto que nosso ordenamento jurídico reconhece como dever do indivíduo a ciência da idade da vítima.

Os

crimes

contra a dignidade sexual, previstos nos capítulos I e II, do título VI, do Código Penal, as agravantes são previstas no artigo 226:

Art. 226. A pena é aumentada:

I - de quarta parte, se o crime é cometido com o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas;

II - de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela.

O aumento da pena previsto sobre os fatos configurados pela quebra da confiança, que a vítima estava subordinada, cuja ofensa moral incorre em maior alarde social¹⁴. É importante destacar que os itens não se restringem ao ambiente familiar, dos envolvidos, também alcançam os tutores, empregadores, médicos, professores e qualquer outro gênero que destaque título de autoridade sobre a vítima.

Impõe-se registrar que as medidas protetivas de urgência podem ser deferidas de ofício pelo magistrado pela solicitação da ofendida, através de seu representante legal ou do Ministério Público, independentemente de alegação do agressor, como se observa no art. 19 da Lei 11.340/2006 (Maria da Penha):

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

Cabe salientar que, para aplicação das medidas protetivas em caráter de urgência é necessário que haja um caso em concreto ou suspeitas de prática de violência doméstica similar, preconizadas no art. 7º, da referida lei, sendo estas totalmente aplicáveis em casos de violência sexual infantil no ambiente intrafamiliar, sendo irrelevante o sexo da vítima, com fulcro no art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal.

Nesse cenário decidiu o Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Medida protetiva de urgência. acusação de estupro de vulnerável e ameaças no âmbito familiar. prisão preventiva decretada. descumprimento da medida pelo

¹⁴ MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de direito penal**. Volume II. Parte Especial. 26ª edição. São Paulo: Atlas, 2009. P.419

agressor.
incontroverso conhecimento e desatendimento das determinações judiciais exaradas.
elementos que indicam a conduta violenta e reiterada do paciente contra a enteada.
exegese do artigo 313, iv, do cpp. bons predicados do paciente que, per se, não são
aptos a garantir a liberdade provisória. fundamentos da preventiva que se mostram
idôneos. segregação mantida. ordem denegada. Tribunal de Justiça de Santa
Catarina. Habeas Corpus n. 2011.101092-7. Rel. Des. Jorge Schaefer Martins.
17/02/2012.

2.4.1 Combate a Pornografia Infantil

Em janeiro de 2022 ocorreu a Operação *Downloader* da Polícia Civil do Distrito Federal, onde um servidor do Senado Federal foi preso em flagrante em posse de mais de dois mil arquivos de pornografia infantil. O sujeito afirmou aos policiais, em tons de deboche, que o material era para seu “deleite pessoal”¹⁵. Ainda assim foi solto horas depois sob fiança de 15 mil reais, arbitrado pelo delegado.

Este fato motivou a proposição do Projeto de Lei nº 219 de 2022, de autoria do Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS) alterar a Lei nº 8.072/1990¹⁶ que visa tornar crimes hediondos os crimes previstos no ECA, que tratam de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, bem como altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar a pena prevista para o crime de posse de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Em matéria a Agência do Senado, o senador Lasier argumenta:

Com o projeto de lei, propomos o aumento da pena prevista para o crime estatuído no artigo 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente dos atuais um a quatro anos de reclusão para dois a cinco anos, e multa. Assim entendemos estar preservando a proporcionalidade entre os diversos tipos penais de enfrentamento à pedofilia infantil, ao passo em que também se obstará a concessão da fiança na delegacia de polícia.

2.4.2 Ações Policiais e Vigilância

Em 2008 iniciou os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava abusos praticados por pedófilos e divulgados impunemente pela internet, que ficou conhecida

¹⁵ Cf. Servidor do Senado preso por pornografia infantil é solto, <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/servidor-do-senado-presopor-pornografia-infantil-e-solto/>

¹⁶ Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, dispõe sobre os crimes hediondos

como CPI da Pedofilia, que durou dois anos e nove meses onde foram apresentados 14 projetos de lei¹⁷. Um dos frutos da CPI da Pedofilia foi a sanção da Lei nº 13.441 de 2017 alterou o ECA e definiu normas, tais como a autorização judicial fundamentada para que agentes policiais possam se infiltrar anonimamente nas redes sociais e bate-papos na internet, a fim de obter informações e impedir ações de pedófilos.

A infiltração é um poderoso instrumento de intimidação, que serve tanto para prevenção quanto à repressão, visto que cria um ambiente de dúvida aos pedófilos, que poderão ser surpreendidos por todo aparato do Estado.

O relator da matéria, senador Humberto Costa (PT-PE), destacou em entrevista à agência do Senado, os resultados positivos e efetivos no combate a pedofilia.¹⁸

Essa atividade que, antes de tudo, é profundamente condenada do ponto de vista moral pela sociedade, é também uma fonte de lucro importante para verdadeiras redes que se espalham pelo mundo para explorar esse tipo de atividade. E, sem dúvida, hoje onde mais se pratica esse tipo de ação é por intermédio das redes sociais, da internet. E nós não tínhamos um instrumento que permitisse o acesso de investigadores, de policiais à investigação sobre pessoas supostamente envolvidas nesse tipo de prática. De modo que, ter uma definição clara de como esses processos de infiltração policial poderiam se dar foi algo extremamente importante, que levou em consideração a preocupação de não promover qualquer tipo de desrespeito à privacidade de pessoas inocentes, mas criou, sim, um instrumento importante para que várias dessas redes pudessem ser desbaratadas e os seus responsáveis efetivamente julgados e punidos.

Outro avanço foi a Lei Joanna Maranhão, em homenagem à nadadora Joana Maranhão, que denunciou seu treinador por abuso sexual sofrido enquanto criança. Com objetivo de garantir a vítima a dilação do prazo prescricional de seis meses para dez anos, após a maioridade promover representação, quando os pais ou Ministério Público não tomarem providências por algum motivo. Assim, a vítima terá até seus 28 anos de idade para processar o agressor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁷<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/23/cpi-da-pedofilia-encerrou-atividades-com-14-projetos-apresentados-dois-ja-viraram-lei>

¹⁸<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/15/avanco-na-legislacao-marca-os-20-anos-de-combate-a-exploracao-sexual-de-criancas>

Com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988 os direitos da criança e adolescente foram reconhecidos alcançando maior efetividade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que asseguraram o direito à vida, proteção, saúde e outros, cujo sujeitos ativos considera-se toda sociedade.

Este tema requer um cuidado especial e especializado pelos agentes do Estado ao abordar a criança e adolescente vítima do crime através da técnica do Depoimento Sem Dano para melhor assertividade na inquirição do menor, divergente da forma tradicional prevista na legislação processual.

A técnica DSD (Depoimento Sem Dano) tem por objetivo amenizar o sofrimento da criança e adolescente vítima de violência sexual, possibilitando às vítimas a serem investigadas de forma adequada e condizendo com sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, além de possuir extrema relevância para o processo penal possibilitando assim o esgotamento de todos os meios existentes para se buscar o princípio da verdade real dos fatos, sem contudo, ferir os princípios constitucionais

Compreender e identificar o cenário dos crimes sexuais infantis é de suma importância para a prevenção, atendimento e punibilidade do responsável. Portanto, a Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e trouxe normatização necessária a fim de garantir que as vítimas obtenham atendimento especializado durante todos os procedimentos investigativos e processuais, relativos ao abuso e violência sexual.

6. REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Elaine, **Gerente de projetos - Plan International Brasil**. <https://br.linkedin.com/in/elaine-amazonas-2943714b>. Acesso em 07 de junho de 2022

AZEVEDO & GUERRA. Telecurso de Especialização na Área da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes. São Paulo: Laci/USP, 2000

BRASIL.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso

em: 07 de junho de 2022

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 07 de junho de 2022.

Cartilha Maio Laranja 2022, pág. 10 <https://www.gov.br/mdh/pt-br/maio-laranja/cartilha-maio-laranja-2022.pdf>

CHARAM, Isaac. O estupro e o assédio sexual. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

CUNHA, Maria Leolina Couto. Curso de Pós-graduação Metodologia para o Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes: Compreendendo o Fenômeno da Violência contra crianças e adolescentes. Cecovi- PUCPR/PUC web, 2009.

KORNFELD, Débora. Vítima, Sobrevivente, Vencedor! São Paulo: Sepal, 2000.

LANGBERG, Diana Mandt. Abuso Sexual – aconselhando vítimas: tradução Werner Fuchs, Curitiba: Editora Evangélica Esperança. Título do original: Counseling Survivors of Sexual Abuse, Tyndale House, Wheaton. 2002

MARSHALL, W.L., D.R. Laws e H. E. Barbaree. Handbook of Sexual Assault, Plenum Press, New York. 1990

QUEIROZ, R. Sala especial assegura direitos a menores.
Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contracrianças-adolescentes-no-brasil.pdf>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/15/avanco-na-legislacao-marca-os-20-anos-de-combate-a-exploracao-sexual-de-criancas>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13441.htm

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/23/cpi-da-pedofilia-encerrou-atividades-com-14-projetos-apresentados-dois-ja-viraram-lei>. Acesso em: 04 de junho de 2022.

<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/manual%20atendimento%20crianca%20adolescente.pdf> Acesso em: 04 de junho de 2022.